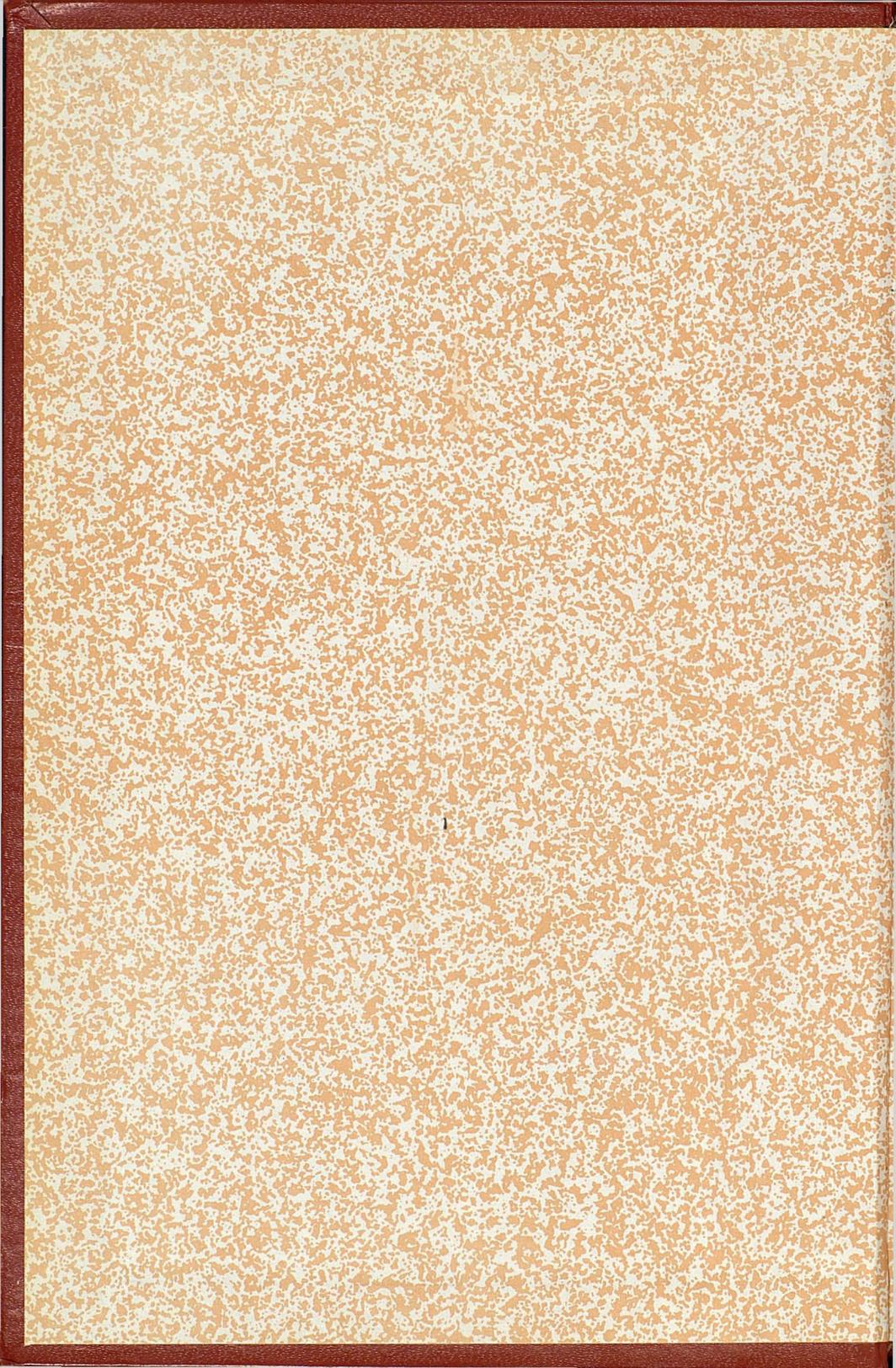


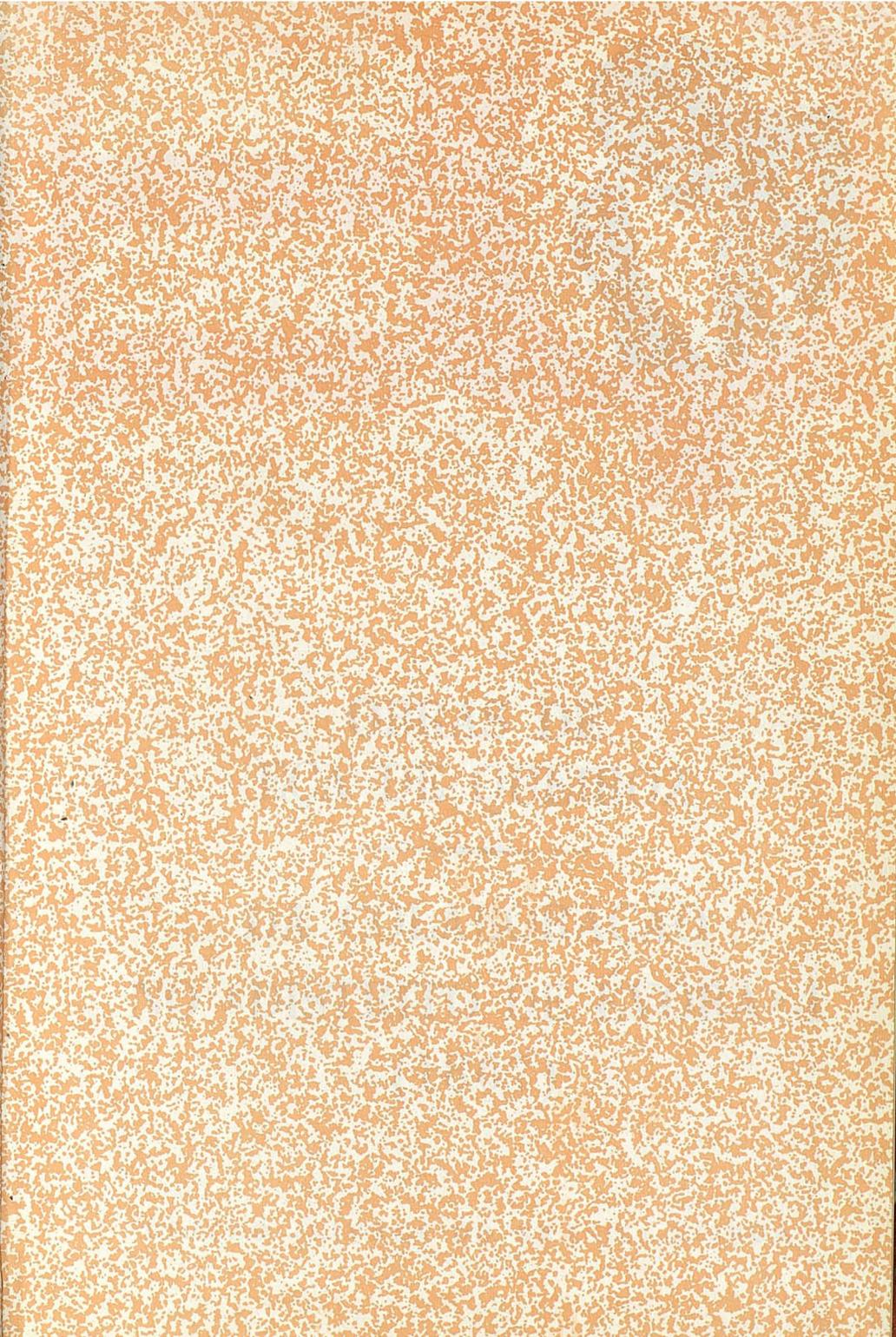
S₃
821.134.3-92
QUE da



DE
DZ

1867







OBRAS DE
EÇA DE QUEIROZ

DA COLABORAÇÃO
NO «DISTRITO DE ÉVORA»-I
(1867)

EDIÇÃO «LIVROS DO BRASIL», LISBOA

Eça de Queiroz

Em Portugal, o ambiente de liberdade era tão amplo que a chamada geração de 1865 — da qual faz parte Eça de Queiroz — pôde desenvolver em todos os sentidos um implacável espírito crítico. E o que caracterizou essa geração foi exatamente o seu espírito crítico, o seu poder de exame, a sua luta contra a rotina e o convencionalismo.

De alto a baixo — em diversos gêneros: a ficção, o ensaio, a história, o panfleto, o jornalismo, a caricatura — o que ela realizou em Portugal — ao lado das suas obras de arte que vivem por si mesmas, independentemente dos motivos — foi uma espécie de exame e de inventário de toda a sociedade. A sua forma de patriotismo, de amor aos portugueses, não se manifestou em cantos, exaltações sentimentais, verbalismos românticos, mas em crítica, em denúncia, em exposição de erros, misérias e ridículos.

Toda a obra de Eça de Queiroz apresenta esse carácter de crítica social. Em cada um dos seus romances, ao lado da imaginação e dos recursos puramente artísticos do escritor, está presente o espírito de crítica, principalmente sob o aspecto de sátira e de *humour*, que constituía a sua maneira predilecta de tratamento de certas situações artificiais e de certos personagens ridículos da sociedade portuguesa.

Isto significa que Eça tenha sido um sectário, um partidário apaixonado, um político a serviço de determinados compromissos ideológicos? De modo nenhum. (...) O que emprestava mais força e consistência à sua visão política era essa independência interior (...) em face de qualquer situação.

DA COLABORAÇÃO
NO «DISTRITO DE ÉVORA» - I
(1867)

CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA
NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO

N.º de Registo: 2289

Cota: S3 824 234.3-32 QUE da

Data: 02 / 08 / 2014



OBRAS DE
EÇA DE QUEIROZ

EQ

EDIÇÃO «LIVROS DO BRASIL» LISBOA

DA COLABORAÇÃO
NO «DISTRITO DE ÉVORA» - I
(1867)



NOTA PRÉVIA

Reeditam-se neste volume de escritos vários de Eça de Queiroz as colaborações que deixou arquivadas no periódico o Distrito de Évora, de 1867, e que Alberto Machado da Rosa publicou no segundo volume das Prosas Esquecidas (Crítica 1867), Lisboa, 1965, do grande escritor.

Alguns dos textos ora reeditados já tinham sido divulgados antes da edição de Alberto Machado da Rosa. Assim, a revista Seara Nova (Dezembro de 1943 — Setembro de 1944) publicou selecções de Crónicas, da Política Estrangeira, das Leituras Modernas e da Comédia Moderna, esta última também editada em volume por Lopes d'Oliveira, com o título de Cartas de Lisboa: (Correspondência do Reino), Lisboa, 1944, seguida de algumas Crónicas e de diversos artigos de Política Estrangeira.

Alberto Machado da Rosa atribuiu a Eça de Queiroz os quatro fragmentos traduzidos da Voyage en Italie (n.º 60 a 66 do Distrito de Évora), quando o escritor já se desligara publicamente do jornal.

O Editor.



DO «DISTRITO DE ÉVORA»
(1867)

...

...

...

...

N.º 1, 6 de Janeiro

REVISTA CRÍTICA DOS JORNAIS

O jornalismo, na sua justa e verdadeira atitude, seria a intervenção permanente do país na sua própria vida política, moral, religiosa, literária e industrial

Mas esta intervenção nos factos, nas ideias, para ser fecunda, elevada, para ter um carácter de utilidade pública e largas vistas sociais, deve ser preparada pela discussão e pelo esclarecimento da direcção governativa, do estado geral dos espíritos, do vigor das consciências, da situação pública, da virtude das leis.

É o grande dever do jornalismo fazer conhecer o estado das coisas públicas, ensinar ao povo os seus direitos e as garantias da sua segurança, estar atento às atitudes que toma a política estrangeira, protestar com justa violência contra os actos culposos, frouxos, nocivos, velar pelo poder interior da pátria, pela grandeza moral, intelectual e material em presença das outras nações, pelo progresso que fazem os espíritos, pela conservação da justiça, pelo respeito do direito, da família, do trabalho, pelo melhoramento das classes infelizes.

A actividade do jornalismo nunca deve abrandar, a sua consciência deve ter sempre o mesmo vigor, a sua pena o mesmo colorido, o seu sentimento moral a mesma justa intensidade.

O jornalismo não sabe que há o abatimento moral, o cansaço, a fadiga, o repouso. Se ele repousasse, quem velaria pelos que dormem? É áspero, trabalhador infatigável para quem não há noite nem aurora; a luta é terrível, é necessário conservar uma consciência satisfeita e uma energia poderosa para desprezar as calúnias, para afrontar os tédios e os desgostos, fazer face às hostilidades viperinas e incessantes que os poderes promovem, lutar, trabalhar, ter as suas convicções puras e fortes no meio do ódio de uns, do desleixo dos outros, da indiferença, da apatia de todos.

É necessário todos os dias falar, discutir, convencer, ter a consciência do impulso que nos leva, não ter escrúpulo com as inimizades suscitadas, revolver todas as coisas, ou altas como uma relíquia sagrada, ou baixas como um monturo; quando os parlamentos estão abertos é necessário analisar os projectos, destruir os argumentos, esclarecer as discussões, combater os parciais, fortificar os frouxos e os indolentes, aplaudir os valentes buscadores do ideal social e as justas consciências individuais: isto sempre, apesar das comoções pungentes que possam cortar a vida, dos tédios profundos e incuráveis que a possam esterilizar. Mesmo quando tudo está imóvel, o espírito popular adormecido, as grandes individualidades silenciosas, os acontecimentos estéreis, a vida monotonizada, é necessário cavar as próprias ideias, violentar a inteligência, gastar, consumir a sensibilidade, falando, discutindo, aconselhando, dirigindo.

Há homens, há trabalhadores de ideias, filósofos, que fazem o mesmo áspero trabalho incessante; mas esses têm a glória, que é como um bálsamo divino derramado nos seus cansaços.

O jornalista não: trabalha, luta, derrama ideias, sistemas, filosofias sociais e populares, estudos reflectidos, improvisações, defesas eloquentes, nobres ataques da palavra e da ideia; pois bem, tudo isso passa, morre, esquece; aquela folha delgada e leve onde ele põe o seu espírito, a sua ideia, a sua consciência,

a sua alma, perde-se, desaparece, some-se, sem esperanças de vida, de duração, de imortalidade, como uma folha de árvore ou como um trapo arremessado ao monturo.

E no meio desta luta perpétua, destas inquietações da alma, destes esgotamentos da vida e da seiva moral, não lhe é permitida ao menos a espontaneidade do espírito, da ideia, das palavras. Tem de se conter: tem graves obrigações impostas pela consciência própria e por aquela posição onde é contemplado e vigiado. Nunca deve perder a atitude do bem, da justiça, da verdade, da opposição serena.

O elemento humano quase que não entra naquela alma: nem a indignação, nem o ódio, nem o desespero, nem a paixão lhe são permitidas; o sentimento pessoal e íntimo não deve encher a sua palavra, para que não a desvie; deve ter um só pensamento, o interesse público, o ideal social. Paixões, inclinações, amizades, tendências do coração, simpatias, tudo deve despir; deve ficar só com a rigidez da verdade e da justiça. Tem por fim fazer triunfar o bem: para isso escreve, publica e pensa; encontra nesta tarefa amigos, inimigos, indiferentes, uns devem ser robustecidos na sua convicção, os outros feridos na sua opinião e combatidos no seu sistema, convencidos e arrastados; os últimos, os indiferentes, os egoístas, devem ser esquecidos, instigados a pensarem no meio social.

Ele deve ter a consciência de que está no território da razão e da justiça: assim as suas palavras ressentir-se-ão da lealdade das suas crenças.

O jornalismo não deve ser sempre a expressão mais ou menos real das ideias recebidas; ele não é somente o arquivo da opinião moderna: a repercussão duma impressão geral; ele é o motor dos espíritos, descobre novas e fecundas relações sociais entre os povos dum mesmo continente; ele consagra e robustece a solidariedade moral que liga os homens, a fraternidade que os prende; o jornalismo ensina, professa, alumia sobretudo; é ele o grande construidor do futuro; não é só o facto de hoje que o prende — isso é o menos — é o facto que o futuro

contém: ele vai das relações presentes às relações futuras e mostra a revolução lenta, serena, imensa, pela qual a humanidade transforma e refaz o seu destino no sentido da justiça.

É por isso que ele contradiz muitas vezes a opinião recebida, e com razão; nem sempre a grande massa tem a consciência do bem, do direito e da verdadeira razão; é necessário que o jornalismo a esclareça, que a avise quando ela se transviar, que a sustenha quando ela for a cair.

Esta obra, este trabalho todo, imenso, pesado e vasto, é difícil; e é impossível quando o homem não tenha as duas forças supremas, Razão e Justiça.

Tendo-as, um dia sempre vem em que o trabalho do jornal tem o seu fim. A ideia que ele derramou, infiltrou-se, passou, correu; esta infiltração lenta e obscura da verdade tem um momento em que se transforma em seiva, em que gira na grande seara dos homens, em que fecunda e aparece ao sol com os seus frutos sagrados.

Nenhuma ideia justa — como nenhuma semente — se perde; e todas elas vão ter a sua repercussão na consciência geral; essa repercussão mais cedo ou mais tarde transforma-se em facto.

As sociedades só caminham pelas estradas que se abrem e que lhe abrirão; nenhuma ideia está nos factos sociais que não estivesse primeiro nas consciências individuais; o mundo só realiza aquilo que concebeu, discutiu e aplaudiu; os hábitos, as tradições, os prejuízos são tenazes: duraram muito, tiveram tempo de enrijecer, prenderam-se às almas como o musgo às árvores; a eles estão ligados interesses, proveitos, conveniências; uns prejuízos são protegidos pelo orgulho, outros pelo lucro, outros pelo desleixo; mas não podem subsistir e resistir à acção combinada da verdade, da justiça e da liberdade, como um barco apodrecido não pode resistir à violência aliada dos ventos, das chuvas e das marés. Que o jornalismo possa sempre dizer: *comigo estão a razão e a justiça!* E de feito, com estas forças, pode-se lutar e sofrer: por elas pode o corpo ser manti-

rizado, a honra e a pureza caluniadas; podem os homens de alma, por uma triste perseguição, languescer na mediocridade e na sombra; pode o escritor andar roto, ter fome e sede, sofrer, chorar; porque elas lhe dão uma coisa que tudo isso compensa — a nobre serenidade da consciencial

A empresa deste jornal entendeu que fazer uma secção especial a revista crítica do jornalismo, estudá-lo, examiná-lo nas suas doutrinas, discuti-lo nos seus resultados, era como que dar aos que lêem uma consciência justa do estado dos espíritos e da opinião neste canto da terra.

Ciências Histórico-Sociais

N.º 1, 6 de Janeiro

AGRICULTURA, COMÉRCIO, INDÚSTRIA

O comércio tem sido um elemento fecundo na história social.

Ele tem sido um grande transportador de ideias, de costumes, de sentimentos entre as nações. Inspirando viagens distantes, explorações de terras, aventuras do mar e do deserto, quem poderá dizer o que a Grécia deveu às caravanas que traziam os produtos do Alto Oriente, e a Europa moderna aos negociantes de Veneza, de Génova, e da Hansa Germânica?

O seu espírito, cosmopolita e amigo da liberdade, lutou sempre contra as prepotências terríveis e preparou talvez a ascensão da ideia democrática. Pelo seu livre espírito, ele desconhecia as fronteiras, destruindo o princípio das políticas egoístas, envolvendo as pátrias no mesmo interesse e na mesma fraternidade.

E no entanto tem sido útil sem glória, porque a sua actividade era para um ganho individual e exclusivo, e porque trabalha sem dedicação.

Assim alguém há que não julga justiça e verdade levar as nações para as empresas comerciais. Apesar de reconhecerem a sua fecunda acção, tremem pelas más tendências que exercem nos espíritos. Lembra-se do carácter rapaz e egoísta dos povos mercantes.

A Holanda, a Inglaterra e a América são exemplos; o carácter destas nações tornou-se material e avaro; subordinam os grandes princípios ao pequeno elemento do interesse; consagram políticas egoístas.

Estas repugnâncias não podem dizer respeito ao comércio interior, que é sempre restringido a certo limite pelas necessidades do consumo. É em quanto ao comércio exterior, os governos podem protegê-lo, ou hostilizá-lo e peá-lo; mas não depende da vontade do governo transformar as tendências duma raça comercial. Veneza e a Holanda, pela sua constituição geográfica, estados sem território, só poderiam viver movendo a sua actividade no comércio e na fundação de colónias distantes.

Os países, pelo contrário, que tenham vasto território continental, nunca poderão ser exclusivamente mercadores; e ainda mesmo quando o fossem, as classes comerciais seriam desprezadas no meio das grandes populações amontoadas. O comércio deve ser favorecido mesmo em quanto aos princípios sociais, porque o seu espírito tem grandeza: conserva o gosto das empresas distantes, e dá um largo campo aos espíritos aventureiros. Além disso, é a base do poder marítimo.

Além disso, o comércio interior é conveniente para assimilação e identificação dum mesmo povo, pelas relações que forma, pela fraternidade que consagra, pelas famílias que estreita.

O comércio de especulação, esse, tende a manter a estabilidade e igualdade nos preços. Comércio interior favorecido, comércio exterior convenientemente dirigido, comércio de especulação tolerado, é uma política fecunda.

Depois, o verdadeiro comércio inspira virtudes próprias: a economia, a boa-fé, a exactidão, a ordem e actividade leal.

Hoje a opinião talvez se ressinta ainda de certos prejuízos hostis à profissão comercial e industrial. Mas tudo isso findará pela influência da ideia democrática, e o comércio entrará nas boas tradições de honra e de actividade, amparando o mundo económico, com exclusão da fraude e da agiotagem.

Nos tempos gregos e romanos todas as forças sociais eram levadas para a religião, para a política, para a guerra, para a jurisprudência e para as artes — nenhuma para a indústria.

A agricultura, honrada ao princípio, tornou-se o trabalho forçado e violento das raças vencidas. Durante a Idade Média a indústria está esmagada pelos prejuízos e pelas violências feudais. A vinda da burguesia foi a sua libertação. Hoje, que o trabalho que constitui a indústria foi multiplicado por uma extrema divisão, pela especialidade; hoje, que a ciência e o capital concorrem para o aumento da produção; hoje, que as máquinas centuplicam as forças e as riquezas humanas, a indústria manufactora tem uma suprema importância económica.

Mas qual será o valor político da indústria? Ela multiplica a propriedade móbil; enche de vida o comércio marítimo, recebendo matérias-primas e entregando produtos manufacturados; utiliza tempo, braços e inteligências. Mas será conveniente desenvolvê-la?

Todos os governos da Europa protegem, entronizam uma indústria nacional e procuram fazê-la triunfar nos mercados vizinhos.

No entanto, a terrível consequência da predominância industrial é criar no estado uma classe de misérias tristes, inútil, dolorosa, perdida para a vida social — os operários de fábrica. Os capitais aglomeram-se; criam-se as fábricas imensas, e em redor começa a formar-se uma geração de homens que são como os apêndices humanos das máquinas; ali vivem, dependentes da sorte do dono da fábrica, sem esperança de uma sorte mais doce, sem ensino ou consciência moral, embruteci-

dos, consumidos pelos trabalhos contínuos e monótonos; é uma raça sequestrada à pátria, à família e ao trabalho puro e são. Ali perdem a saúde, a independência moral, a vida espontânea do espírito.

O desenvolvimento da indústria multiplica essa classe. Multiplicá-la sem necessidade é um crime moral e político. Cada povo deve esforçar-se por produzir os objectos do seu consumo, mas favorecer a exportação, animar a attitude esmagadora e soberana que a indústria tem tomado, é fazer uma raça miserável que cai nos proletariados, quando se podia fazer uma robusta raça de homens sóbrios, rudes trabalhadores, fortes e honestos — pela agricultura.

Desgraçados os países que caem nos excessos industriais, que consagram aquella teoria política pela qual um governo despreza as necessidades espirituais, para só se ocupar dos interesses materiais e positivos! Esta doutrina, chamada o industrialismo, é um ateísmo político.

Em primeiro lugar, isto provoca o feudalismo financeiro, a aristocracia industrial. E depois tem um supremo inconveniente: o trabalho incessante excita, desenvolve a sensibilidade; o mundo activo da indústria forma centos espíritos ambiciosos, àvidos, doentios, para quem o *querer chegar* é uma verdadeira febre; exagera-se em todos o desejo das riquezas; há uma áspera e terrível concorrência; há luta de interesses, guerra de classes, e por fim assalto da propriedade e revoluções políticas.

Entre todas as indústrias, a indústria comercial, que dá valor às coisas pondo-as ao alcance do consumidor, a indústria manufactora, que dá valor às coisas transformando-as; entre todas, é fecunda a indústria agrícola, que provoca a acção produtiva da natureza nos vegetais e nos animais, e lhes recolhe os productos.

É sobretudo fecunda como moralidade. Vida de energia, de trabalho e de saúde. Puríssima constituição da família.

É ela a agricultura, que dá riquezas permanentes e enormes, todos o sabem. Mas o produto do solo é profundamente dependente da indústria. A agricultura não pode estender-se, fecundar sem a força — capital: o capital só pode ser criado pelo trabalho; é necessário pois recorrer ao trabalho já produtivo — à indústria manufactora. Hoje os capitais correm todos instintivamente para o movimento manufactor. Em todo o trabalho o indivíduo procura o maior produto obtido com o menor esforço, o menor dinheiro e o menor tempo possível. O trabalho da manufactura, ajudado pelas máquinas, sem estar sujeito às contingências da força individual, produz mais e mais depressa. Na agricultura o proveito é mais limitado e as indemnizações mais lentas. Por isso hoje a agricultura parece abandonada e o homem desprendido do torrão; mas não, logo que haja um verdadeiro equilíbrio económico, a agricultura prosperará. Pela influência salutar que exerce, pelos produtos indispensáveis que fornece, dominará sempre, sem esforço, por uma livre tendência popular; a indústria da fábrica e a indústria comercial são apenas seus auxiliares, e o comércio estrangeiro dá saída às matérias-primas e aos outros ramos da produção.

N.º 2, 10 de Janeiro

Lastima-se geralmente a decadência da agricultura, e a tendência que manifestam os homens do campo a deixar os trabalhos agrícolas pelas profissões industriais.

Estes dois factos prendem-se. E observa-se que não há homem do campo com uma pequenina fortuna que não procure fazer de seu filho um médico, um padre, um tabelião, um advogado, etc.; os mais pobres alcançam do cura que dê ao filho mais querido uma educação rudimentar, e no fim daquelle apprendizado clerical, vai o filho do homem do campo passar três anos a um seminário.

Há pois uma tendência que leva com uma energia grande os camponeses a sair da sua classe. Ora não é a miséria que os instiga porque, a este respeito, os mais ricos dão o exemplo aos mais pobres; pode a miséria também influir um pouco, porque o homem que deixa o campo pela cidade vai com a esperança oculta dum salário maior, mas o verdadeiro motivo é a falta de consideração: sentem-se desprezados naquella condição; procuram sair dela.

É esta talvez uma das causas maiores da decadência agrícola. Os recrutamentos tiram à população rural os homens mais fortes; os mais ambiciosos correm a encher as fábricas e a ocupar as profissões liberais; os mais inteligentes saem para o clero, para o tabelionato, para os estudos, etc.; assim as lavouras ficam entregues aos que são mais fracos pelo corpo, pelos sentimentos, ou pela intelligência.

Demais, as camponesas mais robustas são procuradas para a domesticidade das cidades: as que são mais formosas perdem-se e são levadas pelos fornecedores da prostituição; assim a população rural dizimada, empobrecida, está diante da terra sem força e sem braços, sem vontade, e a agricultura passa do definhamento à esterilização.

Estes resultados, se são funestos no presente, são-no muito mais no futuro. É um dever rigoroso do governo e do jornalismo pensarem nestas coisas. É necessário que a classe agrícola tenha a consideração que merecem as suas virtudes, os seus trabalhos, a sua alma pura, e o seu sossego. É necessário que as prevenções vaidosas que pesam sobre o pobre camponês se dissipem sob a influência de costumes mais justos e de sentimentos mais verdadeiramente elevados.

Dantes, os médicos, os sábios, os advogados, os letrados, eram tratados orgulhosamente pelas classes supostas nobres. Hoje essas diferenças *sociais* têm sido niveladas pelas revoluções: o prejuízo acabou a respeito da burguesia, mas não acabou para a gente dos campos porque a educação superior que recebe a burguesia não a recebe o povo rural: daí toda a diferença, daí para os últimos nenhuma consideração, daí o seu desejo de se libertar do quase desprezo que os cerca, daí a decadência dos costumes e a desmoralização dos espíritos.

Há muitos meios de mudar este estado de coisas. Um dos mais poderosos seria, indubitavelmente, o exercício dos direitos políticos. O camponês considera necessariamente como seus senhores, seus superiores, a quem inveja, aqueles que no seu círculo nomeiam o deputado. Se lhe derem a ele esse direito, ele tomará a consciência do seu valor social, ficará contente, não tentará deslocar-se quando acha na sua condição as vantagens rurais e sociais que inveja à condição dos outros, ficará camponês soberbo pela sua consideração, e não consentirá que os filhos saiam daquela classe, onde ele encontra plena satisfação da consciência e largo contentamento do coração.

N.º 2, 10 de Janeiro

Ciências Históricas

O historiador discutindo, criticando os homens e as instituições do passado, exerce uma alta e fecunda magistratura política.

A história leal, verdadeira e elevada, pela filosofia que encerra, pelos métodos políticos que esclarece, pelas tradições que destrói e que consagra, pelas individualidades cuja influência estuda e penetra, esclarece e funda a política do futuro. Mas deve ser a história, leal e elevada. As histórias oficiais, feitas debaixo de um ponto de vista político, para justificar um sistema, para consagrar um erro, para selar toda a injustiça de uma usurpação, produzem funestas inteligências do passado, falsos sistemas, erros políticos, subversões sociais.

As ciências históricas são a base das ciências sociais. Quando a história não for honrada, a filosofia popular baseada sobre ela não será justa.

Quem poderá conhecer as funestas influências da história mal contada, ou perfidamente criticada, da revolução e dos tempos da restauração em França?

A história, escrita sob as influências oficiais, é uma petrificação da história. Desconhece o espírito popular, a alma das tradições, as forças ocultas que provocaram os grandes movimentos da história. A história assim escrita é uma biografia

das casas reais, das famílias históricas, dos movimentos do mundo oficial.

A história assim concebida esquece o povo: é como se, na explicação da vida do globo, se esquecesse a influência do Sol.

Na história o povo deve ser tudo; as individualidades, pouco.

O que nós queremos saber é o espírito das gerações. O que a nossa curiosidade pede, é ver como o passado compreendeu as coisas vitais da humanidade: a família, o trabalho, a educação, as instituições. Mas como se poderia evitar a derramação de ideias falsas na história política?

Alguém lembrou em França em 1848 uma censura especial. Mas a censura trania maiores males que a maior liberdade. Na crítica, na interpretação histórica, a censura é um absurdo.

A liberdade encarrega-se de desmentir uma história falsa por uma história verdadeira, verdadeira no sentido que é feita pelas massas em nome da justiça e do direito.

N.º 2, 10 de Janeiro

CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS

FUNCIONÁRIOS DEPUTADOS

Tem sido debatida a questão de saber se convém que os funcionários públicos sejam admitidos no meio do poder legislativo.

Ora sobre que assenta o princípio do governo constitucional? Sobre a divisão de poderes.

Um homem pode ao mesmo tempo fazer parte do poder legislativo e do poder executivo? A carta atribui exclusivamente ao rei esse duplo carácter executivo e legislativo. Mas esta capacidade deve estender-se aos delegados do poder real? Em princípio é evidente que não.

Entretanto, supõe-se que os funcionários adquirirão pelo exercício dos cargos públicos uma certa experiência, o conhecimento de certas necessidades, o espírito de certas instituições de que é bom que o estado aproveite.

Em certos casos, pois, pode ser conveniente quebrar o princípio: mas isto será a excepção. Assim que se admitam os ministros, os grandes funcionários políticos, as eminências de magistratura e do exército — concebe-se; mas que a câmara seja invadida pelos pequenos funcionários, parece pouco justo e perigoso.

Porque, de duas coisas uma, ou o deputado-funcionário sofre a influência da administração, ou quebra os laços da hierarquia e não atende aos seus superiores; no primeiro caso há servilismo, no segundo insubordinação: em ambos os casos perigo.

Mas dizem: decretar a ineligibilidade dos funcionários é ferir a liberdade e os direitos do eleitor.

Mas se para ser elegível não fosse necessário ter um certo rendimento, preencher um certo número de condições de capacidade, se a escolha do eleitor se pudesse exercer com uma completa liberdade, se enfim, todo o cidadão fosse elegível, compreenderíamos semelhante argumento; mas hoje, sob o império duma legislação que faz do direito de eleger e de ser eleito um privilégio, é absurdo pretender que uma restrição de mais é ferir o princípio.

Argumenta-se ainda com a mobilidade universal e com a certeza das coisas e das ideias. Dizem que não há nada estável em nenhuma parte da nossa sociedade e que não há influência que se mantenha, e que os funcionários, pela sua própria instituição, são obrigados a governar-se por precedentes, a dirigir-se por máximas que fazem jurisprudência, e que os funcionários formam a única classe que possa substituir entre nós aquela classe de influência permanente, cujo apoio, cuja presença, faltam no nosso sistema, e que têm sido muitas vezes julgadas indispensáveis para lhe manter a duração.

Seja. Mas qual é dos nossos poderes políticos o que tem essencialmente missão de representar o princípio da estabilidade? Não é a Câmara dos Pares? E a câmara electiva, pelo contrário, não está constituída para representar o elemento móvel e progressivo? Logo no próprio espírito das instituições sociais, se se considerarem os funcionários como os principais depositários do elemento de estabilidade, é à Câmara dos Pares que se devem mandar e não à câmara dos deputados. E sendo logicamente colocados na Câmara dos Pares, logo que entrem para a câmara electiva vão-lhe falsear o espírito e a instituição.

OS OPERÁRIOS

Como sabem, os operários são os que trabalham por conta de outrem mediante um salário.

A destruição do antigo regímen deu aos operários a sua verdadeira independência legal.

Até então a classe operária sofria uma espécie de domesticidade. Hoje o desenvolvimento da indústria multiplicou-os, e tornaram-se uma classe particular, muitas vezes isolada do resto das sociedades, pelos prejuízos e pela injustiça das leis, ou dum poder entregue a uma facção.

Os operários hoje constituem, por assim dizer, uma classe à parte, tendo os seus interesses exclusivos e particulares, e reclamando em nome desses interesses.

Todos os dias se está dizendo que a classe operária tem progredido nas condições de bem-estar e de consideração. Decerto que o estado dos operários é muito diferente do dos operários do século passado: decerto que andam mais bem vestidos, podem alimentar-se melhor, não são desprezados e gozam comodidades relativas.

Mas estes progressos não provam que não sejam muito justas as reclamações que em nome deles se fazem, e que eles não devam ter uma profunda ambição de chegar a um destino melhor.

Se formos a considerar o ponto de vista material, podemos observar que os progressos do bem-estar material foram maiores para a classe média do que para a classe operária, e que esta, por isso, tem direito a reclamar a parte que lhe faltou na distribuição dos cómodos e das felicidades materiais.

Mas esta melhor condição dos operários está bem longe de tocar a justiça.

Todos os que observam a indústria, conhecerão as classes operárias, sabem que há uns lugares onde as crianças se vão corromper, onde a família não existe, onde se ensina a prostituição, onde é vulgar a promiscuidade; lugares onde se conso-

mem rapidamente as forças físicas e morais; lugares onde não há ideias da virtude e do vício, do justo e do injusto, nem ideias religiosas, onde há um martírio, sem fim e sem esperanças, sofrido por inocentes: estes lugares são as grandes fábricas.

A condição de um grande número de operários é deplorável; o trabalho de um dia produz apenas o necessário para a subsistência. Para eles não há um momento para um feliz descanso do corpo ou para o entretenimento do espírito. Não têm a certeza do dia seguinte; vêem chegar a noite sem esperança do pão da manhã que vem.

Quando vem uma doença ou falta de trabalho, só têm um recurso, a mendicidade ou o hospital.

É um triste aspecto.

Mas onde se há-de ir buscar o remédio para esta desgraça?

Alguns fabricantes humanos e esclarecidos propuseram melhoramentos, executaram mesmo muitos à sua custa. Mas estes remédios parciais e imperfeitos têm produzido resultados medíocres. Além disso, nem todas as fábricas penetram, e quando penetrassem, não remediavam o mal no seu lado moral e social.

Filósofos e publicistas, cujas lições têm sido escutadas pela classe operária, propõem remédios mais heróicos. Todos querem resolver o sistema social e mudar-lhe a organização. Uns dizem ter encontrado o segredo duma harmonia social e económica que faria desaparecer o mal; outros querem alterar a constituição da propriedade, dar uma grande parte ou todas, os instrumentos do trabalho ao Estado e distribuir uma tarefa pelos cidadãos; outros fulminam a concorrência industrial; outros, a propriedade individual. Mas qual destas teorias resolveu o problema? As sociedades não se transformam como as teorias e as opiniões. Não se faz desaparecer a liberdade do coração com a mesma facilidade com que se faz desaparecer duma teoria social.

Os abusos da concorrência são numerosos, evidentes, imensos. Mas é justo atribuí-los ao próprio princípio da concorrência? Há a certeza de não derivarem de outra coisa? Devemos condenar este princípio fecundo da concorrência?

Decerto, se se encontrasse uma outra lei de harmonia económica, certa e infalível. E as teorias propostas contêm essa nova lei?

Não.

Mas dever-se-á então deixar subsistir o deplorável estado das coisas presentes?

Houve publicistas materialistas que quiseram sustentar que a condição actual das classes operárias resultava da própria natureza das coisas. Diziam que a miséria dos operários vinha do seu desleixo: que o operário era imóvel e devasso, mas, diziam eles, observa-se uma coisa: que quanto mais se deixam ir às más inclinações, mais submissos são — e apresentava-se o exemplo das fábricas de Lille, em França — enquanto que, logo que o operário tenha uma certa comodidade de vida, um certo bem-estar, torna-se turbulento, exigente, orgulhoso — como acontece nas fábricas duma outra cidade de França, Lyon. E diziam: «A obrigação de trabalhar sem descanso, sob a pena de morrer de fome, é um freio moral de que o operário precisa e que é indispensável à boa ordem social.»

Entre os homens que sustentavam isto conta-se o célebre Mr. Guizot. Isto quer dizer: para que o mundo oficial e pomposo se não incomode, não seja abalado na sua nobre indolência, sofram, trabalhem até ao desfalecimento e morram de fome milhões de famílias operárias.

É o caso que estas máximas infames são professadas entre nós, com mais ou menos franqueza.

Ora, em primeiro lugar, os operários não têm o desleixo de que os accusam, e não se entregam à devassidão tanto como se diz. Os que têm observado sabem que quanto maior é o salário, quanto mais humanos e bondosos são os donos das fábricas, mais cuidadosos são, mais sóbrios, e melhores quali-

dades morais têm; e pelo contrário, quando o trabalho é violento, os donos duros e ásperos, eles procuram na devassidão um esquecimento, um adormecimento para todas as fadigas.

A maneira que melhora a condição do operário, os vícios que lhe atribuem, e que infelizmente tão espalhados estão nas altas classes, vão desaparecendo.

Assim, a devassidão e relaxação de costumes, longe de serem uma justificação das opressões fatais que eles sofrem, são uma acusação dolorosa.

Diz-se: os operários mais dissolutos são os menos exigentes, os mais sossegados, os menos ambiciosos. Decerto. Porque estão embrutecidos: porque a devassidão lhes esteriliza as faculdades. Não é submissão; é anulação: os animais que andam aí pelas estradas, trabalhando e conduzindo cargas, não têm ambições nem exigências.

E quem é que produz aquelas tendências para a orgia?

A sua condição dolorosa. De maneira que aquela teoria de Guizot reduz-se a isto — tornar os governos estáveis, embrutecendo os povos.

É uma política infame e pouco original: todas as tiranias procuram embrutecer os espíritos, para isso não derramam a instrução, não tratam mesmo dessa matéria, do povo; apenas sabem que ele tem corpo para trabalhar.

Têm medo: conhecem que o povo ilustrado, côm scio dos seus direitos, sabendo o que é Justiça e Razão e Direito, lhes pediria contas. Mas como o embrutecimento popular leva à decadência nacional, à esterilização de forças, à dissolução — por esta política destrói-se o Estado. De modo que esta política trabalha para se aniquilar.

Diz-se: os operários mais felizes, mais bem retribuídos, são inquietos, perturbadores; não, são justos, conhecem o mal, sabem que não é no mundo oficial que estão as garantias da felicidade popular, que há neles geração robusta, honesta e grave.

Querem a igualdade política e mostram-se dignos dela pelos costumes e pela instrução.

Por isso todo o regímen actual da classe operária, deve ser mudado, e os meios propostos não são fecundos: a moderna democracia franceza compreendeu essa questão, compreendeu que não bastava reformar materialmente, era necessário organizar moralmente; até hoje tinha-se pensado só em melhoramentos materiais, mudanças de forma, como se a sociedade fosse uma matéria bruta e inerte, como se a organização exterior fosse tudo, como se as almas não fossem nada. A questão estava reduzida a uma questão de salários, foi debatida, e em Portugal ainda é debatida debaixo deste ponto de vista: daí discussões, e discussões para saber se a questão era política e em quê a organização política influía na solução que lhe devia ser dada.

Não é debaixo deste ponto de vista que a questão deve e tem de ser considerada, mas sob um aspecto, mais alto, sob o ponto de vista moral, religioso, espiritual e político. É necessário saber se não há na sociedade actual causas de ordem espiritual que ali lancem a desordem e a divisão; se o mal está no direito de propriedade ou na maneira como é compreendido e exercido, e, enfim, se o mal não é produzido pela influência do materialismo político, daquela causa, que tem só um símbolo e um nome — Justiça.

OS RETRÓGRADOS

Todos os dias vemos nos jornais — e aliás com uma santa intenção — fulminar os *retrógrados*.

Não devemos imitar servilmente os antepassados, mas devemos estudar e criticar o que eles fizeram e pensaram. Nenhum facto é inútil na história, como nenhuma folha é inútil na vegetação.

Todas as épocas têm as suas exigências: factos novos sobrevêm que exigem novos meios.

É necessário aproveitar o que a experiência pode aconselhar, mas seguir o que a ciência ensina. Os chamados retrógrados prendem-se ao passado puerilmente: toda a inovação para eles é pelo menos um mal, quando não é um crime: eles condenam tudo o que não é um fac-símile do passado. Se sempre tivesse prevalecido esta triste mania, estávamos ainda *na folha de vinha*. Mas a humanidade tem uma consciência crescente da Razão e da Justiça; dissipa as resistências inertes como lamentações perdidas. No entanto, a justiça é não condenar numa maneira absoluta o instinto que leva os velhos a prender-se à imagem do que passou. Foi no passado que eles viveram: então tiveram as suas tristezas, as suas alegrias, as suas paixões.

É ainda o último calor daquela vida que os ampara. E este instinto é útil, serve para conservar a tradição da humanidade. Se o homem não se lembrasse — perderia a vida do espírito; a tradição é que faz a humanidade; conservam-se as velhas medalhas para se estudar a forma do relevo antigo; os velhos são como as medalhas, servem para neles se estudar a forma do velho espírito.

N.º 3. 13 de Janeiro

ADMINISTRAÇÃO

O discurso da coroa e as declarações do governo, na primeira reunião da maioria, asseguram que esta se propõe apresentar ao parlamento diversos projectos, e entre eles o da reforma administrativa. É este o de maior alcance talvez, porque à organização administrativa estão ligados, e dele pendem, os mais vitais interesses das sociedades políticas.

Quando tivermos conhecimento desses projectos, poderemos avaliar as ideias, os sentimentos, as tendências e o sistema do governo numa questão de tanta magnitude. Confiamos, porém, que o governo se havia de compenetrar bem das verdadeiras doutrinas e princípios de administração pública, pelos quais se regem hoje as sociedades modernas, e que meditaria profundamente antes de meter ombros a uma empresa que há-de alterar radicalmente uma ordem de coisas aceita, experimentada e constituída.

Estudar os diversos sistemas de organização administrativa, que já não são hoje uma pura concepção filosófica mas uma verdade prática, pela sua aplicação nos estados do continente europeu; examinar os factos contemporâneos à luz da crítica, da filosofia, e das ideias modernas; aproximar esses sistemas, tanto quanto seja possível, às necessidades da época e às tendências da civilização; pô-las em relação e harmonia

com os outros ramos de administração pública; ponderar depois quais eram as condições políticas dos estados em que esses sistemas foram estabelecidos e a que ordem de ideias estavam subordinados; estudar por fim a índole do povo para o qual se vai legislar, os seus costumes, as suas crenças, as suas necessidades, a sua ilustração, as suas ideias, e tradições — é o supremo dever, o grande encargo e a grave responsabilidade dos poderes políticos que tomam a iniciativa nas grandes reformas, e que querem deixar depois de si honrosas memórias de largas ideias e bom governo.

Mas os sistemas de administração pública não se estudam só nos livros de direito constitucional, quando eles se limitam à filosofia da ciência e às considerações teóricas. Apreendem-se no estudo das épocas, no progresso e decadência das nacionalidades, nas sucessivas transformações das sociedades políticas.

Se os poderes públicos põem de parte a crítica e a observação dos factos, não podem ter uma iniciativa fecunda, nem deixar aos que lhe sucederam, na contínua rotação dos governos representativos, exemplos de ilustração, de esforços profícuos e de tendências civilizadoras.

A ciência da administração pública é toda de observação; e a história da civilização e os progressos do espírito humano são o fio que deve guiar os que entram no labirinto da governação dos estados, porque os factos de todas as épocas têm uma verdade irrecusável e incontestável omnipotência.

Já não é de hoje a ciência de governar os homens. Por esse mar imenso da humanidade têm entrado muitos navegadores mais ou menos ousados, mais ou menos cautelosos, mais ou menos inexperientes.

Qual deles chegou ao ponto, abrigo seguro das tempestades humanas? É esse o grande problema político. Muitos naufragam nessas tentativas aventureiras, ou pela própria incapacidade, por não conhecerem o rumo, ou pela fraqueza na luta com as resistências, ou submergidos na voragem das revoluções.

Esta é a história de todos os povos e de todos os tempos. E desses naufrágios políticos tiram os homens públicos lição e exemplo, ou para navegarem com prudência nesse mar insondável dos interesses humanos, ou para retemperarem as forças no encontro das reacções, ou para encaminharem a onda revolucionária.

Os espíritos audazes e exclusivamente reformadores levam muitas vezes consigo a desorganização aos estados, porque contêm em si quase sempre o elemento da sua própria desarmonia. E então, em vez duma acção fecunda, paternal, benéfica e civilizadora, têm uma acção dissolvente e funesta.

Mas os espíritos nimiamente meticulosos e que transigem com as velhas fórmulas, com a rotina, com a ciência dogmática, com os preconceitos, com as superstições políticas, com as ideias tradicionais; esses, cujos passos são alicianes pelo receio de que o solo se abata debaixo dos pés e que não ousam fazer-se ao largo, porque em qualquer névoa vêem uma cerração (*) em qualquer vaga um abismo, em qualquer vento uma tempestade; se porventura não são perigosos pela imprudência, são manifestamente infecundos pela pequenez do ânimo e pela limitação das ideias.

Cumpra pois ao governo meditar, com reflexão e cordura, as reformas que tenta fazer, e fugir de inovações imprudentes, que, por qualquer motivo, não possam aclimatar-se neste país.

Mas se por um lado lhe cumpre ser cauteloso, cumpre-lhe pelo outro não recuar diante das influências preponderantes, dos caprichos partidários, das oposições facciosas, dos interesses individuais, dos hábitos de rotina, dos preconceitos políticos, das rivalidades mesquinhas. Cumpra-lhe saltar por cima desses atritos, vencer essas resistências, superar esses obstáculos, uma vez que haja compreendido bem a sua missão, a sua responsabilidade, e as severas exigências da vida pública.

Que importa que o governo tome iniciativa em grandes

(*) Na edição de A. Machado da Rosa vem «sensação».

reformas, se lhe faltair coragem e perseverança de as levar ao cabo?

O crédito dos estadistas, a sua reputação perante a história e perante a posteridade, não se afere só pela altura das suas ideias, pela grandeza das suas concepções, e pelo esplendor do seu génio. Esses são meteoros que passam com um fulgor cintilante, sem deixar no horizonte um rasto sequer de luz. Afere-se também, e mais ainda, pelos monumentos de illustração e obras práticas de bom governo que deixam na sua passagem pela esfera da governação dos povos.

COLÓNIAS

A fundação das colónias era uma das occupações principais das sociedades antigas. Então nas cidades, que eram uma pátria, as discórdias, o choque de interesses, o acréscimo da população, causavam contínuas emigrações, quando não eram expulsões. Os bandidos, reunidos sob um chefe enérgico iam, em coorte aventureira, procurar uma nova pátria pelo grande mundo; coisa fácil, naquele tempo primitivo em que as nações amontoadas em pequenas cidades, fraccionadas, separadas pelos desertos, pelos rios, pelos lagos, como por outros tantos penigos então temidos, ignoravam a existência umas das outras.

Outras vezes, um mais atrevido e mais aventureiro chamava a si homens corajosos, e ia em demanda de um canto de terra onde assentasse as barracas, e depois as pedras de uma cidade.

Ora estas colónias do acaso e da aventura estiveram sempre muito independentes da mãe-pátria; esta não tinha a grandeza nem a influencia, nem a força, para ir ao longe dominar a colónia que tinha derivado de si. Por isso as relações entre as colónias e as cidades eram de simples amizade, parentesco, interesses comerciais, uma verdadeira aliança natural.

Assim eram as colónias da Ásia Menor e da Itália.

Ora estas pequenas sociedades nascidas da cidade e da

civilização grega, prosperavam todas. E como não haviam de prosperar?

Os colonos traziam todos os adiantamentos, todas as influências civilizadoras, as artes, as virtudes cívicas, o amor da liberdade, e encontravam um solo virgem e fecundo.

As colónias romanas, essas tiveram um carácter quase exclusivamente militar.

Faziam simplesmente parte de um profundo sistema de conquista e de dominação. Eram como postos militares, alojamentos dos exércitos da república, que iam, lentamente e por influência transformando os povos conquistados em províncias romanas.

As descobertas nos séculos xv e xvi dos navegadores portugueses e espanhóis, deram origem a uma nova espécie de colónias; o seu fim não era criar nações novas, era enriquecer as antigas; ao contrário das colónias romanas, que tinham por fim o império, estas tinham por fim o ganho.

Estas colónias não eram livres; os governos das metrópoles nomeavam-lhes governadores, faziam-lhes as leis e recebiam-lhes os rendimentos. Algumas foram por vezes governadas e administradas por companhias de comércio. A sua população era flutuante; os que vinham não era estabelecer-se, era fazer fortuna. Assim se ia formando lentamente nas colónias modernas uma população de aventureiros, que não queria ganhar o seu pão trabalhando laboriosamente, e embarcava para as colónias com as mãos abertas para todo o ganho, e a consciência fechada para todo o escrúpulo; quem para lá ia não queria consideração; queria dinheiro. Por isso havia nas colónias uma terrível corrupção.

Por isso, todos os estabelecimentos que os estados da Europa ou as companhias de comércio fundaram, decaíram rapidamente, a sua própria riqueza foi-lhes uma causa de ruína, todos os estados os disputavam e em todas as guerras europeias eram retalhados e divididos.

E ao mesmo tempo, a continuação da ocupação do mesmo

país pela civilização europeia, o esgotamento das riquezas, acontecimentos políticos imprevistos, interesses próprios que se foram criando e que por uma lei natural provocaram a independência, tudo isto fez que muitas colónias, as da América sobretudo, se libertassem do jugo das metrópoles; e assim se tornaram nações independentes os Estados Unidos e o Brasil.

As colónias insulares não tiveram a mesma força para se libertarem. Ficaram submetidas. Vivem debaixo dum regime mais ou menos opressivo, segundo o carácter do governo a que obedecem. Têm uma tutela e são exploradas. Elas sofrem ainda com certos abusos dos antigos regimes, e as suas relações com as mães-pátrias apresentam um sistema defeituoso e prejudicial. Isto é verdade, mas o que é também verdade é que a colonização, como sistema político, é fecunda.

Alguns economistas têm sustentado que o sistema de colonização é absurdo. Esta doutrina não deve admirar, já alguém ensinou que o homem não devia reproduzir, porque a educação dos filhos é custosa. E como teriam permitido a uma nação o que recusavam ao indivíduo?

Mas que importam estas teorias? A necessidade de colonizar não é, para uma nação fonte e enérgica, uma fantasia passageira. Todo o povo tende a desenvolver-se, não só pelo acréscimo rápido da população, mas pelo sentimento instintivo da ambição e de movimento, que é o carácter mais nobre e mais elevado da alma humana.

Este sentimento pode satisfazer-se um instante pelo comércio e pela indústria, mas a indústria e o comércio precisam de espaço. A actividade de uma nação não se pode concentrar dentro de limites estreitos, precisa estender-se e mover-se em largos campos, pelas viagens, pelas descobertas, pela guerra, pela conquista, pela colonização.

As nações como os indivíduos, esterilizam-se pela concentração. Se lhes prendem os braços e lhes deixam pouco ar, se o têm entre quatro paredes, triste e imóvel, enfraquece, amolece-se a energia vital, e morre.

A colonização é a forma mais louvável e mais justa da conquista, é o meio mais directo de propagar a civilização. Ela é sempre útil, mas há circunstâncias que a tornam particularmente necessária.

Assim, quando as doçuras duma longa paz enervam e multiplicam rapidamente os homens, quando há uma áspera concorrência, verdadeira guerra industrial, quando as almas mais atrevidas e mais enérgicas, aprisionadas num espaço estreito, têm de se consumir sem proveito e sem glória, ou de fazer das suas faculdades um uso funesto, quando uma longa corrupção resulta duma grande estagnação, como se vê em França e entre nós, não será útil abrir uma larga saída a todas as formas de actividade nacional?

Não é nunca em vão que uma nação multiplica o tipo de civilização que representa, que cria nações novas destinadas a perpetuar a sua língua, as suas lembranças e a glória do seu nome. As colónias têm esta utilidade suprema: que estendem as relações comerciais e marítimas, e são aliados fiéis e duráveis.

Mas só um povo cuja organização política seja fundada na justiça, pode tirar proveito duma colónia, porque só ele a saberá tratar com justiça.

Por isso é incontestavelmente necessário um novo sistema de colonização. O antigo está velho.

As colónias que nascem não podem dispensar a protecção da metrópole, mas essa protecção deve-lhe ser dada, não com grandes exigências, mas com um justo e medíocre proveito, e devem as metrópoles deixar às colónias aquela liberdade interior sem a qual em parte alguma se podem numa nação recente desenvolver o comércio, a indústria, as instituições, a riqueza e o poder.

As nações que governam de longe, governam mal, sobretudo com o sistema *burocrático* moderno; esse governo assim há-de necessariamente oprimir a colónia, e a colónia ou morre ou então, quando pode, liberta-se.

As tentativas de colonização são sempre imperfeitas e erradas ao princípio, mas haja a perseverança e haverá o resultado.

Assim, ao princípio, a Inglaterra cometeu muito erro com as suas colónias, cometeu mesmo muitos crimes, e se alguma coisa a pode absolver, foi a sua perseverança em criar novos estabelecimentos com novos e terríveis esforços.

E as suas colónias, que são um dos mais sólidos apoios do seu poder, serão um dos mais belos títulos da sua glória aos olhos da posteridade.

As colónias são os filhos das nações, dão-lhes incómodos, desgostos, despesas, esforços, trabalhos; a sua educação, é difícil; o arranjo da sua posição, delicada; mas quando são bem dirigidos, quando se lhes dá protecção, quando se lhes deixa desenvolver livremente a sua actividade, tornam-se robustos, fortes, trabalham, têm proveito e honra; quando os pais envelhecem, amparam-nos, e quando morrem, perpetuam-lhes o nome, as tradições de família, todas as reliquias do passado que fazem a unidade humana.

AS CONQUISTAS

Ao falar-se em conquista, é levantar uma questão filosófica e uma questão política, porque é necessário saber se todas as conquistas são igualmente justas, e depois se todos os poderes podem lançar mão da conquista como dum meio político,

Mas a primeira questão é: nós realmente vamos caminhando para um fim distante e desconhecido, ou o homem errará fatalmente, sem inteligência e sem regra, de evolução em evolução?

Mas todos, cristãos, católicos, protestantes, ateus, socialistas, realistas, todos os satíricos das políticas e das filosofias diversas, concordam que a humanidade caminha para o fim da perfectibilidade.

Daqui resulta que as conquistas que levaram a humanidade para as bandas do seu justo destino, são legítimas, e as que a detiveram na sua marcha, são ilegítimas.

Por consequência, toda a questão das conquistas reduz-se a saber se há ou houve conquistas que favorecessem, suspendessem, ou comprimissem o desenvolvimento da humanidade.

Em todos os tempos decento houve violências horríveis e inúteis. Povos e homens conquistadores exterminariam nações que deviam transformar.

Tinham talvez a missão de refazer as sociedades, de juntar populações inimigas, de introduzir ideias e formas novas; e imolavam os vencidos. Pois que quer dizer, perante a justiça e o direito, a exterminação dos americanos pelos espanhóis, e ultimamente as humilhações e os desesperos que a Inglaterra derrama sobre a Irlanda?

Mas decento também tem havido conquistas que têm sido propagação do bem e da justiça; mesmo na Antiguidade a conquista era um elemento poderoso de união e de verdade política: as civilizações adiantadas iam allumiar a gente escura que vivia nos cantos da terra, apertavam-se relações, os vencidos tomavam as artes, os costumes, as leis benéficas dos vencedores: assim melhoravam as instituições e as almas. Todos o sabem. Os povos são como os indivíduos. Uns são activos, outros passivos. Uns são destinados a receber dos outros a iniciação intelectual e moral. Só as conquistas dos primeiros são fecundas; os segundos, quando alguma coisa ocasional os leva a espalhar-se pelo mundo, são assoladores que só fazem ruínas. Assim, por toda a parte onde apareceu a raça gaulesa, raça fácil e simpática, a civilização deu alguns passos. E devemos dizê-lo com verdade: onde tem aparecido a raça ibérica, raça arrogante e violenta, o movimento social tem-se retardado.

As conquistas só são legítimas e fecundas quando o povo conquistado está apto para receber as ideias, os usos, os costumes, dos povos conquistadores; quando a assimilação moral, política e social, é possível. Estas conquistas benéficas, racio-

nais, não são só legítimas, mas são duradoiras. Os Romanos, os Turcos, superpuseram-se em lugar de se confundir com as nações que subjugavam; ao primeiro abalo, aqueles impérios pouco firmes, dissolveram-se. Pelo contrário, todos os elementos de que se formou a nacionalidade francesa, misturaram-se energeticamente; a sua união, tornou-se indissolúvel. Invadida, traída, desarmada, a França salvou-se do desmembramento só pela força e pela união da pátria.

Aviso à Áustria:

N.º 4, 17 de Janeiro

SOBRE AS ALFÂNDEGAS

I

Os Venezianos e os Genoveses chamavam *dagan* ao imposto que se percebia sobre as mercadorias em nome do doge ou do duque, à entrada ou à saída do seu território. É talvez esta a origem mais próxima da moderna instituição das alfândegas.

Sob o regime feudal, todo o senhor podia ferir com um direito arbitrário as mercadorias que passavam nas suas terras; e até 89 as mercadorias foram oneradas à entrada e saída de certas províncias.

Estes direitos multiplicados tornavam a sua circulação interior difícil e dispendiosa.

Durante muito tempo a imposição das tarifas de alfândega não era determinada ou dirigida por sistema algum: os poderes só viam naquele imposto um meio de fazer receita e não lhe compreendiam o alcance.

Henrique IV concedia a um fidalgo, como um privilégio sem consequência, o direito de receber quinze soldos sobre cada fardo de mercadorias que saísse do reino. Mais tarde, os financeiros felicitavam-se de que os impostos, que nos espíritos dos consumidores se confundiam com o preço dos objectos, não erguessem reclamações importunas.

Entretanto, os homens que no século XVII e XVIII estudaram a criação e distribuição das riquezas, descobriram bem depressa a influência que os direitos de alfândegas exerciam sobre a produção, sobre o consumo e sobre o comércio exterior. Criaram a este respeito sistemas que tiveram alguma influência sobre o estabelecimento das tarifas. A revolução destruiu, em França, as alfândegas interiores.

Desde essa época a reforma da taxa das alfândegas exteriores foi muitas vezes empreendida e muitas vezes abandonada.

Cada tentativa, suscitando interesses particulares e sistemas económicos opostos, provocou lutas de que se ressentia a taxa actual.

Hoje está geralmente reconhecido que o estabelecimento dos direitos de alfândega tem dois fins: 1.º — dá um rendimento ao tesouro; 2.º — dá ao governo meios de exercitar ou de reprimir o desenvolvimento desta ou daquela indústria, deste ou daquele género de comércio.

O governo exerce esta acção de modos diversos. Proíbe a certas mercadorias estrangeiras a entrada no território, e assegura assim aos nacionais que produzem mercadorias da mesma natureza, o monopólio do mercado interior. Fixa sobre certos produtos estrangeiros direitos mais ou menos elevados, que, acrescentado ao preço natural, impedem o produtor estrangeiro de os vender no país por preços menos elevados que os da produção nacional. Excita a importação ou exportação de certos produtos, concedendo uma certa soma ou prémio a todo aquele que importar ou exportar esta ou aquela quantidade desse produto; enfim, restitui ao exportador de certos produtos o direito que foi recebido à entrada sobre as matérias-primas de que se serviu.

Se considerarmos estes diversos meios só pelo seu lado económico, é evidente que as proibições, os direitos de entrada, os prémios e as restituições na exportação, têm por efeito elevar com detrimento dos consumidores nacionais o preço de certas mercadorias.

Assim os economistas ingleses, e, depois deles, J. B. Say e os seus discípulos, censuraram o governo de querer exercer pelas tarifas da alfândega uma acção qualquer sobre os movimentos da riqueza. É deles a célebre e bem sabida máxima: *Laissez faire! Laissez passer!* E em apoio das suas doutrinas citavam a Suíça, que, sem alfândegas e apesar da esterilidade natural do seu solo, chegou a um alto grau de prosperidade industrial; eles sustentaram que os direitos protectores apagavam a actividade dos industriais protegidos, privando-os do estimulante da concorrência estrangeira; mostraram a péssima influência do contrabando sobre a moralidade dos povos, e os tristes accidentes que causar; recordaram os triunfos da fraude. O governo francês, por exemplo, não deu num só ano, e só no artigo de açúcares refinados, a título de restituição de direitos, oito milhões mais do que tinha recebido?

Não se têm visto em muitos países os fabricantes de tecidos de algodão, por um processo particular, dar um peso excessivo aos seus productos, e fabricar, não para vender ao consumidor, mas para receber, um prémio igual ao preço de uma mercadoria imprópria para consumo?

Decerto que se não pode negar as restrições impostas pelas taxas das alfândegas, trazem numerosos inconvenientes; não se podem negar os abusos que resultam do sistema actual.

Mas firmemente cremos que, no estado presente da industria e das relações internacionais, é bom que o governo exerça pelas alfândegas uma influência directa e reguladora sobre o producto e sobre os consumos gerais. A acção das alfândegas tem certamente por resultado elevar o preço de certas mercadorias, mas este inconveniente não tem toda a gravidade que os economistas lhe attribuem.

Muitas das restrições que resultam das tarifas da alfândega, têm por fim desenvolver a marinha nacional. E porventura, que nação pagará sufficientemente as vantagens de um grande poder marítimo?

O comércio estabelece entre os povos laços de dependência

necíproca, cujos resultados civilizadores são excelentes. Entretanto, uma nação exposta a sofrer e a fazer muitas vezes a guerra, não pode sem inconveniente depender de nações rivais para o fornecimento dos objectos que ella consome em grande quantidade. Em caso de guerra, a elevação súbita do preço desses objectos, a baixa repentina do preço dos productos que o estrangeiro ia buscar em troca, poderiam causar graves perturbações. As privações impostas à Europa pelo sistema continental feriram este sistema de impopularidade e tornaram-lhe a applicação quase impossivel; os laços commerciaes só não têm inconveniente entre os povos que não estão destinados, pela sua situação e pela natureza das coisas, a irem, por mar e terra, sofrer o azar das campanhas e a sorte perigosa da guerra.

N.º 5, 20 de Janeiro

II

Se todos os povos tivessem o mesmo carácter, se somente estivessem submetidos ao mesmo governo e às mesmas leis, sem dúvida se devia renunciar às alfândegas e ao sistema protector; mas enquanto existirem entre eles desigualdades de aptidão industrial; enquanto a diversidade das leis e dos governos e o sentimento da nacionalidade se opuserem aos transportes de capitais e de indústria que as teorias dos economistas supõem; poder-se-ão sempre justificar certas restrições das tarifas, pela necessidade de conservar a riqueza nacional dos povos menos industriais.

«Não se pode comprar um produto senão com um produto equivalente», dizem os economistas; por consequência um povo não pode ser empobrecido pela acção livre do comércio, pois que recebe sempre um valor equivalente ao que dá.

Este raciocínio é especioso, mas pouca exactidão tem. O valor das mercadorias, todos o sabem, não é absoluto; resulta da opinião. Ora, a opinião de um povo pode ser mais razoável que a de um outro, pode ser fundada sobre um desejo imoderado de gozos, sobre a preguiça, etc.

É fácil a um povo, como a um particular, diminuir as suas riquezas por trocas comerciais que supõem um consumo considerável e improdutivo. Um povo que troca matérias-primas,

capitais disponíveis sob a forma de numerário, por produtos destinados a um consumo imediato e improdutivo, empobrece infalivelmente, devora os seus instrumentos de trabalho e arruína-se, como o pródigo. É bom observar que a concentração nalgumas mãos das fortunas, isto é, dos capitais acumulados, dos instrumentos de trabalho, é favorável a este empobrecimento, porque o rico ocioso não produz nada e consome ordinariamente muito.

Restrições de alfândega, sabiamente combinadas, tendem a corrigir os erros deste género, que a opinião, resultado de tantas causas diversas, pode fazer cometer a um povo.

Essas restrições elevam o preço dos produtos da indústria estrangeira e restringem-lhe assim o consumo. Esta elevação de preço é um tributo imposto pelo Estado sobre os consumidores das mercadorias taxadas. Estes, se são empobrecidos, é em proveito do estado, isto é, de todos os contribuintes. O estabelecimento da taxa obriga-os a pagar uma soma mais forte para obter a mesma quantidade de objectos de consumo improdutivo que obtinham anteriormente. O efeito imediato do empobrecimento é incitá-los ao trabalho, à produção, ou ao menos à economia.

Ao mesmo tempo, a elevação fictícia do produto da indústria estrangeira, excita a ambição do trabalhador e do capitalista; esforçam-se por realizar benefícios, fornecendo as necessidades do consumo por menor preço que o estrangeiro: trabalham, produzem. Assim, as sábias restrições em matéria de alfândegas têm por efeito conservar à nação os instrumentos do trabalho, os capitais acumulados entre as mãos dos ricos, e excitar ao mesmo tempo ao trabalho o produtor e o consumidor.

Quando supusemos que o consumidor era rico, quisemos indicar somente a riqueza relativa; supusemos que as restrições feriam mais rigorosamente os objectos cujo consumo era menos indispensável.

Os economistas modernos que proclamaram a doutrina

do *laissez faire!*, não atenderam ao carácter e às paixões dos povos; consideravam o homem como uma matéria bruta que seguia o movimento fatal dos capitais em lugar de o causar; julgaram sem razão que um povo trabalharia igualmente sob o regímen da liberdade comercial e sob um regímen restritivo.

O seu sistema é fundado sobre esta hipótese: que basta a um país estar nas condições materiais favoráveis ao desenvolvimento deste ou daquele ramo de indústria para que essa indústria aí prospere.

É um erro. A ignorância, a apatia, a elevação do juro, consequência da falta do capital, podem impedir essa indústria de crescer e desenvolver-se. A aplicação dos capitais e do trabalho a tal ou tal espécie de indústria depende talvez mais ainda dos prejuízos e da rotina do que das circunstâncias económicas. É contra este prejuízo que a acção do governo se deve exercer, levantando o preço dos produtos da indústria que quer excitar, a fim de animar produtores a intentarem-na, de os indemnizar das perdas que causam sempre as primeiras tentativas da inexperiência, e de não deixar improdutivo os elementos da riqueza nacional.

E que elemento de riqueza é mais considerável e mais fecundo que o trabalho?

Pode o sistema protector bem entendido dever ter por fim estimular a indústria e o trabalho; deve favorecer a introdução barata das matérias-primas e dos instrumentos, e repellar os produtos do trabalho estrangeiro.

Mas tal objecto é o produto de uma indústria e deve servir de matéria-prima a uma indústria. Evidentemente, deverá ser admitido com mais facilidade que os objectos susceptíveis de ser immediatamente entregues ao consumo e que são inaptos para a produção.

Os capitais disponíveis devem ser considerados como a principal das matérias-primas, como o mais enérgico instrumento do trabalho. As importações de numerário são pois muito favoráveis ao desenvolvimento da riqueza nacional; elas

têm por efeito o abaixamento do interesse e as elevações dos preços, duas causas de abundância para todas as classes de cidadãos. Assim, as falsas teorias dos antigos economistas sobre a balança do comércio conduziam a resultados práticos mais vantajosos e mais exactos que as doutrinas dos economistas modernos.

As tarifas de alfândegas protectoras têm por fim principal dar aos povos cuja educação comercial e industrial está menos adiantada, os meios e o tempo de fazer esta educação sem ser acabrunhada pela superioridade dos seus vizinhos. Se se admittisse a liberdade do comércio em toda a sua extensão, os povos menos industriosos ficariam indubitavelmente pobres, arruinados pelos seus vizinhos mais hábeis. O equilíbrio acabaria sempre por se estabelecer, dizem os economistas. Sem dúvida, mas somente depois que a ruína dos povos menos industriosos fosse completa e terrível.

N.º 6, 24 de Janeiro

III

As tarifas protectoras são uma arma offensiva para as nações mais industriais, defensiva para as que o são menos.

Seria loucura abandoná-las, sobretudo em presença das proibições e das restrições de toda a espécie de estabelecidas e mantidas pela Inglaterra.

Notou-se já como esta potência, cuja liberdade commercial os missionários pregam bem alto, está muito longe de as admitir, apesar da sua superioridade industrial. Convida a centas nações a desarmar-se e ela, a mais forte, a mais vencedora, fica armada.

A influencia que ella exerceu nos nossos destinos mostra, mais que todas as teorias, qual o resultado das ligações commerciaes entre um povo industrial e um povo não industrial.

Antes do tratado de Methuen, a Inglaterra, já rica pela sua industria, não tinha capitais. Portugal, pelo contrario, possuía riquezas consideráveis, sobretudo em numerário accumulado, vivia ainda com os proveitos do século XVI.

Começámos então a comprar objectos de consumo cujo principal valor era produzido pelo trabalho inglês, em troca dávamos alguns comestiveis, mas sobretudo matérias-primas e numerário. Foi bem depressa evidente que aquelle comércio empobrecia Portugal e enriquecia a Inglaterra.

O abaixamento do juro forneceu aos produtores ingleses novos recursos; e o preço em móveis ingleses elevou-se. Ao mesmo tempo os capitais disponíveis de Portugal diminuíam, o preço dos imóveis abaixava, e o juro do dinheiro, elevando-se sempre, aumentava as dificuldades que embaraçavam o desenvolvimento da indústria nacional.

As matérias-primas e os capitais metálicos arranjavam à Inglaterra novas riquezas. Portugal tinha reduzido as suas, comprando objectos de simples consumo.

Causas políticas, é verdade, concorreram com as causas económicas para o empobrecimento de Portugal. As grandes famílias proprietárias dos instrumentos de trabalho, preferiram comprar os produtos das manufacturas inglesas do que utilizar as suas riquezas em proveito dos trabalhadores do seu país. A nossa preguiça natural é bem conhecida, o nosso carácter indolente é verdadeiramente meridional e também a influência do elemento católico, principalmente no que diz respeito ao juro do dinheiro; isto exerceu uma acção funesta. Mas mais poderosas eram essas causas, mais Portugal tinha necessidade de um sistema proibitivo enérgico. Era necessário ensinar os economistas de então a pagar ao estrangeiro com os produtos de seu trabalho, e não com as riquezas que seus pais lhe tinham legado. O marquês de Pombal bem o tinha compreendido.

É para evitar aos seus compatriotas a sorte de Portugal que a maior parte dos governos da Europa responderam por proibição à proibição da Inglaterra, e que renovaram com lentidão, sob uma forma pacífica, o sistema continental. Sentiram que a Inglaterra tinha levado o desígnio de levar as nações às despesas loucas, como um usurário excita um rapaz pródigo; os economistas então deram aos povos uma tutela e impuseram a necessidade de reduzir as despesas ou de as pagar só com os produtos do seu trabalho. A guerra que a Inglaterra faz ao governo chinês para o constranger a deixar envenenar os seus povos, mostra até onde pode ir o cinismo

da política britânica, e como são prudentes as tarifas das alfândegas que repelem os produtos da sua indústria.

A Suíça tem dispensado as alfândegas porque a sua pobreza primitiva o proibia, porque a sua população, sóbria nos seus gastos de consumo, laboriosa, e afeita desde há muito à indústria, não fornecia nenhum lado especulável à concorrência estrangeira. E ademais, a Suíça nunca pensou em representar um papel político e activo.

A França, cuja situação é tão diferente, deve conservar as barreiras protectoras das suas alfândegas. Potência essencialmente política e militar, deve concentrar os seus recursos, estabelecer a sua indústria sobre as matérias-primas que a sua agricultura produz, e não se avassalar à indústria das nações rivais. Mas ela deve antes de tudo reformar uma tarifa cujas diversas disposições se contradizem, ou são contrariadas por uma viciosa repartição do imposto.

É necessário pois que os governos, estabelecendo as suas tarifas, não protejam nem cegamente nem com excesso, que não se deixem dominar pelas exigências apaixonadas e quase sempre injustas do interesse particular, que não percam nunca de vista que toda a protecção impõe um tributo ao consumidor, e deve agrilhoar a indústria, e não tornar-lhe a indolência aproveitável.

N.º 6, 24 de Janeiro

ORÇAMENTO

O governo apresentou às câmaras o orçamento. Não sabemos se nele falou, verdade, expondo com seriedade e franqueza o estado da fazenda pública. Se o fez, procedeu como lhe cumpria, porque vai nisso o interesse da nação e a sua própria dignidade.

Os governos representativos, por isso que são governos de crítica e de discussão, são os que exigem a máxima lealdade e franqueza nos poderes públicos.

Por maiores que sejam os embaraços da nossa situação financeira, é necessário patenteá-los àqueles que, pela sua autoridade legal, podem removê-los ou pelo menos atenuá-los.

Nem os governos devem ter pejo de apresentar aos olhos do país e do parlamento a verdadeira situação da fazenda pública. Os encargos que se recebem em herança dos antecessores no poder, não desonram os que entram na direcção dos negócios. Aos que não criaram as situações precárias, não cabe a responsabilidade que dela vem.

É necessário que o parlamento saiba onde estão; mas para aí acudir com a sua iniciativa, com as suas luzes e com a sua dedicação.

Da exposição franca e verdadeira do estado da fazenda pública, há-de nascer a discussão sensata, luminosa e des-

prendida das afeições partidárias; e desta há-de vir o remédio, ou pelo menos o alívio dos males, que, se por ventura não se atalharem, podem arrastar-nos a um medonho cataclismo político.

A falta de verdade, sempre que se trata de esclarecer o país sobre a sua situação financeira, tem sido, de há muitos anos, o grave erro de todos os governos. Erro fatal de que eles teriam dado contas estreitas num país onde a responsabilidade ministerial não fosse uma fantasmagoria política.

De que serve ocultar nos orçamentos certas despesas para fazer diminuir o défice, e acobertar debaixo de uma prosperidade fictícia o verdadeiro estado das coisas públicas?

As situações difíceis não se remedeiam, os obstáculos não se removem, as resistências não se aniquilam, os cataclismos sociais não se evitam senão com uma política franca, verdadeira e desassombrada.

A política de expedientes, política inerte, tímida, reservada, infecunda, compromete os interesses gerais sem salvar o nome nem a glória dos estadistas.

A franqueza, a lealdade e o desprendimento dos homens públicos, pode, em dadas circunstâncias, arriscar-lhes a popularidade e precipitar a catástrofe da sua queda. Embora. Nesses consentimentos é que está o seu verdadeiro mérito, nessa abnegação é que está a sua verdadeira virtude.

N.º 10, 10 de Fevereiro

SOBRE O AQUEDUTO

O aqueduto de Sertório, que é uma recordação da história e uma necessidade do povo, está esquecido, arruinado, perdido!

Há anos que foi apresentado em câmara um projecto de imposto nos gados das feiras e dos mercados do Rossio. Este imposto, vexatório e injusto, foi todavia votado sob a proveitosa e fecunda condição de ser aplicado ao conserto do velho aqueduto.

O pequeno sacrifício do imposto vinha salvar um incómodo geral, e realizar uma necessidade profunda.

Os resultados foram insufficientes. Os consertos a fazer no aqueduto são radicais, pedem um plano, um sistema geral de construção, um minucioso estudo hidráulico.

Podem-se gastar 50, 60, 80 contos, pequena despesa ainda para tão grande necessidade; as medidas de hygiene e de saúde em parte nenhuma se aferem pelo dinheiro que consomem. Se o não há, pede-se, depois supplica-se, depois mendiga-se.

Há poucos anos ainda o aqueduto das Amoreiras, em Elvas, foi consertado pelo ministério das obras públicas. O de Évora, esse, tem para perdê-lo — o desleixo dos homens e as inimidades do tempo.

Ninguém sabe onde se sumiram as influências poderosas daqui, as inteligências zelosas, os iniciadores afadigados, que se

não vê ninguém que vele um pouco por aquele aqueduto, que, como história, está sendo uma ruína, e, o que é pior, como obra, uma insalubridade.

Em Elvas, onde os poderosos são inenúmeráveis, as camarilhas nenhuma, as vaidades poucas, alcançou-se facilmente, sem perda de fazenda ou de súplica, que fosse restaurado o aqueduto.

Ora, se se trata de consertar o aqueduto de Sentónio, por conta do município, será bastante o imposto dos gados? E este conserto, será uma justiça e um facto racional o ser feito aos pedaços, lentamente, ao acaso, por espaço de 50 anos, dando largo tempo a que os temporais o vão roendo, e se vá alterando a saúde?

É um erro o querer consertar o aqueduto com o rendimento do imposto: o maior erro seria, e mesmo negra injustiça, o querer alargar esse imposto até às despesas da obra.

Todo o conserto intermitente, sem estudo, sem planta, sem architectos verdadeiros, sem conhecimentos das matérias do local, das condições químicas da água, sem preparatórios trabalhos hidráulicos, é uma inutilidade, um desperdício, um desleixo criminoso.

O conserto a retalho tem este inconveniente de ir sendo destruído pelo tempo e abandonado pelos homens; e quando se chegasse ao fim da obra, demorada, protraída, interrompida, como todas as obras feitas sem dedicação por gente sem actividade — seria necessário voltar ao princípio, e recommençar pacientemente o trabalho de reconstrução.

O sistema empregado é improfícuo pela qualidade e pelas condições de duração do material empregado.

A tubagem de ferro, que era mais cara, era todavia mais económica.

Um dia falaremos mais longa e tecnicamente nesta obra de áspera precisão.

Este jornal muitas vezes falaria das grandes necessidades, dos cômodos, dos trabalhos a fazer, das vantagens a dar ao

povo. Mais vezes o fariam, se se sentisse escutado e se sentisse apoiado. Mas aqueles a quem compete velar pelo bem público, estão tão longe da nossa voz como estão longe da justiça.

É necessário dizer, porém, que a voz dos que vêm em nome da razão e do direito é tão alta por vezes, e de tal modo ecoa nos ouvidos, que os deixa a escorrer sangue.

N.º 14, 24 de Fevereiro

Há tempos o *Campeão das Províncias* publicou um comunicado sobre as desordens do liceu de Évora

Não trazia nome por baixo que legalizasse aquelas acusações violentas; desenhava ali uma confusão terrível no liceu, pouca instrução, falta de frequência, pouco respeito pelos professores, desmoralização dos alunos, etc. Segundo aquele áspero escrito, o liceu era uma pequena Babilónia imoral, corrupta, pecadora e de irremediável podridão. O mesmo senhor que dizia isto olhava com santa beatitude para a Casa Pia, e só via ali sossego, harmonia, felicidade, boa administração, uma espécie de paraíso, onde só há repouso e louvores de graças.

Depois voltava a olhar para o liceu, com ar profético de desesperança e de desdém.

Hoje recebemos dois comunicados, excelente e lucidamente escritos, de duas pessoas respeitáveis, que, tomando nas suas mãos a questão, a deixam tão clara, tão limpa e tão pura, tão séria como a própria verdade.

Publicamo-los juntamente para dar maior robustez à opinião comum, reforçando a com as opiniões individuais.

Nós desejamos que a verdade se apure, e que fiquem ilibadas todas as honras, e desvanecidos todos os maus conceitos. É possível que haja no liceu irregularidades: não costumam estes estabelecimentos, pelas suas condições especiais de existência, ser aqueles onde há mais harmonia, mais sossego, mais

administração; cremos todavia que as acusações do comunicado do *Campeão* eram excessivas e apaixonadas. Pela verdade das maravilhas que se contavam da Casa Pia, se pode avaliar a verdade dos horrores que se contavam do Liceu. Repetimos, o nosso grande desejo é ver terminada a questão, por este esclarecimento da verdade feita por tão belas inteligências e tão rectas consciências. Nós teremos as nossas páginas abertas e cordiais para os que quiserem discutir nobremente a questão.

Ficaremos vendo, reservando o nosso juízo, aplaudindo só uma coisa — a justiça, defendendo só uma coisa — a honra.

AGRICULTURA, COMÉRCIO E INDÚSTRIA

AS ANTIGAS COMPANHIAS

As companhias são grandes reuniões de capitalistas, de fabricantes, e de gente de negócio, associados para empreenderem grandes operações de comércio, de indústria, ou de trabalhos públicos.

Outrora a ideia de companhia era inseparável da ideia de privilégio. Hoje não se pensa assim.

A antiga organização das companhias, que nós achamos agora com razão contrária ao interesse público e aos verdadeiros princípios da economia política, parecia então uma coisa natural, que se harmonizava perfeitamente com as jurandas, as corporações e a divisão da sociedade em diferentes ordens. Foi só no século XVIII que aquele sistema encontrou nos filósofos e nos enciclopedistas críticos esclarecidos.

As companhias daquela época eram de duas espécies: umas compostas de banqueiros, então conhecidos sob o nome de mercadores; as outras companhias eram companhias de comércio, de descoberta, de colonização.

Companhias de negociantes, de capitalistas que, comprando a protecção de alguns fidalgos ou de uma amante real ou de um favorito, obtinham o privilégio de fazer só elas o comércio da

metrópole com o estrangeiro, mas mais particularmente com o Oriente. A França, a Inglaterra, a Holanda, a Dinamarca, Portugal e a Espanha, tiveram em diferentes épocas companhias de comércio, as quais foram as que traficaram com a Índia. Nos termos da sua instituição, aquelas companhias tinham, mediante o dom de uma coroa de ouro a cada mutação de rei, o decreto de sustentar frotas e exércitos, de fazer a paz e a guerra; e, quando elas logravam apoderar-se de um país, podiam possuí-lo e administrá-lo — como propriedade sua. Todos os empregos civis, militares e religiosos, eram de nomeação sua. Algumas deveram aos seus esforços e aos seus felizes resultados o elevar-se à ordem de potências políticas. A grande Companhia da Índia, na Inglaterra, tornou-se mesmo tão poderosa que o parlamento britânico submeteu as suas operações ao exame de um conselho especial nomeado por ella, e que bem depressa tornou a importância de um ministério; hoje, o monopólio comercial dessa companhia não existe: as suas rendas só se compõem de produtos territoriais e administrativos, como as alfândegas, a pasta, etc., das províncias sobre as quais se estende a sua autoridade. Ora os partidários dos sistemas de companhias, pretendiam que só ellas podiam colonizar os países distantes e sustentar os estabelecimentos necessários para fazer vantajosamente o comércio das mercadorias e dos géneros que aqueles países produzem; que só ellas podiam reunir capitais bastante consideráveis para equipar as armadas e fazer os adiantamentos que exige aquelle género de operações, e que, por isso, era justo e necessário conceder-lhes, exclusivamente aos outros negociantes e armadores, o privilégio de entrar nesses negócios. Todo o mundo hoje sabe o que se deve pensar desta argumentação e o valor que se deve dar às pretendidas vantagens do sistema de companhias; os nossos pais mesmo tinham exactamente apreciado o valor deste sistema de companhias privilegiadas, e a vigorosa crítica de alguns escritores do século XVIII não tinha nada de exagerada. As companhias quase sempre succumbiam pelo seu próprio erro e pela concorrência dos arma-

dores contrabandistas, que faziam expedições nos países concedidos às companhias e chegavam a ganhar mais que elas, apesar dos perigos e dos obstáculos que tinham a vencer.

A grande companhia inglesa mesmo não prosperou muito tempo; as suas eternas guerras com os povos da Índia custavam-lhe mais do que o seu comércio lhe rendia. Em França, quando a Revolução suprimiu os privilégios, não causou nenhum mal às companhias de comércio, porque estavam mortas. Há muito tempo também a Espanha e Portugal tinham abandonado as suas, e não lhes resta hoje de todo aquele edificio senão o poder político de companhia inglesa, e a proibição de comércio a respeito de colónias e de algumas potências, tais como a França, a Inglaterra e a Holanda.

Mas o privilégio que subsiste não é exercido pelas companhias, toda a nação tomou o seu lugar nesse privilégio.

Se não se encontram hoje companhias de comércio organizadas como as de outrora, não se pode dizer entretanto que o regímen de que faziam parte esteja completamente abandonado.

Tais foram as antigas companhias de que dentro em pouco apenas se falará na história.

N.º 17, 7 de Março

O CRÉDITO PÚBLICO

O crédito, como todos sabem, é a confiança pela qual se emprestam dinheiros ou se vendem mercadorias, sem exigir pagamento imediato e; é ao mesmo tempo a faculdade de usar dos recursos dos outros em todas as condições de segurança. Isto que se dá nas relações individuais, dá-se nas relações de economia internacional.

O crédito público é na sua essência o crédito particular. Há só esta diferença: que no crédito particular o que empresta conta sempre com o embolso mais ou menos próximo do capital emprestado.

Por isso abrir um crédito é conceder um prazo. No crédito público, o que empresta só exige a prestação regular dos juros da soma emprestada. Porque logo que haja confiança na honra e na dignidade do governo devedor, o que deu de empréstimo pode realizar o seu capital negociando com o título de dívida.

Nesse caso é um novo credor que o substitui, sem que nada se modificasse nas condições do empréstimo: e é assim que o crédito, passando de mão em mão, oferece sempre ao credor o recurso do embolso, sem que a ele seja obrigado o próprio devedor.

O crédito público funda-se pois nas garantias que dá o governo devedor relativamente à prestação regular do juro.

A medida do crédito público estabelece-se primeiro pelas condições mais ou menos vantajosas que os que emprestam fazem ao governo; segundo, pelas vantagens maiores ou menores que encontra o credor na venda do seu título.

Isto explica-se bem.

Nas transacções entre particulares, o que empresta dá um capital real mediante um juro mais ou menos elevado, segundo as circunstâncias.

Nos empréstimos dos governos, pelo contrário, o juro é pago anteriormente pelo que pede de empréstimo, que ao mesmo tempo reconhece e declara ter recebido um capital muito maior do que realmente arrecada. Assim o governo diz aos capitalistas: «Quero uma soma de tanto, pelo juro de cinco por cento; quanto me dão por cada cem mil réis de que eu me declararei devedor?» E segundo os capitalistas nas suas propostas se aproximarem mais ou menos dos cem mil réis, assim se conhecerá a confiança que eles têm no governo, ou em outros termos, ter-se-á a medida do seu crédito. O governo a quem se oferecerem por exemplo noventa e nove mil réis em cada cem, será acreditadíssimo em comparação daquele a quem os capitalistas só ofereçam setenta e cinco.

Contractado o empréstimo, o capital dado pelo prestador negocia-se nas praças. E se ele aumenta, é porque a confiança aumenta, ou noutros termos, o crédito. Por exemplo, o estado recebeu por cada cem oitenta, se o prestador acha quem lhe compre o seu título de dívida por oitenta e cinco, ou por noventa, é porque o crédito do governo cresce nas praças estrangeiras. No entanto, o aumento do crédito não está sempre em proporção com este aumento do preço do capital. Muitas vezes esse aumento vem doutras causas, entre as quais as especulações da bolsa, os acasos do jogo e a acumulação dos capitais, têm um grande lugar.

Não se deve acreditar também que o crédito público se afira pelas mesmas regras do crédito particular. Esta teoria de

J. B. Say é tanto mais errónea quanto pode seduzir pela sua simplicidade aparente.

«Não pode haver, diz aquele escritor, duas aritméticas diferentes, uma para os indivíduos, outra para as nações.»

Sem dúvida, e se as operações fossem semelhantes, os cálculos deviam ser os mesmos.

Mas o indivíduo toma de empréstimo obrigando-se a desembolsar o capital, o Estado toma de empréstimo obrigando-se a prestar os juros. E se embolsa o credor, escolhe o momento que lhe convêm: já isto é uma diferença imensa entre os dois empréstimos; uma outra diferença é que o prestador pode sempre embolsar-se, negociando o seu título, o que seria difícil àquele que empresta a um particular. Enfim, o prestador do Estado vê aumentar nas suas mãos o capital emprestado, o que não acontece nunca nos empréstimos entre particulares. Há, pois, não duas aritméticas diferentes, mas duas diferentes maneiras de aplicar a aritmética, segundo se trata de empréstimos públicos ou particulares.

Por consequência, a medida do crédito não deve ser a mesma.

Com efeito, a solvibilidade do particular, isto é, a garantia que ele oferece, depende sobretudo dos capitais que possui. Ora, o Estado não possui capitais. Primeira diferença. Depois, o particular, quanto mais livre de compromissos, mais crédito tem. O Estado, pelo contrário, terá menos crédito se nunca tiver pedido emprestado do que tendo tomado de empréstimo e tendo cumprido a sua obrigação.

Segunda diferença:

Diz J. B. Say: «A situação mais favorável para uma nação, relativamente ao crédito público, é quando está sempre em estado de pedir emprestado e nunca pede.» O que é *estar em estado de pedir emprestado*? Não é ter crédito? Por consequência, aquilo é o mesmo que dizer que a melhor maneira de ter crédito é ter crédito.

Pelo contrário, aquela proposição invertida dá uma ver-

dade. O melhor método para um Estado aumentar o seu crédito, é pedir emprestado e satisfazer nobremente. E não faltam exemplos que o comprovem. A ocasião em que a França aumentou o seu crédito foi quando teve mais dívidas; e a Inglaterra, que amontoou empréstimos sobre empréstimos, viu continuamente aumentar o seu crédito à medida que crescia a sua dívida. No entanto, deste princípio não se devem tirar as últimas consequências, isso seria um abuso de crédito, levaria à ruína e à bancarrota.

Os sábios sabem admiravelmente estas coisas; não é para eles que as explicamos, mas, quando o país está atravessando uma orise financeira, não é inútil talvez derramar o conhecimento do complicado jogo financeiro das nações no espírito popular, simples e recto.

Política Nacional

(Correspondência do Reino.
Do nosso correspondente político)

N.º 10, 10 de Fevereiro

Meus amigos. Nas câmaras a grande, a terrível, a áspera, a implacável opposição foi à reforma da secretaria dos negócios estrangeiros. E no entanto, o projecto passou livremente, escudado e protegido pelos livres pretorianos.

Eu creio que todos os fulminadores do projecto foram um tanto cavaleiros andantes, que andaram atacando um moinho.

Fez-se daquilo uma áspera questão em que parecia ir a dignidade da pátria, a honradez dos espíritos e a salvação das consciências. Por fim só é um erro; é um pequeno erro de forma.

Mais fardas que se bordam, mais comendas que reluzem, mais brindes officiais.

O *high-life* está sendo hoje uma necessidade incisiva do corpo humano e dos corpos sociais. As tendências modernas vão para o que luz e para o que soa. E se se olhar às vezes para as ideias, é quando as ideias fazem um pouco de barulho. Quando um dia um embaixador, em vésperas de partir para

Viena, perguntava ao imperador qual a atitude a tomar perante o gabinete austríaco, o imperador respondeu; dê jantares e agrade às arquiduquesas.

Tudo é representação aparente e movimento teatral na diplomacia moderna.

As questões internacionais, as acções políticas, a história contemporânea, isso é feito e colaborado entre os governos.

As embaixadas fazem parte das cortes, das camarilhas, dos saraus. Os embaixadores representam os reis, não representam o povo. Eles são um resto das velhas camarilhas feudais e católicas.

É a mais fina nata das aristocracias que se manda aos países estrangeiros, a desdobrar o aparato e a flor do luxo das nações. Em todos os homens há uma delicadeza, um luxo especial, uma pequena magnificência; por esses luxos se sacrificam, se movem e se cansam.

As nações têm também o seu luxo especial e querido, são as embaixadas. Toda a nação se julgaria desonrada se não apresentasse perante o mundo atento uma embaixada esplêndida, como toda a mulher que num baile não tivesse uma seda custosa.

Deixemos que a nação, a nossa, tenha esse pequeno defeito de querer resplandecer ao sol estrangeiro; por isso não lhe devemos querer mal, como nenhum homem deve desprezar sua mãe, ainda que ela seja leviana.

Se isto é assim, se o *high-life* internacional pede este luxo, se são necessários estofos para ter consideração, se está assente que a superioridade de uma nação está na finura das fardas dos seus fidalgos, se isto é uma loucura constituída e transformada em princípio, então ou não devemos aparecer aos olhos da Europa, ou devemos aparecer resplandecentes.

É lógico. Ou o vestuário é um distintivo social, ou não: se não é, andemos todos embuçados numa manta, com umas polainas de camponês; se é, andemos conforme pede a nossa posição e a nossa dignidade oficial. Se não andamos consoante

somos, no dito popular, confessamos humildade. E desgraçada da nação que se confessa pobre e humilde; as outras pegam na palavra e passam-lhe por cima, surdas aos choros, cegas às súplicas. Não ir com a loucura geral, é um erro diplomático.

Quando os embaixadores representarem e forem em nome do povo, eleitos por ele, então andaremos vestidos de burel e descobertos; mas enquanto representarem o falso aparato e resplendores mentirosos, andem com estofos e pedrarias.

Eu bem sei que a questão política não é de forma, é de princípios: que esses é que devem ser atendidos e transformados, que a sua aplicação é que deve ser vigiada e a sua origem bem alumada. Mas se não se tratou ainda da questão de princípio na Europa, se por ora são só formas que se alteram, aparências que se mudam, andemos a par das transformações, das aparências e das formas. Quando o senhor ministro dos negócios estrangeiros apresentou o seu projecto, os Catões de sombria face mostraram a espada, apontando a perdição da pátria. Eu creio que nenhum destes Catões teria tido o espírito de se matar.

As falsas severidades desgostam tanto como as devassidões verdadeiras.

Eu não digo que um dia este mundo oficial do aparato não desaparecerá como uma vista de teatro. Decerto. Tudo se dissipará como fumo à grande voz popular. As revoluções são como Cristo, tardam a vir e por fim são negadas; somente muito tempo depois é que fazem religião.

Ora quando a democracia tiver feito a sua religião, então eu penso que os ratos roerão as fardas reluzentes.

Mas não compete a Portugal, pequeno país perdido à beira do mar, ir dar o brado ao resto da Europa. Não nos convém decento, não podemos ter a política de propaganda.

Por isso, como os outros fazem, façamos nós

O senhor ministro errou, mas como erram muitos, segundo a tradição. Mas se quem a não segue é desprezado, se quem a repele é apupado!

Houve já um homem que durante a vida foi adulado, festejado, acalentado. Para ele os jantares melhores, os brindes mais pomposos. Para ele o sorriso mais terno, o olhar mais afectuoso. Andava precedido de bênçãos e flanqueado de cortesias.

Teve empregados, condecorações, alcatifas, brindes. Se um dia lhe esquecia a bolsa, todas as mãos se estendiam para ele cheias de ouro e de notas; se um dia chovia, todos lhe vinham oferecer humildemente as suas carruagens; se alguém o queria espancar, vinham mil braços feramente armados trazer-lhe tragicamente a defesa e a vingança.

Este homem vivia numa água furtada e não acendia lume. Nas longas noites de Inverno tinha frio.

Ao morrer, todos os cercavam esperando o testamento; julgavam-no avarento. Ele era somente um miserável. A única coisa que tinha para legar era o catre em que dormia.

Então pronunciou aos que o rodeavam estas grandes palavras:

— Eu vi durante a minha vida adorar tanto, festejar tanto, adular tanto o *bezerro de ouro*, que imaginei que só a sombra dele devia ser adulada e festejada! Fingi de avarento. Todos acreditaram. Fingi que era um milhão encarnado num homem e fui adorado como um milhão. E no entanto, nunca houve naquele armário um pedaço de pão seco.

Tal é a história do homem. —sombra do *bezerro de ouro*.

Portugal decerto não é um *bezerro de ouro*; não é inútil que seja a sua sombra.

Por isso representamos, fingimos de avarentos, de ricos, de poderosos; seremos adulados e festejados, ainda que no nosso armário não haja um pedaço de pão seco.

Ora o projecto passou, apesar dos brados. Passou por 90 votos contra 40. De modo que há no parlamento 90 homens que adoram as fardas bonitas e os cortejos vistosos, e 40 que as detestam. É só isto. Nem mais nem menos.

Não façamos disto questão terrível, porque caímos no combate aos moinhos.

Há muita e muita coisa a pensar para este pobre país: há uma crise sinistra que é necessário afastar; há mil perigos porque é preciso velar; há mil acusações a fazer; mas o projecto de reforma não tem importância, nem elevação, nem merece iras nem defesas calorosas.

Em qualquer outro país não se fallaria nisso. O povo tem mais em que pensar do que nas fardas que se agitam.

Fala-se em desperdício! Quem ouvir — se por acaso alguém ouvisse os debates do parlamento português — pensaria que o projecto causa a bancarrota. As economias a fazer são outras. Oh! desperdiçadores de farinhas e aproveitadores de farelos! Eu falei nisto longamente — porque a atenção pública estava toda posta na solução desta questão medonha! Eterno combate de cavaleiro armado de ferro contra a vela dos moinhos.

N.º 11, 14 de Fevereiro

Como sabem, o *Jornal do Comércio* continua dando grandes golpes no governo, e ainda em cima salpicando de sangue as camarilhas e os patrocinados. A *Gazeta de Portugal* defende, como pode, o governo, dando o seu corpo até aos tiros contrários. No meio desta luta, menor que a de Oliveiros e Roldão, o que hão-de fazer os homens honestos, puros, limpos de interesses, que apenas têm um desejo — a elevação da pátria?

Reúnem-se; reunidos lamentam a ruína, o desperdício, as inconseqüências, as desgraças da vaidade. Depois, como consolação, tomam as suas conversas nas suas melhores lâminas e vêm para a câmara. Foi assim que se fundou a *Liga Patriótica*.

Tenho ouvido os gritos das aves agourentas e os gorjeios alegres dos pássaros de boa sorte; e destas vozes, como os áugures antigos, nada tirei para o futuro da *Liga*.

Futuro, se futuro podem ter em Portugal os partidos políticos. Um doente que está para morrer revolve-se, agita-se, torce se, enrodilha-se nas roupas: esta nação, também, agita-se tristemente nos partidos, faz esforços violentos, quer ir unir-se e fundir-se com as outras nações, impacienta-se, soluça; o que será? Estará já revolvendo as dobras do seu sudário? Será por isso, porque sente a hora da morte, que se quer reconciliar com os seus velhos inimigos, e por isso se quer unir à Espanha?

Oh! tristeza infinita! E não haver um homem que tome nas mãos este doente, que o cure, que lhe dé uma vida pro-

veitosa, que o ponha caminhando, consultando e decidindo nos concílios da Europa!

Nós, isolados do mundo, aqui a um canto estamos, como um mendigo inútil que murmura as suas rezas.

Como a um mendigo nos fazem esmolos, como a um mendigo nos dispensam a opinião, como a um mendigo nos deixam ficar à porta dos congressos, como a um mendigo nos têm asilado, dando-nos por guarda a Espanha. Até quando será isto, Eu sei? E o que havia a fazer? Está no espírito de todos. Economizar, dar instrução, reformar a lei fundamental, codificar a legislação, extinguir os privilégios, animar a agricultura, velar pelo povo, dar a todos o voto espontâneo. Isto é o que se devia fazer: senão, morreremos. Porque digamos a verdade, por toda a parte, instintivamente, sem que os espíritos queiram, a tendência democrática e revolucionária vai transformando e construindo novas ideias. Na Bélgica, na Itália, na Suíça, países mais desfavorecidos de sorte, menos no grande movimento dominador, onde o povo é mais indiferente, onde é menor a ciência, e menos basta a inteligência, aí mesmo toda a mocidade, todo o povo, tem grandes esperanças, estuda a história, pensa que um dia viverá da soberania popular e do reinado da justiça. De toda a parte, de Nápoles, da Suíça, da Grécia, foi gente assistir às exéquias de Proudhon, o grande construidor da revolução — como a uma festa da inteligência. Aqui em Portugal nem sequer se sabe isso. Quando se fala em liberdade, em justiça, em democracia, todo o mundo volta as suas largas costas, dizendo: *ora, sonhos dos vinte anos!* Aqui, os grandes princípios, que em todo o mundo são a lei, a norma, o ideal, são considerados como extravagâncias, que só se pode permitir a um aluno de latim ou a um discípulo de retórica. O homem de ideias largas, livres, profundas, é tido entre nós como um selvagem, que é no presente velhaco e será no futuro assassino.

Qualquer livro que se escrevesse, qualquer coisa que se publicasse, era considerada como atentatória da moral pública e a três dedos do código penal.

E donde provém isto? Da falta de instrução, da ignorância horrível, do sono da alma que aflige o povo.

Miséria, miséria, miséria. Eu falo nisto aos meus amigos porque lhes conheço a índole livre e o espírito iniciador; senão, não dizia nada. Limitava-me a pasmar, a entristecer-me, ou, o mais prudente, a rir-me.

O riso é uma coisa que ainda hoje compensa de muita desilusão.

Eu apoio imensamente essa atitude que os meus amigos têm tomado perante a política do país. Indiferença, expectativa. A mais proveitosa política é aquela que têm seguido — velar pelos seus interesses territoriais.

No entanto, próximo vem talvez o dia em que tenham de se enrodilhar na política de combate; nesse dia não lhes recomendo a justiça, porque sei que a seguirão; não lhes falo na intriga, porque sei que a hão-de evitar. Neste momento de crises, nenhum espírito pode ser indiferente. Todos os que falam têm de vir dizer o seu voto sobre a urna da Pátria. Qual será mais votada, a liberdade ou a ruína?

Não falo na verdade, que essa anda no fundo dos poços.

N.º 12, 17 de Fevereiro

Poucas são as novidades políticas; e está tudo em expectativa: esperam-se reformas, melhoramentos, etc.

As comissões vão como podem, trabalhando com actividade, para apresentarem os pareceres sobre as propostas do governo.

Ontem o governo teve em casa do senhor ministro do reino uma longa reunião, o que leva a crer que se trata de prontamente elaborar as reformas que hão-de ser apresentadas sobre a supressão de alguns distritos e sobre a instituição e criação da guarda civil.

De resto, são estas as poucas e magras novidades que lhes posso contar.

Agora percorro os jornais; vejo isto: queixas, declamações, acusações vagas. Todos pressentem que estamos numa crise, que não foi criada por estes ou por aqueles, mas trazida pela fatalidade das coisas.

E esta crise, que os fados fizeram, poderão cortá-la os homens? Na política as instituições colaboram mais que as individualidades. Do sistema das instituições, do seu resultado prático, da sua influência moral, podem vir certos factos de prosperidade ou certas manifestações de decadência de que os homens não têm culpa; não são os ministros, nem os reis, nem os cardeais que a preparam, é a lei social.

Hoje que tanto se fala em crise, quem não vê que, por toda a Europa, uma crise financeira está minando as nacionalidades? É disso que há-de vir a dissolução. Quando os meios faltarem e um dia se perderem as fortunas nacionais, o régimen estabelecido cairá para deixar o campo livre ao novo mundo económico.

Esta crise que Portugal sente na sua fortuna, sente-a igualmente a Espanha, a Itália, a Áustria, etc.

O que virá, não se sabe; que há-de vir alguma coisa, é verdade; se a felicidade social, se apenas o elemento de uma nova dissolução, se a grandeza e a justiça, se o desalento e a decadência, isso quem o sabe?

Nós cá andamos a cem léguas destas coisas. Estamos longe de movimentos políticos da Europa, longe do grande jogo diplomático das nacionalidades, compondo e recompondo pacientemente os nossos ministérios. Nós não nos ocupamos do futuro, como uma criança que sabe que estão velando por ela. E com efeito alguém vela por nós.

Eu tenho esta tendência para me deixar ir a falar da política da Europa, porque a julgo a mais verdadeiramente interessante para nós outros portugueses. Ainda que longe do movimento político, não estamos longe das transformações: e qualquer desequilíbrio no estado actual, era para nós uma crise terrível de nacionalidade, porque íamos cair numa ou noutra boca. O imperador disse há pouco que em breve iria abandonar a política de conquista e de invasão.

No entanto, quando tudo se desfizer, se agitar, nós seremos sacudidos, embalados, e talvez se veja que a política de invasão e de conquista não está tão abandonada como se diz.

Esse é que é o dia terrível, esse é que devemos temer.

Até então parecem-nos injustas aquelas acusações terríveis contra certos homens políticos, contra os ministérios. Porque se acusam? Têm eles porventura culpa das decadências? Eu não quero considerar as decadências como imperscrutáveis determinações da Providência. Não. Mas sendo como são resultados

dos factos, dos costumes, da índole da época, dos maus sistemas da constituição, da corrupção, não podem estes homens ou aqueles ser culpados, seja qual for a sua inércia, seja qual for a sua acção; sejam da política da esquerda, sejam da política da direita, de qualquer ideia ou *unha* que sejam.

Podem sim desperdiçar mais ou menos, poupar algumas migalhas, reformar as suas secretarias, isso não acelera a decadência como não salva da ruína.

Eu não digo que não haja uma culpa em não tomar uma iniciativa poderosa, em não acalentar a ideia que, crescida e desenvolvida, se há-de tornar facto. Mas isso pertence mais aos homens da opinião, do jornalismo, do livro, da publicação, do que aos homens do Estado e do governo.

Eu já numa última carta falei da louca atenção que se dava à famosa discussão sobre a reforma da secretaria dos negócios estrangeiros. Não assim a questão do défice, essa pode já de algum modo ter uma acção profundamente directa nos nossos destinos, essa prende à questão de economia, que é hoje como quem diz questão de nacionalidade.

No entanto, o défice num país que, como o nosso, é grandemente produtivo, tem uma poderosa riqueza do solo, uma admirável fertilidade, é povoado, não tem veleidades, ambições guerreiras, é pacífico e cultivador; o défice nestas circunstâncias, digo, não deve ser assustador nem terrível. Não. Não deve pelo menos ser tão assustador como se o país fosse só industrial, comerciante, jogador de fundos, com fortuna de carteira. Nesses sistemas de riqueza é que os défices matam. Nos países como o nosso há muita coisa que pode salvar.

Mas o quê?

É uma coisa que eu observo nos jornais de opposição: atacam, combatem, esgrimem, mas apresentam porventura reformas? Lembram melhoramentos? Esclarecem algum novo sistema? Não; atacam com palavras mais ou menos sonoras o governo, os homens, os influentes, tudo.

Atacam, mas não aconselham. Isto é bom nos começos

de uma oposição; define o espírito de um partido ou a atitude de um jornal. Se começasse aconselhando, pareceria um jornal de conciliação. Mas depois é mais fecundo que se aconselhe, que se elucide, que se lembrem novos métodos, do que ficar constantemente destruindo uma ruína, sem construir um abrigo.

Assim parece-me que a coisa mais proveitosa a fazer seria talvez a revisão da carta. Depois, a reforma da instrução. Depois, a criação de estabelecimentos agrícolas. Depois, a questão do exército. Depois, a questão dos códigos. Isto podiam ser bases novas de um melhor sistema.

A revisão da constituição é uma necessidade sentida há muito, muito desejada e profundamente justa. As leis fundamentais não podem ter a estabilidade, o carácter dogmático de uma religião. As religiões mesmo se alteram.

As leis são feitas para uma dada circunstância; passada ela, caduca a lei. A carta é o regulamento do sistema constitucional. Considerado bom em si e supremo o princípio, a maneira de o regularizar pode ter necessidade de alterações. A revisão das constituições é dos métodos mais fecundos e mais filosóficos de governar.

É fazer acompanhar pela lei os costumes, as tendências, as ideias dos homens. É estabelecer sempre uma harmonia entre o espírito do tempo e o espírito da lei.

De modo que a lei não esteja estreita quando o espírito tiver alargado, ou que a lei não esteja curta quando estiver erguido. Se essa harmonia se não dá, há disjunção do espírito com a lei, e isto traz as revoluções.

O vestido feito para a criança não serve para o homem. Não é para tratar desta questão uma coluna da correspondência; não que esta ideia seja geral, vejo-a muito no fundo dos espíritos e pouco na superfície da palavra. É necessário que se falasse nisto, que se batalhasse um pouco sobre esta ideia.

A questão de instrução é uma questão de vida, e é como se não dessem providências para distribuir o pão no caso de fome. A organização da instrução popular, essa era em França

em outro tempo uma opposição e uma luta terrível, porque a Igreja e o Estado queriam ambos a educação. Essas influências não existem aqui, a raça é inteligente e trabalhadora, sabe que por toda a parte se lê e se pensa, tem ambições de ler e de trabalhar.

— Porque a não instruem?

Em Portugal não se pode ser correspondente político dum jornal. Ou se há-de transcrever a parte official, que a ninguém oferece interesse, ou se há-de contar as noticias dos teatros.

Desde que se abriram as câmaras tem havido tais questões sérias sobre a Espanha, sobre a reforma da secretaria dos negócios estrangeiros e um pouco sobre a divisão distrital.

Sobre a Espanha sabem o meu pensamento, eu não sei ainda se lho disse, mas devem prevê-lo: detesto os encontros e abraços da panela de ferro com a panela de barro; detesto mais que se vá pedir esmola a um pobre e auxílio a um paralítico.

Detesto também o sistema militar de Espanha e aquella sinistra colaboração de generais e de fidalgos.

De resto amo tudo na Espanha. Somente gostava mais dela, se ella estivesse na Rússia.

Em quanto à reforma dos estrangeiros, acho que não se deve negar pano a quem se quer vestir, sobretudo enquanto não for moda andar nu.

Em quanto à divisão distrital, é outro caso. Reservo-me noutra carta a mostrar-lhe o que aquillo é. Eu creio que não é rigorosamente um mau acto político. Aqui diz-se geralmente que o governo tem oscillações, e que num desses abalos pode desabar em terra. E diz-se que a gente do partido novo o vai substituir.

Mas o que é o partido novo, o que faz ele, o que fez e (façamos a pergunta sacramental) d'onde vem, o que quer? Ele já o anunciou no *Jornal de Lisboa*, mas nós queremos ver realizar um facto. E que nova coisa trazem os do partido novo? Eu creio que eles apenas trarão de novo os seus nomes! Que igual será o seu sistema de governar, a mesma a sua ambição de lá ficar. Diz-se aqui que a *Gazeta* vai ser comprada pelo governo, porque o sr. Ant3nio Augusto est3 perdendo com o jornal. Acredito; outrora teve aquelle jornal poderosa accepção, hoje tem geral repuls3o. Mas isto nada significa para os dotes e m3ritos de jornalista que o sr. Vasconcelos possui. Outras novidades me d3o, mas sem importancia.

Uma coisa que tem feito concorr3ncia ao governo e desviado as atenç3es da pol3tica, tem sido os *Huguenotes*. Mas falar-lhe da m3sica de Meyerbeer, do seu grande poder de instrumentaça3o, do seu profundo idealismo, isso pertence ao vosso correspondente liter3rio, belo moço que tem a felicidade de n3o ser ministro.

Eu s3 invejo duas esp3cies de pessoas, as que s3o contemplativas e vivem no campo, longe da vida social, ou as que v3o viajar.

De qualquer modo s3o felizes, gozam, sossegam.

A quest3o 3 evitar a gente as coisas p3blicas no nosso pa3s, e n3o ver muito S. Bento, e ver mais alguma coisa, Deus.

Tem aqui feito grande impress3o a carta do conde de Chambord que se intitula «Henrique V». 3 uma carta desolada. pelas desgraças da França; o imperador proibiu a circulaça3o e publicaça3o nos jornais francezes; ele n3o quer que a muito triste carta de Chambord veja o muito alegre aspecto da França.

Aquella grande quantidade de pr3ncipes exilados, desterados, fugidos, andam em volta da França, como aves de

mau agoiro, esperando que da plumagem imperial possam tirar o bastante para fazer os seus ninhos.

O que esperam eles?

Andam fazendo uma colisão fantástica. Andam compondo e recompondo em volta da França uma muralha de ódios e de hostilidades, que ela um dia pulverizará. Andam-se tornando odiosos à burguesia, que quer o sossego; ao exército, que quer os esplendores imperiais; ao povo, que quer a liberdade.

Só folgam aqueles velhos restos de aristocracia francesa, desbotados e raptados, que imaginam fazer nascer uma podridão da pureza dum cristal.

N.º 14, 24 de Fevereiro

Não há novidades políticas, como costuma dizer a *Gazeta*.

Tudo estagnado e adormecido. Fala-se bastante todavia na viagem do rei. O rei, creio que vai assistir à exposição, fazer parte da grande reunião de soberanos que o imperador receberá nas Tulherias. Isso é dos grandes aparatos dramáticos com que o imperador conta. O antigo demagogo vai fazer disso mais um acto interessante do seu império — melodrama. É por isso que o discurso no parlamento, respira paz e sossego. Não lhe convém agora outra coisa.

Tem aqui feito sensação as palavras de Ricasoli, por ocasião da dissolução das câmaras: disse ele que a Itália está fatigada de discussões estéreis, da fraqueza dos governos, das perpétuas mudanças de pessoas e de programas novos.

Estas palavras parecem ditas em Portugal, por quem conhece bem o estado das coisas.

Portugal também está cansado das discussões estéreis: está sobretudo cansado das mudanças de pessoas e de programas.

Quer ver um grande facto realizado. É o que ele quer. Enquanto não vier esse facto que traga uma profunda alteração nos nossos costumes políticos, nada faremos. Andamos chasqueando no lodo e na indiferença, e deixamos vir a monte

aminhando para nós. Portugal está cansado da fraqueza dos governos, isto é uma grande verdade. Que remédio? Não sei. Qualquer. Eu não declaro uma doutrina, exprimo só um sentimento. Por aqui dão-se grandes bailes, com grandes desperdícios de riqueza, de luzes, e de mulheres. O sr. marquês de Tagliacarne, de feroz nome, tem dado funções, que, como diria qualquer noticiarianista respeitoso, honram o mesmo senhor.

Na câmara tem sido aprovado o projecto sobre as pensões, e com razão.

Como não há novidades, nem assuntos políticos, nem discussão, eu fecho aqui, pedindo perdão deste laconismo espartano, e prometendo para a outra vez carregar esse jornal com o peso de longas apreciações.

N.º 15, 28 de Fevereiro

A grande conversa, o assunto supremo, e que mal apparece faz rebentar mil opiniões, é a eleição do círculo III.

A opposição folgou chorando. E digo chorando, porque receia um pouco o sr. Lobo d'Avila no parlamento; mas aplaude também que haja na câmara um homem enérgico, uma voz autorizada, um grande talento, que pulverize a famosa máquina do governo. A opposição abandonou assim a questão de pessoa e votou-se a uma questão de princípio, ou antes a uma questão de guerra.

Pessoas que tinham antigas inimizades com o sr. Lobo d'Avila, apagaram na sua alma esses fermentos malévolos, para se darem todos, influência e trabalho, ao serviço da sua eleição.

Há também uma coisa. É incontestável que o sr. Lobo d'Avila caiu com certo aplauso geral. É necessário por consequência que imensa seja a repugnância pelo governo. Agora estou convencido que a opposição tomará um carácter mais decidido, mais enérgico e mais unido. Pôr-se-ão de parte os pequenos ódios, para satisfazer o ódio geral. Como na revolução do general Prim, muitos elementos dispersos, heterogêneos, combatem na opposição. Há um inimigo comum a destruir, contra ele os terríveis ataques, contra ele as cóleras intermináveis.

Esse inimigo poderá cair. Até que ele caísse, todos andavam unidos, de qualquer partido, ou de qualquer *unha* que fossem. Mas quando se for à partilha do poder que o derrubado deixa?

Como se hão-de haver entre si os homens de opposição? Então que o grande ódio está satisfeito e castigado, os ódios pequenos renascem, tenazes e incuráveis. Prevê-se daqui a luta.

Depois digamos a verdade. Hoje a opposição não tinha chefes determinados: alguns começavam a aparecer que aspiravam à supremacia do partido. Esses eram aceites, à falta de homens, e mesmo porque eles por si tinham dotes que os abonavam e qualidades que os apontavam. Mas quando entrar o sr. Lobo d'Avila, todos se voltarão para ele como o chefe Augusto. Ele aceitará. Os outros não reclamarão; mas começarão as intrigas, os ódios, as invejas, logo que vejam que lhes vai fugindo dos ombros a púrpura de supremos chefes.

Essa posição deve ser dolorosa. Em Portugal não há quem saiba ser governo, nem há quem saiba ser opposição; os meios expeditivos por que as duas facções poderiam desembaraçar-se uma da outra, pressinto-os; eu, que não sou nem governo nem opposição.

Se qualquer homem de estado inglês ou francês viesse em comissão para o nosso parlamento, e se aclimatasse aos nossos pequenos interesses, era no dia seguinte chefe da opposição ou chefe do governo à vontade, a não ser que preferisse ser imperador.

É que lá combate-se com terríveis astúcias e com estranhos meios intellectuais; têm razão, jogam a vida e a pátria.

N.º 16, 3 de Março

Continua a expectativa política.

Ninguém sabe o que sairá deste sossego — sossego — que é como a calmaria no mar — precursor de tempestades.

Foi grande o entusiasmo em toda a parte pela eleição do sr. Lobo d'Avila. Este cavalheiro tem sabido chamar a si todas as simpatias populares, e pode, com habilidade e com firmeza, tornar-se o homem mais sério das situações. O sr. Lobo d'Avila tinha caído, levando os ódios do país; esses ódios eram filhos duma excitação: tinha-se-lhe feito uma guerra violenta, áspera, pouco nobre. Lançaram-se-lhe todos os epítetos. Chegou a ponto que os chefes da gente que lhe fazia opposição se viam obrigados a ir, eles mesmos, como se fossem os maiores amigos do sr. Lobo d'Avila, repelir as calúnias que vinham dos seus.

Nunca a paixão política desvairou tanto os espíritos em Portugal como então. Não era opposição, era rancor; mas como esse rancor não era justo, fundado em coisas sensatas, acabou mal, acabou a excitação.

Então dizia-se: o ministro Lobo d'Avila morreu para sempre. Bem vêem agora que ele ressuscitou, e de que modo triunfante!

Pergunta-se qual será a sua attitude com a gente da opposição. Organizá-la a fazer um partido compacto e robusto?

Rodear-se só dos seus amigos e começar solitariamente a abrir brecha, por onde ele em seguida há-de entrar?

Provocar uma recomposição? Falou-se nisso, mas é impossível. Uma recomposição em que entrasse o sr. Lobo d'Avila seria a exclusão do sr. Fontes; seria a queda do ministério. Então não havia recomposição possível.

Como a política é de sorte, de eventualidades, e sobretudo de infidelidades, ninguém sabe o que espera este pobre país.

No entanto, o que todo o mundo vê e sabe, é que difficilmente terão remédio estas crises múltiplas e unidas. O que todo o mundo sabe é que este ministério é insustentável pela sua impopularidade, e porque está destruindo o pouco que ainda havia. O que todo o mundo sabe é que os meios escasseiam completamente e é indispensável ir buscá-los algures. O que todo o mundo sabe é que não temos crédito. O que todo o mundo sabe é que os défices pertencem ao número daquelas coisas que, em não diminuindo, crescem. O que todo o mundo sabe é que a grande atenuante dos défices — a economia — é desprezada, escarnejada e expulsa do orçamento. Isto é o que todo o mundo sabe; ninguém duvida da habilidade financeira do sr. Fontes, da maneira oratória do sr. Casal Ribeiro, que é aprimorada, e de muita teoria que em ciências sociais e de administração possui o sr. Mártens Ferrão, nem da habilidade superior dos outros ministros. Ninguém duvida dessas coisas, mas o que vê é que o país está numa crise, que é necessário atalhar, diminuir, evitar; enfim, de alguma maneira afastar.

Ora digamos uma verdade: a nossa crise não é de independência, não é de luta com nações estrangeiras, não é de questão internacional, não é de questão de partido interior, é pura, simples e exclusivamente de dinheiro. E quem é o ministro da fazenda? — O sr. Fontes. E quem é o financeiro da opposição? O sr. Lobo d'Avila. — Logo... percebem-me. A crise há-de resolver-se indo o país pedir ao sr. Lobo d'Avila que

tome conta das suas finanças. Isto pelos meios parlamentares e constitucionais, entende-se.

Há também um grande descontentamento pela reforma administrativa. Mas isso é fácil de suprimir; isso bem se evita: é conservar na gaveta o projecto, que nunca mais veja nem sol nem lua. Mas o que não se suprime, o que se não esconde, o que se não fecha na gaveta, é o défice; não nos iludamos, ele e só ele é a sombra negra que nos persegue, é o abismo que nos chama.

A maneira de o resolver é a economia.

Tome-se uma enérgica medida, suprimam-se nichos, rendas inúteis, despesas estéreis, cada ministério diminua a cauda do seu grande vestido, e daqui a muitos anos os nossos netos gozarão de uma felicidade relativa. É isto o que tenho a dizer.

Não posso explicar por ora a marcha do governo e a marcha da opposição, porque realmente é difícil pressenti-lo: a nossa política vai-se tornando de acaso.

Agora, por estes dias, em maior calmaria vai tudo ficar.

Como não há parlamento nem saem jornaes, mareiam as novidades, e o governo toma fôlego; tenha ele cuidado, porém, que não seja a sua última respiração.

N.º 17, 7 de Março

Agora nestes dias tudo descansa, a intriga dos Basílios e a política. Troca-se o fino e o falso sorriso diplomático pela franca e sonora gangalhada.

Ainda assim aqueles que estão presos a estes interesses da política, tanto adormecem com as loucuras do Carnaval como com as tristezas da Semana Santa.

Para esses não há noite nem aurora. São trabalhadores infatigáveis das suas próprias vantagens, e da grandeza dos outros.

A atenção política voltou-se agora para o *meeting* do Porto. E com razão. Aquilo é uma clara, enérgica e inequívoca declaração de oposição, de impopularidade e de desaprovação.

Da parte do povo de Lisboa, ou doutra cidade, talvez não tivesse tanta importância. Em Lisboa o povo é fútil e qualquer veleidade, ou qualquer indignação, ou qualquer pequena contrariedade, o agrega em *meeting*. Nas outras cidades pequenas, onde tudo se leva pelo espírito de intriga e de soalheiro, qualquer pequena influência individual chamaria a uma praça umas centenas de pessoas.

No Porto, não. O Porto é uma terra séria, grave, trabalhadora, um tanto indiferente à política, extremamente sossegada por ser extremamente comercial, onde as reuniões

aparatosas são detestadas e as manifestações que possam alterar a ordem, repelidas pelo espírito público. Por isso aquella manifestação tem um carácter terrivelmente sério. Os *meetings* são uma maneira nobre de fazer opposição, e sobretudo uma maneira decisiva. São a intervenção directa do povo nos negócios do Estado: reuniões respeitáveis, onde se conhece a vontade do povo, onde os seus instintos aparecem com todo o relevo e a sua opinião é declarada espontaneamente, sem rebuços e sem o perigo das interpretações erradas. Aquella maneira de protestos não é vulgar em Portugal; o nosso temperamento não suporta as decisões sossegadas e serenas, e as reuniões sem tumulto. Quando se reúnem cem homens é para gritar, fazer barulhos, bradar e espancar; quando se reúnem mil é para fazer uma revolução. Os *meetings* só estão bem no carácter inglês, frio, compassado, paciente e justo. Aí sim.

Mas o caso é que no Porto houve um *meeting*, com todo o sossego, havendo uma discussão serena: era mais que *meeting*, era uma convocação popular: a câmara assistiu, dando àquele acto toda a solenidade dum protesto legal. Aquilo era o maior dos ataques ao governo. Nada o devia ferir tanto.

Depois, o Porto dá a lei e a feição moral a todas as províncias do Norte: elas seguem por uma aceitação tácita que tem origem na dependência, no costume, na intimidade do tráfico, na antiga confraternização em momentos políticos, o que o Porto faz.

Uma opposição legal no Porto, legal e solene, e consagrada pela presença das autoridades populares, significava uma opposição legal em todo o Norte do reino. Esta é a verdade. Por isso era necessário combater o *meeting*.

Os *meetings* não são uma argumentação que se desfaça, nem um discurso oratório que se desatenda. É uma acção directa e provocante contra o governo. A maneira de os anular é desacreditá-los. Que estava lá pouca gente, que era só o populacho vadio, que houvera facadas e desordens, que os

oradores foram escarnecidos, que assim que choveu tudo debandou, etc. É uma velha tática; sobretudo o que se diz sempre para os atenuar, é que foram diminutamente concorridos.

Quando em Londres houve o primeiro *meeting* reformista, os jornais do governo sustentaram ferrenha polémica com os jornais populares sobre o número dos operários reunidos.

Por imitação, os jornais do nosso governo atenuam o *meeting*. As opiniões sobre o número de pessoas divergem. É realmente uma questão séria.

Seriíssima para os políticos: se o *meeting* do Porto foi de pequeno número de pessoas, e essas mesmas de pequena importância, se não houve sossego, se dispersaram mal, se reuniram — então é uma coisa sem a menor importância; mas se a reunião foi imensa, se houve seriedade e entusiasmo, então é uma coisa, que, repetida (e repetir-se-á), causa inevitavelmente a queda do governo.

Os jornais do Porto dão entre 5 a 7 mil pessoas na reunião.

Na *Gazeta de Portugal* apareceram três correspondências assinadas por letras do alfabeto, que dão entre 700 a 800 pessoas.

Espera-se em breve outra correspondência que negue o *meeting*.

São três letras do alfabeto: uma finge ser de opposição, a outra declara-se timidamente ministerial, a terceira diz, com nobre desprante, que é indiferente à política. Assim me contou alguém muito lido da *Gazeta* e de outros papéis do governo. Mas há desconfiança que aquelas três letras do alfabeto não estiveram no Porto, e que vivem em Lisboa, no á-bê-cê ministerial. Seja como for, o que se induz é que o *meeting* esteve respeitável: o que se induz é que ele abriu brecha no governo, brecha tão grande que até a opposição toda podia passar por ela.

Novidades políticas de Lisboa, nada. Lisboa de resto já deu a sua opinião, pela eleição do círculo III.

O Porto já deu a sua pelo *meeting*. Agora espera-se que cada cidade importante vá dando a sua; depois, diante disto, se por acaso o governo continuar, então é que se realiza aquele dito do sr. Fontes: só me faz sair da cadeira de ministro a explosão dum barril de pólvora.

N.º 18, 10 de Março

Sabem como foram estranhas e ameaçadoras as palavras do sr. conde de Lavradio na Câmara dos Pares.

Todos aqui se interrogam desconfiadamente e aprontam o ouvido a ver de que ponto vem a voz da desgraça.

Diz-se muita coisa sobre a origem daquelas palavras.

Uns pensam que foi uma revelação verdadeira, saída espontaneamente da honrada boca do sr. conde de Lavradio; outros pensam que foi uma ameaça ostentosa, provocada pelo azedume e violência da discussão; outros dizem que fora uma combinação para afastar do governo as iras populares.

Não creio que fosse nem uma ostentação, nem uma combinação: para a primeira, o sr. conde de Lavradio é sério de mais; para a segunda, honrado de sobejo.

É talvez a verdade, é certamente a verdade.

Todos se têm assustado e pedido misericórdia como a tripulação dum navio perdido. Eu creio que o perigo não é imenso. Há muito tempo que existe na mente dos poderosos da Europa esta ideia de absorção, de anexação ou de quer que é; no entanto, até hoje temos sustentado a nossa independência, mais ou menos vantajosamente. Todo o caso está em morder no fruto proibido, depois há um desejo feroz de comer o fruto inteiro; quem provou, comerá, dizem os franceses; ora nós, que somos o fruto proibido de certas nações, temos

sido mordidos, mas ainda não completamente devorados: temos sempre oferecido uma certa resistência aos dentes famintos.

Ora desde que fomos *provados*, deixem passar a parábola, temos tido sempre pendente o perigo de sermos *comidos*. E apesar disso, ainda o não fomos. Aquelas negociações secretas, tem-nas havido sempre; desde Filipe II até Napoleão I sempre se pensou nisso; desde Napoleão I até Napoleão III e consortes, ainda a ideia não esqueceu.

Um solo fértil, abundante, rico; um clima admirável; uma natureza lindíssima; uma raça paciente, sofredora, valente; magníficos portos abertos sobre o Atlântico; possessões na Índia e na África, com relações muito estreitas com os povos do interior; irmãos quase, e quase amparos duma grande nação, o Brasil; comerciantes enérgicos, produtores de especialidades muito procuradas nos mercados da Europa, belos navegadores e admiráveis soldados; confessemos que estas nossas qualidades todas devem tentar uma nação qualquer, vizinha ou não vizinha.

No entanto, estas tentações são difíceis de realizar.

Eu creio que o sr. conde de Lavradio disse a verdade. Não posso crer que seja aquilo uma combinação com o governo. Para quê? Para que todos abrandassem a opposição, vendo a pátria em perigo? Para que todos, amigos e inimigos o cercassem, o defendessem, o apoiassem? Não creio: perante um perigo de fora, unem-se todos os de dentro; perante uma invasão, esquecem os combates estéreis do parlamento e da urna. É verdade.

Mas ainda, num momento de perigo, apoiaria alguém este governo? Se ele é prejudicial em tempo de paz e de sossego, o que seria em tempo de guerra e de luta? Pois um ministério, incapaz de reger o país quando tão fácil é regê-lo, quando todos os elementos estão em equilíbrio quando não há dificuldades invencíveis, será porventura capaz de governar num dia em que os obstáculos se amontoem, em que os

perigos desçam de todas as partes, e as agonias saíam de todos os cantos? Pois quem é mau piloto em tempo de bonança, num rio que se passa a vau, ou num lago de jardim, poderá manear e tripular numa torrente do Atlântico, ou num equinócio do mar das Índias? Mas dir-se-á: os que vão dentro do barco protestariam no lago, onde a desunião da tripulação não é perigosa, mas não deveriam protestar e fazer opposição no temporal do mar, porque então a desunião manteria. Muito bem; não protestariam para não haver desunião; e para fazer a cerimónia de não protestar, deixar-se-iam morrer? Realmente faz rir. Eu concordo que se diga, e alguns jornais o têm dito, que num momento de perigo não deve haver desunião. Eu também concordo, mas para que não haja união forçada, arranjemos uma união espontânea. Como? Arranjando um governo que seja da nossa simpatia e da nossa vontade.

Nós somos livres, e queremos livremente escolher o nosso rei — parece que se disse isto ou coisa semelhante nas cortes de Lamego: — *aplicando el cuento*, como dizem os espanhóis, eu direi, com algum aplauso da verdade, que nós somos livres e queremos livremente escolher o nosso governo.

Longe vá o mau agouro do sr. conde de Lavradio, mas se ele tiver de se realizar, e se nós tivermos de succumbir, então succumbamos abraçados a um governo amigo, simpático, querido; doutro modo morremos abraçados a um governo odiado: e então repetia-se o atroz suplício antigo; sabem qual era? Era um homem que se atirava ao mar metido dentro dum sacco, com um gato bravo que o arranhava, que o mordeia, que o despedaçava e que morria com ele.

N.º 19, 14 de Março

O que querem que eu lhes diga da política do país? Não sei. Esta política tem duas palavras — *miséria e nada!*

Esta crise demora-se e como tal evita-se. Tem havido assim em Portugal umas poucas de crises, que se têm demorado, que têm assustado muito naquele momento, e que por fim se tornam crónicas e já a ninguém interessam, e já a ninguém comovem. Realmente uma crise de um mês enfastia e paralisa a agitação pública. O ver contar-se a cabeça a um ministro traidor, no meio de grande justiça popular, deve ser um espectáculo de comoção e de terror. Mas se se estiver durante um mês a degolar um ministro, já ninguém se aterra e ninguém repara. Cada um vai para o seu negócio, continua o seu passeio, e se por acaso passa pela praça de execução, diz bocejando e caminhando: ah! que sensaboria, lá estão a degolar o ministro! E vai para casa dizer tranquilamente à família: *que maçadores, hem? há um mês a degolá-lo.*

Tudo é assim. Agora todos se afastaram dos seus negócios, dos trabalhos parciais e especiais, para atentar às contorções do governo; e se as contorções durarem mais uma semana, temos um governo eterno, porque ninguém mais se importa, ninguém mais atende. Os jornais, como grandes sinos, chamarão debalde à missa da revolta. Nada. Cada um dorme e ressona, beatífica e animalmente.

Eu desconfio que o governo sabe isto e o seu intento é protrair a crise. Crise demorada, crise sanada, pode assim fazer-se um provérbio.

E, no entanto, quem tem feito pior opposição tem sido o governo, opposição tenaz e violenta.

Ele mesmo. Ninguém mais. O que tem causado emoção, ira, raiva? As palavras do sr. Fontes: — *eu desprezo a opinião das praças*; as palavras do sr. Mártens Ferrão: — *eu desprezo o Porto*, ou coisa semelhante que vem a ser a mesma ideia. Estas palavras, ellas só, têm causado uma nunca vista popularidade.

O imposto de consumo, a reforma distrital, têm causado também algum ódio. Mas como aquellas palavras, nada. Isto parece uma futilidade, mas acreditem que é uma verdade. É necessário andar aqui, pelos cafés, pelos theatros, pelos botequins, pelas praças, pelas ruas, pelas lojas, para ver que animadversão, que tristeza, que repugnância causam aquellas fataes palavras.

O povo, e isto que vagamente se chama o público, leva-se mais pelo entusiasmo que pelos meios sérios e práticos. Ora aquellas palavras provocam uma reacção de entusiasmo; e a reforma administrativa, directamente, não afecta ninguém: o imposto do consumo é uma desgraça que ainda vem longe: ninguém se afflige com ella.

O governo não se pode sustentar.

Produz irritação: isto mata os governos. A questão hoje está quase estabelecida entre a câmara e o governo. As câmaras querem deixar passar as reformas financeiras. A maioria, porque apóia o governo; a opposição porque, quando for governo, não quer correr o risco de a propor.

Este é o caso. Mas o país, que não quer ser governo, nem atende a esses manejos políticos, clama; e dos clamores passará às turbulências, e das turbulências às revoluções.

A opposição não segue um bom caminho porque incita o povo; será nobre, mas não é astucioso; a sua maior astúcia

seria o deixar passar as medidas de finanças, contendo as massas, e depois soltá-las.

Mas não; nós vemos que os jornais da opposição são os primeiros a chamar às armas, ou pouco menos, com um nobre desprezo pela policia e pelas autoridades administrativas.

Vêm o povo exaltado, não resistem a acalentar o fogo sagrado. No meio de tudo isto, quem perdeu foi o sr. Lobo d'Avila; todos os olhos estavam fitos nele, agora todos os olhos estão fitos no Ponto e nas mais cidades, porque até agora a opposição era parlamentar, e lá é ele o chefe; agora a opposição é das praças, e lá o chefe é o povo.

E esta opposição é terrível, com esta não se discute, porque às vezes engana-se e, em lugar de desfazer um argumento, destroça um regimento. No entanto, eu julgo que o governo sustenta-se, passado o termo não há limite, quem tem tido a coragem de se sustentar, terá a coragem de caminhar. Uma vez que não caiu, pode andar; esta é a máxima. Desgraçados de nós se assim não fosse, estávamos ao arbítrio de uma revolução, a queda do ministério era a entrada da opposição, ela tinha de lançar tributos, e aí estava o povo pensando que tanto mal lhe vinha de uns como de outros, e então podia lembrar-se de querer ele ser ministério.

Deus nos livre de tal ministério, seria a morte da constituição.

N.º 21, 21 de Março

Caiu o ministério, isto é, votou-se o imposto de consumo. Caiu o ministério, porque será abandonado pela sua querida maioria; o imposto de consumo é a grande necessidade de todos os governos, por isso é votado por todos os partidos, por todos, excepto por aqueles que sentem uma diversa maneira de salvar a crise financeira.

Esses rejeitaram e rejeitarão sempre. Sentem na sua inteligência mais alguma coisa do que as amizades dos partidos.

Se ainda assim, depois de passado o projecto, a maioria não abandonar o governo, então temos toda a certeza de que só uma séria manifestação popular terminará a situação. Então já nada temos a esperar, não há palavras que censurem suficientemente este honrível procedimento da maioria; para eles nada é o país nem a pobreza, nem a felicidade nacional; votam, porque lhes dizem que votem; nem têm consciência, nem ideia própria; são vassallos fiéis que se precipitariam de uma torre se o governo assalariador lho mandasse; têm um espírito de dedicação que se não desmente; tudo acham admirável, desde o imposto de consumo, que um tal ministro propõe, até às botas envernizadas e apuradas desse ministro; com a mesma coragem com que adulam, com a mesma coragem votam. O seu horizonte político não passa daquele círculo que descreve o braço de um ministro, num gesto imperativo. Não são homens

livres que vão ali representar o país, são simplesmente mandatários oficiais que representam o governo. São os mastins daquela grande caçada que se chama a exploração do país.

Nunca se cansam de espoliar nem de receber recompensas.

Hoje toda a culpa não é do governo, não é do ministro da fazenda; é sim, horrivelmente sim, daquela gente sem fé nem consciência que recebe um tanto para esmagar o país.

O imposto do consumo tem sido rejeitado em todos os países civilizados, pela filosofia, pela economia e pela experiência; só aqui é admitido. Nós não temos que esperar já. Temos a cruzar os braços e a caminhar; se nos fizerem correr — a correr, se nos consentirem andar a passo — a passo.

O sr. Luciano de Castro foi o relator.

Quem é o sr. Luciano de Castro? O sr. Luciano é um homem que o governo emprega para ser relator dos projectos de imposto de consumo; é uma grande coragem em disponibilidade; quando há um projecto espinhoso, é ele sempre o venerável relator. De resto, é um rapaz de habilidade e de mui excelentes qualidades.

Ainda há pouco, a propósito de não sei que pardieiro, gritou enfurecido na câmara *se o empurravam para a opposição?* Esta pergunta sublevou os espíritos.

Até aqui julgava-se que um deputado pertencia a um partido por ideia, por convicção, por espírito de opinião; agora ficou-se sabendo que o empurrão era uma maneira de fazer prosélitos e de combater ideias; o caso é que o sr. Luciano de Castro não chegou a ser empurrado, porque agora defendeu, gritou, clamou pelos projectos e pelas medidas de quem tanto o queria empurrar. Mas nota-se que o sr. Luciano de Castro tem ou vai ter, em compensação daquela violência física que lhe queriam fazer, um aumento de ordenado. Um aumento de ordenado consola de muitas coisas, ainda mesmo de um empurrão e de alguns pontapés. Eis aí. S. Ex.ª defende o projecto, com aquella frieza e banal eloquência que são os distin-

tivos da sua mediocre crítica política e económica. Disse aquele montão de coisas frouxas, de vulgaridades frias, que são a bagagem costumada dos que partem a defender injustiças.

Disse que era necessário atenuar o défice; que tem levantado a bandeira das economias; que as economias não dão meios; que infelizmente os pobres não podiam alimentar-se daqueles géneros tributados, porque são caros (*e por isso os tributam!!!*); que não levava a mal que o povo pedisse (*o sr. Luciano, não leva a mal que o povo peça, o povo ir-lhe-á deixar o seu bilhete de agradecimento*); e disse que apoiava as revoluções (*o sr. Luciano, cobre com a sua valiosa protecção o espírito de revolução!*) e terminou dizendo que o governo pedia que tivessem coragem (*coragem para afrontar a miséria, tem razão!*).

E assim terminou, com mão vulgar e colegial eloquência, pelo que o felicitou.

Meus amigos, o governo, pela boca melíflua e crisostómica do sr. Luciano de Castro, pede que tenhamos coragem e paciência; creio que devemos fazer a vontade a este pobre e excelente governo: tenhamos paciência e tenhamos coragem.

N.º 40, 26 de Maio

Recebemos de Lisboa esta correspondência particular de um outro cavalheiro.

Meus amigos — Mesma inércia, mesmo afrouxamento político na aparência; e mais vida, mais combinações na realidade.

O governo embala a sua maioria num berço de munificências. Contam-se coisas fabulosas. É uma prodigalidade digna do défice.

E todos com vasta alegria e muita satisfação da sua alma.

Felizes ainda porque a Europa, entretida como está, não deita o olho de revés para este canto do Ocidente, pobre e magnífico.

E hoje lá fora apenas se vê a nossa exposição, e não se vê a nossa decadência.

A propósito de exposição, todos os jornais francezes são concordes em que é magnífica a nossa. E magnífica sobretudo porque lembra o Portugal que foi e não o Portugal que é. Lembra os feitos, não lembra os factos.

Lembra aquella época gloriosa e resplandecente de descobertas e de aventuras, de batalhas e de conquistas, e faz esquecer esta época de política pequena e rabugenta, de individualidades imperceptíveis, de caracteres desacreditados e burgueses.

Que diferença de tempos e que marcha para o mal, para a pobreza, para a decadência, este país tem feito, desde Vasco

da Gama e D. Manuel até ao sr. Fontes e Ferrão e outros de aquilatada consideração, genite, na opinião do discreto redactor da *Revolução*, muito superior a Moisés e a Colombo, porque têm maiorias legais, coisa que aquelles desgraçados não alcançaram — um no Sinai e o outro no grande Oceano!

Mas, como lhe dizia, enquanto resplandecemos lá fora, na exposição, revolvemo-nos cá dentro do país, com as portas fechadas, numa agonia moral. Nós temos a vantagem de sofrer sem sermos contemplados, visto sermos tão pequenos que passamos despercebidos.

De resto, continua a imprensa ministerial vituperando e trazendo o boletim das câmaras, porque aquelles jornaes, sobretudo os officiais, movem-se só entre o vitupério e a discrição parlamentar. Espera-se que no fim da sessão, quando o governo puder ter a certeza de passar sossegadamente em Sintra os calores estivos, todos terão tão larga recompensa que nunca mais em Portugal haverá outro desejo que não seja o ser columna do ministério. Veremos.

Quando se fecharem as câmaras, ver-se-ão então todas essas contas ajustadas nobremente entre os protectores e os estipendiados. Até lá votar-se-á tudo o que o governo quizer, ainda que seja o fim de toda a garantia; ainda que fosse a abolição do subsídio aos deputados, atrevo-me a dizê-lo, até isso.

Ali, quando se é obediente, é de uma obediência cega, inalterável, implacável. E todavia há na maioria homens que nunca na sua vida pública ou particular tiveram sobre si a sombra de uma maculação.

No entanto, prende-os não sei que entorpecimento no seio do governo. Alguns mesmo têm ideias muito diversas do sistema parlamentar e constitucional: têm as ideias livres dos republicanos de 48. Um deputado mesmo, dos mais enérgicos e inteligentes, já declarou que votava com o governo por uma questão de confiança: que não conhecia o projecto (não sei de que projecto se tratava), que o não queria conhecer, mas que votava com o governo porque achava o ministério mais

plausível que a opposição, achando-os todavia ambos péssimos; que as suas ideias se não davam com o ar daquela sala, que estava sob outro ponto de vista, etc.

Fez uma declaração de indiferença política perante o sistema constitucional, e ultimamente declarou que, quando houvesse no parlamento homens que tivessem a coragem de arvorar a bandeira republicana, ele então ligaria a esse partido a sua vida, o seu talento e a sua energia. A maioria é assim composta de fracções: um pertence à maioria por indiferença, outro por opinião individual, outro porque há-de pertencer a alguma coisa, outro porque espera um emprego, outro porque receia e dorme mal com o espectro da dissolução, outro porque lhe pediram que votasse assim, outro porque acha tudo péssimo e alista-se então do lado onde é mais fácil ser deputado, outro porque foi nomeado para esse fim, outro porque segue outro, etc., etc. Vontades aliciadas, convicções diversas, interesses uniformes, votos officiais, eis a maioria. Pois imaginaria alguém que havia ali uma convicção que os ligava?

Nenhuma. Defendem como um advogado defende uma causa; votam como quem empresta algum dinheiro a juros, para obsequiar a sua fazenda. É esta a maravilha do sistema constitucional — que o governo vive em virtude de uma fórmula.

O que se pede é a maioria dos votos.

A questão é arranjar votos: as consciências, as convicções, as vontades, que importa isso? Votam eles? Votam. O resto é ar, é fumo. Nada vale, nada pesa. Um governo neste sistema não onia a sua existência. Compra-a.

Todo o governo pode ser eterno enquanto quizer, e eu até me admiro de como haja governos que caíam. Cair quando a questão é de votos! E votos tão fáceis de arranjar! Se fossem necessárias as consciências, as vontades, as ideias, então compreende-se como um governo não pudesse aliar sob a sua bandeira caracteres e índoles diversas. Mas ninguém lhes pede conta da índole ou conhecimento do carácter: pede-se-lhe o

voto; e de vez em quando dá-se-lhe um discurso para recitar, discurso feito na secretaria.

E agora pergunto: valerá a pena uma tão grande oposição para um tão pequeno governo, governo fundado numa formalidade? Vale. E isso é que é horrível no sistema parlamentar: o governo vive por uma formalidade, mas formalidade tal que é a própria lei fundamental quem a protege, e quem indirectamente sustenta o governo.

Formalidade contra a qual pouco vale a vontade do povo, formalidade contra a qual se quebrarão as ondas da imprensa, da multidão, da justiça e da liberdade.

Formalidade firme como uma rocha, em virtude de uma lei injusta. A reforma parlamentar é uma coisa instante: se se demora anos, mata este país.

Depois, é necessário também a revisão da constituição. Mas em Portugal não se entende assim. Uma instituição adquire os foros de eternidade, sejam quais forem as circunstâncias que sobrevenham. Cada lei é um dogma. É por isso que não caminhamos, porque esta gente ainda não compreendeu que a lei é muito diferente do princípio justo: esse é inalterável, mas a lei é uma disposição transitória que as circunstâncias pedem e que as circunstâncias levam.

Crónicas

N.º 1, 6 de Janeiro

A crónica é como que a conversa íntima, indolente, desleixada, do jornal com os que o lêem: conta mil coisas, sem sistema nem nexos, espalha-se livremente pela natureza, pela vida, pela literatura, pela cidade; fala das festas, dos bailes, dos teatros, das modas, dos enfeites, fala em tudo baixinho, como quando se faz um serão ao braseiro, ou como no Verão, no campo, quando o ar está triste. Ela sabe amedotas, segredos, histórias de amor, crimes terríveis; espreita, porque não lhe fica mal espreitar. Olha para tudo, umas vezes melancolicamente, como faz a Lua, outras vezes alegre e robustamente, como faz o Sol; a crónica tem uma doçura jovial, tem um estouvamento delicioso: confunde tudo, tristezas e facécias, enterros e actores ambulantes, um poema moderno e o pé da imperatriz da China; ela conta tudo o que pode interessar pelo espírito, pela beleza, pela mocidade; ela não tem opiniões, não sabe do resto do jornal; está nas suas colunas contando, rindo, palrando; não tem a voz grossa da política, nem a voz indolente do poeta, nem a voz doutoral do crítico; tem uma pequena voz serena, leve e clara; com que conta aos seus amigos tudo o que andou ouvindo, perguntando, esmiuçando.

A crónica é como estes rapazes que não têm moradia sua

e que vivem no quarto dos amigos, que entram com um cheiro de Primavera, alegres, folgazões, dançando, que nos abraçam, que nos empurram, que nos falam de tudo, que se apropriam do nosso papel, do nosso colarinho, da nossa navalha de barba, que nos maçam, que nos fatigam... e que, quando se vão embora, nos deixam cheios de saudades.

N.º 2, 10 de Janeiro

A crónica está satisfeita! E não sabem por quê?

Porque o novo ano se mostra mais razoável que o velho 1866!

É feio dizer mal dos que passaram desta a melhor vida, mas, em abono da verdade, o defunto 66 foi um ano disparatado.

Deu-nos o Inverno na Primavera, a Primavera no Verão e, por fim, o Verão no Inverno!

Mas o ano novo apresenta-se com a face carrancuda, de turvo aspecto, obrigando o oceano a visitar as nuvens, e estas por seu turno a desfazer-se em água sobre a terra!

Ora isto pode não ser bonito, mas é racional, e a crónica é sempre pela razão.

E depois o vir o Inverno a tempos e a horas é de certo um penhor que havemos gozar no Verão belos calmeiros para saborear os sorvetes e carapinhadas da Júlia, do Alberto e Couto Braga, se assim aprouver à má economia financeira.

No dia 5, o vapor que conduzia os passageiros de Lisboa para o caminho-de-ferro do sul, abriu água no trajecto e obrigou os que vinham no comboio de Évora, Beja e Setubal, a ficar a passar a noite no Barreiro.

Por esta vez ainda felizmente este sinistro só acarreta graves inconvenientes, mas pode dar-se qualquer dia outro que produza grande número de vítimas.

Há muito que a imprensa clama contra essas carcaças

que a companhia de navegação no Tejo ainda conserva em activo serviço e parece que, enquanto não tiver lugar um acontecimento que vá lançar a consternação e o luto no seio de muitas famílias, não será aquela obrigada a reformar o serviço dos vapores, visto não querer desistir do seu intolerável monopólio.

Pedimos ao governo sérias e prontas providências.

N.º 3, 13 de Janeiro

A crónica vem hoje um tanto envergonhada, e todavia ela tem muito que dizer.

Aqui nesta velha cidade, há sempre que contar: romances, crimes, festas, cavalgadas, tudo.

Todos os dias se diz: Évora está morta. Évora é um velho sepulcro. Todos os que vivem em Évora estão finados. Se alguma vez se diz *morreu fulano*, é para se fazer acreditar que até aqui estava vivo. Dizem-se mil coisas neste género.

E, no entanto, nada mais falso. Cada cidadão, como cada indivíduo, tem um modo próprio de viver: um tem uma vida ruidosa, uma vida inquieta, de política, de revoluções, de conspirações; outros têm uma vida activa de indústria, comércios, negócios; outros têm uma vida de maledicência, de pequenas conversações, de intrigas. Évora também tem o seu modo de viver: eu não sei se ela pensou antes de escolher ou se isto foi instintivo — o caso é que acertou. Évora tem uma vida... da cozinha... da lareira.

Cada um concentra-se... na cozinha: é uma vida patriarcal, feliz, doce e quente.

E de Verão? De Verão todo o Alentejo não vive; está entorpecido, está morto, está na sesta.

O primeiro grande resultado desta vida, é que ela robustece a instituição da família. O homem não se espalha, não

vive fora, não vai aos cafés, aos teatros, aos bailes: está na sua casa. Estar na sua casa significa ter por única preocupação os seus cómodos, o asseio das suas salas, a boa educação dos seus filhos, a indiferença pelos vizinhos e o amor pelo lar. E significa muito mais: a moralidade.

Nas cidades concentradas poderão ser menos as distrações, nenhuma das conversações amigáveis, pouco o espírito, mas a moralidade ganha: pode-se dizer, sem paradoxo, que a moralidade aparece logo que o espírito sai. Isto não é dizer que Évora não seja uma terra grandemente espirituosa, é somente dizer que ela é imensamente moral.

Há profundas considerações a fazer nos resultados da moral e do espírito: uma pouca de moral não estraga nada; um pouco de espírito — ainda que pouco — estraga tudo. As nações e as cidades caem pelo muito espírito que têm; foi o espírito que matou a corte de Versalhes; e a república acabou quando se ia tornando um pouco espirituosa nos salões de Madame Tallien. Tudo assim. O que tem matado a Áustria é que, em Viena, todo o mundo é bastante espirituoso. E agora vejam-se quais são os países que prosperam: a América, a Inglaterra, a Rússia, a Prússia, que são países pouco espirituosos. Isto parece querer consolar o nosso país do seu pouco espírito; mas não, só quer aconselhar-lhe que se refugie na muita moralidade.

Mas o que prova tudo isto? — dizia Laplace, ao ouvir uma comédia spirituosíssima. Eis aí uma pergunta que nunca se pode fazer sobre a moralidade: — *o que é que ela prova?*

E todavia já alguém nos perguntou:

Para que serve a moralidade?

Ao que lhe foi respondido:

Para não fazer dessas perguntas.

Uma boa notícia a dar é a nomeação para administrador de Almodôvar do Sr. Manuel Carrilho Garcia. Ele foi discípulo e amigo na vida de Coimbra do director político deste

jornal. É um moço que tem duas adoráveis e supremas qualidades: a inteligência e a bondade. Infelizmente a crónica não tem muitas destas nomeações a arquivar: a escolha dos administradores é delicada e difficil, pelo seu contacto com os pequenos interesses, pela união íntima com o povo, pela ingerência que têm nas suas questões, nos seus negócios, é necessário unir qualidades proveitosas e diversas: a bondade, a inteligência, as boas maneiras, o conhecimento do espirito popular, da sua índole, das suas teimas; precisa ser conciliador, afável e austero. Eis aí o que a crónica tem a contar, ella é um tanto orgulhosa, não lhe importa certos pequenos factos, certos insignificantes movimentos, certas imperceptíveis acções que muitos arquivam. O que lhe importa são os factos que venham cheios de um melhoramento ou de um progresso, ou de uma manifestação de elevação moral, de honra ou de profunda dignidade — é o que lhe importa.

Diz-se que nos arredores da cidade vagueiam alguns salteadores, que intramuros, além de um desertor, têm ultimamente apparecido firmas suspeitas; coincide com isto o roubo numa horta próxima à quinta do Alcaide, com a circunstancia agravante de ser praticado às duas horas da tarde, e o roubo realizado no monte da Silveirinha. De noite, quem transita nas ruas da cidade vê-se acometido por homens vigorosos e robustos pedindo esmola, dizendo que não encontram trabalho, e perseguindo com *notável* insistência.

As praças licenciadas de reserva não têm, ao que parece, encontrado (as que os procuram), serviços em que ganhem para o sustento da vida.

Tudo isto produz uma vagabundagem numerosa, e a segurança individual não está ao que parece garantida nem dentro nem fora da cidade.

Pedimos providências; quem poderia hoje sofrer que se voltasse aos tempos em que o cidadão andava de trabuco debaixo da capa, e em que os esquadrões iam em massa fazer montarias aos salteadores?

Que tristes e aborrecidas, estas noites de Évora! O nosso teatro, ruim como é, está fechado, e a estas horas estarão cobertos de bolor os seus dourados papelões!

Quis talia fando temperet a lacrymis!

Naquella elevada capoeira andará esvoaçando alguma coruja solitária, ou algum mocho fará ouvir o seu piar pressago e sinistro.

As cordas dos lustres, o próprio Giraldo, o herói desta terra, terá sido invadido por algum regimento de ratos, e aquele opulento cenário está a estas horas danificado pelo gélido contacto das paredes!

Oh ditosos tempos da Pastor e dos Gonçalves, que saudades, que lembranças nos trazeis constantemente à memória!

Não temos teatro, não podemos nesse passatempo instructivo passar uma parte destas noites intermináveis, não temos o gosto de deleitar a vista naqueles camarotes vazios, e de nos espreguiçarmos languidamente naqueles confortáveis bancos de pinho...

Já nem ao menos há um prestidigitador, discípulo de Herman, que venha, rodeado de prestígio, apresentar-nos espectáculos de uma originalidade inimitável

Paciência, tudo que é bom passa depressa. Este mundo é um verdadeiro valle de lágrimas.

N.º 4, 17 de Janeiro

Segundo as notícias que recebemos do nosso correspondente de Portel, a insegurança da propriedade e do cidadão que paga tributo para a conservação dos poderes estabelecidos, é extrema.

Na vila houve num dos dias da semana passada tentativa de roubo à casa de Ana da Quinta, moradora nos arrabaldes.

Na hora em que a mulher vigilante e atenta aos cuidados da família e da vida doméstica trabalhava auxiliada pela esmo-recida luz de uma candeia, a mão rapace do salteador, cega da inutilidade e adormecimento da policia, tentava arrombar-lhe as portas para lhe extorquir o fruto de seu trabalho, de suas vigílias e economias.

No concelho da mesma vila, foi roubado o caseiro residente no monte do Hebolar. Esta notícia já a vimos publicada na *Folha do Sul*, jornal que se publica nesta cidade, mas como o nosso correspondente nos transmite um maior número de circunstâncias e de casos praticados pelos malfeitores, por isso a publicamos no nosso jornal, *Distrito de Évora*.

O nosso correspondente conta que os ladrões se apossaram do monte, maltrataram o caseiro, ferindo-o profundamente na cabeça. Roubaram-lhe o valor de 18 a 20 mil réis.

Vinte e sete lençóis, oiro e toda a roupa, além da carne de dois porcos que o pobre homem tinha para o consumo da

sua casa. Em que circunstâncias ficou aquele pobre colono que, arrostando com os trabalhos peníveis da lavoura e da vida dos campos, foi à falsa fé despojado por parasitas desmoralizados e inimigos da família e do homem honrado que trabalha, e abandonado ao mesmo tempo pela polícia ou pelo governo, que a não organiza expedita e de todo o ponto conveniente para a segurança da propriedade e do cidadão!!

Pedimos pois ao governo pronto remédio para este mal que se dá em toda a parte da província.

Sem polícia, todas as garantias do cidadão são inúteis.

N.º 5, 20 de Janeiro

A crónica pouco sabe hoje na ausência do cronista, que por alguns dias foi para o campo. E de resto, nós vamos atravessando uma época em que a crónica pouca importância tem: a importância e a consideração, e a atenção, vão, segundo as épocas, de uma a outra secção dos jornais: hoje o folhetim, amanhã o artigo de fundo, depois a crónica, depois os anúncios; cada uma destas partes do jornal tem ou deixa de ter importância segundo o estado dos espíritos, a estranheza dos acontecimentos, a ociosidade ou actividade pública; e quando a atenção pública se volta para qualquer destas secções, só ela é lida, só ela é comentada: é a primeira que se procura com a vista quando se recebe o jornal; é aquela que as meninas lêem às mães; é aquela de que se fala nas salas, que medita nas câmaras, que se discute nos botequins e é sobre ela, e não sobre outra, que os velhos adormecem; dela é que os redactores dos jornais cuidam; nela é que se esmeram os tipógrafos. Assim, por exemplo, em tempo de guerra, a única secção atendida é a da *política estrangeira*; ela sabe isso, apresenta-se com grandes períodos, frases pomposas, notícias disfarçadas, cheia de importância e de vaidade; acaba a guerra, aí a vemos nós, miagra, tímida, assustada, contando pequenas coisas com pequena voz, escoando-se por entre as colunas do jornal, envergonhada e apupada!

Em tempo de guerra: de ministério, chega a vez ao antigo de fundo; ele toma então ares de pessoa importante, sacode a cabeleira, assesta os óculos, toma voz doutoral, prega, tosses, escarrea, ronca solenemente, majestosamente, tudo o procura; todo o mundo o consulta, todo o mundo abre para ele grandes olhos e grandes ouvidos.

Passa a crise ministerial; aí começa o triste a ser desprezado: primeiramente são os olhares de fastio; olha-se para elle, diz-se: *ora o inútil!* Depois são olhares de incómodo e diz-se: *ora o maçador!* Depois, olhares de zanga e diz-se: *ora o importuno!* Finalmente olhares de raiva e diz-se: *ora o infame!* E amarnota-se o jornal.

Em tempos de paz, de teatros, de passeios, quem reina é o folhetim: é adorado, é querido, é beijado, é suspirado, é cantado, é dançado: uns dormem abraçados a elle, outros decoram-no, outros forram a alcova, fazendo dele estojo precioso. Pode elle ser horrivelmente insípido, como quando é o sr. Santos Nazaré que os escreve; ridiculamente pretensiosos, como quando é o sr. Chagas; bocejadoramente alambicados, como quando é o sr. Júlio Machado que os suspira; é mesmo elle o querido; elle é o idolatrado. Por fim vem o Verão, o calor, o campo, e morre o folhetim: os folhetinistas são assassinos; as mulheres embirram com elle, os homens olham para elle desdenhosamente. Nesse tempo, na redacção, todo o mundo embirra com o folhetim: o revisor troca-lhe maquiavelicamente a pontuação, o tipógrafo faz um distúrbio: se o sr. Júlio Machado tem no original, por exemplo — *Oh Lua, tu és doce!*, elle escreve com um riso terrível: — *Oh doce, tu és luar!*

Se algum outro narrador diz, terminando uma história horrível de tédio: *o moço atirou-se ao rio com pernas trémulas* — os malditos compõem esta frase monstruosa: *o rio com pernas trémulas atirou-se ao moço.*

Ora isto tudo foi para dizer que hoje que o imperador Napoleão está moribundo, que a Espanha está em vésperas de uma revolução terrível, que Roma vai deixar de ser Roma,

que a Rússia devora nações, que o ministério português está numa crise de monotonia e de estabilidade, etc.; a crónica nenhuma importância tem. Com que findo aqui

Quando ultimamente nos *Miseráveis*, Victor Hugo descrevia pomposamente e quase tragicamente a canalização de Paris, havia na imprensa e na crítica francesa um sorriso de bondade como por aquela fraqueza de grande génio. E no entanto nada mais verdadeiro.

Hoje as canalizações das grandes cidades constituem uma riqueza extraordinária, um *centro* de mistérios, uma outra cidade e uma vida subterrânea.

Ali alojam-se homens de vida desconhecida, sociedades de roubo e de exploração; ali há riquezas fabulosas, cantos e recantos misteriosos, construções, caminhos, rios, lagos e trevas. Os homens que têm entrado na canalização de Paris, de Londres, de Nova Iorque, têm vindo aterrados como se tivessem feito uma viagem ao Inferno. São verdadeiras cidades com os seus habitantes, os seus animais, as suas ruas, as suas praças, os seus veículos, etc.

Em Nova Iorque — contam os jornais americanos — dois homens e uma mulher intentaram uma viagem de exploração, donde queriam voltar ricos. Podiam ir à Califórnia, ao Egipto, ao Oriente; no entanto, foram mais perto, a uma viagem mais pequena e não sem riscos: desceram à canalização da cidade. Por lá andaram, viveram, trabalharam, exploraram; tinham ido miseráveis, voltaram trazendo quinze sacos cheios de objectos preciosos: o que eles trouxeram tem o valor de 1500 contos.

Tanto se pensa no meio de fazer fortuna e estes homens, tão ricos, o que fizeram para isso? É bem simples: mergulharam um pouco na porcaria pública.

Foi assim a epopeia dos canos: Mary Walker, rapariga de 18 anos, foi quem teve a ideia de ali procurar fortuna. Não podia ir só. Há muitos anos, um judeu chamado Schwartz tinha intentado também a exploração dos canos só, mas nunca

voltou. Por isso Mary Walker convidou seu irmão, rapaz de 16 anos, e um velho chamado Michael Grady.

Não se podiam aventurar naquela viagem terrível sem estudos, sem experiência, sem conhecimento dos caminhos. Por isso, durante muito tempo, estudaram, numa planta de canalização, as ruas, as praças, os cantos daquela região terrível — distribuíram a exploração por dias. Uma noite resolveram começar, e pela madrugada entraram por uma abertura ao pé de Houston Street. Depois separaram-se cada um pelo seu caminho, ficando de se reunir numa certa encruzilhada. Andaram assim muitos dias: tinham arranjado 15 sacos de preciosidades; Mary encarregou-se de as levar para a cidade, e o irmão e o velho deviam prosseguir na parte não explorada.

Na ausência de Mary, eles conseguiram ainda encher seis sacos, mas um dia o velho perdeu-se, ou morreu, e nunca mais se viu.

Quando Mary voltou, e achou o irmão só, resolveu não continuar: era inútil, estavam ricos, tinham 1500 contos.

Tinham encontrado anéis riquíssimos, pulseiras, brincos, pedras soltas, dinheiro, moedas antigas, mil coisas sem nome e de supremo valor.

Isto vai talvez começar um novo período de explorações: acaba o Peru, o Brasil, a Califórnia, as minas da Oceânia, tudo isso são lugares onde se gasta a vida e onde se empobrece; ali nos canos, não: a exploração é a riqueza; dentro em pouco, nos canos, estabelecer-se-ão colónias, moradas, instituições — e talvez a civilização futura saia dos canos.

N.º 6, 24 de Janeiro

Foi no domingo, 20, o segundo baile de máscaras desta época no teatro eborense. Que affluência, que abundância de *espírito!* Como aqueles *elegantes* dominós passeavam *airosamente* no centro daquele *esplêndido* salão! Como os olhos e os novos *costumes* ali ostentavam toda a sua guapa gallhardia!

As intrigas finíssimas, os enredos espirituosos, succediam-se com uma difusão admirável!

Aspirava-se lá o ambiente dos salões da corte de Luís XV! Presentia-se, admirava-se o voluptuoso murmúrio dos roçagantes vestidos das Pompadour e Du Barry!

Esteve... um baile succulento de trivialidade, e até... francamente; de uma originalidade *sui generis!*

Mas os papelões limpam a ferrugem das soberbas dou-raduras e o Giraldo, de espada em punho, galgou de entusiasmo até ao tecto do salão do *segundo andar!*

Cobriu-se-nos o coração de luto quando um destes dias entramos à porta do Rossio: as gloriosas quinas de Ourique, o importante mata-mouros e mouras do outeiro de S. Bento, tudo se vai desfazendo, e aqueles magníficos baixos-relevos desaparecerão em breve, e sem ao menos deixarem de si a memória devida aos grandes monumentos da sabedoria humana!...

Outro dia, passando o cronista com um indivíduo recém-chegado a Évora, perguntou este: que edifício é este, quadrado, de forma singular, mas tão bem rebocadinho da cabeça até aos pés? E o cronista respondeu envergonhado: é a torre de Sentório!

N.º 7, 27 de Janeiro

Estamos em perfeita calma-ria! Em calma-ria, dirá o leitor estupefacto, em calma-ria: com essas ventanias desa-bridadas que sem cerimonia alguma nos arrebatam os chapéus da cabeça e obrigam a embocetar-se as elegantes a ponto de não poderem ir à missa! É verdade, é verdade, bem vemos que o vento, com os seus excessos antipudicos, tendo deixado cair de costas o car-comido Eolo, se anda por aí pavoneando muito à sua vontade. Bem vimos outro dia os honrados suínos mergulhados na lama até às orelhas, esperando aflitos o momento de ter a honra de ser transportados pela locomotiva e de ouvir de perto aquela de-safinada trombeta que muitos têm o mau gosto de chamar trom-beta do progresso; bem vemos essas intermitentes atmosféricas, que já levaram o nosso pátrio e pacífico Xarrama a inundar as veigas vizinhas, a ameaçar de inundação a alfândega e todo o bairro baixo, percorrendo na sua impetuosa corrente o espaço de 15 milhas e meia por hora; bem vemos e vimos tudo isso, mas a crónica é que está em perfeita calma-ria... de notícias.

N.º 8, 31 de Janeiro

O homem põe e Deus dispõe, diz o adágio; mas nós dizemos agora: o cronista põe e os senhores tipógrafos dispõem!

São temíveis! No número 6 obrigaram a crónica a dizer, entre outras coisas bonitas, que no baile de máscaras se pressentia e admirava (!) o voluptuoso murmúrio dos roçagantes vestidos das Pompadour e Du Barry!

Pressentia-se e admirava-se... Isto é atroz.

Mas a crónica meteu a viola no saco, pediu ao céu resignação, e dispôs-se a sofrer resignada as fraquezas dos vizinhos da oficina.

Mas, agora, no número 7, fazem-me uma cabriola horrível e arvoram um rapaz que foi visitar uma bisavó centenária, o fogo da secretaria do reino, o cabido da Sé Metropolitana, o Peru (até o pobre Peru) e o movimento clínico dos enfermos do hospital, em crimes e delittos! Que miscelânea! o Peru, o meu saboroso Peru arvorado em crimes e delittos!

O Ex.^{mo} Cabido, metido sem piedade no rol dos crimes, na fúnebre estatística dos crimes e delittos.

Que desapontamento, senhores tipógrafos. Os senhores não terão conhecimento dos mandamentos da lei de Deus?

Não saberão que o bom cristão deve amar o próximo como a si mesmo?

E os senhores não amam o próximo! Obrigam-me a ter zangas consideráveis; quem se zanga, pecca, e os senhores são

os responsáveis pelos meus pecados perante os homens, perante Deus.

Senhores tipógrafos, não sobrecarreguem as suas consciências: cautela, muita cautela, que a quaresma já não vem longe.

O dia estava esplêndido! Era um dia mais belo, mais inspirador que os decantados dias de Maio! Por entre os maciços de verdura redemoinhavam, seguiam, passavam, volteavam rápidos grupos de donzelas, falando, rindo, namorando, e deleitando os olhos aos membros do sexo forte, que passavam, contemplando-as em todo o esplendor da beleza, em todo o frescor da mocidade, em toda a sua vaidade da ternura, em todo o ideal da poesia...

E ali junto de um nodoso tronco, naquele banco, estão duas senhoras idosas em *amena* conversação com um rapaz, que, curvado, alambicado, com frases estudadas a noite antecedente, apresentando perfeitamente a figura do C. do Sr. Castilho, de botinha esticada, de chapeuzinho à cabeça, de paletó, que deixa a descoberto a parte posterior e mais elevada da perna afunilada, de imaginária suíça; elas, as senhoras, caladas, seguindo com vistas enlevadas mas cuidadosas um grupo de senhoritas, que riem e passeiam distantes, e para onde o *espirituoso e elegante* mancebo deita de espaço a espaço olhares ávidos e atoleimados.

À esquerda, no imenso lago, na água perfeitamente sossegada, sem que a sua superfície seja ao menos levemente encrespada pela brisa do norte, os peixinhos nadando à flux, mirando satisfeitos aquele sol criador! E a abundante cascata lançando a jorros a água por entre aquelas fragosas peneditas, por entre aqueles rochedos alcantilados.

Ao oriente e norte, majestosos edifícios, grimpas altíssimas, coruchéus elevados até às nuvens limitando o horizonte; ao sul e occidente, veigas extensas e verdejantes, limitadas ao longe pelas cordilheiras, e sobre tudo isto a abóbada azul-celeste, daquele azul que não tem igual na terra, e o imenso farol

do universo derramando nos mundos a vida e a existência a todos os seres dos diversos reinos da natureza...

Mas, senhor cronista, acabe com essa estopada! diga aonde viu isso? Foi no bosque de Bolonha, nos Campos Elísios, em Versalhes ou Trianon, em Hamburgo, em Milão, no Escurial ou no Retiro?

É verdade... não, não foi: acabei de cair das nuvens como o inexperiente filho de Apolo! Não foi... E para acreditarem que foi no nosso passeio público bastará dizer-lhe que nem ao menos lá havia música!...

Diz Victor Hugo na sua carta aos habitantes da ilha de Cândia: «A Grécia completa, a Itália completa, Atenas no cume de uma, Roma no cume da outra, eis o que nós, a França, devemos a nossas duas mães! É uma dívida, a França a pagar! É uma dívida, não da França, mas da civilização! É uma dívida, não de um país, mas da humanidade culta. A França tem visto algumas vezes, a seu pesar, a obra da unificação e emancipação da Itália, e a Grécia, pela sua parte, pouco, muito pouco deve às armas, à influência da França.

É uma dívida, uma dívida sagrada, mas a parte que tem tocado à França na sua solução, não é talvez a mais nobre. A influência da casa de Áustria deu durante séculos bastantes cheques à política francesa, e a humilhação daquela tem sido, durante consecutivas épocas, a divisa, a causa motor dos maiores arrojões desta política, tem sido o pesadelo horrível, e continuado, o fantasma sinistro, uma ideia terrível e imutável dos estadistas da França.

É uma dívida de gratidão, de dever, de amor filial, mas não é a França, ou a Grã-Bretanha, com os seus desígnios egoístas, que hão-de pagá-la: é uma letra do antigo mundo sobre a posteridade, quem a paga é o progresso.

Este não imita, não se liga ao passado, presta-lhe o culto, a admiração devida quando foi grande, quando foi sublime, e aos elementos que ele deixou comunicar a seiva das novas

ideias, dos novos conhecimentos, fá-lo rejuvenescer, regenerado, mudado, transfigurado, representando o futuro.

Se não adoptamos V. H. como francês, sempre o adoptaremos como filho dilecto da liberdade; Roma e Atenas livres são as maiores garantias que ela amanhã pode dar para a marcha progressiva da civilização.

N.º 9, 7 de Fevereiro

A FEIRA DE S. BRÁS

Quem me diria nos meus primeiros anos, quando eu me reputava feliz em ir ao Rossio comprar um lanceiro de barro, uma fanfalhuda primavera, em fiutar algum ganchinho para meia, quando me extasiava ante um pretinho arvorado em paliteiro, que ainda havia de ter à minha disposição uma crónica para descrever, para *cantar* a feira de S. Brás!

Este ano teve ela um terrível rival no passeio público; roubou-lhe muitos atractivos, muitos encantos!

O passeio apresentou nesses dois dias lindíssimos um carácter quase exclusivo, a feira de S. Brás foi quase exclusivamente também o verdadeiro arraial popular.

Naquele, as elegantes *toilettes*, as mil variedades da moda, caprichosa e volúvel, o voluptuoso rugir das sedas, as plumas ondeantes, as fitas de mil cores levemente agitadas por uma brisa quase imperceptível; nesta, a popular capa e lenço, a despreziosa crinoline, os festejados ramalhetes de laranjas matizadas com as folhas verde-escuro da laranjeira.

Naquele, a música desdobrando em notas, em sons, em harmonias, as concepções de talentos mais ou menos vulgares, mais ou menos festejados; naquela, um burburinho, um bulício incessante, os assobios que os rapazes tinham o gosto de soprar a troco de uma de X, a animação, o movimento contínuo, a gargalhada franca e expansiva.

Naquele, a variedade dos vestidos, a verdura, as poucas flores da estação, produzindo um matiz encantador; naquela, o gracioso ondeado dos lenços alvíssimos, aqui e além a distância uma ou outra senhorita em corpo, uma ou outra *toilette* mais ou menos moderna, e no meio de tudo, alguns raríssimos grupos de senhoras do mundo elegante, fugidas por um momento à sua pequena especialidade, ao pequeníssimo mundo do passeio; e, para completar este quadro variegado, as bancas dos bonecos com as suas cores brilhantes, com os seus doirados, com as suas formas desvairadíssimas e caprichosas.

Naquele, os minguidos tapetinhos de verdura, as árvores raras e despidas das galas das pompas da folhagem, as placas nuas sem elegância; naquela, as clássicas barracas recheadas de ovos cozidos, sardinha frita e vinho carrascão, as bandejas e canastrinhas dos esquisitos e patuscos bolos de morango e mel, e os compridos estendais de panelas, potes, pucarinhos, e, em suma, de vasos de diversíssimas qualidades, gostos e feitios.

Eis aqui o que é a feira de S. Brás.

Embora venha o passeio disputar concorrência com ela, ela é a festa popular, ela é uma das mais queridas diversões da monotonia insuportável que pesa constantemente sobre o mundo eborense; ela perfaz por si só uma das tão raras épocas em que em Évora o homem conhece a mulher, em que vive com ela e perto dela, em que os dois sexos se confundem momentaneamente, em que se ri, em que se folga, em que se mostra por instantes a vivacidade aliás tão própria dos povos do Meio Dia.

A feira de S. Brás é tão popular que até o pai Luís, o nosso velhinho pai Luís, lá andava este ano, rindo também, coitado, porque via rir, porque ele, a pobre vítima da civilização europeia, andava talvez quase morto de fome, quase nu, coberto apenas por miseráveis andrajos, mendigados e obtidos talvez à porta do hospital

Para quantos será hoje a feira uma recordação saudosa?
Aqueles que sentem bem vivas no coração as mais ledas
aspirações da mocidade, que nos respondam!

Para a crónica é talvez uma recordação porque ao menos
teve de que falar

Saudemos ainda essa acumulação de tão diversos tipos,
volvamos ainda um olhar sobre a animação e alegria que reina
naqueles dois esplêndidos dias em torno à velha ermida, vejamos
os últimos raios daquele sol desaparecendo no ocidente, e como
que despedindo-se com saudade daquele festivo espectáculo,
vejamos os grupos, os ranchos femininos desfilando pela Rua
do Paço, e da cortina do passeio digamos afinal o último e
extremo adeus à feira de S. Brás.

Esteve um dia lindíssimo na quinta-feira!

Três patuscos não puderam resistir à influência daquele
sol benéfico, e depois de percorrerem em quase toda a sua
extensão a ultraprosaica Rua do Cano, saíram à porta de
Alagoa.

Um dos três ainda ali não fora, e ficou agradavelmente
surpreendido. Ante ele desdobrava-se um longo espaço de
estrada real flanqueada por dois formosos renques de árvores,
à esquerda uma elegante casa de campo, à direita o majestoso
aqueduto setoriano, e na frente, para os lados da estrada,
uma parte da mais bonita zona das cercanias de Évora.

Como era quinta, os três foram à quinta da Piedade, pe-
diram para lhes ser permitido um passeio na quinta: foi-lhes
graciosamente concedido.

Passearam, gozaram aqueles diversos e magníficos pontos
de vista, e saíram daquele lindíssimo recinto unicamente con-
tristados por não terem encontrado violetas, florzinha apre-
ciada pelos três patuscos.

Ao chegar de novo à porta de Alagoa, esperava-os uma
cena desagradável: as pobres lavadeiras, que andavam esten-

dendo e recolhendo a roupa, acumulavam-se, gritavam, gesticulavam!

Era o caso que uma daquelas infelizes acabava de ser roubada, despojada de quanto possuía.

Roubada em sua casa, dentro da cidade, em pleno dia, às duas horas da tarde!

Eis aqui um exemplo de como está garantida em Évora a segurança do indivíduo e da propriedade! Eis aqui como a desmoralização caminha, certa não sabemos se... da indolência da autoridade, se talvez mesmo... da impunidade!

Daquela cena triste e destas ainda mais tristes reflexões foram desviados os passeantes por uma ideia extravagante.

Disse um deles: não sabia que havia em Évora banhos de chuva! e apontava para a parte mais elevada do aqueduto, de onde se precipita uma grande porção de água!

Banhos de chuva, não, respondeu o outro.

Aquilo é providência, são... refrescos municipais.

N.º 10, 10 de Fevereiro

Em Lisboa publicou-se um jornal, *A Independência Nacional*, e formou-se um partido, *A Liga Patriótica*. Deus permita que sejam dois nobres símbolos; que findem, pela *Independência*, todos os boatos de política de absorção; e que haja para sempre, pela *Liga*, reunião, como partido político, dos homens honestos.

A formação do jornal *A Independência* e do partido *A Liga*, ao mesmo tempo, deve significar isto: que só os homens honestos é que conservam a independência, e que só no meio da independência nascem os homens honestos.

Foi no dia 31 de Janeiro justificada em Madrid a ré Vicenta Sobrino y Rodriguez, acusada de ter assassinado sua ama.

Felizmente a crónica poucas vezes regista destes crimes horríveis, que são uma afronta à civilização, um desmentido pungente ao progresso.

A população de Madrid bem claramente demonstrou a irritação de que estava possuída pela atitude expressiva que tomou no dia do julgamento.

A ré assassinou sua ama porque lhe dera um empurrão e ralhara com ela por achar falta de sal na sopa.

A meia-noite dirigiu-se ao leito em que a ama dormia, e depois de a ferir com uma faca, estrangulou-a com um lenço

(o *thugismo* estará ramificado em Espanha?) e tendo-a colocado sobre um colchão, ficou por largo espaço junto dela, contemplando, comprazendo-se talvez com o estentor da agonia da sua vítima!

Seria aquela uma criatura humana? Seria sobretudo uma mulher?

A mulher, que nós dizemos ser a nossa consolação na adversidade, o nosso conforto nas grandes dores, a ideia, o pensamento fixo da adolescência, que é a única alegria real e duradoira, a única e adorável felicidade da juventude, o amparo, o arrimo da velhice, da decrepitude; a mulher, transmutada assim numa víbora, num cancro da sociedade, num flagelo desolador!

Porque não será a mulher, sempre, a numeia de esperanças, a emanação mais pura e sublime da divindade?

No dia oito, pelas onze e meia da manhã, entrou nesta cidade um destacamento de infantaria de linha comandado por um oficial de caçadores! Bem se vê que, depois das manobras de Tancos, o nosso exército ficou soberbamente organizado. Podemos na verdade ir guerrear afoitamente a Cochinchina!

Vai à exposição de Paris uma custódia e um báculo pertencentes ao cabido da nossa sé metropolitana, e a porta do coro da mesma sé! Consta-nos que também pretendiam que fossem as duas mais ricas alfaias daquela igreja, isto é, a cruz de brilhantes e um cálix antiquíssimo de ouro, para ir figurar na exposição, mas que o senhor arcebispo interpusera o seu veto!

Mas o que irá a custódia e o báculo e a porta fazer à exposição?

A custódia é do século XII: irá demonstrar o aperfeiçoamento das artes em Portugal no século XII?

A porta e o báculo são também muito antigos; irão demonstrar que temos adiantado, cultivando as belas-artes na

época actual? Vão alguns objectos feitos há pouco para se fazer a confrontação?

Será muito pior, não podemos deixar de fazer uma figura ridícula junto de nossos avós!

Haverá, como por aí se diz, especulação?

Mas isso é ignóbil, contudo não é impossível.

Julgamos que a exposição é para animar todas as indústrias, para animar a concorrência, para estabelecer o estímulo e a emulação; as exposições são para o futuro, decerto que não se deve nelas render culto ao passado.

A exposição não é um museu arqueológico; simboliza o progresso dos povos, fraternizando por alguns dias!

A França deve ter preciosidades, tesouros imensos, tem a exposição em casa, mas é de presumir que não vá lá ostentá-los, porque antepõe sem dúvida a sensatez ao desvanecimento esquisito e pouco racional.

No domingo tocou no passeio a charanga de cavalaria 5.

Quando a nossos ouvidos chegavam as ternas melodias de Verdi, quando escutávamos aquelas lindíssimas harmonias do *Trovador*, umas vezes suaves como a brisa do cemitério, outras vezes rugindo como a tempestade, a charanga era uma orquestra, mais que uma orquestra, era um órgão.

Qual será o coração que, conhecendo a ternura, que, sentindo bem vivo na alma o sagrado fogo da poesia, não sinta, não se inspire de uma melancolia vaga, indefinida, ao ouvir aqueles finos trechos, aquelas predilectas concepções dos maiores maestros?

É desses o *miserere* do *Trovador*!

Se é uma cantora hábil, se é uma voz argentina, extensa, se é uma actriz, precedida de renome e seguida dos aplausos, que traduz os pensamentos de um grande homem, é belo, é sublime, é admirável!

Mas se é num instrumento ingrato que o indivíduo os traduz cabalmente, quando esse instrumento desfere notas, que por si só são um hino imenso, que, chegando a iludir completamente os sentidos, simulam o gemido da aflicção, a expansão de alegria, o grito de dor, o desfalecimento da suprema angústia: e em tudo revelando em cada compasso, em cada nota, os mais delicados sentimentos do autor, os seus pensa-

mentos mais velados, mais recônditos, então é grandioso, magnífico, é humanamente inextinguível; e esse indivíduo o que é? Muitos dirão: um herói! Nós não, dizemos: é um grande talento, é um génio, é um artista!... Esse nome, hoje tão vulgarizado e tão raramente compreendido, merece-o ele, como merece Meyerbeer, Rafael de Urbino, Miguel Ângelo

A charanga tocou também a elegante polca moderna em que o nosso prezado amigo Vitorino Cordeiro mostrou os seus vastos recursos na execução difícil, a sua inteligência na concepção ainda mais difícil! É uma polca!, simplesmente uma polca,!

A música é verdadeira poesia!...

Há um trechozinho naquela polca que nos pareceu (esquiritice sem dúvida!) como que um grito doloroso, um suspiro agudo e prolongado, de quem lamenta sem esperanças a dissolução da nossa sociedade

De resto o passeio nada ofereceu de notável, a pouca concorrência do costume, a monotonia proverbial, e aquele misto de pedantismo e sensaboria que também caracteriza a nossa terra.

No domingo houve fartura de espectáculos!

De tarde, cães, ursos, touros, burros, homens nus; à noite, baile de máscaras!

Dizem que a canzoada não prestou; não têm razão, não souberam saborear! Cá por mim, quando vi o domador dançando com o seu urso, deu-me gana de cantar «ponha aqui, ponha aqui o seu pezinho».

Também foi o melhor!

E o baile de máscaras?

Razoável, contra o costume. O passeio foi (excepto a música, notem bem) a sensaboria da tarde; o baile de máscaras deixou desta vez de ser a sensaboria da noite!

N.º 12, 17 de Fevereiro

A crónica, hoje um pouco enfastiada, vendo-se sem notícias, sem horrores ou maravilhas a contar, sem que haja um amigo que tenha a abnegação de se matar para lhe dar dez linhas de original, uma mulher que se deixe raptar, para dar meia columna; vendo o tempo chuvoso, vento, frio, vai pelos seus colegas do jornalismo, escutando por entre as colunas, espreitando pelos noticiários, arregalando os olhos para o mais pequeno artigo, a ver se encontra um facto interessante ou mesmo somente assombroso. Mas não encontra nada, o jornalismo português anda profundamente distraído. Não sei o que ele tem que o aflige, o caso é que, quando aparece, é desalinhado no fato, magro, sem graça, sem bom-senso, esquisito e aborrecido. Julga-se que no seu quarto ele é afável, jovial, galhofeiro, letrado, eloquente, erudito; porém, quando vem para a luz do dia, vem despido destas belas e nobres qualidades. É simplesmente maçador e desengraçado. Nem uma anedota, nem um escândalo inocente, nem um enredo de comédia, nem uma mentira. Porém a mentira acabou. Dantes sim, que havia uma mentira geral que tinha representantes por esse mundo a quem se chamavam mentirosos; hoje não, nada há. A mentira é filha do espírito, e morreu com seu pai.

N.º 13, 21 de Fevereiro

Transcrevemos do *Jornal de Lisboa* uma curiosa notícia sobre o ministro espanhol González Bravo, que faz desorer das generosidades cheias de justiça que a mocidade tem, e faz lembrar aquele horrível dito de Veuillot: «Aos vinte anos todos têm a virtude democrática; alguns levam a exageração até aos trinta, mas em geral aos quarenta todos sossegam.» Se isto assim fosse, não havia futuro, nem esperança: a democracia não é uma virtude da idade, é uma justiça eterna.

Parece que o governo francês vai propor às cortes que se dê como recompensa nacional a Lamartine 400 000 francos. É uma dívida paga. E as nações nunca recompensam de mais o homem que lhes transforma a alma, e sejam quais forem as infelicidades políticas de Lamartine, ele deu notas desconhecidas à voz do espírito francês, como poeta e como moralista.

Poderão alguns querer ver naquela dádiva uma aliciação — não pode ser: aquela alma honrada de Lamartine só se verga ao bem e à justiça.

O ar está belo, o céu límpido, a temperatura afável: nestes dias a crónica torna-se contemplativa e mergulha-se na natureza. Porque, digamos uma suprema e inatacável verdade: a crónica é de combate; há muita gente que se persuade que

estas futilidades que se chamam crónica, folhetim, noticiário, variedades, não têm importância num jornal político, não pesam na opinião, não atacam e não combatem. É um erro. Num jornal de opposição a coisa que mais incomoda o governo é a crónica: ela é que é temida, evitada e seduzida; nos países bárbaros e pouco conhecidos, onde o jornalismo é uma especulação e como tal comprado e vendido, um governo que na sua política procede por corrupção, a primeira coisa que faz é comprar os vários cronistas, folhetinistas, noticiaristas, escritores de variedades, os *amenos*, como se diz.

E tem razão: a crónica é para o jornalismo o que a caricatura é para a pintura: fere, rindo; despedaça, dando cambalhotas; não respeita nada daquilo que mais se respeita; procede pelo escárnio e pelo ridículo; e o ridículo em política é de boa, é de excelente guerra.

O reinado de Luís Filipe foi demolido — não pelos jornais, nem pela democracia, nem pelos socialistas, nem pelos filósofos, nem pelas revoluções — foi demolido pela caricatura.

A caricatura, como a crónica, é uma arma terrível; ataca mais perversamente e defende-se com inocência: dá uma grande punhalada, depois toma um ar de candura e fica-se toda risinha fazendo acenos e afagos; e na verdade como se há-de combater se está estabelecido nos costumes que ela não pode ser tomada a sério? Assim, por exemplo, vá lá um governo conter pelos meios parlamentares a crónica de um jornal que revelou que o ministro de tal tinha a omoplata disforme? É impossível. Ela não respeita nada, e fala nas coisas que o indivíduo mais ama.

Um ministro, por exemplo, abre um jornal: lê o artigo de fundo, boceja, o artigo ataca-o: diz que ele vai levando a pátria ao abismo, que esbanja uma fortuna pública, que é amaldiçoado pelas almas honestas, etc.; o ministro boceja, ele ouve aquilo todos os dias, está cansado de escutar e sorri-se, cumprimentando, quando alguém lhe vem bradar. Por isso não se altera. Mas passa adiante; lê a política estrangeira, também

boceja; lê correspondência do reino em que o fulminam: boceja; então passa à crónica, lê, lê mais, lê avidamente, dá um pulo, empalidece, dá um grito, esmorece, sufoca-se, passeia furioso: o que viu? Eu sei? Qualquer coisinha: viu-se descrito, com o nariz bicudo e joanetes nos pés; vê a notícia de que no seu último jantar várias pessoas tinham encontrado bichos nos legumes; e outros, cabelos na *omollette*, pelo que um cavalleiro lhe bradou:

— Senhor ministro, eu gosto das *omollettes* calvas!

Vê-se mais acusado de trazer chinó, e de não lavar a cabeça, e de se deixar espancar pela mulher. Etc. Aquele homem, que o artigo de fundo não abalou, foi fulminado pela própria crónica. Daí manda imediatamente comprar o cronista; e daí o cronista manda-se imediatamente vender. Isto nos países bárbaros. Entre nós, não.

Depois, a crónica tem estas vantagens sobre o artigo de fundo: é mais lida; o artigo de fundo é apenas lido por três sectários, por cinco caturras, por dois conselheiros velhos; faz rir; o artigo de fundo não tem esta qualidade: faz quando muito sorrir por ver bradar um homem no deserto.

O artigo de fundo parece um excêntrico caturra, velho filósofo que fosse para um baile de máscaras e começasse bradando, com gesto trágico, e com voz cava, um sermão aconselhando a moral, a quietação da alma, a serenidade do espírito, a virgindade do corpo, e isto entre os gritos, as chufas, a música, o canto, os empurrões, os beijos, todas as doidices, todas as jovialidades.

A crónica, essa, parece-me uma robusta e amável rapariga, moral e severa, que fosse para o mesmo baile de máscaras, mas em lugar de fazer prédicas de moralidade, se misturasse com a dança, e metendo a ridículo, separando os pares, escarnecendo, apagando as luzes, espancando a polícia, picando com alfinetes as damas e arrancando os bigodes aos cavalleiros, pusesse todo o baile em debandada e conseguisse extinguir a orgia.

Só assim é que se podia conseguir que findasse a loucura. Como o velho queria, não. Isso conseguia que começasse o tédio.

Isto vem para dizer que hoje a crónica tencionava encetar esta vida de ataque, de ironia, de fugida gallharda; mas viu o céu tão lindo, o ar tão puro, a temperatura tão afável, que se foi a tomar um longo banho de sol e de azul, esquecendo a política e as ambições da terra.

N.º 15, 28 de Fevereiro

Dá-se um caso engraçadíssimo. Mostra uma infelicidade terrível, perseguidora, sinistra. Um homem havia que se dizia infeliz. Às vezes a gente não crê nestes tipos de infelizes e julga-os monomaniacos; no entanto, há-os. Este homem nunca saía que não caísse; nunca hesitava numa encruzilhada que não encontrasse sempre o caminho único que o fazia perder; se vestia fato novo, caía-lhe em cima azeite; se empreendia jornada por mar, perdia-se o vapor; por terra, tombava a diligência ou desencarrilhava o vagão; numa feira quis negociar em pastéis, fez uma quantidade enorme, mas enganou-se, e em lugar de lhe deitar farinha, deitou-lhe arsénico. Fez-se cocheiro, todos os dias voltava a carruagem. Fez-se criado, no primeiro dia que serviu o primeiro amo, deitou por terra um guarda-loiça com prejuízo de 200\$000 réis. No ano em que ele intentou negociar em vinho, foi o primeiro ano que veio o *oidium*. Ultimamente vivia em Lisboa de má vida; era cauteleiro, garoto, vadio, taberneiro, sobretudo larápio: em tudo perdia, em tudo se enganava, em tudo era infeliz; há tempos, numa desordem do Campo Grande, ia desfechar uma pistola e arreventou-lhe na cara, deixando-o meio morto. Ora com este desgraçado dá-se há dias um caso divertidíssimo. Entrou numa casa ao Chiado, com uma chave falsa, de dia, e furtou um relógio de sala; o dono da casa tinha saído; o homem de-

pois de ter roubado o relógio caiu em si, e viu que lhe sucedia desgraça e era decerto preso; quis desfazer-se o mais depressa possível do roubo.

Que há-de fazer? Encontra um sujeito ao Loreto, e, chegando-se ao pé dele, começou dizendo que era infeliz, tinha mulher e filhos, não podia trabalhar, e que tinha empenhado e vendido tudo e que só lhe restava um relógio de bronze, se ele lho queria comprar, e tirou debaixo do casacão o relógio de bronze. O sujeito disse que o comprava, mas que não trazia dinheiro, que o ia buscar a casa, e que esperasse ele ali; o homem infeliz esperou. Daí a pouco aparece o sujeito com cabos de policia, que prendem o homem infeliz. O desgraçado chorava. O que tinha sido? O homem infeliz tinha-se justamente dirigido ao dono do relógio. Já é...

O *Progrès*, jornal de Lyon, em que muito se defende a república e as virtudes democráticas, todo fornecido da literatura e da política de Paris, conta o seguinte e engraçado caso que aqui deixamos traduzido, para muita hilaridade e satisfação dos leitores. Já que em Portugal não sucedem destes cómicos casos, ao menos, vejamo-los sucedidos no estrangeiro; já que não podemos rir das nossas coisas, importemos algum riso do estrangeiro. O caso é muito semelhante a um que se deu com um inglês. Triste caso foi esse.

Porque sucedeu àquele inglês? Quem sabe, tudo sucede aos ingleses. Foi um caso horrível. Podia ter sucedido a qualquer de nós; mas não, sucedeu ao inglês.

Precisamente a um inglês. Foi ele, não foi outro a quem sucedeu o caso. Coisa atroz! Num comboio. Diante de uma formosa irlandesa de 22 anos. É horrível. Enfim, vamos ao caso que conta o democrata *Progrès*.

«O sr. M..., livreiro desta cidade, foi visitar um dos filhos em Lyon.

Na volta teve a desgraça de entrar em um vagão ocupado por dezassete montanheses do Jura.

Ao cabo de alguns minutos o sr. M... pulava debaixo de mil ferroadas de inimigos invisíveis, que seu estreito lugar não lhe permitia perseguir.

Apenas chegado à estação de Ambrieux, o infeliz viajante apressa-se em abandonar o vagão, e, encontrando um inteiramente vazio, nele se precipita.

O trem partiu e corre 60 quilómetros e o sr. M..., sempre importunado, toma o partido de expulsar o inimigo do seu mais secreto esconderijo.

Põe-se a sacudir vigorosamente a sua roupa fora da portinhola.

Oh! desespero! a calça escapa-lhe das mãos. E já não é mais do que um ponto negro no espaço.

Anunciam a estação de S. Rambert.

Ali pára o trem. Os viajantes precipitam-se para o vagão ocupado só por uma pessoa. O sr. M..., porém, com os cotovelos firmados na porta, opõe-se à sua entrada.

— Não entrem! — exclamava com voz forte e pudica, é impossível.

O chefe do trem interveio.

A vista deste cavalheiro, com o rosto afogueado e o olhar desvairado, suscita-lhe desconfianças. Consegue meter a cabeça pela janela lateral oposta; em vez de um pacífico viajante, vê um montanhês da Escócia (*highlander*) no seu traje mais primitivo.

O chefe do trem, convencido de que trata com um louco, afasta discretamente todos os passageiros e dá-se pressa em telegrafar o ocorrido.

Em cada uma das estações seguintes o sr. M... toma as mesmas disposições ameaçadoras para proibir que alguém entre no seu vagão.

Inútil precaução, ninguém se atreve a aproximar, apenas o chefe do trem vai certificar-se da sua presença.

Mas, na estação de Lons-le-Saunier, outras medidas tinham

sido tomadas: quatro polícias vêm postar-se defronte do vagão do sr. M...

Mas este aparece e chama o chefe do trem. A coisa explica-se; os polícias riem; trazem-lhe uma calça, e o desventurado livreiro não tarda em tomar parte na hilaridade geral.»

N.º 16, 3 de Março

Hoje a crónica retoma uma importância poderosa e exclusiva e única; sente-se honrada e satisfeita: pede licença para se alargar pelo jornal, estender-se voluptuosamente pelas colunas, tomando o lugar do artigo de fundo, dos artigos políticos, das correspondências, de tudo.

Ela só quer resplandecer: hoje o jornal é dela, os senhores tipógrafos compuseram-na com toda a sorte de carícias, os senhores revisores beijaram-na devotamente.

Ela hoje traz mil anedotas, toda a sorte de contos, de historietas. O que todos se vão rir! A crónica tinha projectado fazer uma partida de Carnaval, contar uma mentira imensa, enredar uma intriga feroz entre as pessoas respeitáveis da terra, dizer que tinham sido assassinadas dez senhoras na Porta Nova ou na praça, descrever miudamente as crueldades dos assassinos, e depois no número a seguir trazer a seguinte errata: por erro de imprensa se disse que as senhoras Fulanas tinham sido assassinadas. E depois, rir imenso! Mas não, não quis; respeita muito o seu público para assim o burlar; e como os saltimbancos de feira, o mais que poderá fazer é deitar-lhe farinha aos olhos ou deslumbra-los com jóias falsas.

Esta época do Entrudo é realmente feliz para a crónica. A crónica encontra sempre contra si as ocupações políticas, os incómodos individuais, a preocupação das negociações fi-

nanceiras, a instabilidade dos partidos; ela é sempre jovial, mas não pode respirar, viver, porque encontra em volta de si uma época séria. Senão, veriam.

Mas quando chega o Carnaval, há harmonia entre a crónica e a época, se a crónica diz: folguemos; a época diz: desvairaremos.

E aí está porque, assim que chegam estas épocas, ela se veste de cores alegres, vem palreira e folgazã dar as boas-festas aos que têm a honra de a ler, de a ouvir, de lhe escutar as anedotas.

Hoje nenhuma notícia dá a crónica: limita-se a contar anedotas, umas verdadeiras, outras falsas. Ela andou muito ocupada em distrair, em atirar ovos literários às faces crédulas, para saber as notícias positivas que correm a terra. Podia inventar mesmo porque está no Entrudo. Mas hoje os que inventam são muito acreditados; já não dá gosto inventar; o verdadeiro é contar verdades; porque então é certo, ninguém acredita.

É bem certo que os jornais de Entrudo têm um aspecto diverso: o jornal é das coisas neste mundo que mais toma a forma e a atitude das épocas que atravessa. O jornal no Entrudo tem o que quer que seja de folgazão, de escarneckedor; se fala nos graves problemas sociais é com ar ligeiro, de pouco respeito; se fala nas misérias humanas, é com voz contraída, como quem abafa o riso. Vê-se que é feito à pressa, desleixadamente revisto, pessimamente impresso.

O jornal de quaresma tem uma gravidade sinistra, fala e torna a falar em cinzas, vê o governo vestido de roxo, achalhe cara patibular; se vê desperdício no orçamento, fala logo no jejum, fala também em *pecados* ministeriais e pede sincera *confissão*; depois, diz que é uma vergonha estar na *comunhão* do governo.

Os jornais da Semana Santa são fúnebres, a todo o mo-

mento dizem: o som do bronze, a voz funéria, a ciprestal morada — a paixão, etc.

Por esse tempo acordam os poetas tristes, soltam seus carmes sepulcrais: é triste.

Oh! mas do que a crónica se lembrou agora, em pleno Entrudo; ela faz penitência: promete mascarar-se e ir ao baile de máscaras. Depois disto só se lhe desejarem o suplício de Tântalo, homem que tinha fome e comer à vista e não comia, homem que tinha sede e água à vista e não bebia.

Agora que estamos em pleno Entrudo, que começam as festas, as cavalgadas, os bailes, as mascaradas, todas as notícias de festas notáveis têm grande aceitação. Já que nos não podemos divertir, vejamos e ouçamos como os outros se divertem. Em Paris a política esqueceu-se, e só se lembra a folgança, a loucura, o desvairamento do Carnaval. Por cá também se dão tréguas, e cada um se entrega ao prazer de atirar ovos, ou de escorregar no canicã. Nós cá divertimo-nos um tanto insipidamente; não é assim em Paris. Ali as festas e os bailes sucedem-se quase sem interrupção. Todas as sextas-feiras há o mais esplêndido baile de máscaras na bela sala do teatro italiano; todos os sábados baile na ópera; há bailes na corte, na câmara municipal, nos palácios dos diferentes ministérios e nas embaixadas; finalmente os divertimentos estão no seu apogeu. A festa dos patins, no bosque de Bolonha, foi deslumbrante.

Parecia um desses grandiosos espectáculos que nas margens do Neva fazem o encanto da corte do czar; ou então que os parisienses se achavam transportados a uma das alegres quermesses da Holanda.

As sete horas da noite o Ice-Club, iluminado, elevava-se por sobre o bosque, como uma imensa aurora boreal. As avenidas estavam repletas de carruagens e os amosos carvalhos, transformados em monstruosos candelabros, tinham suspensas centenas de lanternas venezianas, que lançavam fantásticos

reflexos sobre os transeuntes. Ao longo dos caminhos, e em torno do lago gelado, brilhavam miríades de candeeiros e de balões de cores, dispostos em festões presos a colunas de ferro, sobrepujadas por estrelas de gás, sustentando nos raios superiores caçoulas douradas, onde ardião continuamente fogos de Bengalla.

As cantigas dos patinadores iam fundir-se ao longe com os sons da música da orquestra.

Eis-nos no clube; é um vasto e gracioso chalé suiço todo rutilante!

Na entrada, os porteiros e a guarda civil contêm a multidão, e abrem caminho aos convidados.

Três mil pessoas estão espalhadas pelos vastos salões.

Em frente do clube circulam exóticas figuras e os mais diversos trajos de veludo, seda, rendas e preciosas peles. O boné de astracã encontra-se com o fez oriental, a touca escocesa com o barrete quadrado da Polónia, e o casquete holandês com o chapéu da Noruega.

Vêm-se sobrecasacas de alamares, véstias suecas e capas russas, forradas de arminhos e de mantas. O que porém domina na multidão é, nas senhoras, o penteado parisiense, e, nos homens, o fraque, o *veston* francês, e o chapéu cápsula dos janotas da primeira classe.

Dão oito horas; e ao mesmo tempo a multidão dos guardas de Paris, que, entre bem dispostos fogos de bivaque, se conserva numa eminência da ilha, solta alguns sons; e em seguida senhoras e homens calçam os patins e, munindo-se de lanternas de cores, avançam para o *turf* de cristal.

O espectáculo deve ter sido cheio de grandiosidade. A *Ilustração* inglesa, de onde tiramos apontamentos, diz que apresentava um carácter fantástico, com tal animação e originalidade que não se pode descrever!

O lago do bosque de Bolonha, como uma arena imensa, cercada por uma elegante grade, ostenta, em frente do chalé, o gigantesco espelho de gelo que cerca o clube dos patinadores.

nes, de que é presidente o príncipe Murat, e onde se reúne a mais alta aristocracia. Nesta festa o imperador patinou por muito tempo. A imperatriz, num magnífico tremó de forma de cisne, corria em diversos sentidos, e, seguida por um grande número de damas da corte, atravessava por entre diversos grupos de homens e de senhoras, que trajavam à polaca e à escocesa e que dançavam sobre os patins, ou em rápidas corridas desenhavam flores ou escreviam o nome no gelo. As damas da corte imperial, e grande número de outras senhoras, também iam em trenós de forma de cisne, o que muito contribua para dar um aspecto mágico a esta festa nocturna, ao ar livre, e nos rigores do Inverno.

Entre nós basta a mais leve viração para afugentar do Passeio Público toda a gente que vai ali passar alguns momentos nas calmosas noites de Agosto!

N.º 17, 7 de Março

A época que entra vem pálida de jejuos, coberta de cilícios alumiada por círios, e um tanto polvilhada ainda, um tanto suja dos ovos e das laranjinhas.

Há sempre uma certa saudade por este folgazão e sem sabor entrudo. A gente aborrece-se, amaldiçoa-o, censura-o, desespera-se com ele, mas, quando ele passa, fica triste como se perdesse uma companhia querida. Tudo se transforma; em lugar de ovos e de polvilhos, círios e pálios: o catolicismo deixa o espírito tomar a sua máxíma folga, o corpo a sua máxíma loucura, e, quando vê tudo no auge dos delírios profanos, vem então, soluçando e fúnebre, lembrar que o homem é pó e que em pó se tornará.

Hoje passa-se quase sem transição do Entrudo para a Quaresma — ou porque o Entrudo é bastante fúnebre, ou porque as celebrações religiosas não são tão tristes. Antigamente a passagem era cruel e dolorosa; o Entrudo era o maior desaforamento em que os homens caíam: todas as orgias e todos os pecados se cometiam então; a Quaresma era a época dos jejuos, dos cilícios, das mortificações e das disciplinas.

Os que brincavam como doídos e como saltimbancos num dia, tinham no dia seguinte que se entristecer como frades penitentes.

Eis a vida. Deus no-la faça sempre assim, de tristezas e de alegrias — porque a eterna tristeza mata de dor, como a eterna alegria mata de aborrecimento.

Os italianos têm agora um novo método de manifestar entusiasmo pela liberdade e pelo seu caudilho José Garibaldi. Esse meio é um catecismo.

Transportam o herói de Caprera para uma espécie de religião, onde é adorado e santificado.

A *Lanterna Mágica*, jornal que se publica em Milão, publicou o catecismo garibaldino, que se divide em três partes, compreendendo a primeira nove lições, a segunda quatro, e a terceira dez:

P. — Faça o sinal da cruz.

R. — Em nome do pai da pátria, do filho do povo e do espírito da liberdade. Amén.

P. — Quem o fez soldado?

R. — Garibaldi.

P. — Para que fim?

R. — Para honrar a Itália, amá-la e servi-la.

P. — Como recompensa Garibaldi aos que amam e servem a Itália?

R. — Com a vitória

P. — De que se goza na vitória?

R. — Da vista de Garibaldi e de toda a espécie de prazeres.

P. — Quem é Garibaldi?

R. — É um espírito mui generoso, abençoado do Céu e da Terra.

P. — Quantos Garibaldis há?

R. — Um só.

P. — Quantas pessoas há em Garibaldi?

R. — Três realmente distintas.

P. — Quais são essas pessoas?

R. — O pai da pátria, o filho do povo e o espírito da liberdade.

P. — Qual das três pessoas é a maior, a mais sábia e a mais poderosa?

R. — Todas são iguais, porque todas têm a mesma grandeza, a mesma sabedoria e o mesmo poder.

P. — Qual das três pessoas se fez homem?

R. — A segunda, o filho do povo que tomou corpo e alma como a nossa no seio afortunado de uma mulher do povo.

P. — Como se chama o filho afortunado do povo?

R. — José

P. — Para que se fez homem?

R. — Para salvar a Itália.

P. — Que fez para salvar a Itália?

R. — Bater-se contra os austríacos e Bourbonns retirando-se depois a Caprera, de onde voltou passados dois annos, glorioso e triunfante.

Tal é a primeira lição. A segunda são os dez mandamentos de Garibaldi, entre os quais figuram estes:

Não matarás senão os que se armarem contra a Itália.

Não roubarás senão o dinheiro de São Pedro, etc.

Da terceira à oitava lição trata-se unicamente das virtudes de Garibaldi.

A nona fala da graça de Garibaldi.

A segunda fala da doutrina, do credo e do padre-nosso garibaldino.

A terceira occupa-se de novo dos mandamentos garibaldinos.

N.º 31, 25 de Abril

Eis a versão que corre acerca dos factos que deram lugar a que se descobrisse o grande crime das notas falsas.

Há tempo appareceu no Banco de Portugal um irmão do sr. Silveira, fotógrafo, e apresentou seis contos de réis em notas de vinte mil réis para serem trocadas. O caixeiro do banco examinou-as, contou-as, e achou-as excellentes, causando-lhe contudo surpresa o ver tantas notas de vinte mil réis (que não são muito abundantes) nas mãos de uma pessoa desconhecida. Como a esse tempo apparecesse outra pessoa que levava quatro notas para trocar, o caixeiro foi buscar o troco, e aproveitou a occasião de ir buscar o dinheiro para pedir ao senhor tesoureiro do banco que fosse examinar as notas suspeitas. O senhor tesoureiro viu-as e disse ao caixeiro que podia fazer o troco porque eram boas. Contaram então 4:500\$000 réis em ouro e 1:500\$000 réis em prata. O irmão do sr. Silveira queixou-se de lhe darem tanta prata, mas responderam-lhe que assim era costume e ofereceram-lhe uma saca para a transportar, que ele aceitou. O caixeiro, indo buscar a saca, preveniu os directores do dia (o sr. Leitão e outro) do que succedia e das suspeitas que tivera. Os directores examinaram as notas e deram-nas por boas, a ponto do sr. Leitão (que era um dos signatários) dizer que a firma era a sua e que sobre ella daria quanto dinheiro tivesse em sua casa. Entretanto, mandaram pedir ao sr. Silveira que lhes fosse falar e perguntaram-lhe se as notas eram suas ou se outra pessoa lhas dera para trocar. Respondeu que eram

suas. Fizeram-lhe mais algumas perguntas, a que o sr. Silveira respondeu prontamente, até que afinal se impacientou, dizendo que não sabia para que era tanto perguntar. Disseram-lhe que ninguém suspeitava dele, mas que causara estranheteza o apparecer um desconhecido com tão grande porção de notas. O sr. Silveira respondeu dando o seu nome e morada, e retirou-se.

Corre que, havia algum tempo, recebera o banco aviso de que nos Estados Unidos havia uma fábrica de notas falsas de todos os países. A lembrança deste aviso levou os senhores directores a recorrerem ao livro das actas para ver se no dia indicado nas notas tinham sido efectivamente emitidas, se estavam de dia os directores que as assinavam, etc.

Acharam tudo conforme e viram que as notas haviam sido emitidas, substituindo outras deterioradas. Apesar de terem aumentado as probabilidades de serem verdadeiras as que se apresentavam, resolveram ir à casa forte examinar as notas recolhidas que ali estavam guardadas. Então, cotejando os números, viram que havia duplicações em alguns números. Desde esse momento era evidente a falsificação.

Mandaram chamar dois peritos e, sem os prevenirem de coisa nenhuma, disseram-lhes que examinassem as notas. Os peritos recolheram-se a um gabinete e, depois de minucioso exame, declararam que eram verdadeiras. Respondeu um dos senhores directores que eram em tudo verdadeiras notas, mas que certamente não as emitira o banco, e que vissem mais detidamente se apparecia alguma discrepância entre as verdadeiras e aquellas falsas.

Reconheceram então os peritos que havia pequeníssima differença no carimbo.

Desde então, os empregados do banco e a policia concertaram-se para descobrir os falsificadores. O irmão do sr. Silveira tinha-se retirado do país. No banco appareciam quase todos os dias duas ou três notas falsas. Os empregados do banco faziam indirectamente algumas perguntas, seguiam os

que as levavam, mas sempre iam adquirindo a convicção de que eram pessoas honradas e incapazes de cometerem tamanho crime.

Finalmente apareceu no banco o sr. dr. May Figueira, com quatro notas de vinte mil réis para trocar. Eram falsas. Saiu um empregado do banco que o conhecia pessoalmente, fez-se encontrado com ele, disse-lhe que o vira no banco e deu-lhe rindo os parabéns de se ter apresentado naquela casa. O dr. May Figueira respondeu que era dinheiro que recebera de um doente. O empregado replicou-lhe que era preciso haver cautela com dinheiro, porque no Porto e em Aveiro tinha aparecido moeda falsa, e até se falava de notas também falsas. O sr. May Figueira respondeu que não lhe dava cuidado, porque nunca conservava notas em seu poder, e que as que fora trocar lhe tinham sido dadas pouco antes pelo sr. Silveira, fotógrafo.

No mesmo dia, saindo dois directores do banco, viram o sr. Silveira (fotógrafo) sair de uma loja de ourives na Rua do Ouro. Um dos directores conhecia o dono da loja, entrou, conversou com ele e perguntou-lhe como iam os negócios. Respondeu-lhe que bastante mal, porque a agitação do país e outras causas traziam o comércio muito frouxo. «Não é tanto assim», respondeu o director, «agora mesmo vi eu sair daqui um freguês.» O ourives disse que vendera apenas uma salva de prata, que lhe fora paga com o dinheiro que ali tinha, e apresentou-lhe uma nota de 20\$000 réis. O director pegou-lhe e reconheceu-a falsa.

Ao mesmo tempo, a polícia notara que algumas senhoras da família do sr. Silveira faziam bastantes compras e pagavam com notas de 20\$000 réis.

Aumentando assim os indícios, os directores do banco pediram que o sr. Silveira fosse preso. Diz-se que o senhor governador civil ainda hesitou e consultou o senhor ministro do reino, do qual recebeu ordem de proceder à prisão.

N.º 42, 2 de Junho

Um inglês, antigo capitão de navios e de cerca de sessenta anos de idade, principiou a frequentar ultimamente com grande assiduidade certa loja de Londres, a cujo balcão se ostentava a beleza loira, asseada e fresca, de uma das mais gentis inglesas que têm servido de modelo às mais fininhas gravuras da Grã-Bretanha, ou às mais delicadas estatuazinhas de porcelana *biscuit*.

Ao fim de poucos dias, o velho inglês estava violentamente apaixonado pela rapariguinha do balcão. Disse-lho, e ela riu-se dele e do amor que lhe inspirava.

O velho ficou mais triste, mas não deixou por isso de frequentar a loja em que lhe estava preso o coração. Ia para lá pela manhã e não se retirava senão à noite, quando se fechavam as portas.

Como a engraçada e alegre *grisettezinha* recebia sempre os galanteios do capitão com um desprezo amável, que lhe desarraigava da alma os seus sonhos mais doirados e mais queridos, o velho deixou por fim de falar-lhe, contentando-se em contemplá-la com a melancolia de um cão fiel ao amor do dono que o espancou.

Um belo dia, o capitão cortou o seu silêncio habitual,

desfechando a cantar uma triste ária franceza que elle aprendera em uma das suas viagens aos pontos de França. A letra desta ária terminava assim:

*Mais quand je serai loïn,
Pense a moi si tu m'aimes!*

Daqui por diante o capitão cantava sempre.

Como a sua melopeia arrastada e triste incomodava a gente da loja e os frequentadores dela, a rapariguinha do balcão viu-se obrigada a mandar sair o velho, a quem não era impossível impor silêncio.

O homem retirou-se com a humildade de um mendigo que reza uma oração por quem lhe negou uma esmola, e não voltou mais.

No dia seguinte tinham-no levado para um hospital, onde ele continuava a cantar incessantemente a sua canção predilecta.

Tinha enlouquecido.

N.º 43, 6 de Junho

Chega do Egipto uma noticia extremamente curiosa. Um frade copta, cavando uma cisterna perto de Ossonani, no alto Egipto, descobriu um tesouro imenso, tão importante e tão precioso, que se julga ser o *tesouro* legendario tão cobiçado pelos Faraós.

Deslumbrado ao principio por este monte de riquezas fabuloso, o frade quis guardá-lo todo para si, e não deu parte a ninguém do precioso achado. Ia tirando dele pouco a pouco unicamente o que era preciso para as suas despesas ordinárias; mas pouco tempo lhe durou a prudência; deixou-se dominar da febre do luxo e começou a gastar como um opulento príncipe.

Em toda a parte há invejosos. Os do Egipto murmuraram ao principio de tanto luxo usado por um frade, e da murmuração passaram à curiosidade. Já a este tempo a autoridade estava informada do que se passava, ia para ordenar uma sindicância, quando o frade, temendo ser punido, foi dar parte do seu achado ao governo.

N.º 47, 20 de Junho

Os produtos da livraria e da fotografia figuram também entre o material das *artes liberais*. A fotografia é por ora uma indústria cheia de esperança. É o espelho em que a luz fixa qualquer imagem que seria representada com toda a fidelidade, se não se dessem desvios ao instrumento. Basta examinar essa imagem para se conhecer quanto ela se ressentir da origem passiva que tem.

A intenção do artista apenas pode revelar-se na sua obra pela combinação feliz da posição do modelo, e pela composição e artifício dos acessórios. O sol é que faz o resto.

O práctico só pode obter bom efeito com a escolha do instrumento que transmite a luz, e com a manutenção dos produtos químicos empregados para fixar a imagem. É esta a razão por que aos fotógrafos se contesta a pretensão de quererem passar por artistas. Vêem-se porém na galeria espécimes que são quasi obras de arte. Não diremos que os retratos obtidos com semelhante processo possam rivalizar com a concepção de um pintor hábil e engenhoso; contudo, há alguns de admirável beleza, que à primeira vista parecem retratos a óleo.

Mas na reprodução de estátuas, monumentos, vistas interiores de palácios, objectos inanimados, de história natural e trabalhos microscópios, a perfeição nada deixa a desejar. Os desenhos de mestre apresentam-se copiados com tal precisão

que o original não se pode distinguir da cópia. Há até quadros que, em certas condições de cor, estão reproduzidos como num espelho.

Os mais célebres pontos de vista, que ordinariamente eram interpretados e modificados segundo a fantasia dos artistas, apresentam-se hoje com toda a exactidão e fundo verdadeiro. Quando se folheam os álbuns daqueles grandes exploradores, contempla-se o panorama do universo. Qualquer curioso, sentado comodamente numa poltrona, pode viajar à roda do mundo: penetra nas clareiras da floresta de Fontainebleau; admira rochedos amontoados e carvalhos seculares; ou então, como se estivesse docemente embalado numa barca, segue lentamente as margens verdejantes do Mississípi.

Outra surpresa.

A imagem reproduzida pelo sol vem por si mesmo fixar-se numa chapa de cobre ou de aço, tornando-se gravura ao buril ou em relevo, — e a obra da luz, entre as mãos do impressor, é multiplicada até ao infinito, como grão de trigo entre as mãos do lavrador.

A fotografia, cujos progressos são imensos e que está, a nosso ver, mui bem classificada entre os materiais das artes liberais, fala aos olhos e detém e cativa os curiosos fatigados, que tomam aqueles pontos de vista luminosos por janelas abertas, dando sobre campinas e bosques.

A livraria, pelo contrário, deixa apenas adivinhar as belezas misteriosas. Entre ela e a fotografia há tanta diferença como entre a alma e o corpo, ou como a mais bela das nossas leitoras e uma figura de cera.

O visitante deita um olhar distraído para a capa do livro e passa adiante. O livro precisa ser interrogado para que diga o que contém; assim como a harpa precisa ser tocada para se lhe apreciar a voz sonora, e o frasco de perfumes necessita ser aberto para se lhe conhecer a essência que contém.

Contestou-se por bastante tempo aos editores o título de inventores e de criadores industriais. Hoje, porém, faz-se-lhes

justiça. E efectivamente o livreiro é inventor, cujo concurso para a concepção e execução de certos livros é inteiramente diferente do concurso do fotógrafo para a reprodução das imagens em que o sol faz todo o trabalho.

Verdade é que os poemas e os romances podem reproduzir-se sem intervenção dos editores. Homero e Virgílio passaram muito bem sem eles; mas os livros de gosto, os livros de arte, as edições correctas dos clássicos, as obras ilustradas, as enciclopédias, as grandes empresas, as jóias bibliográficas, as curiosidades e os tesouros procurados pelos amadores, são positivamente criação do livreiro, que concebe a operação e que investiga os diversos colaboradores da obra: escritores, desenhistas, gravadores, impressores e fabricantes de papel — para obter um conjunto perfeito. A iniciativa do livreiro faz viver grande número de cooperadores.

O gosto pela leitura difere muito do gosto pelos livros. As pessoas ociosas, que, para matar tempo, devoram jornais, revistas e romances, quase nunca têm um volume predilecto. Os amadores de livros possuem sempre muitas obras preciosas, mais pela paixão da *forma* do que pela *matéria* que contêm.

N.º 49, 27 de Junho

Em Lisboa realizou-se o *meeting* da classe operária que tinha sido anunciado. Falaram diversos cavalheiros. Tomaram-se por fim as seguintes resoluções:

1.ª — Nomeação de uma comissão para confeccionar uma representação à câmara dos dignos pares do reino, e outra ao soberano, a fim de que o trabalho de comércio com a França não chegue a ser lei do Estado.

2.ª — Que sejam convidadas todas as classes industriais a nomearem dez indivíduos por cada uma, para acompanharem a comissão às cortes e ao paço, com todas as demonstrações pacíficas do desgosto que predomina nas classes operárias.

3.ª — Que sejam convidadas as classes industriais do Porto a enviarem igualmente cada uma dois indivíduos para acompanharem a comissão às cortes e ao paço.

4.ª — Que a comissão fica autorizada a empregar todas as diligências que julgar convenientes para o deferimento, ficando porém terminada a existência da comissão com o triunfo da representação, ou logo que seja desatendida.

Foi nomeada a comissão de vinte pessoas, todas da classe operária.

N.º 50, 30 de Junho

Évora nestes dias tem estado com aquella jovial animação que as feiras têm o privilégio de dar às localidades. A feira tem sempre um cortejo ruidoso de divertimentos, de teatros, de bailes, de galanterias, de toiros e também um pouco de lucros e de comércios. Está uma terra montã, enterrada, quase esquecida, e de repente, num dia de Junho ou de Maio, porque assim o querem. calendário e as necessidades da vida, vê entrar pelas suas ruas todo um cortejo querido de festas, comédias, farsas, realejos, touros, capinhas, penteados de baile, librés novas, toda a sorte de coisas festivas, alegres, vazias e perfeitamente inofensivas.

Então, começa a vida: tudo corre, grita, gesticula, passa, rodeia, diverte-se, canta, ri, e vai-se embora. É uma animação de momento, é uma palavra solta ao sonhar. Está um homem deitado, com o barrete de algodão na cabeça, deliciosa e metódicamente conchegado: ressona e está imóvel; toda a sorte de imbecilidades lhe apertam o cérebro como um aro de ferro; está animalmente inerte; a alma está aconchegada e perdida entre a junção enorme da carne e da matéria; e de repente, a sonhar, diz uma frase admirável, cheia de ideias e de melancólicas suavidades. Foi o acaso. É assim em certas cidades: estão carnalmente adormecidas, às vezes por acaso, ou em respeito à folhinha, têm uma feira; é a palavra inteligente e ideal

do seu sono animal. Com efeito, como na palavra do homem que sonhava havia toda a sorte de ideias delicadas, na feira desta cidade que dorme há toda a sorte de regozijos simpáticos. Aqui em Évora houve tudo isto: toiros, bailes, teatros, realejos, músicas, panoramas, queijadas de Sintra; enfim, tudo que constitui os paraísos sociais. Devia-se talvez falar minuciosamente de todas estas festas queridas. Mas não se compreende bem o que seja falar de festas: contá-las? É inútil. Os que as viram, conhecem-nas; os que as não viram, por indiferença, acolhem com indiferença a descrição; os que as não viram por impossibilidade, acolhem a descrição com inveja. Criticá-las? Com isso ganham-se inimizades ou simpatias incómodas. Das relações das festas com os jornais só achamos razoável o anúncio. A descrição, a crítica, a explicação, pertencem ao género das inutilidades consagradas, que é do dever dos originais ir lentamente afastando. Houve excelentes toiros, toiros moderados e simpáticos, toiros modestos, estimáveis pais de manadas, cheios do sentimento de paternidade, odiando as lutas com a polícia, bastante incapazes de alterar a ordem. Houve com eles picadores destros, valentes, capinhas ágeis, etc., etc. Houve a feira: animação, bonecos, lãs, ferramentas, mobílias honestas, pó, lenços, negociadores astutos, *flâneurs* indolentes, visitantes aparatosos, cerveja, queijadas da Sapa, panoramas, parece que um realejo, gritaria, ruído, calor, um belo sol, por cima as nuvens, depois o azul inalterável, e cremos que era isto que viram os que lá foram.

Parece confirmar-se, infelizmente, a notícia do mal-aventurado imperador do México, Maximiliano I. Depois de tantas contradições nas participações oficiais, a França, segundo se vê de um telegrama que damos noutra lugar desta folha, acredita em tal fatalidade, e de Dresde participam que a corte toma luto por três semanas. Tem, por conseguinte, todos os visos da verdade o seguinte, que se lê na *Correspondência de Espanha* chegada ontem, 3 do corrente: «Recebemos hoje uma notícia muito grave: é o fuzilamento de Maximiliano. O representante de Áustria nos Estados Unidos dirigiu um despacho para Viena, no qual participa, com referência à notícia dos agentes dos Estados Unidos no México, que o imperador Maximiliano havia sido fuzilado naquela capital a 19 de Junho, às 7 horas da manhã. Os juaristas haviam-se negado a entregar o cadáver e só tinham accedido a que os prisioneiros austríacos volvessem à Europa, para o que esperavam navio.»

Os jornais dos Estados Unidos dão-nos alguns pormenores sobre a tomada de Queretaro e sobre o traidor López, que, pela entrega da cidadela da Cruz, fez cair a praça em poder dos juaristas. Maximiliano, apesar de rigorosamente sitiado, defendia-se com energia em Queretaro e tinha mesmo obtido algumas vantagens, quando, na noite de 15 de Maio, López

entregou a cidadela a duzentos homens das tropas de Juárez e fez entrar na cidade um corpo de tropas comandadas pelo coronel Palacio. A surpresa foi completa. A barraca de campanha de Maximiliano foi cercada e o imperador intimado a render-se, ao que respondeu, ainda com a espada em punho, que o faria ao comandante-chefe. Escobedo, que se achava a uma légua de distância, foi logo chamado e, assim que chegou, entregou-lhe o imperador a sua espada. Não houve combate, tudo se passou sem disparar um tiro. O coronel Miguel López tinha sido antes governador da Praça de Chapultepec, passando depois a coronel do regimento de cavalaria da imperatriz. Era ele que comandava a escolta desta princesa. Maximiliano tratava-o como seu íntimo amigo, tinha-o coberto de distinções e favores. Foi este homem que vendeu por 3000 onças de ouro os homens e a causa a que devia a sua elevação e fortuna.

É um facto sabido que o parlamento inglês nomeou uma comissão de inquérito em vista dos veementes e pertinazes ataques de que eram alvo desde longo tempo algumas associações de operários (*trade unions*). Perante essa comissão, que se reunia em Sheffield, revelaram-se os factos mais inauditos e dolorosos.

A luz do dia pôs bem patente a estranha constituição dessas associações, cujos membros não recuam diante de meio algum, sem mesmo exceptuar o assassinato, para com maior segurança fazerem respeitar os seus regulamentos. Dificilmente se pode imaginar até onde chega a opressão que as associações de Sheffield fazem pesar sobre os seus sócios, transpondo todos os graus de intimidação para chegarem às mais violentas extremidades, fazendo, por exemplo, saltar pelos ares, com o auxílio de sacos cheios de pólvora, a casa do operário desobediente.

E esta desobediência ora consiste em deixar de pagar regularmente a quota, ora em trabalhar durante a greve (suspensão

forçada do trabalho), isto é, usar da mais essencial das liberdades que o operário deve ter, qual é a de procurar trabalho!

Vamos referir um dos factos mais monstruosos que o relatório aponta. Um trabalhador matou por quinze soberanos um homem desconhecido, que era como ele trabalhador e cujo crime consistia em manter em sua casa alguns aprendizes, crime que o novo *Conselho dos Dez* condenava, porque tendia a fazer baixar o preço dos salários, pela iniciação daqueles aprendizes no trabalho.

As revelações feitas perante a comissão de inquérito de Sheffield mostraram até à evidência que as classes laboriosas, na Inglaterra, estavam entregues a miúdo e em demasia à mais odiosa escravidão, mascarada sob o pretexto de interesse comum. Viu-se por esta forma organizar várias vezes no próprio seio de operários a mais cruel tirania. As testemunhas admitidas a depor no inquérito ousaram sustentar, ao passo que confessavam os crimes de que estavam ao facto, que o interesse, que a salvação das associações exigiam tamanhos rigores!

E veja-se como tudo estava rigorosamente previsto nessas *trade unions*. O operário rebelde ao regulamento não deve ser morto, deve-se unicamente descarregar uma espingarda contra ele, a fim de lhe *mutilar um membro* e torná-lo incapaz de trabalhar. Sucede porém muitas vezes que a pontaria é mal feita pelo executor da sentença oculta e que em vez de um ferimento *regulamentar*, o operário recebe a morte. Mas assim mesmo, este incidente servirá talvez para abrir os olhos aos menos dóceis a respeito dos regulamentos da associação, e convencerá os recalcitrantes.

Estas particularidades, que foram levadas ao conhecimento da comissão de inquérito, causaram na Inglaterra, onde geralmente o público de poucas coisas se admira, uma profunda comoção, porquanto nunca a sorte desses infelizes escravos da associação tinha sido posta em maior evidência; porquanto nunca se havia suspeitado que os factos de que se falava vaga-

mente pudessem ser averiguados e levados a esta evidência; porquanto era inacreditável que a *liberdade* da associação pudesse ir tão longe. Não é para admirar, pois, que o inquérito de Sheffield preocupe neste momento a imprensa e os estadistas da Grã-Bretanha.

Política Estrangeira

N.º 1, 6 de Janeiro

A moderna época política da Europa é uma luta de velhas tradições e novas renascenças: ao lado de enérgicas defesas católicas, de cruzadas papais e clericais, há uma profunda crítica filosófica, que reduz as velhas superstições e lendas históricas; ao mesmo tempo que há territórios violentados, conflitos trágicos de exércitos, armamentos sinistros, um espírito de guerra aceso e actuante, o princípio de conquista, de guerra e de heroísmo, é aniquilado pela filosofia e pela história. É uma época sem nome como a de Apuleio. Nem é o direito divino, nem o direito popular, nem é a política monárquica de passividade, nem a ideia democrática com a sua anarquia individual e a sua desassomburada expansão das almas; nem é a política em que os territórios não-de ter uma justa e fecunda importância, e o individualismo não-de enfraquecer pela dispersão de forças numa política em que os territórios nada são e as individualidades poderosas riscam as sociedades no vazio; nem é a política egoísta pela qual uma nacionalidade se encolhe nas suas fronteiras, sem ligação moral com as outras pátrias; nem política humanitária, em que as raças se unem. É um embate de sistemas, de políticas, de filosofias, onde, apesar do espírito burguês de mercancia e lucro, apesar dos feudalismos financeiros,

da concentração de forças, das raças martinizadas da Irlanda chorosa, da Polónia crucificada, da Cândia e da Grécia, dilaceradas, o princípio tirânico do dogma e da tradição, da autoridade, se vai apagando como a efígie de uma moeda velha.

A França começa a ter a consciência do seu abaixamento moral; a Itália está na véspera da *vida nova* e da revolução social; na Inglaterra vinte mil operários, toda uma população do trabalho, forte e honrada, faz serenamente, invocando a justiça, e cantando a *Marselhesa*, a reforma da sua constituição; na Rússia, vasta força sem alma, bárbara e terrível, anda, sob o peso da autocracia, uma geração com os olhos postos na raça latina, procurando aflita o caminho do bem e do direito.

Assim por toda a Europa, sob o mundo oficial reluzente e ruidoso, move-se a geração formosa e são que trará o novo mundo económico — e virá, à clara luz da história, tomar as livres atitudes da Justiça e da Verdade.

N.º 2, 10 de Janeiro

Os jornais imperialistas de França dizem que tem sido perfeito e solene o sossego de Roma depois da saída das tropas no dia 15. Dificilmente em Roma rebentará o justo movimento popular que dissipará aquele mundo clerical e papal.

Roma é uma cidade em que os espíritos são estéreis, os fanatismos são tenazes ali; o contacto com as pompas cardina-lícias, com a corte do Vaticano, tem adormecido nos espíritos toda a oposição do Papa. Roma hoje está no meio do livre espírito da Itália como um túmulo; ali, onde duas religiões têm agonizado, parece que só há cinzas: a miséria do povo é inumana, o génio desleixado, a virilidade perdida; qualquer justa ideia, qualquer grande sentimento, se perderia semeado naquelas almas; as inteligências moças, os novos homens que vão nascendo, são transformados no seu espírito e no seu instinto pela influência clerical. Por isso em Roma, com os elementos existentes, difficilmente se erguerá o braço que há-de empurrar da Itália, o Papa. Qualquer movimento que haja, será influenciado e fecundado pela livre alma do resto da Itália.

Das negociações de Tonello, que ainda agora puramente eclesiásticas, podem de um a outro momento tomar carácter político, é que pode sair talvez a resolução da questão romana.

Mazzini acorda, hostil e terrível, contra o gabinete de Florença; Mazzini procede por grandes proclamações sonoras, gritos livres, entusiasmos imensos.

Ele é ainda daqueles republicanos gentis e cavalheirescos, de 1848.

Hoje a democracia e a república não é como então uma expansão de almas livres, uma efervescência moral, uma aventura poética: tem princípios e uma ciência certa; o seu símbolo não pode ser a *Marselhesa*; ela não vem do entusiasmo, vem da justiça; pouca pode ser a influência de Mazzini sobre os negócios democráticos da Itália; depois dele veio já uma geração robusta, esclarecida, que está reconstruindo a nova Itália, subterraneamente, nas bases da Justiça, mas com princípios, sistemas, filosofias populares, positivismos fecundos.

Como se sabe pela notícia da independência belga, a Rússia vai concluir a grande obra da absorção da Polónia; acaba a existência própria e distinta do reino da Polónia, garantida pelos tratados de 1815.

E as potências que assinaram aquele tratado decerto se abstêm de o manter. Não que isto seja oficial; mas a Rússia, em presença do estado abalado do mundo moderno, das complicações terríveis, da oscilação dos reinos mais seguros, não tomaria aquela resolução brutal sem se ter acobertado da intervenção estrangeira, por negociações secretas com as potências signatárias.

Assim seca-lhe a seiva moral, dispersa as famílias, esteriliza a vida intelectual, impõe-lhe a língua, os costumes oficiais; assassina uma geração moça inteira, e depois, vendo-a inútil, morta, esterilizada, perdida, junta-a oficialmente ao seu território. É uma pura formalidade: a Polónia era russa, um país não tem existência própria e exclusiva porque existe uma constituição ou um tratado que lha garante, porque quatro nações se juntaram para declararem ao mundo oficial que aquele país tem uma constituição, uma autonomia, uma vida própria. Não. Isto poderá valer muito perante o mundo político, não vale nada perante a justiça. Um país vive pela sua superioridade moral, pela sua elevada ciência, pelo seu amor da justiça, pela fecundidade do seu trabalho, pela sua literatura.

pelos seus movimentos no mundo político. E a Polónia tinha porventura estas coisas? Não. Estava moralmente morta; unindo-a a si, a Rússia não faz mais do que coser à sua extensão um farrapo de território.

Na Irlanda há grande agitação por causa do fenianismo. A Inglaterra vai reconhecendo que o fenianismo não é um fantasma; mas que poderá ela fazer? A resolução da questão pode trazer complicações com a América; é isso o que a Inglaterra não quer. Debalde o governo inglês redobra de vigilância; o fenianismo sobe com a fatalidade de uma maré. A Inglaterra não tem os movimentos livres, prende-a a atitude da América. Se a América não dá uma protecção manifesta, pelo menos sustenta-os com a sua imensa força.

Os fenianos presos no Canadá, e condenados à morte, estão ainda vivos, pelas notas ásperas que o presidente da república mandou ao gabinete inglês. Os fenianos movem-se livremente no território americano, continuam e conspiram porque se sentem apoiados por uma força secreta; o tomar contra os fenianos medidas terríveis era ferir a América. A Inglaterra teme-o.

Em França dizia-se que o imperador viria com Vítor Manuel à Península. No entanto, em consequência da abertura das cortes, não pode sair de Paris.

O conde de Walewski não responde pela maioria. Há questões de uma ordem suprema que se vão agitar, e ainda que a opposição seja pequena e dividida, a presença do imperador é necessária.

São estas as notícias políticas modernas: tudo se abala, tudo se move, em toda a parte a opposição dos mundos oficiais, os combates, as lutas, e, no entanto, uma geração na sombra prepara a nova Europa, serenamente, lentamente, discutindo, pensando, e amando a Justiça.

N.º 4, 17 de Janeiro

O mais importante que traz o correio estrangeiro, são as apreensões sobre o futuro destino do império turco.

Parece que uma terrível combinação oculta entre as duas feras do norte, Inglaterra e Rússia, trama dividir e espedaçar a Turquia. A Prússia parece não ser estranha a essas combinações. O Egipto pertencerá à Inglaterra, a Turquia à Rússia, e a Prússia estenderá a sua bandeira sobre o corpo morto e confiscado de toda a Alemanha.

Desse retalho ficará um pedaço de terra com o nome de Grécia para o rei Jorge governar; e o rei Jorge, preso por família às duas casas de Inglaterra e da Rússia, ficará com uma união permanente entre a Rússia e a Inglaterra.

A Prússia chama as suas reservas, preparando uma attitude enérgica para este plano de desmembração.

Na Alemanha oferecem um aspecto doloroso os países ultimamente anexados à Prússia. A policia do rei Guilherme procura tornar estas populações contentes e satisfeitas, e cerca-as de carinhos, de boas palavras, de melhoramentos, de tratamento doce e afável. Debalde. Eles lamentam a sua nacionalidade perdida. Os banqueiros mais ricos afastam-se de Francoforte, as famílias poderosas e antigas retiram-se para Viena; as populações deixam ao rei da Prússia o solo nu e único, e

vão levando as suas tristezas, e também um pouco as suas riquezas, para o território austríaco.

Segundo diz Bismarck, o tempo os fará amigos. Cremos não ser difícil: a fusão de duas pátrias só é impossível quando o seu génio, os seus costumes, o seu carácter, diferem. Mas neste caso, em que são todos filhos da velha Germânia, basta só o tempo de se apagarem as lembranças da sua velha dependência.

Na América, o presidente Johnson está atravessando uma crise terrível. Os radicais desenvolvem extrema energia. Discórdias, perturbações, dilacerações afligem a América. Mas a indomável energia da raça americana, o seu carácter justo e profundo, há-de sair nobremente destas lutas. É talvez mesmo uma vantagem esta perturbação da constituição americana; porque a mocidade leva toda a sua energia para a indústria e especulação, por falta de movimento político e de iniciativas públicas.

E todos sabem que isto prejudicava a moralidade, a superioridade intelectual, a vida espiritual da América. Assim ela tem por que mover-se, em que aplicar as suas faculdades, em que exercer a sua grande energia. E decerto que sairá desta crise em harmonia com a Justiça e com a Liberdade.

N.º 5, 20 de Janeiro

O assunto das discussões políticas é agora o *ukase* do czar, unindo a Polónia ao Império Russo. Assim, no meio dos preparativos da Exposição, quando em todas as allocuções de soberanos se canta a chegada da paz, ao longe a Polónia, abandonada, solitária, meia morta, é violentamente lançada para dentro da autocracia russa. Nada havia realmente que impedisse à Rússia esta última dentada; há muito que estão esfarapados os tratados de 1815; o equilíbrio europeu fiudou; a Inglaterra declara quase oficialmente que protesta, mas que não sustenta os protestos pelas armas; o papa fulminou o embaixador russo pela perseguição do clero católico na Polónia, mas os jornais de S. Petersburgo respondem galhardamente que o papado é uma ruína no meio do mundo moderno, e que quem escreve a encíclica está fora da sociedade livre e do espírito do presente.

De resto, a Alemanha, a Prússia sobretudo, apoia a *russificação* da Polónia; e de feito, quem concebeu a desmembração da Polónia? O grande Frederico. A imperatriz Catarina da Rússia e a imperatriz da Áustria, Maria Teresa, tornaram-se, é verdade, cúmplices; mas a primeira, gostosamente, sem escrúpulos, com aquela devassidão de costumes políticos que tanto se reflectem nos costumes de alcova; e a segunda, segundo as expressões dela, involuntariamente, arrastada, seduzida.

O verdadeiro destruidor da Polónia foi pois o grande Frederico. E a Alemanha seguiu sempre a tradição que deixou Frederico. Inspirada na sua história política, sempre entre os brados da Polónia, quando estava sendo martirizada, e a protecção da Europa, se colocou a Alemanha. Assim se cumpriu aquella palavra — *Finis Poloniae!* Assim é que o mundo moderno paga a quem tanto o defendeu! Outrora a Polónia foi o cavaleiro errante da cristandade: ela estava nos confins do Occidente contendo a maré turca: ali pelejava, ali vencía, heróica, solitariamente; durante muito tempo foi como uma sentinela perdida, ou ainda como aqueles cavaleiros antigos que defendiam a entrada das pontes. Quantas vezes a Polónia salvou o mundo!

Depois de ter pelejado, batalhado, servido, nos seus velhos dias, morre sem descanso nas torturas e nos martírios. Pobre Polónia! Mas Deus quer que, depois de ter soado durante muito tempo a hora das vinganças, soe um dia só, um momento, a hora da Justiça.

É esse o *dies irae*.

Onde também se agoniza é na Espanha: aí há a agonia da constituição; a imprensa francesa levanta-se contra a deportação dos deputados unionistas; esse chamado *golpe de Estado* do general Narvaez consolidou porventura a força da constituição?

O que se tem visto ultimamente na Espanha?

Pronunciamentos militares, regimentos revoltados, motins civis. O que se vê hoje? Uma ditadura estéril, embrutecedora, sonolenta: um *golpe de Estado*, que só é applicável num caso de crise nacional, a sancionar covardemente vinganças de partidos.

O que se tem visto é em volta da coroa um embate de pequenas políticas, de facções, de vinganças, de represálias; quase que o movimento político de Espanha nada tem tido com o povo: ele conserva-se à parte, sofredor, esmagado, embru-

tecido, silencioso, esperando; a luta tem sido em redor da rainha, no mundo official. Por isso cremos, e é certo, que com essas lutas nada tem a liberdade: são zangas de camarilhas, as fardas que as abrandem. Lamentamos somente porque esse estado de luta, de desespero vingativo, vai empobrecer o país, destruir a riqueza nacional, alterar a tranquillidade dos espiritos, encher as cadeias, dizimar as famílias. Os ministros que se sucedem, ontem O'Donnell, hoje Narvaez, amanhã González Bravo, são apenas peças de xadrez, que alguém adianta e recolhe para ganhar um jogo: os que foram expulsos, conspiram; os que entraram, reprimem; depois, estes são expulsos também, e vão conspirar para um canto; assim se vão sucedendo as faces políticas cada vez mais pálidas e mais ensanguentadas; alguém na sombra, vestido de preto, move estas criaturas: esse é que é a alma danada da Espanha; e pesará, e esmagará, até que o povo um dia faça desaparecer, como uma vista de teatro, este mundo official cor de sangue que anda pisando a Espanha.

N.º 8, 31 de Janeiro

O governo de Roma suscita queixas contra a Rússia pela perseguição do clero católico na Polónia. Justas queixas. Perseguido, dizimado, insultado, todo o clero anda refugiado, à fome e à sede, sofrendo todos os tormentos e todas as dores.

Sem entrar em discussão teológica porque o czar é chefe de uma religião como o Papa, diremos contudo que os protestos de Roma têm toda a nobreza e toda a justiça que têm os protestos do espírito e da alma contra as brutas influências da matéria.

De há muito que o procedimento da Rússia está julgado. Mas na perseguição do clero acrescia a infâmia, a injustiça de uma perseguição religiosa. A Rússia tudo exigia do clero polaco: a resignação, a obediência, o abandono da pátria e a apostasia. O clero preferiu a miséria, a morte, a fome, o desterro.

Roma protesta; o czar poderá ter o direito de dizer que governa livremente a sua casa, podem os jornais de S. Petersburgo responder insolentemente que o Papa é uma antigualha no espírito do presente. Embora. Nem por isso os protestos de Roma deixam de ser nobres. São estas as verdadeiras grandezas da Igreja. Em perigo como está Roma, numa crise política e numa crise religiosa, cercada de inimigos, abandonada aos ódios da Itália, não se esquece dos seus filhos que, num canto da terra, lutavam pela liberdade.

Não era pelo dogma, nem pelo princípio católico, que eles lutavam; era pela liberdade da pátria e pela supremacia do espírito. Esta é que é a verdadeira missão de Roma: o conservar a pura tradição de caridade e do amor dos perseguidos, e de protecção aos vencidos.

A imprensa francesa fala toda do célebre artigo de Gerardin sobre a aliança tríplice da Rússia, da Prússia e da Inglaterra, para decidir os destinos do Oriente.

Ele sustenta que é inevitável a divisão do império turco entre a Inglaterra e a Rússia, uma vez que a França se não alie com a Alemanha. Napoleão I já tinha dito: «Dentro em poucos anos cairá a Turquia em poder da Rússia.» E realmente quem se poderia hoje opor a essa terrível extensão da Rússia? A Inglaterra, a Prússia, a Áustria e a França. Mas a Inglaterra cala-se, se lhe derem o Egipto; o Egipto, que ela em 1854 rejeitava com indignação. A Áustria que pode? Quem a há-de indemnizar de 8 milhões de alemães de que a despojaram? E demais a Rússia facilmente a satisfaz, dando-lhe a Sérvia e as províncias limítrofes até Constantinopla. A Prússia, essa, é aliada da Rússia; a Rússia tem tido por ideia fixa o libertar o mar Negro da intervenção humilhante estabelecida pelo tratado de 30 de Março de 1856. Se o imperador da França odeia os tratados de 1815, a Rússia não odeia menos o de 1856. À Prússia importa pouco que a Rússia se abra um caminho no Mediterrâneo, ela que tantos portos tem no mar do Norte, e faz-lhe conta o ódio da Rússia ao tratado de 56, para rematar a obra de unificação da Alemanha. A única maneira de salvar a Turquia era pois a aliança da França com a Prússia.

Assim subtraía-se a Prússia à influência russa, assim eram inúteis os armamentos em França, a reorganização do exército.

Na Inglaterra fazem-se estranhos preparativos de guerra, ainda que ninguém suspeite que a política do gabinete se vai tornar de hostilidade. Supõe-se antes ser este armamento uma diversão à ideia de reforma, que toma proporções grandiosas:

espera-se que o novo *meeting* seja mais concorrido e mais solene, e mais decisivo.

No entanto, é possível que os armamentos da Inglaterra tenham por fim, occultamente, a terrível questão do Oriente. Em Londres espera-se uma grande fome; trata-se de organizar comissões de socorros: o *Times* lembra a ideia de uma comissão, protegida pelo governo, que preencha as faltas da caridade particular.

Tem havido grandes falências, o que produz suspensão de trabalho; o frio é extremo e impede o trabalho de muitas indústrias.

Em Londres tem feito uma impressão favorável a reforma do imperador de França; julga-se de vantagem liberal e robustecimento da monarquia.

Risum teneatis.

Segundo notícias da América, a política dos fenianos sofreu alteração interior que lhe tira parte do prestígio de superioridade. Num *meeting* de fenianos em Nova Iorque, Stephens, o chefe, foi declarado por proposta impostor e charlatão; e em seu lugar foi aclamado Gleeson. Daqui rivalidade, divisões, enfraquecimento de forças, e descanso para a Inglaterra.

N.º 9, 7 de Fevereiro

A grande e difícil questão política que ocupa todos os espíritos e assusta todos os gabinetes, é ainda a questão do Oriente. O imperador teve ultimamente a respeito dela uma conferência nas Tulherias com o novo ministério, onde foi ouvido Mr. Monstier, que, pela sua longa estadia no Oriente, conhece melhor a situação, a verdadeira posição moral das nações do Oriente.

Cada vez se confirma mais o boato da tríplice aliança da Rússia, Inglaterra e Prússia. Parece que a Itália também está interessada no jogo, o que explica a áspera altivez com que ultimamente tem tratado a Turquia. A França, por seu lado, exerce a sua influência sobre o sultão, para que faça as concessões possíveis à Sérvia acerca das fortalezas ocupadas pelos turcos no seu território. Por outro lado, parece que entra nos planos do czar o constituir o Egipto em império independente sob o vice rei, ao passo que os grandes boatos dão, na divisão do império otomano, o Egipto à Inglaterra. Vê-se toda a dificuldade na solução da questão. Ela por muito tempo tem sido protraída e iludida, ou pela influência da Inglaterra, ou pela atitude inactiva dos russos, mas perto está o dia da sua resolução definitiva. Os turcos serão então expulsos da Europa.

Aquela nação, no meio da nossa civilização, do nosso movimento espiritual, da nossa índole livre e elevada, era como um acampamento de bárbaros na praça de uma capital.

Nem as suas instituições, nem a sua ciência, nem a sua religião, nem o seu carácter, nem o seu temperamento, nem a sua moral, têm um só ponto de contacto com as raças da Europa. Se a Turquia tem sido conservada, deve isso à falsa necessidade de manter o equilíbrio; mas hoje, que o equilíbrio é uma velharia política, os turcos poderão ser sacudidos da Europa não só sem perigo de alteração continental, mas com proveito da liberdade.

De resto, toda a alma cristã protesta contra a pressão e a dominação dos turcos nas populações cristãs do seu território. A pressão não tem dissolvido o elemento cristão; tem, pelo contrário, enfraquecido o elemento muçulmano.

Mesmo a autoridade moral dos cristãos vencidos é incontestável. O império turco está enfraquecido, dividido, dilacerado: qualquer coisa o desconjunta. Os seus restos serão atirados à voracidade das nações do norte, e 26 milhões de cristãos ficarão livres do jugo de 6 milhões de turcos.

Na Alemanha torna-se cada vez mais decisivo o movimento de atracção que leva os pequenos estados do Sul para a protecção da Prússia. Isto é talvez a revolução lenta, surda e fatal, que leva à unificação alemã.

A Alemanha ficaria sob um poder central de que a Prússia tivesse a direcção, com uma constituição que garantisse a liberdade de toda a nação alemã e a independência dos estados particulares.

Na Rússia, grande sensação e simpatia pelos insurgentes da Cândia. O baile a favor deles rendeu quantias imensas; o próprio czar, com a sua presença, deu-lhe um cunho oficial e político.

Parece todavia que os embaixadores de França e Inglaterra se recusaram a assistir, depois de ter consultado os respectivos governos.

Em Varsóvia, na Polónia, a tristeza e o desalento são

imensos. Não produziu só a morte da dignidade e da autonomia da Polónia o ukase do czar; produziu a morte do território que outrora se chamou a Polónia.

Pois que se pode esperar com a administração russa, que é complicadíssima e infecunda, sob um sistema de centralização, estando Varsóvia tão distante de S. Petersburgo? Assim as famílias, os proprietários, os cultivadores, vêem-se arruinados e perdidos. Tudo veio à Polónia com aquele ukase: a prostração física e o ultraje moral.

E depois aquela agonia tem circunstâncias de horror nunca vistas na história.

Aquelas famílias, arruinadas, perdidas, dizimadas, cheias de luto e de tristeza, têm de rir e folgar. As autoridades russas dão constantes festas para que toda a gente de Varsóvia é convidada. É necessário ir, dançar, mostrar rosto alegre, festejar, adular os russos. O não ir é um crime de alta traição.

Quem não vai é porque repele a dominação, é porque conspira: merece o knout e a Sibéria! Dolorosas épocas. Dentro em pouco a Polónia estará tão abandonada, tão estéril, tão morta, como a Lituânia e a Volínia.

Nos Estados Unidos a opinião pública manifesta-se contra a acusação ao presidente.

Há pela política dele muito poucas simpatias: entende-se mesmo que o congresso deve permanecer na sua attitude, sem se importar com o presidente; mas por outro lado comprehendem, e bem, que a maioria dos unionistas é suficiente para fazer triunfar o seu plano de reconstituição por isso é inútil guerrear-lo.

Demais, o presidente, depois de acusado, tomaria o proveitoso papel de vítima, e teria pretexto para lançar mão de meios mais revolucionários.

N.º 10, 10 de Fevereiro

A ESPANHA

Em presença da triste situação da Espanha, da nossa decadência, dos movimentos políticos da Europa, do fundo trabalho de reconstrução, do abalo geral das Cartas e dos tronos, em presença de uma nova época democrática e económica, dois países como a Espanha e Portugal, tão vizinhos, tão chegados, não podiam deixar de pensar na sua attitude futura e recíproca.

Ora como os espanhóis dizem — e a alguns emigrados o ouvi eu — que não pensam em nós; nós, mais modestos, com mais vagar e mais curiosos, pensamos na Espanha. E aí está como o sr. Casal Ribeiro fez o programa da sua politica relativamente à Espanha.

Diz o sr. ministro, nobre intelligência e enérgico carácter, que a politica a ter com a Espanha não pode ser de fusão, o que é profundo e cauteloso; não pode ser de desconfiança e de isolamento, o que é útil e nobremente pensado; não pode ser de aliança de nações, o que é pessimamente entendido. Ora o senhor ministro disse à Câmara o seu péssimo pensamento em soberbas palavras. Se fosse uma verdade, nunca a verdade teria sido tão bela, tão lucidamente defendida.

Mas não o é. O senhor ministro só tem três motivos para

julgar a aliança com a Espanha nobre, proveitosa, de esclarecida política,

Esses motivos são:

A história, os factos sociais, a geografia.

A história. O senhor ministro lembrou o comum pensamento das descobertas, a actividade guerreira, a expulsão dos sarracenos.

Tem-se dito mil vezes; esta comunhão da mesma história é uma velha ideia, engelhada, sem verdade, sem originalidade, que as crianças decoram e que os estadistas não deviam saber. Todo o passado da Espanha foi uma luta com a Europa; todo o passado de Portugal, uma luta com o mar. Portugal, sim, que foi o verdadeiro descobridor, o verdadeiro aventureiro da conquista. A Espanha, essa, era um elemento terrível que queria organizar e criar uma Europa sua. O facto de os sarracenos serem expulsos só deixou de si raízes que dividem as duas nações: em Espanha ficou o elemento mourisco, em Portugal desapareceu.

Metade do sangue espanhol é africano; todo o sangue português é de raça latina.

Só no temperamento português é que estava o espírito marítimo; o que a Espanha tem das conquistas do mar, veio-lhe de fora: Colombo era italiano, foi na Itália que concebeu o projecto da descoberta; foi pelas tradições, pelas ideias que corriam na Itália, que ele adivinhou um mundo novo além do Atlântico; foi o génio unificador da Itália, as tendências que ali havia para universalizar o mundo, para trazer todos os que vissem no planeta à mesma comunhão cristã e social, que, influenciando no espírito imenso de Colombo, o fez persistir na viagem pelos mares desconhecidos do Oeste.

Colombo era italiano de nascimento, de espírito, de inteligência, de fé. A única coisa que a Espanha fez por ele foi primeiro dar-lhe navios, depois matá-lo à fome. É a isto que o senhor ministro, que tão erudito e crítico é, chama a *famosa popéia que tem por herói Colombo* e concede modestamente

esta epopeia à Espanha. E depois acrescenta que isto era uma política; as descobertas de Espanha e de Portugal não foram uma política, foram um instinto. Uma política! Havia alguma coisa convencionada e tratada com negócio de exploração? Tinham posto em comum a glória da pátria? Havia algum tratado, alguma convenção que estabelecesse que Espanha e Portugal, de acordo, iriam descobrir o mundo? Foram alguma vez para as grandes viagens unidos os galeões portugueses e espanhóis? — Não. Portugal solitariamente cometia os seus feitos do mar; a Espanha solitariamente ia chupando a América. Isto não era uma política, repito-o, era o instinto; e se era política, não era de aliança, não era de tratados, não era de embaixadores — era uma política individual, pela qual cada nação, exclusivamente, tratava de se engrandecer. E se estas descobertas foram do mesmo século, não foi convenção decerto, e o senhor ministro melhor que ninguém o sabe; é porque havia então uma daquelas tendências que ocupam o espírito humano e que levava para as descobertas; não era só Portugal e Espanha que descobriam, eram também os Holandeses, os Genoveses, os Venezianos, etc.

O senhor ministro, que sabe admiravelmente a história, o que vê na história da Península? Guerras, questões de territórios, ódios de famílias reais, vinganças ferozes, política de rancor, inveja indomável, absorção, opressão do maior, cativo do mais pequeno, sofrimento do mais pequeno, sangue perdido do mais pequeno, e eu lembro, a todos os que têm ouvidos para escutar, que o mais pequeno era Portugal.

O senhor ministro, que é um dos homens mais instruídos e mais letrados do país, e mais ao par da crítica moderna, sabe que as literaturas são a manifestação, são a voz do sentimento popular.

E o que vê na literatura portuguesa de todos os tempos, de todo o passado? Ódio à Espanha, glorificação dos nossos triunfos, amesquinhamentos do carácter espanhol. E já alguém disse que Portugal nunca poderia unir-se intimamente à Espa-

nha enquanto entre as duas fronteiras estivesse um pequeno livro, Os *Lusíadas*, e um grande nome, Camões.

Quais são as nossas tradições mais queridas, as nossas lendas mais contadas? São aquelas em que os portugueses violentam os espanhóis. As tradições, as lendas, mostram a alma do povo.

Diz o senhor ministro «que estas coisas estão dizendo no passado o que nós devemos fazer no futuro». Estas coisas dizem no passado que não nos aliemos à Espanha.

Fala o senhor ministro na índole das línguas; são irmãs decento, como são irmãs da francesa e da italiana; pertencem todas à raça latina, vêm todas do mesmo berço; se a espanhola é mais compreensível para nós, é que a vizinhança a faz assim. A questão de língua é perfeitamente inútil e prejudicada.

Diz o senhor ministro que essas línguas irmãs foram celebradas por Cervantes e por Camões. Foram. Mas como? Cervantes, ridicularizando o espírito de aventura, que é o primeiro carácter da raça portuguesa; Camões, celebrando os triunfos nossos e as fugidas cobardes dos espanhóis.

E depois diz o senhor ministro: se formos a suprimir a língua e a raça, e a história, como havemos de suprimir a geografia? Qual é a nossa fronteira?... O mar e a Espanha.

Bem. Qual é a fronteira da França?... O mar e a Alemanha, que a odeia. Qual é a fronteira da Suécia?... O mar e a Rússia, que a quer devorar. Qual é a fronteira da Itália?... O mar e a Áustria, que a oprime. E, coisa horrível, qual é a fronteira da Grécia?... O mar e a Turquia, que a mata.

Se os nossos temperamentos, a nossa língua, os nossos costumes, o nosso fim, o nosso passado e a nossa história são os mesmos — então não haja só a aliança, haja também a fusão.

Mas se o nosso temperamento, a nossa índole, a nossa história, a nossa raça, quase o nosso clima, tudo é diferente, se de mais somos velhos inimigos, não afastemos só a ideia da fusão, afastemos também a ideia da aliança. Lembremo-nos que

estamos apertados nos braços da Espanha, longe da Europa, sem um refúgio, sem podermos ser ouvidos se gritarmos, sem podermos ser socorridos e tendo só por vizinho o mar! Mas o velho mar está descrente da política da Europa, e já não acode às nações.

Digamos a verdade. A política do senhor ministro é talvez má, mas as suas intenções são boas. Ele sentiu a decadência, a morte, o abaixamento de Portugal; entende que nos devemos apoiar em alguém; sim, mas não nos apoiemos nos dentes da loba.

E que apoio se espera de Espanha? Com que se conta num perigo? Com o governo e o mundo oficial?... Esse está na véspera do seu desaparecimento. Com o dinheiro dela?... Não o tem, nem crédito. Com o povo?... Está perdido e morto para muitos anos.

Se é necessário apoio, tomemos o braço à Espanha, e vamos como dois inválidos amigos por essa Europa pedir esmola e agasalho para ambos. E ainda, cuidado, que no caminho o inválido-Espanha não roube ou não mate o inválido-Portugal.

Tem-se a respeito desta questão falado em iberismo. Defender o governo neste ponto — era quase acusá-lo. Só dizemos que todos os portugueses podem jurar que a raça dos Miguéis de Vasconcelos acabou para sempre.

N.º 10, 10 de Fevereiro

AS ÚLTIMAS LIBERDADES DA FRANÇA

Em França é extrema a agitação por causa do decreto de 19, em que se extinguiu a discussão da resposta ao discurso da coroa, dando como compensação um frouxo direito de inter-pelações.

No mesmo decreto se determinava uma nova censura de imprensa, e parecia haver a ideia de dar ampla ilimitação ao direito de reunião. Isto poderia ser um retrocesso ou uma poderosa garantia liberal. Mesmo por essa ocasião julgou-se que o império ia entrar numa política de ordem, de liberdade, de justiça, de tolerância, e até alguns oposicionistas, como Emile Ollivier, Darimon e outros trânsfugas da verdadeira opposição democrática, se julgavam chamados ao ministério.

Pelo menos em Paris, nos boatos, nas listas prováveis do novo ministério, andavam aqueles nomes. Dias depois veio o desengano. O novo ministério constituiu-se, mas com a exclusiva e pura maioria.

A extinção da resposta ao discurso da coroa tem sido recebida com attitude hostil, embora os jornais officiaes se cansem em dizer que o governo, ao principio da abertura das câmaras, aceitará livre e espontaneamente todas as inter-pelações. Dizem e proclamam, como uma generosa magnanimidade do governo, que ele anseia submeter à apreciação dos grandes

corpos do Estado os motivos que influíram na sua política externa. Mas a verdade é que o direito de interpeação é estéril e oco.

A resposta ao discurso tinha por vantagem chamar a opinião a apaixonar-se nos debates: assim o povo ouvia as explicações, seguia o sistema do governo, estudava-o na sua applicação, criticava-o nos seus resultados. Isto num país onde o povo está acordado e vela, onde pensa em si e no futuro da pátria, podia ser fecundo e cheio de liberdade. E agora que resta? O direito de interpeação?

Mas a sua maneira de organizar é oppressiva, misteriosa e infecunda.

A interpeação é feita por um requerimento. O artigo 2.º do decreto 19 determina que esse requerimento seja assinado por cinco membros ao menos (de qualquer das respectivas assembleias), depois entregue ao presidente, sem que o contexto seja conhecido do público, depois submetido ao ministro de Estado, e depois ao exame das secções; e as secções em número certo, dois sendo no senado, quatro no parlamento, é que decidem se as interpeações devem ter seguimento.

Que succede?

O senado tem cinco secções, o parlamento nove.

A opposição no senado é de dois membros, a opposição no parlamento é de quinze.

De maneira que em cada secção a maioria opposicionista é imperceptível. Só passarão pois as interpeações que o governo quiser. E aí está como Napoleão III alarga as liberdades da França.

O decreto 19 permite que qualquer ministro no seio do corpo legislativo possa representar o governo; parece que esta concessão dá, até um certo ponto, uma certa solidariedade aos ministros. Mas não. É a mesma a dependência constituída em que estão do imperador. O que vai dar é mais algumas vezes que defendam na câmara a política imperial. Tudo isto demonstra uma certa inquietação, um vago receio de justiça, e

de vontade popular. O imperador sente-se abalado pela ascensão irresistível e profunda do mundo democrático e económico.

Em 1860, quando o imperador se sentia mais forte, concedeu a discussão de resposta ao discurso da coroa. Em 1867, quando se sente mais fraco, extingue-a.

Ao princípio, na câmara, havia só uma maioria que só tinha um símbolo, o *Império*, e só sabiam um nome, *Napoleão*.

No entanto, o estado da França era triste: a imprensa oprimida, um défice crescente, o direito de reunião tolhido, um militarismo predominante.

Então apareceu pela primeira vez no parlamento o grupo da opposição. Eram seis. Depois tornaram-se quinze. Havia esperança de que aqueles homens seriam a base de um partido que tolheria a opressão imperial. Eles intitulavam-se democratas. Mas a democracia não os aceitava. Eles não tinham a alma bastante pura, a consciência bastante forte, para terem a glória de serem aceites pelo povo republicano, e a felicidade de se sacrificarem por ele.

Estes homens eram grandes oradores, terríveis artistas da palavra, restos da república cavalheiresca e imaginosa de 48. Eram Júlio Favre, Picard, Darimon, Ollivier, Berryer, Thiers, etc.

Lutaram, falaram, combateram, atacaram o governo pela expedição do México, a coarctação do direito de reunião, as absurdas leis de imprensa. Esta opposição deu alguns resultados ao abrir a sessão de 66.

A maioria dividiu-se. Alguns dos mais imperialistas entenderam dever pedir o alargamento das instituições liberais.

A opposição chegou a ter 60 votos. Mr. Rouher pedia em vão que abandonassem a ira e que se ligassem ao imperador.

Eles protestaram sempre pela felicidade do país e um pouco também pela do trono, opunham às coortes da maioria tanto, o povo tomava de cada vez mais a atitude democrática; e a classe média, que sustenta o império, tomava uma atitude descontente.

O gabinete das Tulherias tinha incitado a guerra da Alemanha, ou tinha-a aceitado tacitamente.

O imperador tinha talvez pensado que aquela guerra era o esfacelamento da Alemanha: que a Germânia, dividida, fracionada, tendo uma guerra interior, ficaria em pedaços, à mercê de quem a quisesse saquear. No entanto, em quinze dias, a Prússia faz uma campanha maravilhosa na Boémia; conquista, destrói Benedek; aprisiona exércitos, e faz renascer do fumo da Sadowa uma nova Alemanha, forte e quase unida. A França não esperava isto. E isto teve dois resultados.

Em primeiro lugar, quando a França recomeçou o seu eterno pedido das nesgas de terra entre Landau e Sarrelouis, na margem do Reno, responderam-lhe que nem um palmo de terra seria dado à França. Primeiro logro.

Em segundo lugar, as vitórias da Prússia tinham deslumbrado a França; o exército estava descontente. O exército é uma influência constante e actuante no império. O exército encontrava no imperador pouco apoio para a França mover uma guerra. Mas o imperador quis serenar o descontentamento militar: decretaram-se armamentos, fizeram-se reorganizações, moveram-se tropas. Isto contentava o exército, que pressentia já uma campanha próxima. Mas estes preparativos descontentavam a classe média, a burguesia, cujos interesses são profundamente ligados e profundamente da paz.

Esta classe sustenta, e foi quem elevou, o império. O imperador via o descontentamento do exército, o descontentamento da classe média, o descontentamento do povo, a sua doença crescente; sentia fugir-lhe o antigo prestígio, via-se batido no México, via próxima a abertura do parlamento, tremia pela oposição; as manifestações da opinião pública podiam ser fatais na discussão da resposta ao discurso. E foi então que aboliu a discussão da resposta ao discurso. Mas era necessário dar ao decreto uma aparência liberal: para isso promete libertar a imprensa e conceder o direito de reunião; mas o libertar a imprensa é entregá-la a uma magistratura impe-

rialista, sem júri, com todo o odioso das perseguições dos tribunais; e o direito de reunião é um direito illusório para a França, que ninguém julgará eficaz, que ninguém considerará seriamente. É isto o decreto de 15 em que o imperador diz ter coroado o edifício levantado pelo voto nacional. Mas o povo da França vela e é justo

N.º 11, 14 de Fevereiro

É incontestável que o espírito generalizador de reforma e de transformação, em sentido da justiça, se opera por um movimento irresistível.

Últimamente na Suécia foram abolidas as quatro ordens que constituíam a representação nacional. Até aí havia quatro câmaras representando as quatro classes, nobreza, clero, comércio, burguesia; todas separadas, funcionando diversamente, com regulamentos e atribuições diversas, diferentes. Agora há unicamente duas câmaras, cujo acesso (pois são ambas de eleição) é fácil, pelo pouco censo exigido e pelas moderadas condições de elegibilidade.

Por ocasião da abertura do novo parlamento o rei pronunciou nobres palavras, em que se deixava ver influenciado pelas ideias deste tempo presente, e em harmonia com o que a razão tem de mais esclarecido, e a verdade de mais elevado.

Este passo mostra que a Europa vai passando por uma transformação subterrânea de que ela mesmo não tem consciência; em cada ponto vai aparecendo uma explosão desse espírito da justa reforma: é seguido e aplaudido; e assim sucessivamente, até que de todo se vá à questão de princípio e à decisão de ideias.

No parlamento inglês começou a discussão sobre a reforma. Era a grave, a terrível, a decisiva questão para o parlamento

inglês. Lorde Russell falou, dizendo que era de honra e de conveniência do país que houvesse uma transacção liberal com as exigências populares. Lorde Derby respondeu, por parte do gabinete, que o governo, na questão da reforma, queria atender às necessidades do tempo presente, às livres ideias, à voz e às exigências da opinião, mas por outro lado será uma questão difícil — e que pede toda a cautela na sua determinação e na maneira de ganhar o direito de votar, para que depois não haja abuso na realização desse direito.

Lorde Russell manifestou um certo descontentamento pela política da Rússia, e certa alegria por não ter visto a Inglaterra implicada no último conflito continental; de resto, a grande opposição do governo será feita por causa da questão da reforma e da questão da América.

Os jornais de S. Petersburgo falam com insistência no parlamento da Confederação do Norte — que deve levar talvez ao império alemão.

Falam com insistência, com sagacidade, como quem tem largas vistas e quer aliciar um amigo. Lembram que é vantajosa, justa, nobre, a aliança do imperador com o rei da Prússia.

Prevêem o caso em que ele, também imperador, pense com o rei da Prússia em retalhar o mundo. É possível que ande ali encoberta a ideia de formar uma nova Santa Aliança em que aquelas duas potências figurem como o leão no contrato.

Da América todos os dias vêm importantes notícias. O congresso toma uma terrível atitude contra o presidente. Numa das últimas sessões Mr. Summer falou energeticamente contra o presidente, atirando-lhe à face uma acusação de morte, e declarando-o rebelde e traidor aos Estados Unidos.

Instado para que tirasse aquela mortal ofensa, insistiu, redobrando de energia, de violência e de acusações.

Numa outra sessão, Mr. Loan fulminou o presidente como

traidor e cúmplice no assassinato de Lincoln — disse: o crime cometeu-se, tornou vaga a cadeira presidencial. A bala do assassino, paga com o ouro dos rebeldes e dirigida por eles, fez André Johnson presidente da república. O preço da sua elevação ao poder foi a traição à sua pátria, e desde então ele está aliado aos rebeldes.

Vê-se que a agitação é extrema; só a energia, a terrível frieza de carácter do presidente Johnson, é que poderiam escutar serenamente estas fulminações, e esperar altivamente a decisão da crise. No entanto, ele continua celebrando as festas diplomáticas, e trocando com a Rússia todas a sorte de cordialidades.

A Espanha continua na agonia. Deportações, sentenças de morte, raivas terríveis, prisões, desaparecimentos: Bravo Murillo dizia bem: que o ministério jogava a sua cabeça. É um jogo terrível, de sangue e de vidas.

Agora sabe-se que, numa conferência com a rainha, se tratou de suprimir o senado; daqui a pouco serão as garantias civis, depois a imprensa, depois a liberdade de consciência, e assim irá a Espanha para uma tirania feroz.

Ultimamente um conselho de guerra condenou à morte o redactor-chefe da *Discusión*.

Mas pode-se perguntar: onde está o povo? O povo, com os seus instintos de justiça, com o seu amor de vingança, com as suas cóleras terríveis, desapareceu sob a tirania militar. Despertará um dia? Decerto; mas quando? Toda a Espanha decaiu: as cidades morrem; a emigração é imensa; a desolação, geral. As famílias arruinadas, numa tristeza semelhante à da Polónia, os negócios paralisados, toda a gente descoroçoada, fugida, errante. E no entanto, no paço em Madrid, há festas, bailes, largas conferências galantes, toda a sorte de alegria e de ruído jubiloso.

N.º 12, 17 de Fevereiro

Em França fala-se e discute-se quase somente a lei de imprensa que foi apresentada como grande garantia liberal pelo imperador. Pelo modo de a regular, de dispor as atribuições, de distribuir as responsabilidades, ou é uma grande e nobre liberdade, ou a coarctação do santo direito de opinião.

Os ministros têm tido várias conferências com a câmara síndica dos impressores. Discute-se sobretudo se será justo que as publicações literárias sejam ou não isentas do selo. Primeiramente tinha-se decidido que todo o jornal, ou de política, ou de literatura, pagaria o direito de três cêntimos, que é o selo. No entanto, nas grandes regiões oficiais, esta medida generalizadora encontrava a dificuldade das publicações literárias: estas seriam profundamente feridas nos seus interesses e nas suas condições de vida, se a elas se estende aquele tributo das letras.

Mas uma opinião geral é que as folhas literárias são um derivativo das folhas políticas e, como tal, devem seguir os ónus e os privilégios destas.

Por outro lado, também os directores de folhas literárias mandaram apresentar nas Tulherias uma memória assinada por quase todos os grandes nomes da especulação jornalística, pedindo a supressão do selo, como ameaça de morte de muitos jornais literários.

Ora como a extinção de muitas folhas literárias, por causa do imposto do selo, levaria à falta de trabalho a muitos tipó-

grafos, a câmara sîndica dos impressores pede também que as folhas literárias sejam eximidas do selo.

Uma outra questão é se o tipógrafo e impressor há-de partilhar da responsabilidade do jornal.

A quem competia decidir e reclamar a este respeito era à câmara sîndica; no entanto, ali desatendeu-se a liberdade que sempre tem gozado o impressor, e apresentou-se a ideia de o fazer entrar na grande responsabilidade que agora sobrecarrega as redacções. No entanto, Mr. Rouher nada declarou das suas intenções sobre este ponto delicado.

O dar-lhe a responsabilidade é como que fazê-lo tacitamente colaborador, é incontestável que toda a gravidade de um artigo vem da sua publicação; só assim é lido, comentado, discutido, só assim pode fazer mal aos governos constituídos, ou ser subversivo da ordem.

No entanto, o tipógrafo, na sua qualidade de operário, não pode tomar responsabilidade por um trabalho ordenado. Ele não foi consultado pela ideia do artigo, ele não deu a sua opinião sobre a conveniência ou inconveniência da publicação, ele faz maquinalmente o seu trabalho. Isto pedia muitas considerações, e de maior alcance político, mas nós apenas contamos o que vai no movimento político.

Os ministros prepararam os documentos relativos às principais questões do ano passado e que ainda pendem para a solução, para apresentar às câmaras. Julga-se que a questão do Oriente é julgada a mais interessante e profunda. Mesmo a *France* afiança que os documentos relativos às outras têm apenas um interesse histórico retroactivo.

Mas parece que esta questão toma agora uma face nova. Os boatos relativos àquela união entre a Rússia, Prússia e Inglaterra, para a divisão do império otomano, dissiparam-se um pouco. Agora parece que se conseguiu que a Rússia adoptasse o plano do imperador, pelo qual se conserva à Turquia a sua autonomia. Somente a França se obriga a obter do sultão todas as reformas que os cristãos exigirem, e que a necessidade e ideia

do tempo presente estão reclamando incessantemente. Assim poder-se-ia evitar uma guerra europeia; doutro modo a questão do Oriente vai chamar à superfície umas questões terríveis e assombrosas, que poderiam precipitar muitas ruínas e acabar muitas soberanias.

Em Londres tem-se agitado na Câmara dos Lordes a questão da América.

O conde Russell, com quem se deu o começo da questão, defendeu energicamente o seu procedimento, negando-se todavia a dar mais explicações sobre o negócio do *Alabama*. E este diplomata não quer submeter a questão a uma arbitragem. No entanto, parece que nas primeiras propostas apresentadas por Lorde Stanley havia um princípio de conciliação.

Este é realmente o ponto mais delicado das relações externas da Inglaterra.

Enquanto na Câmara dos Comuns e dos Lordes se agitava esta questão e a da reforma, a liga dos reformistas prepara uma grande demonstração popular para o dia em que o projecto da reforma, preparado pelo ministério Tory, fosse apresentado nas câmaras.

Foi em Sussex-Hall a demonstração, presidida por Mr. Beales:

Discutiui-se primeiro, segundo os pormenores que encontramos no *Jornal do Comércio*, qual devia ser a ordem que tomaria a procissão que se preparava, cujo fim era entregar uma petição a Messrs. Bright e Stuart Mill, que esperavam os delegados junto às grades do palácio de Westminster.

Parece que nesta reunião se condenou antecipadamente o projecto que devia ser apresentado pelo governo. Diz-se que naquela assembleia reformadora se adoptou a seguinte resolução:

«Na segunda-feira à noite há-de o ministro apresentar o seu pensamento reformador. Mas na segunda-feira pela manhã fará o povo conhecer o seu. Todos aqueles que quiserem fazer

compreender ao governo o desejo do povo, devem tomar parte na projectada demonstração.»

Além desta proposta, foi também rejeitada qualquer lei que a Câmara dos Comuns possa votar sobre a questão das relações entre o trabalho e o capital.

Os delegados da liga votaram pois o seguinte:

«Qualquer comissão nomeada pelas câmaras, para estudar, nesta parte, um novo projecto-lei, será considerada como incapaz de satisfazer os desejos do povo, salvo quando um certo número de operários concorra a tomar parte nas tarefas daquela comissão.»

Em suma, a liga empregou todos os meios ao seu alcance para dar a maior representação à demonstração.

Numa reunião posterior foi aprovado que se desse um voto de censura às companhias dos caminhos-de-ferro que se negassem a deixar transitar nas suas respectivas linhas, a preços *reduzidos*, aqueles indivíduos que se achassem munidos de um bilhete passado pela comissão da reforma para vir a Londres assistir à manifestação.

A liga conseguiu que um dos membros do parlamento se prestasse a formular um voto de censura, por parte da Câmara dos Comuns, contra as companhias que não obedecessem à insinuação indicada.

No entanto, diz-se nos círculos políticos de Londres que o projecto de lei sobre a reforma, preparado pelo actual gabinete, é mais liberal do que propusera o antigo gabinete.

N.º 15, 28 de Fevereiro

Em França tem causado grande agitação a circular do Sr. Vandal, director-geral dos correios. Era sobre aquelas cartas que pareciam conter a carta impressa do conde de Chambord.

Berryer, deputado da opposição e um dos melhores oradores da câmara, manifestou a intenção de formular uma nota de interpelação acerca da circular do Sr. Vandal.

O director-geral dos correios, obedecendo a um louvável pensamento de dignidade, reclamou a honra de sustentar ele mesmo à câmara o facto que produziu tantos comentários. Veremos a solução deste conflito.

As correspondências de Londres, dando como provável, no caso de não ocorrer algum acontecimento extraordinário, que o desconto baixe brevemente a 2 1/2 por cento, acrescentam que esta baixa de juro não representa somente abundância de numerário, mas também falta de operações mercantis.

As mesmas correspondências, a que damos inteiro crédito, fazem notar que os rendimentos que maior desenvolvimento têm tido, são os de sisa, precisamente os que não accusam aumento de bem-estar, mas sim aumento de despesas supérfluas e de costumes viciosos; pois, como é sabido, aquele imposto é principalmente relativo às bebidas espirituosas, tabaco, etc., etc. Acrescenta-se também que são muitas as fábricas paralisadas, porque a produção é superior aos pedidos, donde resulta falta de trabalho, conflitos entre os operários, que, dominados por

más paixões, preferem viver de esmolas a receber em troca do seu trabalho um salário mais diminuto.

Sem embargo, porém, desta má situação, é de presumir que o génio prático da nação inglesa, e a inteligência dos seus estadistas, hão-de coadjuvar, já que não podem resolver completamente o conflito proveniente de certas questões sociais.

O correio nada mais traz de interesse activo, ou de grave. A política está um tanto estacionada, toda a ordem europeia depende da solução de certas questões, que em breve serão chamadas à superfície. Então se verá de que banda estava a justiça e as boas intenções.

N.º 16, 3 de Março

O correio estrangeiro nada nos trouxe de interessante.

Com a abertura dos diversos parlamentos serenaram as agitações internacionais. Cada um se ocupa mais peculiarmente dos negócios da sua casa.

O imperador vê-se a braços com a pequena opposição, pequena mas tenaz, que acumula as interpelações e as verdades.

Interpelação sobre a circulação dos correios, sobre a lei da imprensa, sobre o México; tudo combatem e pulverizam aqueles temíveis batalhadores que se chamam Thiers, Pelletan, Picard, Berryer.

Na Itália começa o movimento eleitoral em consequência da dissolução. A dissolução foi inesperada: uma pequena discussão (antes da discussão geral do orçamento, onde se esperava grande tempestade) a respeito da proibição de um *meeting* em Veneza, provocou uma votação em que o governo teve uma grande minoria; em consequência, pediu a sua demissão. O rei não aceitou, e dissolveu as câmaras.

Na Inglaterra começa a agitar-se, de uma maneira séria como nunca, a questão da reforma. Sucedem-se as reuniões. O governo apresentou um *bill* de reforma e declarou que, se não passasse, largaria voluntariamente as suas pastas. Na Alemanha há ainda uma agitação extraordinária a respeito das eleições. Parece que tudo se prepara para que no Parlamento

do Norte estejam os elementos que darão a Guilherme o império da Alemanha.

Na Austria começam a revolver-se, a propósito de eleições, certas questões nacionais de territórios anexados e de províncias unidas.

Por toda a parte a questão interior tem a supremacia. Quando estão abertos os parlamentos, descansam as questões diplomáticas. Os negócios interiores são mais sérios, para consolidação de tronos e poderes.

Por enquanto, pois, dormirão as questões do Oriente, dos principados, do Egipto, etc. Isto todavia, este sossego, não dá garantias de uma paz geral, o que dá garantias é a exposição. O imperador sustentará o equilíbrio, enquanto não fizer a sua pomposa festa. Depois deixará de sustentar os guindastes e as edificações que ameaçam talvez desabar.

N.º 17, 7 de Março

Por toda a parte há uma certa serenidade aparente na política, excepto no México.

Aí, agitações continuadas.

Pela terceira vez se reuniu o conselho privado e votou pela conservação do império. Dez protestaram apenas, entre estes o general Bazaine e o embaixador francês.

O ministro da fazenda declarou nessa reunião que o tesouro do México podia sustentar a guerra e consolidar o império. O tesouro rende 30 milhões.

A sustentação do exército francês custava 20 milhões; o ministro declarou mais que, se por acaso houvesse uma falta de meios repentina, os capitalistas não recusariam ajudar o imperador.

O imperador fez talvez mal em aceder de novo e sujeitar-se à resolução do conselho privado. Melhor teria feito seguindo a opinião de Bazaine e do embaixador francês, isto é, abdicando. Podia retirar-se com o exército e vir são e salvo.

Assim fica abandonado; aqueles que lhe disseram que ficasse para consolidação do império, serão os primeiros a abandoná-lo, se Juárez chegar vitorioso à capital do México.

Então pode ser aprisionado e é fuzilado dentro em vinte e quatro horas.

Ora a última batalha em que Juárez foi derrotado, pode

talvez ter mudado a face às coisas. Mas um império que tem a oposição do povo difficilmente se pode sustentar.

Em França continuam as interpelações dos deputados da opposição

Na Alemanha abriu-se com grande pompa e majestade o Parlamento do Norte. Parece predominar ali a politica liberal. Na última sessão uma proposta do Sr. de Bismarck foi energicamente rejeitada. Veremos que attitude toma o parlamento; depende dele talvez o futuro da Alemanha.

N.º 18, 10 de Março

Na Alemanha só se pensa e só se fala na consolidação do império germânico. O discurso do rei, que se attribui ao Sr. de Bismarck e onde realmente se vê transparecer toda a profunda ideia de supremacia prussiana, é, por assim dizer, o programa do império. Formar-se o Império do Norte, sobre isto é que se pensa hoje: consolidado ele, o Sr. de Bismarck pensará em fazer aderir os estados do sul. Então é o grande perigo da Áustria: encravada num império poderoso, poderá ver o seu trono desabar e tornar-se uma província da Prússia.

Os jornais ingleses trazem as notícias da grande crise em que se acha o gabinete. A questão da reforma é questão vital e decisiva. Mr. Gladstone, chefe da opposição, celebrou uma reunião em sua casa, em que traçou a política de opposição respectivamente à questão da reforma, devendo ser o exigir que a reforma seja num sentido mais liberal e mais conveniente. Mr. Bright todavia não aderiu a isto; e achou que a política da opposição, dirigida por Gladstone, ainda é bastante fraca. Os operários projectam novas reuniões; uma, sobretudo, pomposa como nenhuma, na praça de Trafalgar. Esta questão excita os ânimos e pode provocar grandes males na Inglaterra.

Garibaldi, segundo se pensa, vai tomar uma parte muito enérgica nas eleições da Itália. O seu manifesto assim o dá a entender. A sua política nisso será toda anticlerical. O mani-

festos do general é enérgico e poderoso, e cheio dos grandes ódios da razão às perseguições.

As notícias de Espanha são pouco tranquilizadoras para o futuro. Em Madrid reina completo terror. Os menores delitos políticos são castigados com pena de morte, e estas penas não ficam em simples ameaça. Os fuzilamentos e as deportações são a ordem do dia, as cadeias estão cheias de presos; as denúncias mais odiosas, inspiradas por indisposições partidárias, por vis interesses particulares, afluem ao governo, que lhes presta completa atenção.

Não obstante esta compressão, que faz recordar a má época da reacção clerical de 1823, o espírito público não parece resignar-se com o regime que se lhe quer impor. As folhas clandestinas espalham-se frequentemente, e penetram não só nas repartições públicas, mas nos próprios quantéis.

Ultimamente foi preso um distribuidor destas folhas entre os soldados que estavam de guarda no ministério do reino. Foi fuzilado depois de um processo sumário.

N.º 43, 6 de Junho

O estado actual da Europa é de expectativa e de receio.

Todos pressentem que grandes acontecimentos vão mudar a face das nacionalidades, sem poder prever de onde partirá o movimento e onde findará a resolução suprema, se na ideia democrática, se na ideia monárquica.

Nós, que temos uma política de reflexo e de imitação, poderemos estudar a nossa sorte na sorte dos pequenos povos. Tudo denuncia uma luta suprema; a diplomacia faz os seus pequenos lampejos enquanto a artilharia não faz as suas grandes trovoadas: ontem era a questão do Luxemburgo, hoje é a questão do Schleswig, depois será a da reforma da Hungria, etc. Uma destas pequenas contendidas de orgulho e de cobiça produzirá o choque geral; então se decidirão as questões da nacionalidade. Não se pode dar uma fórmula precisa do que seja a política da Europa hoje.

Quando se destrói um edifício, os trabalhadores, enquanto não começa o trabalho da nova construção, comem e descansam sobre as ruínas. A Europa está assim. Destruir muito: instituições, tronos, raças, castas, nações, tudo foi revolvido, despedaçado e derrubado; agora é necessário construir; enquanto não chega esse dia, a Europa descansa, sonha, diverte-se e faz exposições, às vezes, dolorosamente, tem para se distrair — tragédias como Sadowa. O princípio mais vital é a democracia, o mais tenaz é a monarquia. Enquanto se não der a luta

entre estes, tudo será entreacto e intermédio. São temíveis as guerras entre os tronos: foi terrível a campanha da Boémia, podia ser horrível a guerra da França com a Prússia; mas nada disto será comparável à convulsão que há-de tomar a Europa no dia em que se mostrar o facto republicano. Porque, digamos, há imensas questões a resolver; questões que, na frase vulgar mas expressiva, pendem por um fio: é a questão do papado, a questão da propriedade, a questão do trabalho, a questão da pobreza, a questão do dinheiro, a questão operária, a questão tributária, a questão dos exércitos, a questão de nacionalidades; milhares de questões.

No momento em que aparecer o espírito de reforma, estas questões aparecerão simultaneamente para serem resolvidas. Será então o juízo final da política. Muitos serão os reprovados e poucos os eleitos. Até lá as grandes nações jogarão entre si o jogo sanguinário da luta e da conquista.

Mas nesta mesma política há uma frouxidão, um receio, uma torturação, que fazem perceber quantos os velhos tronos se julgam fracos; e de feito não há nação onde se não manifeste a reforma democrática. Na França, toda a mocidade das escolas, toda a geração velha de 48, toda a escola de Proudhon, todas as classes operárias, todo o povo, conspiram, aberta ou occultamente, com jornais, com reuniões secretas, com associações, e isto no sentido da república. Na Inglaterra, a questão da reforma toma proporções grandiosas de revolução pacífica. É o sufrágio para todos que se pede, e este pedido é inspirado pela alma da democracia. É uma revolução lenta, serena, feita por meio de sossegados *meetings*, que vão penetrando o espírito inglês, apossando-se dele, e de tal modo que dentro em pouco, insensivelmente, a Inglaterra será democrática e mudará a forma das suas instituições. A Prússia é minada surdamente por um grande partido revolucionário que abrange toda a Alemanha. A Itália apresenta o aspecto da França nas vésperas de 93: a mesma ansiedade, a mesma esperança, a mesma efervescência de liberdade, o mesmo ódio às velhas instituições.

A Espanha está todos os dias nas vésperas de uma revolução sanguinária, que atire os destroços do mundo oficial tão longe, que nunca mais sejam vistos sob o céu da Península. Nós somos os únicos que não temos um partido democrático organizado, e todavia há um instinto latente, e que se vai manifestando agora, de dar a este país a forma da liberdade, e não a forma da opressão disfarçada. O princípio republicano mesmo, colocado em luta com o monárquico, vai-o vencendo.

O trono de Maximiliano tem custado muito sangue. A velha monarquia tem-se visto repelida, rechaçada, espingardeada pela nova liberdade. E Juárez bate Maximiliano em nome do futuro. Vencerá?

É princípio fatal e sagrado, vencerá.

Antigamente ninguém combatia contra Deus que não ficasse na crença dos povos como maldito e fulminado. Hoje ninguém pode combater contra a liberdade que não fique vencido e prostrado. É uma ideia que vence Maximiliano — não é um exército.

N.º 44, 9 de Junho

O interesse da política agora reside no México, na Prússia e na Irlanda. Na Irlanda é a questão do fenianismo; na Prússia é a insurreição projectada do Hanôver; no México, a desgraçada situação do imperador Maximiliano.

A questão do fenianismo está vital e prometedora. Burke, o célebre agitador feniano, foi perdoado pela rainha. Isto não acalmou os ânimos na Irlanda; antes de se saber o perdão, e quando Burke estava condenado à morte, faziam-se na Irlanda preces públicas para que o sentenciado tivesse uma *boa morte*.

Depois do perdão, a efervescência tem continuado. A Irlanda jurou libertar-se, e há certos desejos sagrados dos povos que são fatais, e mais cedo ou mais tarde se vêm a realizar. O governo inglês sustenta uma polícia vigorosa e uma vigilância inalterável em toda a Irlanda. Mas os sofrimentos da Irlanda têm sido muitos, e que importa a um povo que se quer libertar, a vigilância de um governo? Ultimamente deu-se um facto muito significativo que demonstra que o fenianismo começa a tornar-se uma questão de nacionalidade: um bispo aconselhou publicamente num sermão que seguissem todos os fiéis o movimento revolucionário; isto é duplamente expressivo, porquanto os padres católicos tinham-se até aqui mostrado adversos ao fenianismo.

Na Prússia tem-se aclarado a questão de Hanôver, e parece

que havia realmente uma conspiração entre os amigos do antigo rei do Hanôver; esta conspiração vasta e complicada, tinha por fim subtrair o Hanôver à Prússia e sublevar as províncias dominadas. Esperava-se por isso a guerra com a França. As questões de nacionalidade faziam aqui esquecer as questões da grande pátria.

Queria pois o rei Jorge aproveitar uma guerra da sua pátria, para fazer rebenotar no Hanôver a guerra civil, e estabelecer ali o domínio dos guelfos. Parece que a Holanda não era estranha a esta conspiração. Era da Holanda que devia sair a invasão do rei Jorge, que fosse animar os inimigos da Prússia nas províncias que deviam insurgir-se.

O rei Jorge procura chamar a si todos os seus velhos amigos, todos os antigos nobres e cortesãos da casa de Hanôver, todos os descontentes da Prússia, todas as suas reservas fiéis, e formar assim uma legião de que no momento dado pudesse servir-se com vantagem.

No México é grave a situação do imperador. O que se sabe, são simplesmente notícias pouco incontestáveis, que não têm um cunho oficial e que deixam o espírito em dúvida.

A certeza do que há agora no México, não a temos, mas pelo que se deu antes da vinda das últimas notícias oficiais, pode induzir-se a verdade. Um oficial chegado há pouco de Paris, ajudante-de-campo de Maximiliano, e amigo dele, conta, nas suas relações oficiais, que destino tinha tomado no último mês o imperador do México. Sem esperanças de consolidar o trono, quis tentar um esforço desesperado e entranhou-se no país, seguido do seu corpo de exército, só com oficiais indígenas, e tendo proibido que qualquer oficial austríaco ou estrangeiro o acompanhasse.

Maximiliano queria tentar a sua última eventualidade, mas quis sacrificar-se só a si, sem que pudesse sofrer nenhum dos oficiais que o tinham acompanhado. Isto passava-se em Abril. Depois não se confirmou nenhuma última notícia oficial sobre aquela fatal resolução.

O imperador estava resolvido a bater-se e morrer como um valente. E receando um triste fim àquella campanha, é que ele prohibiu que o seguisse o resto da tropa que o tinha acompanhado dedicadamente durante a guerra: assim partiu, quase só, com tropas mexicanas, destinado a morrer ou a salvar o princípio imperial.

Agora está confirmado que foi feito prisioneiro. Tem sido desgraçada esta campanha do México. Origem de reveses e de desconsiderações para Napoleão, causa de uma horrível guerra civil, terminará por fim pela morte do imperador.

Porque tudo parece confirmar que Maximiliano será fuzilado entre o exército de Juárez e Ortega. Se assim for, será ainda um holocausto ao princípio imperial, que, para se robustecer, perde de boa mente os tronos e as vidas; e a república agora decento tomará muitas represálias.

Instigado pelo imperador dos Franceses, colocado num tronco oscilante pela supremacia tirânica de um opressor, abandonado depois pelo corpo expedicionário que o fora instalar, batido em todo o território, vendo os seus amigos sacrificados, teve por fim Maximiliano a sorte de todos aqueles que querem impedir a ascensão do espírito liberal e se tornam os agentes da tirania.

No dia em que se recebeu em Paris a notícia que o imperador Maximiliano, vencido, derrotado, tinha sido feito prisioneiro e estava nas vésperas de ser fuzilado, estava na capital da França o imperador da Rússia a ver as festas da exposição, entre alas de seiscentos mil curiosos, entre os deslumbramentos da recepção official e das galas imperiaes — e havia baile nas Tulherias!

N.º 46. 16 de Junho

O governo prussiano não parece querer inquietar-se com as agitações de Hanôver e fazer pesar sobre este país a responsabilidade das maquinações que foram ultimamente descobertas contra a sua autoridade. Não só começará a vigorar neste país a constituição prussiana no primeiro de Outubro, mas também a reorganização interna da nova província só se efectuará depois de o governo tomar conselho com uma assembleia de notáveis ou homens de confiança, que designará para esse fim.

Nas últimas conferências ministeriais abertas em Berlim para a reconstrução do Zollverein, tratou-se da posição do grã-ducado do Luxemburgo, o único país não alemão que fez parte da União Aduaneira. Parece ter-se decidido que o Luxemburgo pudesse conservar a sua posição excepcional de membro não alemão do Zollverein, sob condição de não ser representado no parlamento federal *ad hoc*, e de se obrigar a aceitar todas as decisões federais.

Esta decisão não pode ser onerosa para o Luxemburgo, porque apenas mantém um estado de coisas que já existia, porque nas conferências aduaneiras do antigo Zollverein o grã-ducado não tinha voto deliberativo.

A viagem do sultão ao estrangeiro é nos anarrais otomanos um acontecimento único e imprevisto, principalmente quando se pensa que este soberano é ao mesmo tempo o chefe da reli-

gião muçulmana e que, para as populações que governa, todos os demais reis da terra são apenas seus vassallos.

O projecto de viagem excitou a indignação dos ulomas e dos fanáticos, sem contar a opposição interessada dos altos funcionários que vivem dos abusos do regimen vigente, e que receiam que o sultão regressasse da sua excursão com ideias novas, fatais à má influencia. O povo e a tropa não se assustaram tanto com o projecto de viagem do sultão. Pelo contrario, menos rebeldes às ideias do progresso do que antigamente, acolheram com certo favor a resolução imperial, e, se estas disposições continuarem, é de esperar que a viagem do sultão contribua para amadurecer os planos de reforma que há muito tempo existem em Constantinopla.

O imperador de Áustria acaba de conceder, por ocasião da sua coroação como rei da Hungria, uma amnistia a todos os súbditos não húngaros que foram condenados por crime de lesa-majestade ou por ofensas aos membros da família imperial. Ficam anulados todos os processos intentados por crimes desta natureza.

Deve-se estar lembrado de que já foi feita uma amnistia aos condenados húngaros, e desse modo se explica só dizer respeito a última aos países que não fazem parte da coroa húngara. A carta imperial perdoo o tempo que ainda falta do cumprimento da pena a 455 criminosos, e concede comutações de pena. Esta última parte diz naturalmente respeito a condenações não politicas.

As noticias que se publicam do México não são mais positivas do que têm sido até agora. Há ainda a mesma incerteza e os jornais ou publicam o que já tem sido escrito, ou acrescentam alguns pormenores que pouco adiantam.

No entretanto, facilmente se depreende que a situação do império era muito grave, sendo por consequência arriscada e perigosa a sorte do imperador, embora o negocio não tenha tido um desfecho fatal.

Depois das interpelações que se realizaram na Casa dos

Comuns na Inglaterra, a imprensa tem reproduzido todos os boatos, notando-se neles mil contradições, que provocam mil conjecturas.

Enquanto alguns jornais continuam a dizer que Maximiliano foi aprisionado e fuzilado, outros declaram, pelo contrário, que ele conseguiu sair da posição difícil em que se achava, encontrando-se actualmente de novo na capital do império.

Falaremos do que escrevem uns e outros, procurando resumir o que ainda não noticiámos.

Em Viena, a imprensa sustenta que o imperador, longe de ter caído em poder dos juaristas, saíra de Queretaro, depois de ter conseguido repelir na direcção do norte o chefe Juárez.

Esta notícia, transmitida por via da América e da ilha de Cuba, dá a entender que fora levantado o sítio de Queretaro, e que Maximiliano, senhor dos seus movimentos, marcharia sobre o México com as forças do seu comando.

Esta versão não é certamente aterradora; mas deveremos apresentar aqui o reverso da medalha.

Aludindo a um despacho da embaixada austríaca em Washington, afirma-se que Escobedo chegara a tomar Queretaro, sendo então Maximiliano prisioneiro.

A *Patrie* publicou ultimamente um despacho de Nova Iorque, em que se dizia que Juárez ordenara que o imperador e seus officiaes fossem fuzilados.

Parece que era a este despacho que se referia Lorde Stanley quando, na Câmara dos Comuns, disse que o governo inglês não tinha recebido a confirmação desta notícia.

O *Daily News*, de Londres, explica nos seguintes termos a razão de tanta hostilidade:

«Como um exemplo da inconstância da fortuna e do perigo de se não poder contar com favores, basta recordar os termos do decreto promulgado em Outubro de 1865, numia época em que a captura do arquiduque austríaco pelo presidente mexicano estava bem longe de se prever.»

Este decreto foi promulgado por Maximiliano e nele dizia o imperador que a causa de D. Benito Juárez, sustentada com tanto valor, tinha sucumbido diante da força da vontade nacional; acrescentando que as guerrilhas que ainda existiam, desapareceriam dentro em pouco, em consequência de o seu chefe ter abandonado o país.

E todavia Juárez não tinha saído nem até agora abandonou jamais o México, onde se tem mantido com toda a energia.

Maximiliano, iludindo-se com as aparências ou com as falsas informações, ordenou também nesse decreto que fossem executados todos os que se encontrassem com armas na mão.

Logo depois desta medida, foi fuzilado o general Arriaga, assim como alguns coronéis e outros oficiais republicanos. Pode isto provocar triste represália!

N.º 49, 27 de Junho

Tem o telégrafo anunciado a nota colectiva que as potências signatárias do tratado de 1856 enviaram para Constantinopla, e que deve ter sido entregue a Fuad-paxá pelos representantes daquelas potências antes da partida do sultão para Paris, a qual parece estar fixada para o dia 22 deste mês.

Como já temos dito, o fim que, com aquela nota, se propõem as potências, é provocar um inquérito comum acerca dos acontecimentos de Creta, e sobre os meios de pôr termo, de pronto, à efusão de sangue.

Segundo diz o *Memorial Diplomático*, a Sublime Porta já admitiu em princípio a oportunidade do inquérito; mas consta que o Divã insiste em que aquele inquérito seja confiado unicamente a commissários turcos, de maneira que não fique comprometida a independência soberana da Turquia pela gerência das potências garantas numa questão que é puramente de administração interna.

A estas ideias respondem as potências garantas que a questão cretense oferece uma notável analogia com a insurreição da Síria, por ocasião da qual a Porta otomana admitiu o inquérito comum com os garantes do tratado de 1856.

Não é, dizem as potências, para intervir nos negócios internos da Porta, mas para manter a integridade do império otomano, fim principal do tratado de 1856, que as potências

garantes propõem agora um inquérito relativamente às desordens sanguinolentas de que a ilha de Cândia continua a ser teatro.

É evidente que a objecção suscitada pela Porta tem principalmente em vista garantir os direitos soberanos do sultão contra a ingerência eventual das potências garantes nos negócios internos da Turquia; mas a não ser a reserva de fórmula, o Divã não contesta a aplicação à questão cretense do precedente diplomático criado na Sínia, esperando-se que consinta no inquérito comum reclamado pela nota idêntica das potências garantes.

Aguarda-se a resposta da Porta, que seguramente correrá para o termo da questão.

A situação de Creta é ainda a mesma. Não obstante a contradição das notícias, segundo a origem, de Constantinopla ou de Atenas, a insurreição mantém-se na sua força.

Não se pode compreender bem ainda, do que se acha escrito, qual é o carácter da agitação que se manifestou em Constantinopla. Daquella capital continua a dizer-se que o movimento nada tem de sério, e que apenas se tratava de uma petição à Porta para a convocação de uma assembleia nacional.

É no entretanto difícil supor as coisas tão simples, quando se anuncia supressão de quatro ou cinco jornais e um grande número de prisões. Consta que muitas autoridades têm sido mudadas, e de Constantinopla o telégrafo não oculta a agitação.

No dia 17, o Papa, acompanhado dos cardeais e de duzentos bispos, respondeu às felicitações que lhe foram apresentadas em nome do Sacro Colégio pelo cardeal Patrizi, por ocasião do aniversário da sua exaltação ao pontificado.

O Papa disse que durante o seu pontificado tem tido de lutar contra os inimigos da religião e da santa fé, contra os inimigos de toda a ordem social, que prosseguem; estes, em progresso exclusivamente material; aqueles, na destruição total de princípios da autoridade, justiça, e da religião, e que tratam de despojar a Igreja das suas antigas possessões.

O Santo Padre acrescentou que tinha procurado reunir as almas desgarradas, indicando-lhes nas suas encíclicas os princípios fundamentais do direito, da honestidade, da religião; como outrora Moisés, no deserto, indicava o caminho aos israelitas, o Papa tinha indicado o caminho aos fiéis.

Voltando-se depois com emoção para o lado dos bispos, Pio IX disse:

«Veneráveis irmãos, peço-vos que persevereis nas vossas orações para pedir a Deus e à Virgem Imaculada que nos livre dos grandes perigos que nos cercam. O Vigário de Cristo há-de levantar sempre as mãos para o Céu. Mas vós, sustentai, como fez outrora Moisés, os meus braços enfraquecidos pelos anos. Aproximai-vos de mim, a fim de que possamos combater sem descansar, e triunfar.»

O Papa terminou convidando os bispos a pedir a Deus que afaste os flagelos espirituais e os flagelos temporais, da peste moral e da peste material, que salve os desgarrados e que assegure o triunfo para a Igreja.

N.º 54, 14 de julho

O MÉXICO

Reunimos nesta secção todos os pormenores que encontramos nos jornais estrangeiros, ou em correspondências particulares, sobre a morte de Maximiliano e o triunfo da república. Hoje estes acontecimentos são para nós de tanto interesse como se se passassem com um rei nosso, a dez léguas da nossa fronteira.

É que é este um caso novo que tem comovido o mundo.

No México há horrores. Os republicanos, pelos boatos que correm, parecem querer desacreditar a democracia aos olhos da Europa: nós applaudimos já o triunfo da república, mas nunca applaudiremos a orgia da soldadesca. A morte de Maximiliano, como supressão de um princípio, é um acto justo; mas como vingança brutal, exigida pelas raças bárbaras que seguem Juárez, é um acto infame.

E parece confirmar-se que na morte de Maximiliano nem houve justiça, nem intenção superior: foi simplesmente uma violência de tropa vitoriosa. Estão-se dando factos ferozes no México e em Queretaro, casas saqueadas, incêndios medonhos, degolação geral, a bandeira da França arrastada pela lama, as cabeças dos sentenciados espetadas em postes, os corpos pisados pelos cavalos e amassados com pedras: estes factos que

se contam e desacreditam para sempre Juárez e dar-lhe-ão perante a história a atitude de um bárbaro imbecil que se diz republicano, e a quem o acaso permitiu que vencesse, para ir substituir a tirania diplomática pela tirania selvagem. Estes factos salvam a recordação do império do México. A mulher de Senra exposta nua aos vexames da soldadesca e os montões de cadáveres espezinhados jocosamente pela cavalaria, estes factos santificam Maximiliano. Provam que o império era necessário no México, porque aquella raça inculta ainda não era digna de compreender e possuir a liberdade. Eis os pormenores.

O *Moniteur* do dia 5 confirma a nova sinistra, que havia produzido em Paris uma tão dolorosa impressão. O órgão oficial do governo francês anuncia efectivamente que Maximiliano foi fuzilado em 19 de Junho, e que o governo imperial fora oficialmente informado desse acontecimento.

No dia 4 do corrente, Lorde Stanley manifestou, na Câmara dos Comuns, com grande energia, a indignação que esta execução suscita na Inglaterra.

Em França, os presidentes do senado e do corpo legislativo proferiram a este respeito algumas palavras, em que se revela a mais viva comoção que aquelas duas corporações partilharam unanimemente.

Resta-nos agora colher a respeito da catástrofe de Queretaro a maior soma de notícias e esclarecimento. Transcrevemos portanto a seguinte correspondência do *Courrier des Etats-Unis*:

«Segundo certas versões de que temos publicado extractos, estava bem longe de ser perdida a causa do império mexicano no momento em que Queretaro foi entregue ao inimigo. Segundo outras versões, pelo contrário, a praça não podia resistir por mais tempo, e os imperialistas estavam bloqueados e à míngua de recursos.»

Das variadas informações que temos à vista, os seguintes pormenores apresentam um certo cunho de autenticidade:

O assédio de Queretaro durou sessenta e oito dias depois que Maximiliano ali se entrincheirou. Não obstante as suas forças terem sido avaliadas em 12 000 homens, as suas tropas efectivas não montavam a mais de 6 a 7000 soldados.

O príncipe Salm-Salm, o qual tinha servido no exército do Potomac, era o seu verdadeiro chefe de estado-maior e tinha toda a sua confiança. Miramón tinha a seu cargo a direcção dos negócios militares, posto que Maximiliano fosse general-chefe.

No meado de Março, Márquez, que até então tinha sido chefe do estado-maior do imperador, foi mandado para o México em busca de reforços e era esperado de dia para dia com 12 000 homens. Expediram-lhe vários correios, que não regressaram. Um dia foi encontrado um destes emissários enforcado junto ao posto mais avançado das tropas imperiais, com este letreiro sobre o peito: «*Quinto correio expedido a Márquez.*» Ofereciam-se 6000 dólares de recompensa a todo aquele que conseguisse ter uma entrevista com Márquez e dele trouxesse uma resposta.

Em 11 de Abril, o príncipe Salm-Salm intentou uma surtida contra as linhas liberais, a fim de encobrir a saída de cinco mensageiros por cinco diferentes pontos. Cada um deles era pontador de um officio, coberto de obreia para poder ser facilmente engolido em caso de perigo. Dois destes emissários conseguiram sair. Neste comenos, Márquez estava lutando com Díaz às portas da capital, e não podia, por conseguinte, prestar auxilio algum.

No interior da cidade escasseavam os mantimentos, que constavam quase exclusivamente de carne de mula e de cavallo; chegou o dia em que estas provisões também começaram a faltar. As mulheres levavam alimentos aos soldados que estavam de serviço nas trincheiras, e muitas destas foram mortas pelas balas do inimigo. Maximiliano vivia como um soldado raso. Era sempre visto sobre a brecha, cheio de esperança e de

abnegação, e expondo-se sem cessar aos maiores perigos. A sua conduta foi sempre um exemplo de coragem cavalheirosa e um motivo de admiração, até mesmo para os seus inimigos.

No fim do mês de Abril, tendo os negócios assumido um aspecto mais desfavorável, o imperador resolveu atacar as posições do inimigo e, se fosse possível, abrir caminho através das suas fileiras. A acção teve lugar no dia 27. Miramón dirigiu o ataque e conseguiu cortar as linhas de Escobedo, apoderando-se de 21 peças e fazendo-lhe 600 prisioneiros; porém, não se sentindo os vencedores com as necessárias forças para tirarem partido da vantagem colhida, regressaram às suas primeiras posições. Falhara a tentativa, mas esse triunfo passageiro reanimou as esperanças e fez desvanecer toda a ideia de capitulação. Em 1 e 3 de Maio fizeram-se duas novas surtidas sem resultado decisivo. Nessa época foi preso o general Ramírez com o seu estado-maior, por haver tentado entregar a cidade.

Todavia, a situação tornou-se tão desesperada que, havendo quase falta absoluta de víveres, Maximiliano resolveu tentar um derradeiro esforço para abrir caminho através das linhas liberais, refugiar-se nas montanhas e dali chegar a Vera Cruz. Mejía estava incumbido de dirigir este movimento, que devia ser executado no dia 14. Era a véspera do dia em que teve lugar a entrega da praça.

Todos os cidadãos válidos tinham sido armados para defenderem a cidade enquanto durasse a retirada. Finalmente, tudo estava preparado para uma acção decisiva quando chegaram, na noite de 13, seis desertores, trazendo a notícia de que Ortega sitiava San Luiz, e que Juárez tinha expedido ordem a Escobedo para que levantasse o sítio de Queretaro a fim de correr em seu auxílio. Deram-lhes crédito e a surtida foi adiada.

Já estão os nossos leitones ao facto do que aconteceu.

Foi na seguinte noite, 14 de Maio, que o coronel López, um dos íntimos confidentes do imperador, pagou com a traição os favores recebidos, e entregou o forte da Cruz, que era a

chave da cidade. Os liberais ocuparam-no tranquilamente no meio das trevas. Ao romper do dia Miramón, querendo resistir, recebeu uma ferida na cabeça, de que se diz que morreu em seguida. Não se cometeram violências; Méndez foi o único que sofreu a pena de fuzilamento, em represália da execução de dois oficiais liberais por ele ordenada precedentemente.

São horríveis os pormenores da sua morte.

Na noite que seguiu ao dia da tomada da cidade, foi descoberto no esconderijo onde se ocultara, em casa do cidadão Bartol. Méndez não se iludiu a respeito da sorte que o aguardava; sabia que estava condenado sem apelação.

Durante uma parte da noite escreveu à sua família. Na manhã do dia seguinte, que era um domingo, das nove às dez horas, foi conduzido à Alameda e passado pelas armas. Resignou-se à sua sorte sem fraquejar nem proferir uma queixa.

Segundo o costume daquele país, foi fuzilado pelas costas, por ser este o tratamento aplicado aos *traidores*. Méndez protestou, dizendo que era capaz de afrontar a morte de frente; porém o official encarregado da execução lhe respondeu que não podia deixar de obedecer às ordens recebidas.

— Pois bem! — disse Méndez. — Fazei o que vos aprouver!

E ajoelhou tranquilamente, virando as costas ao regimento incumbido desta funesta tarefa.

Saíram das fileiras quatro soldados e fizeram fogo. Mas o sentenciado não foi mortalmente ferido. Ergueu-se e fez sinal aos soldados para que fizessem pontaria à cabeça. O cabo aplicou-lhe ao ouvido a boca da espingarda e fez-lhe saltar os miolos.

Assim morreu Ramón Méndez, que era, com as suas qualidades e defeitos, um dos mexicanos mais eminentes desta época e um dos homens mais desinteressados do seu país. Era da raça indiana, como Juárez, e reunia à crueldade do índio a sua generosidade.

Tivera mais de uma vez ocasião de fazer fortuna, transigindo com a sua consciência, porém, permaneceu até à hora

da morte pobre e fiel à causa que havia abraçado. As informações que temos presentes não confirmam o facto de ele ter sofrido a amputação de uma perna poucos dias antes de ser executado. Este boato é provavelmente destituído de fundamento.

A estes esclarecimentos do jornal americano, acrescentamos o seguinte, que se lê na *Patrie de Paris*:

«Já dissemos que o conselho de guerra, o qual devia julgar o imperador Maximiliano, se havia reunido em Queretaro em 27 de Maio, e que a sentença de morte foi provavelmente resolvida na noite de 3 para 4. Atendendo a que a execução só teve lugar a 19, é mister acreditar que se havia concedido revista ao julgamento do conselho de guerra.»

É o que se depreende dos factos de que estamos informados, e que são posteriores ao dia 3 de Junho.

Ainda não tinham chegado os advogados que deviam defender o imperador. Demorou-se a promulgação da sentença, sob um pretexto qualquer, segundo dizem os jornais americanos, até depois da queda de Vera Cruz e do México, e até à chegada do ministro dos Estados Unidos.

Neste intervalo, para enganar a impaciência do povo e satisfazer o exército, os quais pediam em altos brados a execução do imperador, fizeram-se circular constantemente descrições minuciosas desta suposta execução. Falsas proclamações, atribuídas a Maximiliano, eram publicadas em San Luiz do Potosi, sede do governo juarista, e passavam por autênticas. Finalmente, recorria-se a todos os meios para se cobrir de desprezo o imperador destronado.

Os parentes de Miramón, que residem em San Luiz, tinham conseguido arranjar-lhe um defensor. Mejía havia reclamado em sua defesa o próprio general Escobedo, que tinha sido salvo outrora da morte por Mejía. Escobedo recusou-se a isso! Quanto a Márquez, que ocupava o México, parece que teve mais em vista tratar da sua segurança pessoal de que fazer uma tentativa qualquer para salvar o imperador. Foi em vista de

tais considerações que mandou prender a senhora Iglesias, esposa de um dos ministros de Juárez, e a senhora Bazán, esposa do governador juarista do México. Declarou que estas damas seriam sacrificadas sem mercê com mais uma centena de *liberais* da capital, se se atentasse contra a vida de Maximiliano e dos seus oficiais. Porém, se dermos crédito ao que dizem os jornais de Nova Iorque, Márquez já trocou uma dessas damas por um dos seus próprios oficiais, prisioneiro dos juaristas, e tencionava guardar os outros como reféns para sua própria segurança.

Eis mais alguns pormenores sobre a tomada de Queretaro. A principal defesa da cidade é o magnífico Convento da Cruz. Maximiliano mandou ali construir trincheiras e escolheu-o para cidadela e quartel-general. Para bater Escobedo, postou-se numa montanha paralela ao convento. Na noite de 14 de Maio havia poucos víveres entre os sitiados, e o imperador mandou, embora depois retirasse a ordem, que no dia seguinte se fizesse um esforço supremo, fazendo uma *surtida* contra os sitiantes.

A guarnição já estava vendida, e quando Maximiliano se levantou, no dia seguinte, soube a traição consumada durante a noite. Acordou o príncipe Salm-Salm, seu ajudante, e com ele marchou para o recinto exterior do convento, mas foram logo cercados por um pelotão de soldados, capitaneados por López e pelo coronel Galaido.

O primeiro disse aos soldados: «É ele, prendam-no»; o segundo nada sabia da traição de López, e dirigindo-se ao imperador, exclamou: «É particular e não é soldado. Pode retirar-se quando queira.» E empurrou com força Maximiliano, que marchou a pé e rapidamente para o Cerro de las Campanas, ponto de refúgio de vários oficiais imperialistas, perseguidos pela cavalaria inimiga. Poucos tiros se tinham dado e a confusão era horrível.

O general Corona, rápido sempre nos seus movimentos,

fez entrar no convento, e depois na cidade, o grosso do exército sitiador, que se foi apoderando de todas as posições, enquanto os soldados imperialistas largavam as armas aos gritos de viva a liberdade. Miramón não quis render-se e sustentou combate tenaz na rua dos Capuchinos e aí recebeu uma bala no olho esquerdo, que o privou da vista. Foi então aprisionado. Entretanto Maximiliano resistia com Arellano, Castillo e Mejía no Cerro de las Campanas, até que afinal capitulou.

O imperador foi levado para o Convento de Santa Teresa e depois para o da Capuchina. Esteve três dias dormindo no solo húmido, alimentado a pão e a água. Foi a princesa de Salm-Salm que conseguiu melhoramento na sorte dos prisioneiros, indo por isso falar a Escobedo.

Corre que o cadáver do imperador foi esquartejado e a cabeça espetada num pau, rodeada de cinquenta cadáveres dos principais chefes imperialistas.

N.º 57, 25 de Julho

— As cartas de Roma dizem que aquella cidade recobrou a sua solidão habitual depois da saída dos estrangeiros que ali afluíram.

O Papa recebeu os mais vivos testemunhos de respeito e dedicação de todos os estrangeiros; mas o povo foi estranho a todas as demonstrações. Este facto presenciou-se ultimamente, por ocasião de um passeio que o pontífice fez ao Corso, notando-se então a diferença que existe entre o acolhimento feito pelos romanos e o que recebeu dos estrangeiros.

É assim que se expressa uma das cartas de Roma, que acabamos de ler:

«Mas o resultado moral da reunião extraordinária que ultimamente se realizou ali, foi a união mais íntima entre o episcopado e a Santa Sé, foi a adesão unânime do clero aos princípios do *Syllabus*; foi finalmente a declaração solene de que o poder temporal é indispensável para assegurar ao Papa a sua independência, e o livre exercício do seu poder espiritual!»

Tudo isto se previu.

Mas vemos das mesmas correspondências que o resultado material foi menos satisfatório. Na caixa do dinheiro de S. Pedro entraram 4 200 000 francos, isto é, três cêntimos pouco mais ou menos por cabeça de católico. Parece que se esperava mais dinheiro.

No congresso dos Estados Unidos foi apresentada uma proposta, como nos foi há dias anunciado pelo telégrafo, para se manifestar a satisfação do país em consequência da queda de Maximiliano.

O cheque da tentativa da restauração da monarquia no México, não podia certamente deixar de agradar à república americana; mas o congresso rejeitou a proposta que lhe foi submetida, querendo sem dúvida dar assim um testemunho da sua reprovação pelo crime sanguinolento de Queretaro.

Segundo as notícias trazidas para a Europa pelo vapor saído de Nova Iorque a 6 do corrente, consta que a situação do México era deplorável. Todos os dias chegavam mexicanos a Texas, onde procuravam refugiar-se.

Juárez mostrava-se inacessível à clemência. Começou por privar dos seus direitos todos aqueles que serviram no exército imperial, até que consigam obter a sua reabilitação do governo geral.

Alguns coronéis foram condenados a seis anos de prisão, e os capitães a dois. Os generais e os principais funcionários civis iam ser julgados pelo crime de alta traição. Receava-se que alguns deles sofressem sorte igual à de Maximiliano.

A notícia do fuzilamento do imperador produziu sensação nos Estados Unidos. O *New York Times*, falando daquelle facto, diz:

«Não há ninguém que se preze de sentimentos de honra que possa saber esta nova sem comoção; sem simpatia por aquelle nobre e valente príncipe, e sem reprovação a respeito dos monstros que quizeram saciar a sua vingança no seu sangue.»

Trata-se de fazer acreditar que Juárez, ordenando a execução do imperador, foi a isso forçado. Disse-se mesmo que Escobedo tinha ameaçado depor o presidente, se este poupasse a vida do adversário que a traição lhe entregara.

O *Courrier des Etats-Unis* responde nos seguintes termos a estes boatos:

«É exacto que a imprensa foi unânime em pedir a cabeça de Maximiliano. Mas é porventura livre essa imprensa? No domínio paternal de Juárez é proibido tudo quanto não seja cantar louvores ao *triunfador* e ao *benemérito*, e satisfazer os seus desejos, que são a morte dos "inimigos da república". Juárez foi forçado pela imprensa, pelos generais e prefeitos, mas na realidade foi ele o verdadeiro assassino de Maximiliano.»

Em Washington também o acto do dia 19 causou profunda sensação. O ministro Seward era censurado de não ter empregado junto de Juárez suficiente energia.

A Prússia prossegue com a maior actividade na unificação da Alemanha. Depois de concluída a unidade militar e a aduaneira, trata da unidade postal.

O governo de Berlim mostra-se disposto a atrair os Estados do Sul da Alemanha à união postal, que acaba de concluir com os Estados do Norte.

Para esse fim, aquelle governo dirigiu convites aos Estados do Sul, que faziam parte da união postal austro-alemã, para que mandem plenipotenciários a Berlim, a fim de se entenderem sobre as modificações que convém fazer nesta nova união. Esta conferência estava annunciada para o dia 8 deste mês, mas a Baviera e a maior parte dos demais governos manifestaram desejo de que a Prússia indicasse primeiramente quais eram as modificações que julgava convenientes.

A condenação do Imperador, assim como dos seus companheiros Miramón e Mejía, foi, como se sabe, pronunciada a 14.

No dia 15 foi a sentença do conselho de guerra confirmada no quartel-general, designando-se o dia immediato, 16, para a execução.

Foi todavia esta demorada por espaço de três dias por ordem de Juárez, que queria, segundo dizem os jornais americanos de que extraímos estes pormenores, deixar a Maximiliano o tempo necessário para arranjar os seus negócios.

Os ministros da Prússia e da Inglaterra foram, pelo que

vemos das folhas de Londres, os únicos que fizeram tentativas em favor do infeliz príncipe.

Foram aqueles diplomáticos encontrar Juárez em S. Luiz Potosi, mas todos os seus esforços foram inúteis.

O barão Magnus, ministro da Prússia, voltou depois destes passos para Queretaro, onde chegou na véspera do dia fatal; ali ainda fez novas tentativas, e enviou ao vencedor, com quem tinha tratado inutilmente, um despacho em que pedia novamente perdão para os condenados, apoiando-se em primeiro lugar nas considerações da humanidade e, em segundo lugar, prometendo que todos os soberanos europeus, que estavam unidos pelos laços de sangue ao irmão do imperador de Áustria, dariam a D. Benito Juárez todas as garantias que ele desejasse de que nenhum dos prisioneiros poria de futuro os pés no território mexicano.

Em resposta recebeu o ministro da Prússia um despacho, datado de S. Luiz Potosi a 18 de Junho, em que se dizia que o presidente da república não era da opinião que fosse possível conceder o perdão a Maximiliano de Habsburgo, não só por grandes considerações de justiça, mas em presença da necessidade de assegurar no futuro a paz da república. Já se vê que o ministro da Prússia empregou todos os meios de que dispunha para evitar que a sentença se executasse.

No dia 19, às sete horas da manhã, as três vítimas foram executadas. Maximiliano exclamou: *pobre Carlota*. Foram estas as suas últimas palavras. O imperador recebeu a descarga pela frente.

Miramón e Mejía, tratados talvez não como inimigos mas como traidores, por isso que eram mexicanos, foram primeiramente degradados e fuzilados pelas costas.

Leituras Modernas

N.º 1, 6 de Janeiro

Alguns julgam um perigo terrível este instinto luminoso e sagrado que leva o mundo moderno, numa divina cruzada, às conquistas do espírito.

Julgam que os factos do espírito, as críticas filosóficas, os trabalhos de reconstrução do passado, as grandes explorações científicas, toda a imensa criação da alma moderna, que até aqui estava na mão eleita de escolhidos e de poucos, nas universidades, no santuário das escolas, nas criptas académicas, quando passarem para o espírito, para a comunhão da alma popular, hão-de estreitar-se, desaparecer, esmorecer.

Mas não. O povo pode não ter a consciência justa e precisa das transformações ideais que levam à Liberdade e à Justiça, mas sente sempre com justiça e com senso profundo; ele pressente que as descobertas, as grandes e terríveis explorações no mundo espiritual, a criação das filosofias que o hão-de educar, dos sistemas que o hão-de reformar, das literaturas que o hão-de elevar no sentimento e no bem, só podem ser criadas pelos espíritos serenos que meditam, que no silêncio, no sossego, nas relações puramente espirituais, sabem decompor e explicar o mundo dos factos e das ideias.

Ele não quer ir com a sua mão nuda revolver as literaturas e as teorias. O que ele não quer é que as inteligências verguem sob as influências consagradas; não quer ver a alma inerte, opaca, estéril, como sob a lei absoluta e católica; não quer a passividade dos espíritos e as imitações servis; não admite o gosto oficial como dogma intelectual. Não quer que a patronagem se estenda às almas; não quer no teatro, no poema, no livro, no jornal, ver pesadamente os falsos sentimentos, os géneros encomendados, as ideias que trazem a libré oficial.

Quer o livre espírito derramado pela literatura, pela ciência, pela arte, com espontaneidade e amargura individual; quer que a ciência possa livremente ensinar sem medo das fulminações católicas; quer que o teatro se não prenda à imitação dos modelos, que não apostolize a religião burguesa do interesse e do egoísmo, que não consagre a paixão infame, a futilidade, os amores estéreis; quer que a poesia seja elevada, que profundamente corresponda à sua alta missão, que é ser a vibração divina e luminosa da vida social; não quer a poesia individual, que conta as pequenas tristezas do poeta, as suas infelicidades domésticas, o seu pequeno interesse pessoal; não quer a literatura incolor de falsos sentimentos, de forma amaneirada, banal, sem compreensão da natureza, sem respeito da justiça, sem preocupação de beleza.

O que ele quer é uma literatura formosa, sã, ideal, uma nobre e profunda ciência, uma alta justa e honrada ciência histórica. É o que ele quer.

De facto, as literaturas oficiais são hoje impossíveis: os géneros literários, os ritmos, não podem ser decretados como regulamentos administrativos.

A literatura, a poesia, é o belo luxo da vida, a flor interior da alma; os verdadeiros talentos rejeitam os patronatos da literatura oficial; os medíocres, esses seguem o mestre, estudam as formas consagradas, vestem as túnicas clássicas, decoram fórmulas, ritmos e medições.

Vê-se muito disto em Portugal; mas estes homens têm

na sua servilidade um castigo terrível: são repelidos; o povo não os entende, não os conhece; vê-os passar com as liras oficiais, com as palmas na mão, tímidos e acanhados, e não têm para eles um olhar simpático, um movimento afeiçoado; o povo não lhes compreende a língua, não os aceita; é então que eles, os das literaturas oficiais, se refugiam nos grémios, nas capelas literárias; aí adoram-se uns aos outros e constroem-se tristemente pedestais; e um dia morrem esquecidos, abandonados, vendo o seu nome desconhecido, sem que os siga a admiração religiosa que segue todos os homens fortes que trabalham pelo povo, pela justiça e pelo direito, quando saem da vida para irem ao céu dos fortes receber o salário do seu dia. Os que não aceitaram os patronatos, as cadeiras curuis, os arcebispos literários, os que elevaram as almas, que disseram coisas novas e profundamente originais à curiosidade popular, que consolaram, cujos livros foram como leitos misteriosos onde o povo adormecia as suas mágoas, as suas tristezas, na esperança de um melhor dia; esses não tiveram fortuna, não foram ruidosos, reluzentes, importantes nas coisas públicas, não entraram para as academias, não foram aplaudidos nos saraus, mas transformaram o espírito da multidão, ligaram o seu nome a uma obra fecunda e imorredoura, e deixaram de si uma memória mobilíssima e cheia de luz. E em vida tiveram a felicidade divina das consciências severas e soberbas.

Estes foram os poetas livres. Quando morrem não vão para os Pantheons decorados e pomposos: ficam num canto da terra, debaixo de uma pouca de erva, mas têm um lugar eterno nos corações dos povos e na memória das raças.

São estes homens que faltam em Portugal. A sua fecunda acção é que era necessária neste momento de luta, de abatimento social, de tristezas políticas e desilusões sociais; eles é que deviam falar alto, ensinar, pregar, elucidar, andar com a sua justa voz pelos campos, pelas cidades, por entre o povo, dando a palavra de bênção e o mote de esperança. Mas não; entre nós é profunda a decadência literária. E as decadências

literárias são sempre os mais efectivos sintomas de decadência social. Provêm do abaixamento e fraqueza espiritual. Sempre nas vésperas das grandes dissoluções sociais aparecem as literaturas oficiais, as letras sem dignidade, os géneros de imitação, os sentimentos convencionais, a ciência da forma sem espontaneidade: é sinal de que a justiça, a beleza, a verdade, tudo o que faz a grandeza e divindade das almas, se desvaneceu tristemente.

Numa decomposição das instituições e dos géneros, a primeira parte de onde a liberdade foge é da literatura nacional.

Assim aconteceu nas vésperas de 88 e de 89. A literatura tinha saído da larga e nobre tradição dos escritores do século XVII. O Parnaso era todo arcádico. A poesia era alambicada, clássica, pastoril, estúpida e frívola: as ideias tinham as suas formas sabidas; era um crime quebrar a tradição. Não havia elevação, nem verdade, nem beleza; imitavam os imitadores dos Antigos.

Nem elevação, nem beleza, nem verdade; era completamente estranha ao grande movimento das ideias; não conhecia o povo; cantava as rosas, as duquesas lascivas, os pequenos abades. E no entanto, o povo revolvia já o terrível 93.

Hoje em quase toda a Europa se dá o mesmo: na véspera de grandes factos sociais, de terríveis transformações, por toda a parte, na França, na Espanha, na Inglaterra, em Portugal, a literatura decaiu. Em França sobretudo: aí já quase não há poesia, há apenas poetas, falsos poetas, que estão longe do povo, exclusivamente retóricos, que sabem cinzelar formas, escolher ritmos, violentar ideias, descrever estranhezas e visões, mas que não têm inspirações de liberdade, espontaneidade, lirismo, grandeza.

Estão longe dos movimentos modernos, cultivam a arte pela arte, sem encontrar eco nos espíritos. A grande tradição dos poetas de 30 foi esquecida em França: a grande e pura inspiração, o sopro livre e ideal de Hugo, de Lamartine, de Musset, de Barbier. Aqueles poetas que revolviavam as inteligên-

cias como por um vento divino, repassados das tristezas de 52, desterrados, mortos, esquecidos, são uma velha legenda de que a geração moderna mal sabe o sentido. Aquelas nobres almas são hoje apenas documentos para a história do seu tempo.

E combateram pela justiça, pela verdade, pela revolução, pelo direito popular. E dotaram a França com uma alma nova, cheia de profundezas e de ideias. Lamartine revelou o lirismo e tomou nas suas mãos o destino da liberdade; os *lambos* de Barbier cantavam-se nas fuziladas de Julho; Hugo foi o grande buscador do ideal, o grande poeta dramático, e hoje ainda, como um profeta, como Dante no século XIII, ele é a alma poética suprema desta geração. Musset era o grande poeta da mocidade melancólica, cheia dos amores indefinidos da liberdade e da ciência, almas doentias, desiludidas por três revoluções, que passavam tristemente entre os materialismos modernos até ir descansar no céu dos fracos. Estes ensinavam, eram sacerdotes do bem, eram justos, combatiam, sofriam pela ideia livre.

E o que resta hoje à França? Os poetas retóricos: Mallarmé, Baudelaire, Leconte de l'Isle, Dierx, Sully, Heredia, Catulle Mendés, Forni; são poetas cheios de tédio, de tristezas, que cantam o mal, os desesperos, as infâmias da carne, Satã, a matéria.

Têm uma forma amaneirada e violenta, revelando grandes esforços, pesada e metálica, cinzelada: constroem com tanto desvelo do estilo uma maldição como os poetas de 1810 fabricavam um madrigal.

Desgraçado o país onde se fazem sentir os efeitos da decadência espiritual e a literatura se torna de imitação, de rotina, sem grandeza e sem ideal. Esse país perder-se-á pelo abaixamento moral.

A literatura é a educação das almas. Quando ela robustece, fortifica o povo, dá-lhe grandes e belos ideais, justos e fecundos

sentimentos; aparecem grandes caracteres, profundas honra-
dezas, amor da justiça, preocupação do trabalho.

Quando a literatura é fraca, estéril, doentia, baixa, produz
o vazio dos espíritos e a indiferença das inteligências; quando
é imoral, escarnecedora, injusta, produz o entorpecimento das
consciências; os elementos da dissolução que contém passam
para os espíritos populares; pelo livro, pelo teatro, pelo jornal,
a influência maléfica espalha-se, corrói, destrói. Perdida seria
para a justiça, para o bem e para o direito, a sociedade cuja
literatura consagrasse o adultério, celebrasse o desprezo pela
paternidade e escarnecesse o trabalho. Os que combatem pela
justiça, pela verdade, pela beleza moral, derramam pelos seus
escritos a consagração soberana de elementos da vida social:
a família, o trabalho e a educação.

N.º 1, 6 de Janeiro

CRÍTICA DE LITERATURA E DE ARTE

A crítica, como revelação da alma das velhas literaturas e da ante do passado, e como a consciência austera da arte moderna, é fecunda e querida da Justiça.

Todos o sabem. Desde os *Vedas* até à *Marselhesa* e aos *Iambos* de Barbier, sempre a poesia e a literatura têm sido a manifestação dos princípios, das ideias, dos sentimentos das épocas.

É nos romances, nos poemas, nos ritmos, nas formas, que se encontra o pensamento popular.

É esta a grande importância da poesia dos campos, poesia simples, profundamente sentida, ingénua, onde o povo põe todas as delicadezas da sua alma, toda a tristeza do trabalho, toda a religião do lar, todas as santidades do amor.

É pela crítica das velhas literaturas e da velha arte que se tem reconstruído a alma do passado. Faz-se assim a história verdadeira dos espíritos, das consciências, das inteligências.

Esta é a verdadeira história. Na literatura encontra-se o que se procura em vão nos documentos oficiais: encontra-se o estado das almas, aspirações, tristezas, esperanças, desalentos.

Há centas obras de arte que revelam, por um suspiro, por uma atitude, por um grito, todo o estado moral de alegria, de

desespero e de paixão. Toda a tristeza da Alemanha, antes da Reforma, está na *Melancolia* de Albert Dürer; toda a violência dramática do génio espanhol está nas comédias de Calderón; toda a paixão revolucionária de 89 está na *Marselhesa*.

Nos documentos, nos arquivos, nas crónicas, encontra-se apenas o movimento do mundo oficial. Os documentos podem dar a medida do que as grandes individualidades, reis, ministros, papas, influenciaram na política, mas não deixam ver o que o povo pensava, queria e revolia na mente.

É certo que as revoluções históricas não são fruto da vontade arbitrária de um grande espírito ou de uma grande influência individual. A ideia dessas revoluções nasceu nas massas, derramou-se, fecundou, e os grandes homens como Lutero, Calvino, Mirabeau, são apenas os instrumentos da vasta força dispersa.

É este espírito popular que deve ser procurado na literatura e na arte. Há crenças, ideias, sentimentos que passaram sem que neles ficasse sequer um vestígio na história oficial; quem conheceria hoje os terrores do Inferno que atormentavam a Meia Idade se não existisse o poema de Dante?

Na escultura, na história, na arquitectura, ficou presa às formas, às atitudes, às cores, aos relevos, a alma que inspirou essas obras.

A escultura explica a serena vida, os costumes, o amor da forma, o respeito pela matéria e pelo corpo, que foi o génio da velha Grécia.

A arquitectura gótica explica o misticismo, os renunciamentos ascéticos, o amor ideal e divino, o reino de Deus — todo o espírito cristão da Idade Média. A pintura da Renascença explica toda a vida da Itália no século XVII, pomposa vida de corte, de recepções, ruidosa, reluzente, enérgica e violenta.

Uma verdadeira história da humanidade seria a história da arte: não se conheceriam os dédalos políticos, as ambições terríveis, as pequenas intrigas de reis e de papas — mas ficaria sabendo uma coisa superior: a alma das raças, os génios

do povo, o espírito passado com as suas crenças, religiões e sentimentos.

É isto o que Michelet sente nos cimos da história, cheio do futuro, quando dá mais atenção a um bronze de Alberto Dürer ou a uma tela de Ticiano do que às batalhas de Francisco I ou à política de Carlos V.

A crítica, como consciência austera da literatura e da arte moderna, é uma terrível responsabilidade para os espíritos sérios. É necessário que ela seja justa, profunda, elevada. Não se deve submeter às predominâncias oficiais, à influência dos cenáculos, à religião dos grêmios. Ela está solitária, vendo a eclosão das ideias e das formas, aplaudindo, aconselhando, verberando. O seu ideal é a justiça, a verdade, a beleza, e só aceita as obras literárias e as obras de arte que revelem a justiça, a verdade e a beleza. Não procede por admirações infinitas nem por acrimónias viperinas: ela sabe que a literatura, como educação social, pode consagrar um justo movimento popular, pode envenenar as fontes do espírito público, pode elevar, robustecer e fortificar os espíritos abatidos e desalentados.

Por isso procederá por um princípio supremo, a Verdade e a Justiça.

N.º 2. 10 de Janeiro

AS CANTIGAS

As cantigas, os cantos populares, a canção, são um meio seguro e activo da propagação de uma ideia: mais activo do que o panfleto, a canção, pela melodia do ritmo musical, pela cadência do verso, pela precisão da forma, pelo seu espírito leve, prende mais as inteligências e fica mais fortemente na memória.

A canção é uma língua sempre clara e fácil para ensinar e mover as classes populares. A sua inteligência, menos exercitada, precisa de certas formas para compreender nítida e rapidamente o fundo de uma ideia. O povo pensa pouco e vive muito da sensação; as dissertações, as explicações profundas, as argumentações demoradas, não o comovem; passam no seu espírito como um sopro sobre o cristal: não deixam eco. Os pensamentos que é necessário colocar na alma do povo devem-lhe ser apresentados com uma fórmula viva, nítida e concisa, ou de uma maneira insinuante: por isso os dois meios mais fecundos da propaganda são a canção viva e concisa, e o panfleto, pela sua maneira insinuante. Ora o panfleto é um meio de vulgarização muito menos rápido que a canção: o panfleto disserta, procede por deduções, provas, explicações: a canção é por aforismos e máximas. O panfleto é um raciocínio, a canção é um grito.

Assim ela tem-se prendido à vida do homem, e introduzido no sistema vital dos povos: a canção espera o homem quando ele nasce e embala-o; depois, alegra-o na mocidade e no amor, consola-o no trabalho, e chora-o muitas vezes na morte. Para o povo a cantiga é uma expressão de alegria, de tristeza, de sofrimento e de glória. Não há movimento popular em que não entre a cantiga, ou precedendo, ou acompanhando, ou seguindo: ordinariamente precedendo, porque tem bravura, generosidade e entusiasmo. O canto é fortificador; é o livre respiradoiro das almas abafadas: os que cantam consolam-se; parece que a música, quando sai dos lábios, tem o poder de arrastar, para se dissiparem no ar, todas as tristezas do peito. O povo sentiu isto quando inventou aquele adágio jovial: *quem canta seu mal espanta*.

Nas lutas populares ela ouve-se primeiro do que o rufar dos tambores; e depois não há luto ou triunfos na vida do povo que ela não tenha deplorado ou celebrado.

Alguém disse já que a canção tinha morrido; a canção não pode morrer, porque é um dos instintos do homem.

Há povos incultos e de língua bárbara que têm canções; há homens solitários que se aproximam raramente da vida social e do movimento apaixonado da política e da liberdade, que têm canções.

A canção, expressão da melancolia, do amor, do entusiasmo, só morrerá se estes sentimentos morrerem; ela é, como o suspiro, como o grito, um dos movimentos naturais da alma.

Ainda que morresse como género literário, nunca morreria como influência e expressão popular.

Os tristes, os deserdados, os pobres, os oprimidos, quando tudo lhes falta, o pão, o lume, o vestido, têm sempre, no fundo da alma, uma cantiga pequena que os consola, que os aquece, que os alegra. É a última coisa que fica no pobre. E então a cantiga vale mais do que todos os poemas.

Recebemos o brinde que o *Diário de Notícias* deu aos seus assinantes em 1866.

Acompanham o exemplar oferecido a esta redacção nobres palavras de reconhecimento pela justa popularidade que elle tem lançado em todos os espiritos.

O brinde são as *Canções da Tarde* do sr. Bullhão Pato.

Este poeta, um dos nossos mais suaves líricos, é, pela doçura, pela melancolia, pelo idealismo, pela paixão profunda, por uma certa sombra de materialismo escarnekedor, pela filosofia alegre, pela imaginação toda desprendida das coisas do mundo, pela nobre simplicidade, pela forma delicada, o irmão daquelas belas almas que se chamaram Musset, Murger, Gérard de Nerval, Gavarni, etc.

Ele é ainda daquela mocidade, melancólica, que criou *Rolla*, *Lázaro*, *Sylvie*, e tantas outras divinas figuras.

O *Diário de Notícias* fez uma bela escolha. Nisto seguiu-o ainda aquella admirável felicidade que lhe tem dado uma aceitação tão espalhada; e esta aceitação não é só obra do acaso, de uma tendência fortuita; é um resultado dos seus nobres esforços, da sua dedicação pelo povo, da sua simpatia pelos que trabalham, da sua caridade pelos que sofrem. São estes os jornais que deixam de si memória mobilíssima. Foram simples — e ao mesmo tempo grandes.

Agradecemos affectuosa e profundamente o oferecimento delicado.

N.º 12, 17 de Fevereiro

SOBRE A CARICATURA

Em política a caricatura é de boa guerra. É uma arma terrível, mas não desleal, porque, se exagera o falso, é para impedir que haja alguém que caia nele; a caricatura diz de mais para que nós digamos apenas o suficiente.

É algumas vezes necessário, para fazer compreender uma certa relação, que se encham os termos da proporção. Muitas vezes é impossível ser compreendido por todos sem a condição de exagerar, de deformar, de desproporcionar.

A caricatura é o espelho que engrossa as feições e torna os objectos mais salientes. O'Connell, quando fala da câmara alta num *meeting*, julga-se obrigado a estender o perfil de Lord Wuschelsea e as orelhas de Lord Lyndhurst.

A caricatura política data da época em que começou o que se chama o espírito público. No tempo da Fronda ela fazia tremer Richelieu sob o seu vestido vermelho, e mais tarde refugia-se na Holanda para perturbar Luís XIV na sua grandeza. Os ingleses, diz-se que fizeram as primeiras criações da caricatura, antes dos franceses; entre os ingleses a caricatura tem uma liberdade ilimitada, e por vezes a sua caricatura é picante, incisiva, muito longe do que nós sabemos do espírito de John Bull e do peso específico dos seus epigramas. Em França, onde o espírito é mais delicado, onde o carácter é leve e fino, é

necessário pulverizar a graça com muito sal, para agradar ao paladar pouco afinado da multidão,

A caricatura é o meio mais poderoso de desacreditar, no espírito do povo, os maus governos. É o mais rude castigo que se pode infligir à sua injustiça e à sua baixeza. A caricatura faz mais que torná-los odiosos, torna-os desprezíveis: assim veja-se como a temem e como a vigiam. Nada que os comediantes da cena política tanto temam como o lápis da caricatura... Philipon, Daumier, Traviès, Grandville, Monnier, podem dizer às vezes que os seus admiráveis desenhos deram insónias aos homens de estado de Luís Filipe e lhes serviram de áspero remorso!

Há uma anedota do tempo de Luís XV que denota bem o poder terrível da caricatura. Para poder ganhar uma aposta, um homem tinha engolido um franco, que lhe ficou na garganta e que quase o matou. Naquele tempo falava-se muito do célebre abade Terray, insigne pelas ladroeirias políticas, por falsificar a moeda, e por umas célebres restrições, que diminuam certo valor estabelecido. Ao ver o homem enganado, um engraçado disse: «Isso não é nada; chama-se o abade Terray, que começa a cercear o franco, tira-lhe 50 cêntimos, depois róí-o mais e tira-lhe 40, e daí a pouco o franco, que podia matar, torna-se numa pequena moeda de um cêntimo.»

Este gracejo foi traduzido num espirituoso desenho onde se via o financeiro Terray operar na garganta do paciente a redução do franco a cêntimo. Por baixo lia-se: *operação financeira*. Todos conhecem que sangue-frio e que cínica indiferença tinha o abade; pois bem, aquela tenacidade impassível, que não feriam nem panfletos nem injúrias, foi derrubada por aquela simples caricatura, e já por fim não saía com medo de ver a caricatura pintada nos muros, vendida pelas ruas, contada em todas as salas.

A grande época brilhante da caricatura foi depois da revolução de Julho em França. Então até se criou em Paris uma folha especial de caricatura.

As leis de Setembro forçaram a caricatura política a desaparecer de França; só em Inglaterra tinha um livre acesso.

Mas a caricatura é mais forte que as restrições e que as proibições. É imortal porque é uma das facetas daquella diamante que se chama verdade. Ela está, em despeito das leis, nos palácios como nas ruas, está sobre as cadeiras da câmara como sobre a casaca safada de um velho ministro.

De resto, a caricatura só é perigosa quando fere com justiça e com justiça; se é falsa e injusta, só excita o tédio e cai então dos altos das suas pretensões espirituosas. Assim como é inútil e inerte quando procura atacar um grande princípio, um grande facto moral ou uma grande verdade. Um governo forte e popular, resumindo em si toda a dignidade de uma nação e fazendo grandes coisas, não se inquieta com os sarcasmos da caricatura. No triunfo de Paulo Emílio, a canalha, que ordinariamente seguia o carro, preparava-se para achincalhar, com gracejos e farsas, a marcha vitoriosa do cônsul; mas quando appareceu revestido de púrpura, e com as insígnias supremas o vencedor de Perseu, a canalha ficou muda diante daquella grandeza e daquella virtude.

N.º 17, 7 de Março

Damos hoje o começo de um poemeto do sr. Antero de Quental, publicado outrora no jornal *Século XIX*, de onde o extraímos.

Aquele poemeto é da primeira maneira do poeta, nos seus tempos de maior convivência e profunda comunhão com Heine, Shakespeare, Hugo, Zorrilla, Musset, etc.

Depois o seu espírito voltou-se para a poesia filosófica e social, e as *Odes Modernas* foram um grande brado de liberdade, de ideal democrático, da esperança revolucionária. Os nossos críticos escreveram sobre o livro, uns censurando a gramática, outros discutindo doutoralmente a ortografia.

Hoje o sr. Antero de Quental está em Paris, na redacção do *Siècle*, o jornal de Louis Jourdan.

N.º 50, 30 de Junho

A FEIRA DE S. JOÃO

O pitoresco vai-se! Vai-se como os deuses, como os tiranos, como a arte e como as fivelas de ouro. Desde os choutos adoráveis da caleça até às feiras e às merendas na relva, e ainda até ao amor pela Lua, tudo vai perdendo a graça, o sabor popular, o reluzente aparato da tradição! Todos os dias se tira do mundo uma velha e suave coisa. Homens estranhos, enrugados e com os olhos cheios de luz, andam limpando, arrancando as crenças, as tradições, os sentimentos, as migalhas da história, como um jardineiro que limpa os seus canteiros.

Tudo arrancam aqueles homens; e chamam-se sábios, filósofos, críticos, descobridores, precursores; arrancam tudo estes iluminados: as tradições grotescas e os sentimentos divinos. Expulsam as liteiras das estradas, e a ideia de Jesus do coração dos tristes; tudo atiram confusamente para a mesma valla sombria da história: as caricaturas e as ideias, os penteados de rabicho e o respeito pela família, os carroções e o pudor! E entre as deliciosas coisas que expulsaram da vida, entre a sinceridade que repeliram, as grandes musas, acabaram com as feiras e com as festas dos santos. Se aqui há 30 anos havia uma palavra completa, era esta: *feira de S. João*. Uma festa e uma feira; as barracas e as fogueiras, as cavalladas e a alegria, os panoramas e as alcachofras, os saltimbancos e os devoradores de

espadas, e as fontes de madrugada, tudo junto, tudo no mesmo dia! E de noite os descansites à viola, juntamente com a voz dos pregões, sob o mesmo belo céu de Junho, na terra onde nascem as flores de laranjeira, como diz a cantiga de Mignon.

Nunca mais, nunca mais voltam as noites de S. João! Eram as noites dos namorados, dos vendedores de gado, das moiras e das pretas. Dos namorados sobretudo. Passavam-se coisas maravilhosas na noite de S. João. Nunca se souberam ao certo todos os doces segredos que se passaram nas folhagens murmurosas das colinas e dos vales.

Naquela noite, ouvia-se o mundo sobrenatural. Uns viajavam, outros descansavam embalados na rede de luz que fazem as estrelas, outros davam concertos mitológicos entre as nuvens, com grandes aplausos do povo do ar. Dizem os antigos livros coisas maravilhosas daquela noite.

A noite de S. João é em Junho. As noites então são lúcidas, docemente veladas por um nevoeiro de luz, serenas, cheias de luar, cheias de palpitações; de longe a longe aparece uma estrela solitária. Outras vezes o céu está constelado e parece que está tão fatigado com a festa de S. João que vem suado de luz. Pois dizem os livros de convento que nessa noite todo o mundo dos sonhos se move.

As feiticeiras, ao dar da meia-noite, partem numa casquinha de ovo para a Índia. O mar sereníssimo vai emballando a casca e deposita-a nas praias da Índia, onde a está esperando, alinhando, um esquadrão de corais.

As fadas rondam o céu, velando pela ordem divina com uma perfeita consciência policial. Vão em bandos, voando, e quando encontram uma oração que vai caminhando para Deus, encostam-se um pouco a ela, a descansar, e continuam depois voando. Os elfos, criaturas transparentes, vêm dançar em círculo sobre o fumo das fogueiras. Andam em redor, e à maneira que a fogueira vai esmorecendo, vão eles descendo, e, por fim, quando a fogueira está quase apagada, deixam-se cair

sobre os ombros dos homens e das mulheres que estão sentados gravemente em redor da fogueira, rindo e falando do tempo das esfolhadas, onde se esfolham amores.

Os monges poéticos explicavam assim o sono que, nas noites de S. João, acomete pela alta noite a gente que está em volta das fogueiras. São os elfos — diziam eles — que se deixam cair sobre os ombros, e o corpo, docemente inclinado com aquele peso voluptuoso e divino, deixa-se languidamente adormecer. Os gnomos, diabos do ar, também dançam mal, por não terem decerto o uso dos bailes portugueses, caem brutalmente; por isso às vezes estalam as fogueiras: são os gnomos que caem.

As moiras... todos sabem.

Saem à meia-noite a pentear-se sobre os montes. Penteiam-se com pentes de ouro, e miram-se na Lua.

Depois vão buscar o seu tesouro, que está bem escondido, nas ruínas de um convento, debaixo de uma pedra, ou então, junto de alguma árvore que de noite tem a particularidade de luzir. Estendem sobre a relva o seu tesouro: são diamantes, rubis, topázios, opalas, sanguíneas, barras de ouro, corais, jóias, brincos, colares, todos os resplandecimentos, todos os coloridos magníficos. A luz de cima alumia o tesouro. Tudo flameja: rebentam na sombra repentinas flores de luz: há cintilações, raios perdidos, clarões vagos, iluminações, sóis, auroras, rastos luminosos, tudo real, tão confundido, tão maravilhoso que só se vê um longo ondear de luz de todas as cores, mais resplandecente que os sóis, mais misterioso que a noite.

É o que fazem as moiras. Depois, enquanto se penteiam, cantam baladas do Oriente e suspiram de amor. Porque (tristeza infinita) as moiras são novas, formosas, apaixonadas, e vivem só, sem um amor. Definham ali naquelas covas alumia-das com diamantes e rubis.

Os antigos trovadores iam na noite de S. João para junto das colinas onde desconfiavam haver moiras, para lhes ouvir

as cantigas; mas elas, que adivinham, calavam-se, e apenas lhe diziam uma cantiga cujo começo eu não me lembro, mas que termina assim:

Quem muito espreita, não ama.

Quem muito ama, não vê.

Ora, ao cantar do galo, tudo desaparece: moiras, fadas, gnomos, elfos, tudo. Ficam apenas as peris: são mulheres transparentes, com grandes olhos azuis, e que cantam com uma voz divina.

Na véspera de S. João toda a noite cantam. Andam em bandos também voando levemente, com as mãos caídas e os grandes olhos azuis fitos sobre a terra. Cantam vagamente; e o eco da sua voz produz aquela harmonia suave, flébil, indefinida, que se escuta no silêncio do luar, *per amica silentia lunae*, e que é tão doce, tão pura, que parece a respiração do céu. Às vezes aproximam-se das fogueiras de S. João e riem-se quando ouvem cantar as namoradas, segundo diz a tradição. Adoram o som da viola e do violão. Quando pelas fogueiras encontram um rapaz lindo, atraem-no para longe da dança, ou chamando-o, ou tomando a figura de alguém, e depois, quando o têm longe, num descampado ou entre arvoredos, a que o ama cola os seus lábios divinos aos beijos do rapaz, e assim o fica beijando com o corpo suspenso no ar, flutuando, apenas com os lábios presos languidamente aos outros lábios. De madrugada encontra-se o rapaz, de pé, imóvel, rijo e frio. Está morto. A peri levou-lhe a alma num beijo! É uma legenda melancólica esta que tem talvez a sua origem na Alemanha, o país das quimeras. As peris só sabem cantar e amar. Morrem também como os que vivem na Terra. Ordinariamente é de amor; quando querem morrer deitam-se no cálice de uma açucena ou de um lírio, aninham-se e começam a cantar melancolicamente. Assim morrem suavemente, pensando nos olhos do seu namorado e desfazendo em música as suas almas de

luz. Diz-se que é do corpo delas que se faz o mel que as abelhas vêm sugar.

E enquanto isto se passa no ar, o que fazem as raparigas em volta da fogueira?

Dançam, amam, olham, calam. Uma fogueira diante da porta, um amor no coração, todas as constelações na noite, e a água fresca, de madrugada, nada mais querem: pode-se assim viver. Falo das raparigas que têm familiaridades com o mundo sobrenatural, por intermédio do amor; aquelas que têm conhecimentos exclusivos, exclusivamente no seu bairro, essas, digamos a verdade, na noite de S. João, como em todas as noites, pensam num marido pacato, robusto, que traga ao casal um bom par de moedas.

Mas não; não se pensa nisso na noite de S. João. Então dança-se; a fogueira lá está — enrosca-se e canta um *Te Deum* de chamas às suas companheiras estrelas; a guitarra geme cantigas de amor; e dança, gira, os peitos erguem-se, os ombros tocam-se, desmaiam as faces, as estrelas estão descoradas, todo o céu está pesado de languidez; Junho é traiçoeiro e faz amar — e a guitarra geme ainda, e os rapazes são lindos e cantam baixo; a voz é lenta e lânguida, a dança esmorece, as flores olham para a Lua disfarçando, as bocas unem-se, Deus finge que não vê — tudo se cala, e os pares vão para longe da fogueira.

É então que se diz que o bom Deus afasta as fadas patrulhas que querem separar os pares, dizendo ele, o bom Deus, que o amor não ofende a moralidade divina.

Lembro-me agora que eu queria falar da feira e da festa, e que gastei o espaço disponível com as puerilidades da mitologia mística, como se fosse um frade novo da Alemanha, no século XIV. Mas ao contrário do que disse a *Gazeta*, as ocasiões não passam.

Esquecia-me dizer que o que fica contado das fogueiras e do céu não se dá em Portugal; é num país distante, no país onde nasce a flor azul que canta; faz-se esta declaração para

evitar todo o trabalho de pesquisa às autoridades administrativas que se afadigassem a pôr cobro a estes escândalos de moiras que se penteiam à meia-noite, de gnomos que se suicidam em fogueiras, de peris que matam sujeitos com um simples beijo.

Não; podem descansar as autoridades. Não é aqui que se ludibria assim o princípio da ordem; não é neste país que se cospe assim tão insolentemente no código. Faz-se também esta advertência para poupar às pobres fadas os incómodos de um processo correccional, como também se declara que não é no cálice das flores do jardim desta terra que se vão deitar as peris quando querem morrer amando. Não, pode estar a Câmara descansada e escusa de mandar vigiar as suas flores com a recomendação áspera de expulsar as que, atrevidas, quisessem fazer das peónias municipais enxerga derradeira. O princípio da ordem ficando assim salvaguardado, só resta concluir.

Comédia Moderna

(Correspondência do Reino — Do nosso correspondente literário)

N.º 1, 6 de Janeiro

Meus amigos: — Nós, aqui em Lisboa, respectivamente ao mundo político, estamos numa simples atitude de curiosidade. E no entanto ele move-se ruidosamente em recepções oficiais, viagens, condecorações, afagos diplomáticos, brindes de camarilhas.

É ele o único que luz, que soa; e diz-se — e ainda bem — que nas pastas ministeriais estão reformas fecundas, grandes economias, melhoramentos, leis, disposições, toda a sorte de boas administrações. De resto, toda a Lisboa ~~moral~~ dorme indolentemente como um pastor de Virgílio.

Em S. Carlos canta-se Verdi, no D. Maria recita-se Ponsard. Nos outros teatros movem-se debilmente umas comédias frouxas, insípidas, banais, meio adormecidas, meio mortas, meio perdidas na sombra do palco.

Há mil novidades que eu podia amontoar com palavras abundantes: a suspensão do *Português*, velho batalhador político, apaixonado e violento; a chegada do duque de Alba, parente da casa imperial de França; a aparição do livro de Luís Veuillot, que é para a moderna sociedade francesa como a antiga marca infamante posta nas costas do ladrão; uma triste

história de ciúme e de amor há pouco sucedida; podia falar-lhe dos novos livros: — da *Paqueta*, que é um poema frouxo, líquido, limitado, vulgar, escrito por um espírito meigo e simpático, por um moço de bela alma e de honesta consciência; das *Memórias dos Vinte Anos*, livro um pouco grotesco; do romance do sr. Pinheiro Chagas, que não li; do romance do sr. F. L. Gomes, que li duas vezes, encantado por aquela paixão, aquele colorido, aquele vigor, aquela esplêndida revelação do carácter índico; do livro faceto do Sr. Roussado, que se vende no Baron, entre escovas de dentes e cabelo postiço; podia falar-lhes disto tudo, mas os meus amigos sabem-no pelos jornais, pelos folhetins, pelo correio, etc.

No dia 2 de Janeiro foi, como sabem pelo calendário constitucional, a abertura das Cortes, discurso da coroa, reunião oficial dos três poderes, etc.

Eu tenho a respeito desta cerimónia e do discurso da Coroa uma opinião toda especial. O que significa toda essa pompa, regimentos, oficiais, guarda de honra, etc.? Mas, sobretudo, o que significa o discurso da Coroa? Obriga-se o rei a ir recitar períodos consagrados, palavras rituais. Para quê? O discurso da Coroa é porventura uma exposição lúcida e miúda dos actos do governo durante o ano findo? Não. É um enternecimento obrigado sobre certas felicidades, são palavras certas sobre as relações internacionais, reticências e obscuridades sobre as questões em que vai a dignidade nacional, silêncio completo sobre as questões mais importantes para a indústria, para a agricultura e para as classes obreiras.

Parece-me, pois, uma pomposa inutilidade; mas, todavia, é uma cerimónia inocente com que a liberdade não perde, que não cerceia garantias, e que os estados-maiores adoram porque se movem e reluzem. E, além disso, não era necessário que o discurso da Coroa esclarecesse a opinião sobre o estado interno e externo dos negócios: todos nós sabemos. A política, hoje, não é um segredo de camarilha ou de secretaria; pelo jornal, pelo panfleto, pelas publicações de toda a ordem, pelas conver-

sações que, num tempo de acção como o nosso, estão cheias da política e do movimento governativo, todos sabem bem a atitude das coisas, e, ainda que a máquina governativa, como antigamente se dizia, não deva consagrar inutilidades, todavia, a cerimónia oficial da abertura é tão simples, tão inocente, tão diferente, tão despercebida, que era uma dor de alma extingui-la.

Não sei qual será a atitude do governo e da opposição, esses colaboradores da política nacional.

Havemos talvez de ver a opposição, ou aniquilada ou subdividida em facções, categorias, distinções, e talvez mesmo individualidades.

A opposição da câmara electiva é dos mais estranhos resultados da política constitucional. A opposição compreende tudo o que não faz parte da maioria: isto é dizer já que forma uma agregação pouco homogénea.

Segundo a maior ou menor influência que os princípios, os factos, as circunstâncias, as simpatias ou antipatias pessoais, e sobretudo a ambição, têm nas assembleias políticas, a maioria vê formar em torno de si pequenos corpos partidários, sempre em desconfiança uns dos outros, e unidos somente pelo comum desejo de subir ao assalto do poder.

Este fenómeno constitucional onde é mais raro é na Inglaterra; onde é mais vulgar é entre nós. Em Inglaterra, ou os costumes políticos são mais honrados ou as influências dominam, o caso é que a opposição é mais homogénea. Isto quer dizer que tem uma ideia que sustenta, que os seus oradores sustentam na tribuna, que os seus deputados querem fazer triunfar no parlamento. Concordam, é verdade, ambas elas, governo e opposição, na mesma forma social; divergem apenas nas outras questões importantes que prendem com as tendências gerais por que o país há-de ser governado interior e exteriormente.

Entre nós não há esta divisão: tudo está amalgamado. A opposição é composta de individualidades, não é composta

de ideias; todos os que não estão no poder e queriam estar, vão combater, argumentar, discutir, gritar, censurar; mas qual é a sua ideia política, o seu sistema social, o seu método governativo? Não têm nenhum, ou antes, têm todos o mesmo: têm as mesmas ideias respectivamente a todas as questões; às vezes fingem ter uma tendência política diversa; não têm, mas conhecem a forma diplomática, pensam em salvar a aparência.

Em França: as câmaras estão divididas; há oposições, mas com ideias políticas: há republicanos, imperialistas, orleanistas, legitimistas, aristocratas, etc. Lá, quando se ataca, atacam-se os princípios e não os métodos ou os homens políticos. Há muito que lá se conheceu que o mal, que a infelicidade social, não vem desta ou daquela direcção, deste ou daquele sistema, desta ou daquela aplicação; que não vem sobretudo da vontade inteligente ou perversa destas ou daquelas pessoas; mas que tem uma causa mais alta, e que, para a destruir, é necessário que os esforços do espírito de inovação vão para o terreno dos princípios.

• Mas o grande mal, o mal terrível, são as oposições pessoais. Das subversões políticas, das crises ministeriais, dos antagonismos de poderes, saiu uma classe de homens que consideram o governo como propriedade sua. Para estes há só duas situações possíveis: ou uma opposição facciosa ou uma pasta. Não se lhes fale em princípios; eles têm só um princípio: o amor do poder.

Amam o *poder pelo poder*; por isso combatem: se o não alcançam por simpatia, violam-no. Assim, sejam quais forem os homens que governem, seja qual for a sua virtude, a sua capacidade, os seus actos, nada satisfará aqueles oposicionistas resolutos; desde o momento que uma medida, ainda que excelente, não foi elaborada e proposta por eles, combatem-na. E, se por acaso nessa luta vencerem os seus inimigos, farão no dia seguinte o que eles queriam fazer na véspera, se não fizerem pior. E então dá-se uma deslealdade horrível: a deslealdade de um homem que fala contra a sua opposição, que, achando

uma medida boa, a combate por ódio aos seus autores, e, achando uma medida má, a defende por ser dos seus amigos. Mas isto é falar muito sobre princípios e sistemas...

Como já disse, Lisboa dorme. Nós outros temos a pretensão de sermos de uma grande cidade, cheia de vida, de elementos, de prazeres, de mistérios. Os mistérios de Lisboa são uma das mais terríveis mistificações que se conhecem.

Quando se assentou que a grandeza, a vida, a actividade de uma cidade, se media pelos seus mistérios; quando foi moda, em 1830, que cada homem tivesse no fundo da sua vida um crime, e cada cidade, no escuro dos seus bairros, um bando de homens ferozes, as largas imaginações procuraram, indagaram, examinaram, revolveram e puderam enfim encontrar os terríveis mistérios de um homem que batia na mulher e de uma mulher que batia numa criança.

Com estes dados, com mais um roubo e um homem de capa preta, formaram-se romances, comédias, dramas, e dizia-se que aquela era a imagem da vida misteriosa de Lisboa.

Quando não há nada mais pacato, mais sereno, mais límpido, mais chato que esta vida de Lisboa, que os meus amigos têm a inestimável vantagem de não gozarem.

Hoje, uma charada bem adivinhada, uma pateada estrondosa, o cavallo em que passeava o sr. Fulano, a chicotada que um homem deu na face de outro, são o interesse, a paixão, o pensamento de uma semana. Não há uma ideia que leve esta gente, uma tendência que a dirija, nem uma tendência má; são todos indolentes e burguesmente bondosos. Reinam ainda um cento número de individualidades; fala-se delas, discutem-se, e quando passam têm um grande cortejo de olhares parvos. As mulheres aqui, como sabem, são feias pela maior parte, de olhar audaz, vestir imodesto; há ainda um certo número de raparigas, doces espíritos, almas delicadas, mas não se fala nelas.

O que predomina é o egoísmo e a inércia. Sobretudo os nossos rapazes têm um carácter: a preguiça; dizem-se aventu-

reiros, estróinas e valentes, mas ninguém os acredita; somente alguns homens sensatos (que ainda os há) quando os vêem no Chiado a planearem com ares tenebrosos uma partida de billhar no Central ou um café na Áurea, dizem por condescendência, para contentar os pobres rapazes: sempre vocês são muito estróinas!

Alguns passeiam e montam a cavalo, e julgam-se por isso, com grande alegria, horrivelmente imorais. Outros passeiam de carro, mas são tão tímidos que passam só pelas ruas solitárias, para não mancharem o nome da família. Os mais desvairados estacionam ao pé das lojas; algum que se atreve a espreitar o pé de uma senhora ao ela subir para a carruagem, é olhado com terror pelos companheiros, e quebram as relações com ele, para não ter de o cumprimentar quando ele for a subir para o cadafalso.

Vê-se andar esta mocidade estéril e burguesa! pelas ruas, abonecada, bem composta e vazia de ideias e de sentimentos.

É mesmo a condição para bem viver nos círculos célebres desta terra — a falta de ideias.

O grande mótor é a moda. Vai-se a S. Carlos, não para ouvir os grandes poemas musicais, a paixão de Verdi, a grande música de Rossini, as suavidades divinas de Bellini; vai-se porque é obrigação de cada um mostrar-se nas cadeiras, olhar, aborrecer-se, mover-se compassadamente e sair. É moda. Quem o não fizesse perdia consideração, interesses, amizades, tudo. As famílias que em S. Carlos têm assinatura, essas, vão conversar, fazer ondear os estofos, mostrar os falsos penteados, paradar pomposamente.

Nada do que é humano entra nesta sociedade frívola. Só sentimentos convencionais e ridículos. Nós, os da Capital, rimo-nos da vida pequena da província; mas, no entanto, na província há uma serenidade, uma franqueza, uma verdade de sentir, um desassombro dos espíritos, que é doce. Diz-se: a vida da província é de intriga, de interesses imperceptíveis; mas sabe-se porventura a pequenez dos interesses de Lisboa, o

acanhamento da vida, a restrição dos sentimentos? Em tudo se repara aqui, tudo se sabe, tudo se discute: é necessário ter vivido neste meio para lhe ver a estreiteza moral; quem vem de fora e vê o movimento, o largo ondear do mundo, a grande vida aparatosa, pensa que a vida do espírito, do interior, corresponde a essa pompa externa. Mas não. Um dos primeiros escritores do país disse um dia a alguém:

— Aqui em Lisboa, meu amigo, cada um tem o seu negociuzinho de meio tostão; fora disso nada sabem e nada vêem.

Não é assim; muita gente há que tem grandes interesses morais, largas vistas; e essa gente é a que tem um negócio de tostão! Eu não paraiva se quisesse falar como penso desta sociedade de Lisboa; mas não será tudo hoje; hei-de-lhes fazer conhecer esta Lisboa interior, que só percebem os que cá vivem.

Mas hoje o ar está tão lícido, o azul tão sereno, que parece que o dia está inteligente, e que uma estação assim, fria, leve, clara, espiritualiza o cérebro; de facto o Inverno, quando lícido, é uma estação protectora da inteligência: esta luz espalhada, sem vapores, sem peso, tépida, produz um eterno despertar de ideias.

Agora vou por essas ruas, apinhadas de gente, indolentemente, estudando os tipos como um verdadeiro ocioso, rindo-me dos penteados femininos, vendo os livros novos, ouvindo as dissertações políticas, a graça dolorosa e insípida dos nossos folhetinistas, mas olhando sobretudo para o sol, para o belo ar puro, para o pequeno calor que desce, como um verdadeiro meridional.

N.º 3, 13 de Janeiro

Meus amigos: — Depois da minha última carta, carta imensa e fatigadora, eu sei que têm um correspondente político desta boa terra. Melhor. Eu deixo-lhe para ele a análise das coisas políticas, a fadiga de revolver as bagagens do mundo oficial, o nobre mas monótono mister de discutir os governos. Eu continuarei, meus amigos, falando-lhes dos teatros, dos livros, dos enfeites, das alegrias de Lisboa, do sol e das árvores — serenamente, humoristicamente. Hoje, pouca gente há que tenha a felicidade de andar afastado das coisas políticas, sem interesses, sem ambições, sem influências, sem oposições; todos mais ou menos têm uma ponta do casaco presa à máquina governativa; eu não: vivo sossegadamente, num repouso todo oriental, sem saber o que os ministérios fazem, preguiçosamente estirado à sombra das minhas árvores.

Realmente não vale a pena mover-se a gente para se ir lançar na luta de pequenos interesses e de individualidades imperceptíveis. O homem, a tirar-se da sua preguiça, deve ser pelas grandes coisas da humanidade, pela liberdade, pelo direito, pelo povo. Mas que há de comum entre o povo, o direito, e os pequenos movimentos políticos da nossa terra? Nada. Por isso, uma vez que *Deus nos fez estes ócios*, gozemos deles, lendo um ou outro bom livro, contemplando os belos quadros, as belas pinturas, as belas esculturas, e sobretudo as belas paisagens.

É a verdadeira vida, como o Sul é o verdadeiro clima. Há pouco lia eu a *Viagem à Rússia* de Gautier e pensava, ao entrever aquelas paisagens nevadas, aquelas florestas fúnebres, aqueles montes de atitude esmagadora e lívida, toda aquela natureza entorpecida, gelada, meio morta, pensava como se explica bem o espírito sombrio, místico, fúnebre, das raças do Norte; ali não pode haver alegria de consciência, virtude satisfeita do coração; o homem vê sempre a natureza como um castigo que Deus lhe dá, como uma maldição desconhecida. É por isso também que aquelas raças, a eslava sobretudo, são de maus e tenebrosos instintos; elas não têm as influências que fazem os homens bons; a terra para eles é uma inimiga, o sol um desconhecido, a temperatura uma opressão. Nós, os do Sul, encontramos na natureza simpatias, consolações, meiguices; toda esta natureza nos está dando uma festa constante; por isso andamos satisfeitos, como quem se sente protegido por Deus.

É uma coisa que quase desprezamos, a beleza da nossa natureza; pois é ela que nos faz o que somos: bons e sofredores.

No entanto, da raça do Sul deve exceptuar-se a Espanha; essa tem a violência africana, muitos séculos guardou em si o elemento mourisco, muito tempo se passará antes que ele se dissipe na Espanha.

E a propósito de Espanha, toda aquela... Mas eu prometi não lhes falar em política. E agora penso: se lhes não falar em política, com que os hei-de entreter? Lisboa, ouvi ontem dizer, é uma terra vazia. E, sobre isto, devo dizer-lhes que hoje não há bastantes queixas ainda sobre uma multidão deliciosa de coisas que se perderam, e que eram o encanto, a felicidade da vida. Das cidades donde elas saíram é que se diz que estão vazias: Paris é assim, Berlim e Londres. Lisboa não: Lisboa nunca as teve. Lisboa não, é terra vazia; essas coisas adoráveis nunca ela as teve. Senão vejam: uma coisa que se perdeu tristemente, foi o espírito. Falo daquele espírito que era a graça das conversações, o encanto das comédias, a finura dos diplomatas, o

triunfo dos homens de letras, o refúgio dos velhos, o disfarce dos cínicos — o belo espírito, leve, conciso, cheio de ideias, que cortava uma questão, que solucionava uma crise, que destruíra uma calúnia, e que era o bom-senso e a razão vestidos ligeiramente. Esse espírito perdeu-se, e é uma das perdas mais lamentáveis. Ele é que sustentava os salões, que salvava os teatros, que dava importância aos embaixadores; isto era assim em Paris, em Florença, em Berlim, em Weimar. Mas digam-me, com franqueza, se era assim em Lisboa: as comédias eram o *Manuel Mendes Enxúndia*; os salões espirituosos eram as merendas nas hortas; o espírito dos homens de letras eram as pesadas e grosseiras quintilhas de Nicolau Tolentino; o espírito dos nossos fidalgos era saber picar toiros. Já vêem que Lisboa não perdeu o espírito, porque nunca o teve.

A segunda coisa que se perdeu foram as artes: hoje nem pintura, nem escultura, nem arquitectura; fazem-se pallácios de cristal, estátuas para jardins, de louça e porcelana, pinturas para salas de jantar, de frutas secas e de aves mortas; mas estas coisas não têm nada com a arte.

Em quanto à música, refugiou-se nos cafés-concertos, nos realejos e nas harpas da rua; refugiou-se também nos pianos das meninas. Todo o mundo acha adoráveis as músicas dos pianos particulares; também acho bom, mas prefiro a força.

E agora por música, ainda não lhes falei em S. Carlos. Ontem cantou-se o *Guilherme Tell* — Schiller e Rossini.

Há certos dramas que verdadeiramente só acham o seu complemento, a sua verdadeira força, a sua altura ideal, quando transportados para a música. Isso depende das qualidades dramáticas do poeta, mais talvez do que do génio do maestro. Assim: o *Othello* é uma obra perfeita; a música de Rossini não o torna maior. A música são as vibrações íntimas da alma, é a voz do espírito, é tudo aquilo que o homem tem no coração, mas que não pode dizer com palavras. Mas há certos poetas que sabem dizer tudo, as vibrações mais íntimas, as sensações mais delicadas, as poesias da alma mais indefinidas.

Shakespeare é desses. A música não vem pôr nada de mais: a obra está completa. O *Othelo* é assim. Mas vejamos por exemplo o *Casamento de Fígaro* de Beaumarchais transportado para a música de Mozart, para a ópera *Nozze di Fígaro*. Aí, a música completa a obra teatral, explica a oculta poesia daquelas almas: transporta tudo para uma região mais doce e de uma divina influência, onde a ironia se transforma em graça, a frieza em virtude, a voluptuosidade em amor, o estouvamento em poesia.

Quem ouvisse as *Nozze di Fígaro*, e tivesse visto representar *Le Mariage de Fígaro*, conheceria a diferença. A ópera de Mozart é uma idealização.

Pois ontem cantou-se o *Guilherme Tell*.

Ali, Rossini idealiza o drama de Schiller; tudo tem aquella ópera divina: a melancolia, a dor, o entusiasmo, e sobretudo — a Liberdade. É esse o seu merecimento supremo: é uma ópera inspirada pela Revolução; por isso tem todos os entusiasmos.

Mas veio isto a propósito de eu dizer que se perdeu a música entre o grande naufrágio das artes. Tinha dito que se perdeu o espírito; e perdeu — já o expliquei. Eu ontem vi a prova incisiva disso no Casino; é das coisas mais engraçadas e onde a gente mais se diverte. Em quê? Em ver a seriedade das máscaras. Oh! as graves criaturas, de attitude austera, que vão com fúnebre solenidade arrastando os seus dominós, como se atravessassem as cerimónias de um préstito.

Morreu, morreu para sempre o Entrudo, o velho Entrudo e o Entrudo novo. Tudo o que tinha pilhéria, tudo o que tinha espírito. Quem me dirá onde se dança ainda livremente, com folia e com raiva? Eu não vejo. O espírito, logo que se introduziu no Entrudo, veio prognosticar-lhe a morte; o Entrudo não devia deixar os ovos frescos, a laranjinha, a cavalhada antiga, as facécias dos pretos; isso tinha graça, era bondosamente innocente e papalvo. Todo o chiste do Entrudo está na imbecilidade; o Entrudo é uma abdicação: a abdicação da seriedade, da melancolia, da castidade, do sossego, da poesia e da limpeza.

O divertir-se é uma coisa original na Criação: quem é que se diverte nos três reinos da natureza? O homem. O Entrudo é a principal característica da raça do homem.

É um livro que está por fazer, e que deve ser feito, este — *Da Parte do Entrudo na História da Civilização*.

E porque não? A história da caricatura é a revelação mais profunda do estado dos espíritos no tempo de Luís Filipe. E agora, pela caricatura, lembra-me o pobre Gavarni. Ele também pertenceu à geração dos caricaturistas de 1830. Ele trabalhava no jornal *A Caricatura*, ao lado de Daumier. Mas tinha-se desprendido da política; enquanto os outros se entretinham temivelmente em demolir a burguesia, ele, o bom Gavarni, estudava os costumes dos estudantes e das *grisettes*, todas as elegâncias da mocidade, todos os encantos do amor, todas as melancolias da vida, porque, debaixo do seu lápis galhofeiro, risonho, escarnekedor, elegante, suave e alegre, havia uma alma filosófica, chorosa e doente; ele, mais do que ninguém, compreendeu as horríveis melancolias da vida. Ele é da família de Musset e de Murger. Nos outros caricaturistas havia uma brutalidade terrível: os seus desenhos eram como marcas infamantes postas nas costas do mundo oficial de Luís Filipe.

Mas esta carta vai longa: eu temo cansá-los com as minhas dissertações humorísticas.

Na outra, se Deus quiser, contar-lhes-ei Lisboa: eu procuro ir seguindo, par a par, a nossa *Comédia Moderna*. Se quiserem, dêem este título às minhas cartas.

A. Z.

N.º 5, 20 de Janeiro

Meus amigos: — Há quanto tempo lhes não escrevo! Quando Henri Heine, o romântico posta dos *Nocturnos*, escrevia de Paris correspondências para a *Gazeta de Ausburgo*, e não tinha novidades a escarnecer, livros a dilacerar, sistemas a assoprar, religiões a achincalhar, tomava Mr. Thiers e tomava Mr. Guizot; e fazia-os dançar entre toda a sorte de frases motejadoras, comparando Mr. Guizot a um urso e Mr. Thiers a um macaco.

Mas eu jurei não lhes falar em política. É por isso que não comparo nenhum estadista a um urso ou ainda menos a um macaco...

Mas é que eu esta semana estou tão estranho a Lisboa como um chinês cor de porcelana e aroma de charão. Eu nunca vejo Lisboa chuvosa.

Eu considero o Inverno como um inimigo pessoal; tenho uma certa afeição paternal pela Primavera; protejo um pouco o Verão; mas sou um adorador baixo e servil do Outono. Não pela sua melancolia, pela grande despedida das folhas, pelos murmúrios das águas, pela palidez doentia da vegetação; não, isso são mortes, são tristezas; gosto do Outono pela serenidade, por aquela incomparável serenidade indolente e quase triunfante.

O Outono é a estação da arte; eu não compreendo mesmo

a antiga vida grega e a moderna vida napolitana senão no Outono: tudo é sereno, velado, cheio de meias-tintas doces; é uma estação melodiosa. Quando passeamos, envolve-nos, tonifica-nos o espírito, espiritualiza-nos a alma; quando se escreve, se lê, se pensa, se faz qualquer trabalho, o Outono dá uma lucidez espontânea, uma penetração fácil; o Outono é o grande protector do espírito e o grande acalentador do corpo.

Por isso devem ver que durante estes dias de chuva, de vento, de lama, de escuridão, eu estive em casa, criando-me junto do lume e dos móveis cómodos uma atmosfera outonal. Li. O quê? O que todo o mundo lê hoje. *A Viagem à Itália, Os Cheiros de Paris, O Filho*, os livros modernos, enfim. Porque, devem saber, hoje não se lê, folheia-se; antigamente a ciência era um pequeno campo que se percorria num instante, leve mente, gastando pouco o olhar, sem atenção, com um doce estouvamento, e no fim saía-se letrado, sábio, homem de letras, entendedor, crítico, etc.

Hoje, que tudo é imenso e exagerado, nesta vida moderna, cujo verdadeiro nome é paroxismo, pouco se pode ler: os livros sucedem-se: poemas, histórias, romances, poesias, críticas, ciências, dicionários, tudo nasce, passa, voa, é lido, estudado, esquecido e lançado ao monturo. Para colher uma ideia, para saber um facto, para escolher uma opinião, é necessário ir duns a outros, sem cessar, correndo, ler uma página, relançar a vista por um índice, colher na passagem o título de um capítulo. Hoje há mais coisas a saber: o mais pequeno sábio não pode ter a sua pequena consciência satisfeita sem ter lido mil livros, aberto crédito a mil sistemas.

Quem sabe onde nos levará este abuso do espírito?

Em primeiro lugar, à exageração: as faculdades estão viciadas como os estômagos doentes e cansados; as inteligências, hoje doentes também, têm apetites grotescos. O simples, o natural, são-lhe odiosos; querem o monstruoso e o excessivo. A vida moderna tem um característico: inchação. Não é um acréscimo verdadeiro, real, sólido, não; é o crescer do corpo em

certas febres, é a inchação. Onde antes estava a simplicidade, hoje tem-se posto a tortura; a tortura, outra palavra que exprime bem a nossa época. Onde antigamente estava o cor-de-rosa, nós hoje enfatiemo-nos se não vemos a cor do sangue; onde dantes havia uma candeia, pomos hoje uma girândola de gás; onde antigamente descansávamos, hoje deslocamo-nos aos pulos. Isto chamam uns o triunfo do espírito, outros o triunfo da matéria; eu creio que é o triunfo da febre. Febre natural: a vida é de acção e reacção. A Meia Idade foi um grande jejum, uma abstenção; a Reforma e a Renascença foram um jantar a fartar, foram a gula, a indigestão; a era das monarquias foi depois um acontecimento, uma fadiga, um entorpecimento; hoje é a febre, o movimento doido, o salto frenético. Depois disto virá um grande adormecimento? Virá; mas que não seja o do dilúvio...

Ainda há pouco Luís Veuillot o predizia: *Venit diluvium et cudit omnes*. Com efeito, nós chegámos àqueles tempos de decadência, de abaixamento, de corrupção, de infâmia, de vileza, que um grande e terrível facto deve vir. Nas sociedades democráticas de hoje não sei o que virá limpar a corrupção; nos tempos bíblicos foi um dilúvio; nos tempos monárquicos foi uma revolução: — foi a de 93, também um dilúvio, somente um dilúvio de sangue. Tem páginas terríveis o livro de Luís Veuillot acerca da imprensa; acerca dos divertimentos é feroz, quase profeta. Por vezes é de um escárnio pungente. Como os profetas, ele chora a sua pátria perdida — a Igreja, e lastima que sobre as ruínas dela tripudiem os devassos.

Aquele livro, depois de lido, deixa na alma um terrível vazio: onde nos havemos, pois de refugiar, Senhor, se o mundo é assim? Nem virtude, nem pudor, nem amor, nem inteligência, nem verdade, nem justiça.

O homem torna-se um eterno desiludido. E daqui a pouco virá uma geração nova; esta geração ouviu falar na honra, no amor, na virtude, na alegria: quer essas coisas, quer sobretudo a virtude, quer sobretudo o amor. E se um dia forem perguntar

por elas, ser-lhe-á respondido: homens novos, essas coisas passaram, essas antigualhas findaram com a architectura gótica, nada resta delas; ainda nuns certos livros está um eco da virtude, da honra, da melancolia, mas desses livros todo o mundo se ri; coisas novas e humanas substituíram essas velharias místicas.

Em matéria de virtude, a verdadeira virtude acabou, mas temos a elegância, os lindos vestuários, etc.; a caridade também acabou um pouco, mas temos a roda; a honra também acabou, mas felizmente temos as condecorações, os juramentos políticos, os duelos de jornalistas e o brio dos fidalgos picadores de toiros; o amor também acabou, verdade seja, mas também era uma tolice, uma pieguice, uma imoralidade; hoje temos coisa melhor: temos as dançarinas, temos as mágicas onde aparecem as fadas, temos as matriculadas na polícia, e temos sobretudo os casamentos ricos.

Mas a grande instituição moderna, a soberana instituição contemporânea — é a imprensa. Desde o jornalismo que elogia as botas de verniz do ministro até ao jornalista que protege modestamente os reis e as nações, tudo passa sob o azorrague de Luís Veuillot. Aqueles capítulos, traduzidos, seriam a imagem fiel da imprensa portuguesa, e eu folgo de ver que os meus amigos, no seu jornal, começaram traduzindo algumas páginas dos *Cheiros de Paris*: não se esqueçam sobretudo de transcrever aquelas em que se fala do jornalismo. Ó Verdade! Ó Justiça!

Mas onde vou eu? — como se diz nas comédias clássicas.

Eu creio que vou à prédica e à declamação. Não me lembra já com que alegre intenção eu comecei a escrever esta carta. Era uma anedota risonha que eu queria contar? Não era a morte de ninguém; não era nenhuma quebra; não era um suicídio; que seria? Não me lembro. Eu creio que era uma notícia política; eu sei que ela fazia morrer a rir; tudo, pois, me leva a crer que era decerto política.

E agora por isso me lembra uma coisa: devemos tomar seriamente cuidado no nosso riso; Portugal está numa situação

delicada, é necessário cautela; os nossos governos precisam de auxílio; não é dos nossos dinheiros que eles precisam, nem das nossas contribuições, nem das nossas vidas, nem das nossas inteligências — é da nossa seriedade.

Oh! pelo amor de Deus, estejamos todos sérios: assim o governo fará alguma coisa proveitosa e fecunda. Ele caminha com as mãos cheias dos destinos da pátria, e não os deixa cair, mas é necessário que estejamos todos muito sérios: se nos rimos, o país desmorona-se. Há muito tempo que os governos em Portugal andam dizendo para os lados, com bonomia e gorda satisfação: *não me façam cócegas!*

Ó Pátria! Ó estadistas! Ó bom Nicolau Tolentino!

N.º 6, 24 de Janeiro

Meus amigos: — Acordo numa adorável manhã, em véspera de fazer viagem. O ar está diáfano e tem uma leve cor miosótis; passam pequenas neblinas adelgaçadas — é um vago orvalho cheio de reflexos — e ao longe o grande sol começa a desprender-se das névoas, dos vapores, das exalações subidas, como um antigo Deus que se despisse dos seus véus. Bela manhã para viagem!

Agora em toda a parte, sobre um tombadilho, na imperial de uma diligência, a cavalo, a pé pelos caminhos, de todo o modo se sentiria o espírito alegre, o coração leve, o ar consolador, o sol fecundo, o Deus bom.

São estas as belas, as divinas, as brancas manhãs para se tomar um cajado, um saco, e ir pelos campos, pelas serras, pelos vales, para Espanha, para Itália, para a Suíça, ver mundo: climas novos, outras estrelas, outras festas do céu. Felizes os que o podem fazer!

Eu nunca compreendi as viagens senão a pé; os caminhos-de-ferro, os vapores, são condições cómodas para o homem considerado como mala. Todos o sabem: metido num vagão o homem mais independente, mais ativo, mais anárquico de espírito, olha para si e sente a sua individualidade arrastada, transportada, à vaga semelhança de um baú. E sofre. Mas o viajante a pé!

Têm-se feito tantos e tão fastidiosos ditirambos ao viajante a pé que eu não digo mais nada...

Ah! não; digo só uma coisa: Manuel Eduardo era um viajante a pé.

Não sabem decerto de quem fallo. Manuel Eduardo era um rapaz, camarada meu, moço melancólico, um tanto excêntrico, um tanto estouvado, um tanto esteticista, mas mais polichinelo ainda, que perdia tudo — as botas, o dinheiro, o fato, as malas, os amigos, e só duas coisas nunca perdeu: a honra e a mocidade.

Era um tipo. Morreu há pouco no Norte, na Dinamarca, chorando por não poder ver ainda o seu belo sol, o ar do sul, a cor meridional. Tinha ido para a Dinamarca, por estroinice, um dia, depois de um almoço em que se tinha falado na fria beleza das mulheres de Estocolmo, nos pés imensos dos dinamarqueses, e sobretudo no rei da Dinamarca, burguês feudal que se levanta da mesa com o guardanapo na mão para ir dar audiência aos camponeses seus rendeiros.

Isto despertou-lhe a curiosidade de ver o rei da Dinamarca, dirão talvez. Não senhor: de ver o cozinheiro do rei da Dinamarca. Os seus amigos viram aquela nova loucura, com tristeza, com pena, com cuidado, porque Manuel, segundo o seu estilo de viagem, queria ir a pé. Meditava peregrinações e aventuras de largo caminho; tinha um plano pomposo: viajar de noite com os estudantes pela Alta Alemanha, embarcar no mar do Norte, estudar a vida dos pescadores daquela costa, saber-lhes as tradições, deconar-lhes as legendas, viver algum tempo nas cabanas, e depois, numa barca de pesca, atravessar, com a maresia e com o vento, o perigoso mar do Norte.

O pobre rapaz teimou e foi; por infelicidade, Manuel Eduardo era rico.

Um abastado negociante, de justa probidade e enérgico carácter, o Sr. M. F., administrava-lhe a fortuna. Era uma tutela obsequiosa e fecunda. Manuel Eduardo adorava aquele recto administrador, e dizia sempre: é ao zelo maçador do

F. que eu devo o meu belo desleixo. Mas, quando foi de viagem à Dinamarca, o Sr. M. F. opôs-se; e opôs-se com a aspereza de pai, com a honradez de administrador e com a melancolia de amigo. Manuel Eduardo estava um pouco doente do peito e aquele clima áspero e impiedoso podia matá-lo por lá, solitário, sem cuidados, sem dedicações que o cercassem, sem corações que o robustecessem. Tudo foi inútil. Partiu.

Na véspera ceámos juntos, uns poucos de amigos de Manuel Eduardo. Consultou-nos então sobre o itinerário: o desgraçado tinha tido o plano de ir à Dinamarca pela América...

Nessa noite — ou pressentimento ou acaso — Manuel Eduardo estava de uma melancolia dolorosa. Ao fim da ceia recitou, quase chorando, aquele soneto de Gérard de Nerval:

Je suis le ténébreux, le veuf, l'inconsolé, etc.

Ele adorava Gérard de Nerval, e dizia sempre: *o nosso Gérard*. De feito, eram dois espíritos semelhantes: o mesmo desleixo prático, a mesma bondade infatigável, o mesmo sentimento de dedicação, a mesma poesia na alma, a mesma alegria no espírito, o mesmo iluminismo suave, a mesma tristeza, o mesmo coração apaixonado, o mesmo amor das viagens, a mesma inquietação constante e indefinida.

Depois tornou-se de uma alegria doida: quis dançar, cantar, beber, fumar, recitar, fazer tragédias... Ao fim da noite, começou a explicar-nos o mar do Norte: ele conhecia-o pelas baladas de Henri Heine. Recitou-as, quase chorando.

A noite passou-se assim, bebendo, brincando, pensando, ontristecendo-nos.

A saída, encontrámo-nos com um velho amigo de Manuel Eduardo. Foi direito a ele e deu-lhe mudamente um grande abraço.

No outro dia partiu Manuel Eduardo para a Dinamarca. Nunca mais o tornámos a ver.

Mas para que vim eu com esta história?
Eu sei: caprichos da manhã...
E agora vou-lhes contar o que é; mas não, não.
Eu não posso falar-lhes em mais nada depois de lhes ter
falado de Manuel Eduardo.

N.º 8, 31 de Janeiro

Como sabem, cantou-se *Ernani*.

É o mesmo drama de Victor Hugo — menos o H. Foi a única coisa que ele perdeu na viagem pela música e pela Itália; de resto, conserva a mesma paixão violenta, os mesmos sombrios amores, o mesmo profundo sentimento da honra cavaheiresca e dos ciúmes bárbaros. Verdi é realmente o maestro da antiga escola romântica de 1830: tem, pelo menos, uma das suas qualidades — a violência.

Pode ser em música um falso sistema, mas é nas almas uma poderosa comoção. A verdadeira música é talvez a de Bellini — a melodia velada, a paixão serena e azulada, a doçura, a meiguice, o abandono, todas as qualidades do idílio e da elegia.

Nada há, na literatura ou na arte, comparável e semelhante à feição espiritual de Bellini. Na poesia tem-se-lhe comparado Musset, H. Heine, Novalis. Mas Musset era materialista; Henri Heine, escarnecedor; Novalis, místico...

Nada têm com Bellini. Há apenas, nas Virgens e nos rostos femininos de Ary-Scheffer o quer que seja da melancolia de Bellini.

Isto poderá parecer estranho, mas as artes têm entre si uma profunda alma tão unida que as feições caracterizadoras de uma, são, por vezes, intimamente comparáveis às feições

caracterizadoras da outra: nada mais parecido com a música de Mozart do que a pintura de Rafael; nada mais parecido com a poesia de Dante que a escultura de Miguel Ângelo. E porque não? Todas as feições se parecem a exprimir o amor, a curiosidade, o terror: as artes são apenas as feições do Belo ideal.

Isto são coisas bem sabidas, que hoje correm como moeda gasta e desdobrada nas conversações de *atelier*; mas há certas ideias tão conhecidas e que a gente vê tão esquecidas que tem vontade de as andar levando por todos os caminhos.

E hoje quem conhece estas coisas em Portugal, quem falla nelas, quem as explica, quem as applica? Eu não vejo. O que vejo é uma literatura decaída, uma pintura estéril. E nem architectura, nem música.

Sem artes, sem literatura, como havemos nós de progredir, ser nobres, elevados, apontados como nação intelligente, activa, trabalhadora do bem e da justiça? Uma nação vive, prospera, é respeitada, não pelo seu corpo diplomático, não pelo seu aparato de secretarias, não pelas recepções officiais, não pelos banquetes cerimoniaes de camarilhas: isto nada vale, nada constrói, nada sustenta; isto faz reduzir as comendas e assoalhar o pano das fardas — mais nada. Uma nação vale pelos seus sábios, pelas suas escolas, pelos seus génios, pela sua literatura, pelos seus exploradores científicos, pelos seus artistas. Hoje, a superioridade é de quem mais pensa; antigamente era de quem mais podia: ensaiavam-se então os músicos como já se ensaiam as ideias.

Quando numa nação o pensamento começa a enfraquecer, quando hoje a poesia, amanhã o drama, depois a história, depois a arte — todas as manifestações espirituais começam a dissipar-se como efeitos de luz... triste coisa! O que resta então? O Governo, as Secretarias, a Corte...

Rua dos Condes: *Família Benoiton*, eis uma novidade. Vi a espirituosa comédia: quase cintilante, quase perfeita, quase nobre, quase cheia de ensino: sempre quase! Sardou é como

aqueles homens que estão sempre quase a espirrar: ele também está sempre — quase a ter génio.

Sardou fala muito, abre e fecha portas, tem relâmpagos de espírito, tem trovoadas de moralidade, move figuras cómicas, faz rir e comover, aterrar, embasbacar, pulveriza a graça, atrai, tem todas as qualidades de filósofo, de estadista, de trágico, de polichinelo; mas, no fim dos seus dramas, a gente pergunta um tanto aborrecida: — o que quer isto dizer? Sai-se do terror de ouvir um drama de Sardou com a vaga desconfiança de que se sofreu um logro imenso.

O desempenho foi o desempenho de uma companhia francesa, espirituosa, fina, cheia de *nuances*, de meias intenções, profundamente parisiense, gaiatamente dos *boulevards*, um tanto filosófica — representado por sujeitos pouco espirituosos, que nada sabem de Paris, que não compreendem aquela vida, que são alheios àqueles sentimentos, que estão a mil léguas daquelas intenções — e que são excelentes pessoas.

Foi assim também o desempenho dos *Amores de Leão*. Que sabiam aqueles actores do D. Maria do tempo da convenção, de madame Tallien e do general Hoche? Que sabiam do espírito da Revolução, das complacências mistas dos salões de então, da *Mocidade Dourada*, dos *Incríveis*, dos emigrados, dos *clubes*, da República meio morta, da Venda rebelde? Que sabiam do espírito daquela época, das tristezas, das esperanças, dos brios daquele tempo?

Nada. Recitavam o seu papel com as intonações do Conservatório. Foram péssimos. Eis aí! *Et voilà comme on joue le drame!*

Mas não falemos em teatro, oh musa! Aqui em Lisboa, porque o almanaque dá o Inverno, temos bailes, teatros, câmaras, reuniões, jantares, etc. Em S. Carlos, *Ernani*; nas câmaras, resposta ao discurso da Coroa; nas variedades, *Os Thugs*; nos bailes e nos jantares, mais ou menos escândalos.

De resto, corre por aí uma história que se deu há muito, isto é, há dois meses, que eu ouvi num salão e que tem graça

e perversidade. Foi o caso: chegou a Lisboa, de Montevidéu, um homem rico, velho, apaixonado, violento, cheio de sangue e de vida — mas horripelmente velho e horripelmente imbecil. Este homem foi para um dos melhores e mais animados hotéis de Lisboa. Viviam então nesse hotel dois rapazes estróinas, brincalhões, engraçados, excelentes bebedores, melhores fumadores, sempre acabrunhados com bilhetes de amores: — um que estudava as coisas góticas e às vezes talmúdicas, o outro que lia sofregamente Théophile Gautier e que estudava as formas das deusas gregas. Ora o velho de Montevidéu achou não sei que bonita mulher a quem queria dar o seu coração, antigo e espanhol. A rapariga não achou bastante o coração; o coração do velho não passava de víscera; por isso, fugiu-lhe com o coração, mas também com a bolsa e com um relógio. O velho ficou fulminado: o relógio era um soberbo cronómetro inglês. Lidou, procurou, trabalhou; em vão: a rapariga não aparecia e não aparecia o relógio. Nisto, os dois rapazes tiveram uma negra e satânica ideia: lembraram-se de achar o relógio do velho. Bem. No hotel morava também um homem célebre, célebre em Lisboa e noutros países *imateriais*, escritor, poeta, parodista, ultimamente autor de um livro falado que se vendia no Barom e outros cabeleireiros e capelistas; homem engraçado, alegre, faceto, bom rapaz, e que possuía as maiores barbas da literatura. Adivinham de quem eu falo: do Sr. M. R. Ele vivia descansadamente, sem conhecimento do velho, da aventura do relógio, sem desconfiança da traição.

Os dois rapazes dirigiram-se ao velho, apresentaram-se como empregados da Polícia, deram os seus nomes de guerra e juraram achar o relógio; o velho prometeu pingues e fartas recompensas, mas eles modestamente recusaram tudo, com face envergonhada, e somente lhe exigiam a sua amizade. Oh santa abnegação!

Começaram as indagações. O relógio não aparecia. Os rapazes descorçoavam. Planearam então covardemente esta farsa trágica.

Um, o amador da forma, dirigiu-se ao velho e disse-lhe:

— O senhor quer o seu relógio?

— Se quiero, hombre! — disse o de Montevideu.

— Bem — respondeu o hediondo rapaz —, amanhã procure-me às sete horas da manhã sem falta. Sete da manhã. Eu moro nesta hospedaria. Os empregados da Polícia dormem às vezes pelos vários hotéis. Moro no quarto 36. Decore o número: 36. Se me vir de barbas, não estranhe: eu ando sempre disfarçado e durmo disfarçado. Mas, como eu tenho muitos negócios, para saber que o senhor é o homem do relógio, é necessário dar-me um sinal, um santo e senha, porque, à mesma hora, às sete da manhã, hão-de outros procurar-me para outros negócios. O seu sinal há-de ser este: voltar-se para mim e com gesto imperativo dizer: *Tire usted las barbas!* Amanhã às sete horas. Número 36.

Isto era dito às escuras, no quarto do velho — que já estava deitado. Eram 11 da noite.

Ora (sinistro e maldito plano!) o quarto 36 era o do Sr. M. R. — o de grandes barbas...

Ao outro dia, às seis horas e meia, os dois rapazes foram espreitar para junto do quarto 36. Eis o que se passou: o Sr. M. R. dormia profundamente. O velho chegou e bateu de mansinho à porta. Nada. Bateu mais de rijo. Nada. Bateu com força; ouviu-se dentro uma voz rouca e sonolenta:

— Entre.

O velho entrou «com tímido pé».

O Sr. M. R., na cama, perguntou:

— O que quer?

— Sou eu — disse o velho. — Então ontem deitou-se tarde?

— Alguma coisa.

— É má vida essa!

— Má vida?

— Ora! Só essa constante convivência com ladrões...

— Com ladrões?

— Eu, era vida que por nenhum preço queria!

— O senhor que diz, homem?! — e o Sr. M. R. tinha já a voz trémula.

— Então sempre me entrega o relógio? — perguntou o velho.

— Que relógio?

— O relógio que me roubaram.

— Pois eu roubei-lhe algum relógio?

— Ora o senhor bem sabe — disse o velho, com face imbecil.

— Sei o quê?

— Eu espero da sua bondade que mo torne a entregar.

— Sabe quem eu sou? — E, dizendo isto, o Sr. M. R. ergueu-se, dando aos ventos as leves roupas e pulando como um cabrito dos montes, foi-se à janela e abriu-a. E, voltando-se para o de Montevideu, encarando-o tragicamente, bradou-lhe:

— Então conhece-me?

Mas o velho, vendo aquele rosto cheio de barbas, lembrou-se do sinal e disse imperativamente:

— *Tire usted las barbas!*

O Sr. M. R. ficou petrificado. Mas depois, correndo e tomando nas mãos as barbas, veio ao velho gritando:

— Que quer o senhor que eu tire?

E o velho insistia:

— *Tire usted las barbas!*

O Sr. M. R. deixou-se cair, sufocado de raiva, e só murmurava:

— As minhas barbas!

Depois, num ímpeto, expulsou o intruso.

Gritaria, berros, apóstrofes, o velho gritando para que tirasse as barbas, o Sr. M. R. jurando que eram verdadeiras; criados aflitos, criadas envergonhadas, os hóspedes alvonoçados — uma confusão de comédia espanhola.

Não me contaram mais.

Agora adeus, e etc.

A. Z.

N.º 10, 10 de Fevereiro

Meus amigos: — Ontem li *Os Cheiros de Paris*, de L. Veuillot. Sabem que é hoje em Lisboa, em Paris, em Londres, em Berlim, o livro discutido, o livro examinado, o livro fullminado? Eu não o considero por ser de origem católica ou de origem ultramontana. Estas questões que se resolvam entre as sacristias e as secretarias.

Eu considero-o apenas como um arquivo terrível das corrupções e das infâmias deste século. Ontem, como disse, lia eu L. Veuillot, vi ali retratadas figuras que nós todos conhecemos, que encontramos, bem vestidas e aparatosas.

Uma dessas figuras, um jornalista.

É deputado e homem de letras. Como homem de letras, as suas opiniões são largas; como deputado, os seus votos são decentes; como homem de letras e como deputado, escreve em não sei que jornal; aí concilia a largura e a decência.

É convidado para os grandes festins oficiais: como homem, come-os; como escritor, descreve-os; como deputado prudente, não os pode descrever sem os ter comido... Ora os assinantes pagam as suas quotas e lêem as descrições: assim, o homem é pago a tanto por garfada.

Nasceu respeitoso. O respeito hoje é uma coisa que rende...

Mas mais que respeitoso, é atento e minucioso. Conhece e frequenta as salas ministeriais. Tem mesmo a ventura celeste de tocar com a sua mão profana e tímida — a mão magnífica do ministro.

Ora havia um ministro que tinha uns lindos cães. O homem, num artigo grave, elogiava os cães. Nobres animais! — exclamava ele. Outro ministro tinha os pés bem feitos e usava bom calçado. O homem gabou largamente as botas do ministro; e dizia: «Parece incrível que um simples mortal encontre um tão bom verniz.»

E, como um jornal da oposição viesse declarar que as botas do ministro não eram de verniz, mas de vitela moira, o homem pulverizou a argumentação adversária e ficou honrado e vitorioso.

Mas dirão: e a moralidade e a honra? Ora! Este legislador e letrado que elogiava e adulava os cães, é apenas um precursor. Os tempos caminham e uma hora vai chegar em que estas baixeiras não admirarão e serão aplaudidas. Deixem morrer alguns homens, deixem apagar-se algumas recordações. Verão então! O próprio legislador, festejador de botas, achará que é de mais e que no seu tempo se guardava melhor a dignidade de deputado e de homem de letras...

Veuillot fala ainda de um certo cronista — *la fleur des délurés* — que nasceu respeitoso: convidado um dia por uma Madalena da perdição a passar a noite em companhia galharda, o cronista respondeu no seu jornal, em grossas letras, com adorável desprezo do pudor e da seriedade: *J'irai, ma belle! Que connaît-on de plus en croc?*

Ora este cronista, *la fleur des délurés*, tremia, com humilde sorriso e voz sumida, diante de um certo marquês, ou antes, de todos os marqueses.

Isto rendia-lhe. E não há nada que renda tanto, tanto e tanto, como o bem-aventurado respeito.

E bem-aventurados são os respeitosos. Não é deles o reino da Terra, não é deles o reino do Céu: é deles aquela região cre-

puscular e difusa, entre a Terra e o Céu, onde os antigos poetas punham as almas vis.

E é assim que o cronista Lupus, *la fleur des délurés*, orgulhoso e cavalheiresco para as moças do *boulevard*, treme e curva a espinha-dorsal diante dos marqueses.

Ora este respeito é um respeito livre, profundo, sincero, respeito de particular a particular, respeito de outrora.

Outras figuras ainda: os jornalistas que se persuadem que a Terra treme e que o Céu os escuta. Estes que não escrevem sem medo de complicar o governo e de acarretar à nação as iras do estrangeiro; estes que temem que o imperador se não escandalize com um folhetim, ou que a rainha de Inglaterra não tome a mal uma local...

De vez em quando, protegem modestamente as nações: «A França sabe que a redacção deste jornal lhe é afeiçoada.» Ou ainda: «A Polónia pode contar connosco no momento da luta» (frases textuais).

Mas eu hoje estou fatigado, e não lhes posso contar longamente estas figuras de jornalistas.

Para outra ocasião de mais paciência escarnekedora — eu irei, através da *comédia moderna*, fotografando os grotescos e apupando os infames. E se o mundo não tem emenda, a consciência não pode deixar de ter opinião.

N.º 11, 14 de Fevereiro

Meus amigos. — Entrámos na doce Primavera. Ar puro e meigo, suavidade das flores, vago repouso do corpo, despertar da luz.

É nestes dias claros, lúcidos, leves, que há um forte desejo de ir — para longe das políticas, das questões das cidades, do burburinho lamacento dos homens — para os livres campos, sob as livres árvores, ver Deus um pouco mais de perto do que se vê das secretarias e das alfândegas.

A vida do homem é tão afadigada e tão inútil! Vida de um dia, tão combatida de pensamento, tão dolorosa de acção, tão avara das consolações de alma e dos descansos do corpo, tão cheia de desenganos! Felizes os que podem estar longe destes movimentos estéreis, desta cansada deslocação de músculos e de forças, e ter por única atenção a sombra das árvores, e por única preocupação o crescer das violetas.

Eu não compreendo vida alguma, a não ser a vida dos Napolitanos e dos antigos Gregos. Essa é uma vida natural, de onde foram excluídas as invenções do movimento humano. Essa vida é toda contemplativa e serena.

É uma vida exterior, de vegetação. Deus deu o descanso e a passividade feliz à árvore, à pedra, às nuvens; só deu fadiga aos animais, e sobretudo ao homem.

A antiga sabedoria consistia em ser simples e sereno como

a natureza. É o que os Gregos faziam na sua vida descuidada, de harmonia, de doce inacção.

É o que fazem os Napolitanos, e sobretudo os *lazzaroni*, aquela raça indolente de Nápoles, inteligente, preguiçosa, orgulhosa, que vive pelas praças, sob as árvores, ao sol, tendo por única ambição a luz, por única glória o sono. Eles estão deitados, vendo o caminhar do dia, felizes com o peso horrível do calor. Felizes com a suavidade difusa da noite. Ali estão vendo o silêncio, o sossego, a plenitude satisfeita das coisas, e vendo descer a noite, aquela doce noite crepuscular, que, nos países do sul, é como uma recordação das antigas horas do Paraíso.

Depois, quando a noite vem e as estrelas, tomam a sua guitarra e ficam-se às portas, ao belo ar livre, tocando e cantando.

Esta é que é a verdadeira vida. Toda de natureza. As emoções estão na natureza, as verdades na natureza, as alegrias na natureza. Por isso aquele povo é desgraçado nos movimentos políticos; ele não tem coragem de sair da sua doce sonolência e ir misturar-se aos vãos clamores da paixão política. Só quando é para defender a pátria — a pátria de onde aquelas alegrias lhe vêm — é que eles se erguem, e vão, entusiasmados e enérgicos.

Porque é que nós não somos assim? Porque é que nós não temos também uma vida toda natural, e somente tirada das alegrias das árvores e do estado do céu? Somos mais activos, mais presos às pequenas coisas da vida, mais ambiciosos, mais empreendedores; e entre nós seria julgado ridículo aquele que se contentasse com a sombra de uma alameda ou com a frescura de um rio.

Nós queremos outros fins, outras actividades. Senão, vejam. Na nossa terra, em cada aldeia, em cada povoado, há sempre uma dura intriga política, um movimento áspero de interesses e de contradições. Todos se agitam. Luta-se sempre; vem a acção da camarilha e a reacção do povo.

As camarilhas agitam-se em movimentos fúteis, em pro-

jectos, em planos estéreis; o povo espera. Dele é o grande dia, ele verá tudo desvanecer-se como um fogo-fátuo.

Oh! meus amigos — isto vai sendo uma daquelas prédicas tenazes que fazem os desalentados: uns que tudo fulminam, outros que tudo querem abandonar. Eu confesso que, às vezes, sou dos que tudo querem abandonar...

E, com efeito, quem vê o materialismo crescente, o pundonor moribundo, a descarada vaidade dos indignos, as infâmias, as baixezas, as compras de honra, os amolecimentos de consciência, tem só aquela súplica que fazia um poeta alemão: — «Asas! Asas! Asas para voar e deixar o pó humano!»

Talvez que em outras regiões encontremos reunidas todas as qualidades divinas que fugiram da Terra. Então lá estarão o pudor, a virtude, a clemência, a honra, a dignidade. Lá ver-se-á realizada a bondade das eras primitivas.

Mas em vão! Quem por acaso quer soltar-se da sua condição estéril, da sua triste prisão, só encontra resistências onde se despedace. Lembra aquela história do saltimbanco de que fala Banville, que, como queria furar o tecto de lona, caiu deslocado e esmigalhado na areia do circo.

Hoje estou com esta péssima tendência para a melancolia e para as teorias lacrimosas. Perdoem-me. Hoje não tive a ironia bastante feroz para apontar os vendilhões, e o azorrague bastante firme para os chicotear. Há certa época em que o espírito se cansa de marcar os infames, e vem uma imensa tristeza. Então, em redor, olhamos para tudo com indiferença: temos apenas uma recordação do que é a justiça, mas sabemos bem de cor o que é a piedade. É quando a gente sente aproximar-se o último dia, o dia em que há-de ir, lá acima, ao encontro celeste das almas, ou sob a terra misturar-se no pó.

Adeus. Ia-me tornando fúnebre. Pensem um pouco em mim.

A. Z.

N.º 12, 17 de Fevereiro

Meus amigos. — Eu sou um correspondente literário que não falo dos livros, dos poemas, dos romances, dos dramas, de todo este longo movimento de espírito, que, como uma fina seda, ondeia e reluz ao nosso sol.

Fizeram-se poemas e cantatas, livros humorísticos, romances, filosofias e algumas religiões; eu não ouvi, não senti, não percebi nada.

Isto é resultado do modo tímido com que se escreve em Portugal. Parece que os poetas fazem os livros como os rapazes fazem travessuras. Vindo cautelosos, no bico dos sapatos, e fugindo com grandes tremuras e arrepios de carne. Mas de que fogem os poetas em Portugal? Porque se publica um livro, e o vemos cercado de silêncio, lido às escondidas, discutido apenas num círculo misterioso, dentro da espessura das paredes, fazendo corar os que são surpreendidos a folheá-lo?

Porque fogem os escritores? Da crítica? Não a há. Fogem modestamente dos aplausos? Não os há.

Uma vez ouvi um sujeito, esquadrinhador de locais e de notícias literárias, dizer, ufano e regalado, a um amigo que há pouco publicara um livro: «A Gazeta lá fala em ti.» E o escritor respondeu com grande cólera de voz e terribilidade de gestos: «Ai o velhaco!»

Isto é pasmoso e pasmosamente curioso. Eu não com-

preendi então, e ainda não compreendo hoje. Para mim este medo é um enigma, como a coragem do escritor é um problema.

Eu creio que isto tem raízes no medo da publicidade que afflige a burguesia portuguesa. Ela receia ver o seu nome pisado brutalmente num prelo, e irreverentemente composto pelos tipógrafos. Eis aí! Mistérios da classe média — a sustentadora de impérios...

Eu, meus amigos, há um mês que não vejo um jornal francês, que não leio um livro, que não sei uma notícia de arte: vou numa crescente brutalização. O espírito às vezes cansa-se e, como diz o bento Veillot — o corpo vingá-se. Há então preguiças eternas, descansos mórbidos, raiva de contemplação.

Uma coisa que nunca compreendi foi a actividade material de certos poetas. Trabalham, falam, gesticulam, andam, passeiam, madrugam, tudo com largo proveito das suas rimas e avultada pujança da sua fibra. E medram, e tomam fradesca compulsão. Eu não compreendo os poetas sem a vida contemplativa. Em França há um provérbio que diz: «Sono de poeta...» Com efeito, o sono é mais o descanso do espírito do que o repouso da matéria. E quem mais do que aqueles infatigáveis amadores do ideal fazem caminhar o espírito, correr, lidar e cansar-se? Arsène Houssaye conta que, na sua mocidade, quando morava na Rua Doyenné, com aquela célebre companhia de artistas chamada *Boémia Galante*, dormiam até que o sol tomasse as maiores alturas. De noite velavam. Eu conservo da minha mocidade também esse sono prolongado, aninhadamente gozado, e sobretudo as meias sonolências. Então o espírito anda naquela região que não vem da realidade ainda, e que já não é do sonho. Estado doce em que tudo está velado de sombra, de meias-tintas, em que não há contrastes; estado idealizador, em que tudo toma uma aparência e uma alma divina. Se nos lembrarmos de uma mulher, parece-nos uma criatura fantástica, diáfana, como as figuras ossiânicas, leves

como o ar; se nos lembrarmos de um bandido, vêmo-lo com aquela amável e cumprimentadora figura que têm os salteadores dos bailados da ópera; se nos lembrarmos de um burguês de santa rotundidade, parece-nos uma figura poética de cavaleiro trovador, etc.

A vida assim é um sonho de ópio, sem o incómodo estomacal do ópio.

Mas, onde vou eu, Jesus? Eu estou cantando o sono e a preguiça — o que é imoral.

Meninos, trabalhai, etc. Há assim no *Tesouro da Infância* umas suaves páginas, de que eu me ria em criança...

Disseram-me ontem, *entre la poire et le fromage*, que assim se tratam as questões graves desta terra — que o sr. Tomaz Ribeiro tinha lido, ou lia, ou ia ler, a casa não sei de que vulto, o seu poema *Delfina do Mal*. Eu conto a novidade como me disseram, sem um aplauso, sem uma alusão à meiguice, ao encanto vago dos versos do mesmo sr. Tomaz Ribeiro.

E dizem-me que o poema começa por uma caçada. Eu lembro-me de um poema que começava por uma caçada e que se chamava *Ondina do Lago*. Tenho disto uma vaga memória, como se fosse nos Elísios que o houvesse lido, ou naquela região onde as almas esperam a vida.

Entravam grandes personagens: Fausto, D. Juan, o Papa Alexandre VI, o Judeu Errante, Merlin, eu sei? Toda a história, toda a mitologia, toda a legenda gótica, estavam naquele poema. O verso era chato, e frouxo, e deslavado. As imagens, antigas. Eu falo desta maneira retórica porque o poema era todo retórico. Regras bem respeitadas, convenções bem respeitadas. Havia apenas quatro versos bonitos — os da invocação. Quando li aquilo, perguntei quem era o autor, que *havia nome* Teófilo Braga. Disseram-me que era um bom moço que lia livros velhos. O sujeito que me deu esta resposta era um grande tratante que lia livros novos.

Fiquei com o meu conceito oscilante. Quis perguntar ao meu particular amigo Inocêncio, mas nesse tempo ele andava

empenhado numa discussão feroz com um outro sujeito, para saber se este sujeito era literato, e se, como tal, tinha direito a ser incluído no *Dicionário Bibliográfico*. Ora o tal sujeito jurava que era literato; o sr. Inocência jurava que não; e, como nenhum queria ceder, chamavam-se reciprocamente — eu sei?

Isto fez uma certa bulha e atraiu as vistas da Polícia. Eles discutiam no jornal *A Revolução*; eu creio que a questão acabou, pondo-os *A Revolução*, a ambos, longe das suas colunas. Com o que o sr. Inocência, feroz, retirou se ao seu *Dicionário*, e o outro sujeito — cujo nome me esqueceu — aos seus misteres. Hoje creio que são amigos, pelo que os aperto ao meu coração.

De modo que nunca pude saber quem era o sr. Teófilo Braga. Somente um dia, perguntando a um homem de largas vistas, este me disse com voz cava:

É um ser estranho!

Com o que me fui, todo nervoso, a fazer à *Ondina* o que o abade fez aos livros de D. Quixote...

Manuel Eduardo, o viajante de quem já lhes falei, disse-me um dia que o sr. Teófilo Braga era — um rabiscador trágico. Nunca me esqueceu esta palavra, que talvez mande pôr em música, como canto popular.

Meus amigos: caiu-me agora um borrão no papel. O que é um mau sinal: ou eu me ia tornar muito maledicente, ou me ia tornar muito benévolo. Evitemos as injustiças.

Sou todo vosso.

A. Z.

N.º 14, 24 de Fevereiro

Meus amigos: — Faltei um dia porque andei pelo campo, vendo a grande natureza e as aparências de Deus. Nós, às vezes, esquecemo-nos dele — de Deus. Andamos tão atentos no nosso pequeno palmo de terra, tão aferrados às nossas agitações imperceptíveis que não vemos quem lá em cima, entre a luz serena e a pureza inacessível, fecunda e retrai a vida.

Dizem os Árabes que a Alma deve ser como a chama de um facho: para qualquer lado que o facho se volte, ou se derrube ou se incline, ou seja revirado ou seja arremessado, a chama volta-se sempre para o céu. Assim a Alma; fossem quais fossem as provações, sempre os corações primitivos se voltavam para Deus. Era um magnetismo espiritual, uma comunicação fatal entre o infinito do céu e o infinito do homem. Comunicação misteriosa, que se realiza pela oração...

Nunca se vê a Deus tão de perto como na natureza. Eu fui retemperar-me naquelas fontes puras onde estão as consolações supremas. Deixei algum tempo Lisboa.

Sair de Lisboa é fácil; entrar é mais difícil, sente-se o mesmo quando se entra num quarto infecto — falta de ar. Aqui há também a asfixia da alma.

Deixei as mulheres feias, deixei os rapazes imbecis; encontro os rapazes mais imbecis e as mulheres mais feias. A imbecilidade e a fealdade são como as árvores novas: cada

dia que passa é como um ramo que cresce; os ramos desta árvore da imbecilidade cresceram e estão para dar frutos. O fruto da imbecilidade é a aniquilação; e o fruto da fealdade, a devassidão: explicam-se assim muitas decadências.

Fealdade, imbecilidade, dois característicos de raças degeneradas: em Esparta, Licurgo mandava matar as crianças deformes e desterrava os idiotas. Hoje Licurgo expulsaria e mataria populações inteiras.

O idiotismo cresce: manifesta-se mesmo pela avidez que há do belo e do extraordinário. O idiota, à busca de ideias e de sensações, é o supremo grau do enfraquecimento moral, que só a este século foi dado ver; é o idiota com a consciência da sua inércia, da sua invirilidade, da sua estupidez, do seu desfalecimento cerebral.

O ideal que hoje se procura mais é o embrutecimento: inveja-se a passividade das plantas e a imobilidade das pedras. Embrutece-se! É o que as cidades pedem pela voz dos seus teatros, dos seus cafés, dos seus bailes, das suas garrafas de absinto: embrutecimento até ao dilúvio. Então a geração deixar-se-á arrastar nas águas, embrutecida, contente, idiota. Esse dia será feliz: e feliz ainda porque então, mais que nunca, estarão lascivos e cheios de vinho.

Porém, em balde bradam os profetas deste tempo. Os profetas deste tempo têm uma luva esticada e um bigode sarcástico; flamam nos teatros com indizível satisfação da face; sorvem os *cognacs* nos cafés com grande desperdício de remques e pérfidas alusões; escrevem um folhetim gárrulo; soltam uma nota facunda em louvor das fidalguias; curvam a espinha-dorsal diante da santa, da branca, da imaculada, da pura, da celestial, da omnipotente moeda de cinco tostões...

São conselheiros e morrem, deixando de si, pelo austero jornalismo, um sulco luminoso de necrológios e apoteoses.

Estes são os profetas do nosso tempo. Eu, às vezes, deixo-me ir a bradar como eles, mas logo me retraio e solto franca risada. Vou então com os outros: entre os pecadores.

O pecador pode servir de apoio; o profeta não: é um ser frágil...

Vou com os outros; vejo então o que eles querem: o que eles querem, sobretudo, é o espectáculo que saiba a ideal; a comédia, a farsa, não lhes agradam: aí vêem casacas como nos seus alfaiates, móveis como nos seus estofadores, e sentimentos como nas suas cozinheiras. Eles querem ver fatos estranhos, móveis de país de fantasia, sentimentos ideais. A sede do Ideal apoquentá todos; todos o procuram, prova de que ninguém o tem.

É por isso que as mágicas são procuradas, aplaudidas, sustentadas: ali vêem-se ideais montanhas de cores, palácios de missanga, amantes de cristal, fadas, luas maravilhosas, mulheres nuas, e oiro, oiro, oiro, e ainda mais oiro.

Danças aéreas também, e sempre muito oiro: tudo é doirado; o que não pode ser doirado é cor de cobre, é amarelo. E cada um se embrutece à vontade, se repoltreia meio perturbado pela música, pelas cores, pelas mulheres nuas que passam; e sente-se livre dos seus cuidados, da sua política, dos seus amores; sente-se verdadeiramente animal, gostosa e magnificamente animal.

É para isto que as mágicas servem; para dar ideal e embrutecimento. As fadas hoje são muito apreciadas e as fontes naturais também... É por isso que não há mágica em que não esorra, por entre muita vendura, muita água, e passem bastantes fadas sobre bastantes cisnes.

A mágica sobretudo é adorada quando há combate: o combate excita e o excitação leva mais depressa ao embrutecimento. Combate em que haja agonia, extorsão; a imbecilidade é má.

É por isso que há os combates de toiros; e é bom ir pensando nos combates de cães, depois nos combates de escravos. É bom ir pensando, porque o público já se vai aborrecendo das mágicas.

Conta um viajante que, nas florestas da América, os ma-

cacos, quando pressentem ou vêem a luta de duas feras, trepam em chusma para as árvores, e dali então contemplam, fascinados, a ira terrível dos dois bichos; gostam sobretudo quando são duas onças ou dois jacarés.

Ora isto dá-se nos homens: gostam de ver escorrer sangue e despedaçarem-se carnes. O que comprova que o homem vai voltando para macaco; e daí descerá ainda à primitiva origem de onde se formou — à lama e à podridão.

A. Z.

N.º 15, 28 de Fevereiro

Meus amigos: — Desde que me vi descido àquele pedaço de página que os meus amigos chamam *Leituras Modernas*, e que nós aqui, mais modestamente e menos olímpicamente, chamamos *Folhetim*, ando arreçado e tímido, como os antigos profetas, quando se sentiam investidos de missão divina. De feito, eu estava esquecido no meio do jornal, entre correspondências, polémicas, artigos, todo o burburinho da política. Agora vejo-me sob a luz, dando-me a claridade em cheio, e tremo; e hoje entro no seu jornal, meus amigos, «com tímido pé».

Revejo-me no meu espelho com a morbidez de folhetinista que sabe segredos e chistosos ditos, e mistérios de alcova, luminosos e sagrados.

Eu nunca compreendi o folhetim em Lisboa, e em Pequim. São as duas atmosferas onde a planta galharda e iriada é inadaptável. O folhetim vive do teatro, da intriga, da inimizade elegante, da pequena vaidade espirituosa, das ceias à Regência, das mascaradas joviais, de todas estas coisas imperceptíveis, luzidias, buliçosas. Estas coisas não as há em Lisboa, nem em Pequim, a cidade de porcelana. Também não creio que as haja em Évora. Pelo menos não as vi. E ainda bem. Aquelas coisas terminariam por esterilizar, como um musgo que suga a vida às plantas. Absorvem todo o cuidado, todo o escrúpulo, toda

Método de Documentação

a vitalidade. As qualidades nobres da alma mancham-se facilmente, difficilmente se lavam; os pequenos defeitos, esses, são eternos. A nobreza, a honra, podem ser corrompidas, compradas, extintas; a curiosidade, o tédio, nunca terminam nos espiritos. O que é bom passa depressa, diz o povo com o seu senso justo e profundo. Isto podia confirmar aquella suposta filosofia que quer que a maldade, o estado de hostilidade, sejam a regra, e a bondade, o caso excepcional.

Mas eu divago sem graça e sem cintilação. Mais vale ser redonda e funebremente político...

Como ergueram as minhas pobres correspondências a *revistas de Lisboa*, todos os meus bons instintos me segredam que eu devo contar-lhes um pequeno capítulo da nossa legenda elegante. Mas isso era bom! Hoje Lisboa parece uma daquellas antigas cidades, ameaçadas de invasão, que já sentem ao longe o tropear feroz das cavalariaes bárbaras. Não sei que Alarico vai bater funebremente às portas desta cidade cesárea, mas todos se agitam, os grupos formam-se, passam no ar ondas de boatos, caras patibulares atravessam as ruas, os cafés estão cheios, tempestuosos. Em toda a parte se discute, se alvoroçam os pensadores graves da virtude da pátria. Parece que estamos assistindo a uma agonia nacional. Improvisadores de *club*, em gesto dantónico, invocam a liberdade e o povo; correm prospectos, protestos, representações, reclamações; os redactores políticos dos jornais atravessam os grupos, com a cabeça curvada às concepções liberais e enérgicas que lhe estão interiormente, vagas, como sombras nobres que vão chegar à vida.

As camruagens dos ministros são seguidas por um cortejo de olhares, de gestos, de violentas argumentações; os deputados soltam a sua ampla voz, pesada de pompas democráticas, nos cafés, nos peristillos dos teatros, mas nunca em S. Bento. Ali preside às discussões uma surda agitação, uma curiosidade incisiva, uma desconsolação manifesta. Há jornaes que clamam e bradam no deserto de homens, contando maravilhas adocica-

das do maná que cai do céu... das secretarias; outros pedem energeticamente as cabeças e algumas línguas mais audazes; outros, mais modestos, pedem só o braço descortês e velhaco que ousou escrever certos períodos, perfumados de violetas ministeriais.

Os jornais tímidos pedem modestamente que não haja sangue; o telégrafo traz a cada momento a notícia de preparativos de *meetings* por essas terras da província... Acreditem, é extrema, profunda, como nunca vi, a agitação dos espíritos. Homens desconhecidos, embuçados, passam de leve junto da gente, de noite, e deixam cair estas palavras: — guerra civil.

Estas exagerações dos descontentes fazem rir; mas, sobre tudo isto, mostra-se uma opposição ao governo, rara na história da *Comédia Moderna*.

A última eleição, tão célebre, chegou a ter atitudes melodramáticas: eu passei por uma rua, na véspera da eleição, e vi mais de duzentas pessoas agrupadas diversamente pelas portas, com archotes, lendo listas, proclamações, incitamentos. Não pude saber por quem se proclamava. Os archotes, a gente, os embuçados, as vozes, o murmurinho, a escuridão da noite, faziam uma vista teatral e aparatosa.

No dia da eleição, de madrugada, nas ruas do círculo, era tal o movimento dos carros, dos trens, dos homens, dos influentes, dos eleitores, tantas as discussões, as apóstrofes violentas, que foi necessário patrulhar com cavalaria. Enfim, declaro não ter visto em vida minha uma tal azáfama e uma tal cólera. Ontem, num café retirado do bulício radioso da Baixa, vi alguns homens joviais, mas ao mesmo tempo apaixonados, fazerem com solenidade, entre grandes *hurrahs!* e alguns copos de rum, um auto-de-fé — adivinhem a quem? — à *Gazeta* e à *Revolução!*

Eu creio que se agora o governo tomasse alguma medida violenta, poderia facilmente fazer uma explosão desesperada. *Deus avertat...* No meio de tudo isto os ministeriais andam

orgulhosos e honrados por terem dado lugar a tão grande alarido. São homens apontados— isto consola de muitos desgostos.

Adeus. Realmente com um povo sensato não se pode ser ministro.

A. Z.

N.º 16, 3 de Março

Começo perguntando a mim mesmo, ou aos ventos e às nuvens, o tom e a atitude teatral em que eu hei-de contar aos povos as maravilhas do Carnaval.

É certo que nas almas literárias há ainda um resto de consciência. Devo dizê-lo: a consciência nem todos têm a honra de a conhecer; a consciência é o quer que seja de vago e de impalpável, de que nós devemos falar como de uma figura diáfana de legenda antiga. Divergem as graves cabeças doutorais quanto ao lugar onde está colocada a alma; a alma é que produz aquele facto imaterial a que se chama a consciência. *O remorso, por exemplo, e a vergonha, são secreções.* Se applicarmos o sistema anatómico à alma, dando-lhe os fenómenos fisiológicos do corpo, encontramos estranhas maravilhas que desmentem a ciência, a moral, os princípios estabelecidos: encontramos que os actos que nos parecem mais espontâneos, mais livres, mais materiais, são resultados da fatalidade de uma lei física.

Está de há muito explicado, pela ciência materialista, que o pensamento é uma segregação do cérebro; pode-se facilmente pôr em circulação a ideia de que a consciência é o suor da alma — sobretudo a consciência que condena...

Mas não é em vésperas do Carnaval, quando se ouve já através da bruma o tinir sonoro dos guizos e das campainhas,

quando as bocas se abrem para largos risos e o corpo se desloca para os saltos épicos, não é numa destas burlescas ocasiões que eu hei-de ir preleccionar, com ar togado, os fenómenos do corpo, fisiológico e psicológico: *Ecce Entrudus!* Eis o folgazão, o velho, o inocente, o doido, o grave, o sensato.

Eu tive um amigo que entendia que só se vivia no tempo do Entrudo, que todo o resto do ano era a parte carnavalesca da vida, a caricatura do homem.

Dizia ele que só no Entrudo, a animalidade e a vida eram lógicas; que a seriedade, a gravidade, a elevação, a política, a ciência, a vida positiva, eram mascaradas. Eu apoio esta ideia. A vida é uma cavalgada imensa de doidos e de bufões.

Deus colocou o homem como colocou o boi, a rã e o bicho-da-seda; deu-lhe as funções, os órgãos e abandonou-o pelas ervas, pelos prados.

Nada o distingue dos outros animais; se lhe deu a inteligência, foi para ele distinguir o fruto doce do fruto amargo, e a água lodosa da água pura. O homem, no tempo do Paraíso, vivia assim daquela vida animal, daquela passividade feliz que devia ser sempre o seu cuidado e o seu estado: gerar, comer os frutos, beber nas fontes, secar as fontes pelas grandes sedes, repousar debaixo das árvores, dar um ou outro passeio com o elefante, com o urso, com o caracol, e à noite, sob a folhagem e as estrelas, dormir o sono sossegado e justo das plantas e das aves.

Mas não; o homem quebrou o selo divino que o prendia à natureza e começou aquela mascarada eterna que se renova, que se transforma, que se agita, mas que tem sempre a mesma loucura, a mesma inutilidade, a mesma inconsequência, a mesma grotesca forma, e que se chama — a História. Cada um tomou o seu vestuário e a sua atitude, aprendeu umas certas palavras, e vai pelo mundo representando galhardamente, ousadamente, o seu galhardo, o seu ousado papel.

Uns dizem-se pobres, vestem-se de farrapos, recitam a sua oração sacramental e consagrada: tenho fome, etc., etc.,

e passam pelo mundo, com o mesmo sol, a mesma água, os mesmos frutos que os outros que se dizem réis e que se dizem papas.

Outros representam de republicanos e amantes do povo; cortam as barbas, tomam um manto, o punhal vistoso dos suicidas cívicos, e começam recitando a sua ladainha: — *O povo sofre! A vida social é impossível sem a liberdade! Quebremos as algemas! Degolemos os ricos e os reis, que são infames e devassos! Sic semper tyrannis!*

Estes, quando morrem, vão dormir para a mesma frialdade da terra, sob as mesmas ervas molhadas que os tiranos e os mendigos.

Outros encarregam-se de representar no meio da eterna cavallhada — os reis. Têm ceptros de papelão, mitras cheias de pedrarias, veludos, e amplas salas sonoras e espalhadas, trazem atrás de si o cortejo brioso e luzidio dos que fazem o papel de lacaios, cortesãos, generais, ministros, favoritos. Assim vão, com ar triunfante, arrastando os brocados, entre alas, ruídos e aclamações; e se, no meio da marcha cívica e gloriosa, encontrarem uma maçã pendente de um ramo, começam a comê-la como um mendigo, como um republicano, ou como um macaco.

Outros fazem de sábios: passam com um grande livro, e ondas de barbas, e uma muito aguda mitra caldeia, com o olhar fito nos seios da terra-mater, e, se uma abelha lhes morde, começam a ganir, como um milionário ou como um cão.

Todos estes tristes humedecem se a chuva os molha, arrefecem se a neve os envolve, se o sol os esmaga, suam.

A grande mascarada anda compassada, movendo-se entre o nascente e o poente, debaixo das estrelas e o azul do céu. Alguns há que não querem tomar parte na mascarada, e ficam nas suas florestas e nas suas cabanas: os das cavallhadas chamam a estes *bárbaros, selvagens, negros*, e às vezes maltratam-nos.

Ora, há uma época em que cada figura da mascarada

arremessa os seus símbolos, e dança, folga, ri, come brutalmente, bebe baquicamente. Essa época é a única da sua vida em que estão a sério.

Para não se conhecerem e não se insultarem, põem uma máscara. Chama-se a essa época — o Entrudo.

Eu também vou em breve atirar fora a minha pena e as minhas declamações, para me fazer durante três dias espontâneo e lógico. Depois voltarei a tomar parte na cavallhada imensa.

E, enquanto estas coisas se passam entre os homens, crescem as plantas, enchem-se as pedras de musgo e choram as fontes...

A. Z.

N.º 43, 6 de Junho

Meus amigos: — Eu tinha morrido pela política, ressuscito pela política. Sou o Lázaro deste ministério. Estive algum tempo no túmulo, isto é, na solidão, o que equivale a dizer — na felicidade. Vi. Vi desfilar esta mascarada imensa, que, desde Janeiro, atravessa lentamente o país, rugidora e serena, flamejante e escura, tendo a cabeça de défice e atitude de imposto.

Vi o povo a exercer um direito, recebido como se fosse pedir uma esmola; vi o governo pedir uma esmola, acolhido como se fosse exercer um direito.

Vi o ministério, cinco homens, fechando o ciclo da comédia contemporânea, como os últimos heróis góticos, pelo seu valor sobrenatural, fecharam o Ciclo da Cavalaria. Vi os saraus e as farsas diplomáticas; vi as atitudes da lisonja educada na religião da vileza, e a vileza mascarada com as sedas ondeantes da lisonja: tudo vi. E, se eu quisesse escrever a história política deste ano, teria de renovar o D. Quixote com Manuel Mendes Enxúndia. É a fórmula deste governo. Estes dois tipos, D. Quixote, o aventureiro, e Manuel Mendes Enxúndia, o doutor, fundidos, retemperados, dão uma entidade igual ao ministério. De D. Quixote estes homens herdaram a vaidade ridícula, a supremacia risível, a ignorância pueril, a ostentação cómica, os bríos militares e batalhadores, o espírito bunlesco de dominação

e de tirania, a teimã pérfida de atacar moinhos de vento e de montar em cavalos de pau — enfim, tudo o que D. Quixote tinha de mau. De Manuel Mendes Enxúndia herdaram a velhacaria jovial, a bonomia disfarçada, o pedantismo vão, as inclinações burguesas, as actividades de boneco e de caricatura, o orgulho charlatão, a maldade inofensiva, a perversidade escondida e as aparências bondosas — tudo o que o doutor tinha de mau.

Assim enfeitados com esta qualidade de assustador espírito de farsa, começaram governando o país com grande alvoroço de soberba.

O que têm feito, isso bem espalmado está nas fulminações e esconjuros de tantos e tantos jornais.

O Governo é uma corte que é delicioso estudar: a caricatura política tem aí uma inspiração perenal.

É uma corte completa: camarilha, cortesãos, bobos, lacaios, etc., só a *maioria* daria, para preencher todos estes lugares honrosos, abundância de servidores. Tem também os seus arautos. Conheço-os para glória imarcescível do meu coração. São dois, foram ambos republicanos no tempo em que o ser republicano rendia. Depois compreenderam que a instituição monárquica, ainda que avara de liberdade, era abundantemente generosa de dinheiros públicos, vieram correndo com as mãos em concha, colocar-se sob a fechadura dos tesouros monárquicos. Desde então tomaram aquela obesidade respeitável que dá a convivência da fazenda pública.

Hoje escrevem: defendem o imposto do consumo, a guarda civil, e entendem que se deve começar a defender a força. Mas estas defesas limitam-se às grandes risadas: apupam a virtude, ridicularizam o Povo e fazem a caricatura do trabalho.

Diz-se que têm um tanto por chufa. Nos jornais daqueles dois cavalheiros, diz-se que escrevem os próprios deuses, isto é, os próprios ministros.

Nesses dias há alvoroço, porque os deuses assinam sim-

plesmente um Y: qual deles será então? Será Marte, o deus da guerra, Plutos, o deus do ouro, ou Fatum, deus dos deuses?

Até se conta uma história medonha, que faz tremer como todas as jovialidades dos deuses irados. Um dos ministros, além de ser ministro, é homem: como ministro defende os seus projectos, como homem escarnece os dos outros. Ora, além de ministro e de homem, é cortesão e escritor, e, nesta tripla qualidade, escreve para o *Japonês*, mas, como ministro e como deputado, e como cortesão, e como homem, e como escritor, colabora na *Gazeta de Portugal*.

Há dias havia sobre a sua mesa dois artigos: ambos irados, ambos primorosos, ambos fecundos, ambos fulminantes, ambos destinados a serem o necrológio da opposição.

O ministro, como dono de casa, tem um criado; como cortesão, tem uma criadagem grave de libré; e como homem superior que é, tem um criado tolo. Este homem ribatejano não tem ambições políticas, nem inveja jornalística; não pertence à comissão do senhor barão de S. Januário; não vai às reuniões da maioria, onde há meio prato de bolos por cabeça; não entrará decerto no paço; enfim, não é homem perigoso: limita-se a varrer honestamente as salas do seu amo.

Mas então, se assim é, para que foi ele levar à redacção da G. o artigo que era para o *Japonês*, e à redacção do *Japonês* o artigo que pertencia à G? Para quê? Acaso dirão: mas então devemos confessar que o *Acaso* é sumamente inteligente e espirotooso...

E, notem a diversidade dos juízos humanos, todos à uma exclamavam: a G. mudou de rumo, a G. entrou no sério caminho da discussão, a G. é nobre, a G. compreendeu que a missão divina da imprensa... etc. E, no fim, quando a gente pensava que aquela mudança para a seriedade e para a discussão elevada era filha de um arrependimento nobilíssimo da sua redacção, sabe-se que fora simplesmente o engano no ribatejano, e aquele artigo, modelo de circunspecção, era o artigo do *Japonês*!

Ao mesmo tempo, dizia-se do *Japonês*: é um velhaco, vai-se tornando baixo de mais, vai-se enterrando tanto na lama que mais parece o *lamacento* do que o *Japonês*, etc.

Pobre *japonês* delicioso, que culpa tinhas tu? Era simplesmente o artigo da G. que tu publicavas!

Oh justiça dos homens, tu nasceste da alma iníqua do antigo Satã!

Em Lisboa conta-se esta história. Mas qual dos deuses foi aquele que trocou os artigos? Isso diz-se em voz baixa, num descampado, de sorte que o não possa ouvir Narvaez ou alguém da redacção.

Termino aqui, triste por me faltar o tempo para outras descrições da vida ministerial.

Para os assuntos inexauríveis, fizeram-se os escritores incansáveis...

Adeus.

A. Z.

Em Lisboa, meus amigos, a notícia mais comentada é a morte do imperador Maximiliano.

Causa assombro, pela falta de hábito, ver fuzilar, como ao último corneta, um imperador, arquiduque, conde de Habsburgo, príncipe da Hungria e príncipe imperial da Áustria, protegido pelos Estados Unidos e pela Rússia e estando à testa de um exército disciplinado, heróico, dedicado, tendo por si a burguesia, o alto comércio do México e toda a força da tradição monárquica. Um homem assim poderia julgar-se inviolável, sobretudo numa luta com Juárez — chefe indisciplinado, vivendo entre a desunião da sua raça, repellido pela consciência oficial da Europa, tendo por oficiais aventureiros e por soldados mendigos, fugido, perseguido, vencido, tendo a sofrer a febre, o clima, o ódio das raças vizinhas e a ameaça perpétua dos impérios da Europa.

Pois bem: este homem, este índio, tomou Queretaro, Vera Cruz, o México, e atirou com a cabeça de Maximiliano à face sagrada do princípio imperial. Não foi só o valor de um aventureiro que fez isto: foi muito a justiça da História.

As contes cobrem-se de luto, mas a consciência humana sente-se satisfeita.

Mas que importam à lei divina estas quedas de cabeças e estas revoluções sem ideias? Àquele que tudo vê e que tudo

sente, tanto importa o suspiro de uma criança como a agonia de um grande imperador, tanto importa que caia a pedra de um velho pórtico como as sagradas instituições de uma pátria, tanto lhe importam as iluminações de uma aldeia como o grande resplandecimento da iluminação estelária.

Triste, triste destino, chamava aquele pobre arquiduque às terras do México. Sucederam-se para ele as fatalidades do coração e as fatalidades da política. Ele, o príncipe alemão que mandara transportar para o México vinte mil rouxinóis para povoar as florestas imensas e selvagens onde há melancolia, viu a esposa perder a razão, os seus amigos a traiçoaem-no, os seus auxiliares abandonarem-no, a sua pátria fuzilá-lo.

Há uma fatalidade nesta morte de Maximiliano: Juárez, evidentemente, fez uma represália: desde o momento em que foram fuzilados oficiais republicanos, foi lavrada a sentença de morte do imperador. As crueldades das tiranias provocam os obscurecimentos da liberdade: depois da tirania, vem a anarquia do coração.

Juárez viu os seus amigos fuzilados em nome do privilégio, ele que lutava em nome da igualdade. O espectáculo dos mártires políticos desvaira. Não se compreende maior dor que a de Camille Desmoulins vendo assassinar Danton.

Juárez, pois, não podia perdoar. Havia sangue liberal a vingar, sangue de bravos e de mártires que combatiam pelo que há de mais sagrado — a liberdade, a família e o trabalho.

Mas a fatalidade é esta: Maximiliano não é responsável pelo fuzilamento dos republicanos. Foi Márquez, o comandante do México, o seu lugar-tenente, quem desacreditou o imperador perante a História, decretando a vingança política da tirania. Ultimamente, aparece uma carta de Maximiliano em que censura asperamente Márquez, pelos seus negros feitos de vingança militar.

Não se conhecem ainda os pormenores do processo e da execução, nem qual seja o procedimento da França e da

Áustria. Fala-se já vagamente de que o almirante Negetuff vai com uma esquadra reclamar o cadáver do imperador.

Assim, com intervalo de poucos anos, é morto Lincoln, o grande liberal, e Maximiliano, o grande imperialista. Tem visto a América estas duas mortes, tão diversas e tão estranhas, uma em nome do privilégio, outra em nome da liberdade; uma representando a vingança dos estados do Sul, que queriam a escravatura, outra representando a justiça da raça mexicana, que quer a liberdade!

Exemplo terrível foi este da morte de Maximiliano. Exemplo em nome da História, da lógica social dos factos, da lucidez do espírito moderno, em nome de três revoluções da França, em nome da associação democrática de toda a Europa, em nome das nove doutrinas evangélicas do socialismo e da igualdade.

Em Portugal a política não goza a inestimável vantagem de andar assim epicamente comovida, com mortes de reis e imperadores.

Fruímos a mais complacente harmonia política de que reza a história da imbecilidade social. Mudos e indiferentes, assistimos a esta epopeia trágica que se vai representando pela Europa, sobre um solo ensanguentado, com a mesma bonomia obscura e estéril, com a mesma lamacenta nulidade com que qualquer vereador corpulento do respeitável município assistiria às cenas mais terríveis de *Otelo* ou do *Rei Lear*. Somos as rãs vendo as lutas dos deuses. Grasnamos domesticamente, com uma egoísta despreocupação dos desabamentos do mundo.

Depois, além disso, a estação matou a política. O termómetro assassinou a democracia portuguesa. Todo o vigor revolucionário se derreteu com este resplandecente sol de Julho. As canículas serviram de espírito de ordem.

Só teremos verdadeira liberdade na nossa constituição interna se voltar a chuva ou o frio. Porque nós somos políticos admiráveis... em Dezembro. No dia em que a folhinha marcar 10° abaixo de zero, é esse o dia em que chegará a revolução

anunciada. No Inverno coalhamos; até lá, a nossa índole, a nossa compleição meridional, o clima, os alimentos, os instintos voluptuosos, tudo nos faz andar tão dissolvidos e inertes como um líquido.

Desgraçados de nós, se um dia esses ceifadores de reinos, em que a Europa abunda, percebessem que a nossa superioridade depende das estações: que somos terríveis no Inverno e profundamente insensíveis à dignidade nacional nos meses do calor. Tornar-se-ia isso uma máxima de política que desceria até aos rasteiros conselhos de almanaque. No mês de Julho, entre outros apontamentos que as folhinhas espanholas, francesas e inglesas costumam trazer, encontrar-se-ia este espantoso apontamento: neste mês (Julho ou Agosto) enceta melões e conquista Portugal.

Felizmente este segredo fica no país.

Estação horrível esta, com efeito, para a independência das pátrias meridionais e para a frescura do corpo humano.

Mas, voltando à política, é incontestável que as estações influenciam os destinos da História.

Quase toda a filosofia política do passado está num termómetro. O que indica que as grandes alterações sociais têm fundamento em causas imperceptíveis.

Napoleão não teria perdido a batalha do Waterloo se não tivesse chovido na véspera. Ora a batalha de Waterloo mudava a face da Europa: aniquilava a Santa Aliança e restaurava o antigo Império de Carlos Magno. A batalha de Novara perdeu-se por traição amorosa de uma mulher. A demora de um sapateiro preguiçoso criou a dinastia napoleónica. O ter-se desferrado um cavalo produziu a morte de Luís XVI. Um aceno com um leque provocou a conquista da Argélia. Etc.

Estes factos, se não causaram moralmente estes acontecimentos, provocaram-lhe a manifestação. E são tão essenciais que, se se não dessem, outro teria sido o desenlace do movimento espiritual, latente em todo o facto humano. Se não

chovesse na véspera da batalha de Waterloo, não estava a terra molhada, não se teria enterrado nos lamaçais a artilharia do corpo de reserva; se não se tivesse enterrado nos lamaçais, e por consequência levado grande tempo a fazer o trajecto até ao ponto preciso, não se teria atrasado o corpo de reserva duas horas; se não se tivesse atrasado duas horas, chegava primeiro que o prussiano Blücher. E a chegada inesperada de Blucher deu a vitória ao general Wellington.

E aí está como caiu o Primeiro Império.

Estes factos são as faíscas dos acontecimentos; determinam o movimento dos espíritos; como a faísca determina a inflamação das matérias.

De resto, Paris triunfa: pompas, bailes, recepções esplêndidas, conjunção de estrelas imperiais, choque radioso de imperadores e de príncipes; todas as maravilhas do Olimpo Europeu, Olimpo orgulhoso e estéril, tão ensanguentado e escaracterado como o antigo, e tendo igualmente, como o antigo, um inimigo implacável, um *Pan* sinistro — a Liberdade.

Glorifica-se em Paris o princípio imperial: a antiga cidade de Robespierre e de Danton celebra os jogos do mal, entre as espumas da lama. A velha cidade austera, que os cossacos respeitaram como uma cidade sagrada, canta um *Te Deum* social, um *Te Deum* ateu de liberdade, e fanático do privilégio, à coorte imensa e reluzente das cortes e das majestades.

Que importa que todo o pesadelo enorme da História, que todos os bandidos da Europa, estejam, em nome da tirania, expostos à admiração oficial, servil, inevitável, da cidade de Paris, no mesmo ar que vibrou com a *Marselhesa*, sob o mesmo sol que alumiou os Três Dias de Julho?

Que importa! Paris tem os jogos e tem o pão, *panem et circenses*: que importa que se receba gloriosamente o carrasco da Polónia, o escravizador de Hanôver?

Que importa? Os bailes são esplêndidos nas Tulherias, o jogo é infernal, as ruínas sucedem-se, a orgia flameja, as mulheres são cada vez mais impuras, os espectáculos têm já um

sabor de sangue, e o deslumbramento do oiro produz o embrutecimento... Que importa, pois, que, para além do mar, numa terra americana, o mesmo princípio fosse fuzilado, com grandes aplausos da raça mista do México? Que importa aos escravos do Império o princípio imperial?

Que importa à cidade de Napoleão a queda moral de Napoleão?

Há pão e jogos; há festas e deslumbramentos; há o prazer e a excitação da vida.

De resto, que importa que os imperadores do mundo morram?

Última degradação: que ao escravo contente e satisfeito já nem lhe importe a fortuna e a dignidade do amo que aplaude e que adora!

Findo aqui, Tornava-me certamente um tanto Claudiano...

A. Z.

Traduções

Victor Hugo, «Cartas»

L. Veuillot, *Os Cheiros de Paris*

H. Taine, *Viagem à Itália*

N.º 49, 27 de Junho

Em seguida publicamos uma eloquente e sentida carta do grande poeta Victor Hugo, escrita na mesma ocasião em que a rainha Vitória comutava a pena a alguns *fenians* condenados à morte.

Este precioso documento foi escrito em resposta a uma mensagem das senhoras de Dublin, que pediram algumas palavras em favor daqueles criminosos políticos.

Reina a angústia em Dublin. Sucedem-se as condenações e as graças anunciadas não chegam. Diz a carta que temos à vista:

Vai levantar-se a força; primeiro será executado o general Burke, em seguida o capitão McAfferty e o capitão McClure; depois mais três, Kelly, Joyce e Cullimane.

Não há um instante a perder. Mulheres, donzelas, recorrem a vós. Chegar-vos-á a tempo a minha carta?

Lemos e não acreditamos isto. Dizem-mos: apresta-se o cadafalso. Nós respondemos: não é possível. Calerafit não tem que ver com a política. Demais é já que exista a par dele. Não, não são possíveis em Inglaterra as execuções políticas. Não foi para imitar os patíbulos da Hungria que a Inglaterra aclamou Kossuth; não foi para recomeçar as forcas da Sicília que a Inglaterra glorificou Garibaldi. Que significariam os vivas clamorosos de Londres e Southampton? Suprimi então todas as vossas juntas de socorro polacas, gregas, italianas, sede a Espanha.

Não, a Inglaterra, em 1867, não executará a Irlanda. Essa Isabel não decapitará essa Maria Stuart.

O século dezanove existe.

Enforcar Burke. Impossível! Querereis copiar Talafarro matando John Brown, Chacón matando López, Geffrard matando o jovem Delorme, Fernando matando Risacane?

Quê! Depois da revolução inglesa! Depois da revolução francesa! Na grande e luminosa época em que estamos! Então há quarenta anos que se não tem dito, que se não tem escrito, que se não tem pensado, que se não tem proclamado nem feito nada!

Quê! Perante nós, que somos mais que espectadores, que somos testemunhas, tais coisas se passarão? Pois ainda aí existem as selvagens penalidades antigas! Ainda no dia de hoje se proferem sentenças destas: «Fulano, tal dia, sereis arrastado na cadeira ao suplício; depois vosso corpo será cortado em quatro bocados que ficarão à disposição de S. M. para deles ordenar conforme houver por bem!» Quê! Numa manhã de Maio ou de Junho, hoje, amanhã, um homem, porque tem sua fé política ou nacional, que lutou por essa fé, porque foi vencido, será ligado com cordas, investido de capuz, e o carasco tomará conta dele e lhe anrocheará o pescoço até o matar! Não! Não é para isso que sois a Inglaterra!

Vós tendes actualmente sobre a França a vanitagem de ser uma nação livre. Tão grande como a Inglaterra, a França não é senhora sua, o que resume uma triste inferioridade. Dela

tirais motivo para orgulho. É justo. Mas tomai sentido! Num dia pode-se retroceder um século. Retrogradar até à força política! Vós, a Inglaterra! Então erigi uma estátua a Jeffreys!

E enquanto o fareis, nós levantaremos uma estátua a Voltaire.

De tal vos lembrais? Quê? Vós tendes Sheridan e Fox, que fundaram a eloquência parlamentar, tendes Howard, que ventitou a prisão e atenuou os rigores penais, tendes Wilberforce, que aboliu a escravatura, tendes Rowland Hill, que vivificou a circulação postal, tendes Cobden, que criou a livre troca, tendes dado ao mundo o impulso colonizador, fizestes o primeiro cabo transatlântico, praticais magnificamente sob todas as formas o grande direito cívico, tendes a liberdade da imprensa, a liberdade da tribuna, a liberdade da consciência, a liberdade da associação, a liberdade da indústria, a liberdade domiciliária, a liberdade individual, ides pela reforma chegar ao sufrágio universal, sois o país do voto, do *poll*, do *meeting*, sois o poderoso povo do *habeas corpus*. Pois bem, a todo este esplendor juntai isto, Burke enforcado, e precisamente porque sois o maior dos povos livres, vos tornareis o mais pequeno!

Não se sabe que ruína faz uma gota de opróbrio na glória. Do lugar dos primeiros vos despenhareis no de últimos. Que ambição é esta em sentido inverso? Que sede é esta de decadência? Perante esses patíbulo, dignos da demência de Jorge III, o continente não reconheceria a augusta Grã-Bretanha do progresso. As nações desviariam o rosto. Um temeroso contra-senso de civilização seria cometido, e por quem? Pela Inglaterra. Surpresa lúgubre. Pasma indignado. Que mais medo nha coisa do que um sol de onde de súbito saísse a escuridão?

Não, não, não; repito-o, não é para isso que sois a Inglaterra.

Sois a Inglaterra para apontar às nações o progresso, o trabalho, a iniciativa, a verdade, o direito, a razão, a justiça, a majestade da liberdade! Sois a Inglaterra para dar o espectáculo da vida e não o exemplo da morte.

Chama-vos ao dever a Europa.

Tomar em tal ocasião a palavra por esses sentenciados. é ir em socorro da Irlanda; é ir também em socorro da Inglaterra.

Uma está em perigo pelo lado do direito, a outra pelo lado da sua glória.

As forcas não serão erguidas.

Burke, McAfferty, Kelly, Cullimane, não morrerão. Esposas e filhas que escrevestes a um proscrito, escusais de preparar vossos vestidos de luto. Contemplai em confiança vossos filhos dormindo em seus berços. É uma mulher a quem o luto cobre que governa a Inglaterra. Mãe, não fará órfãos; viúva, não fará viúvas.

Hauteville House, 28 de Maio de 1867.

Victor Hugo

N.º 52, 7 de Julho

Victor Hugo dirigiu a Juárez a seguinte carta, em que pede ao presidente do México que poupe a vida ao imperador Maximiliano:

Ao Presidente da República Mexicana:

Juárez, tomaste-vos o digno émulo de John Brown.

A América conta actualmente dois heróis: John Brown e vós. John Brown, que matou a escravatura; vós, a quem a liberdade deve a sua existência.

O México foi salvo por um princípio e por um homem...

Esse homem, sois vós.

... De um lado, dois impérios; do outro, um homem, um homem com um punhado de sequazes, um homem perseguido de cidade em cidade, de aldeia em aldeia, errando de selva em selva, acoitando-se nas cavernas como uma fera, impellido para o deserto, havendo sido posta a preço a sua cabeça e tendo por seus ajudantes alguns desesperados, e por soldados alguns farroupilhas, sem dinheiro nem pão, sem pólvora nem artilharia, entrincheirando-se atrás das brenhas. Aqui a usurpação proclamada legitimidade, acolá o direito chamado *banditismo*. A usurpação levando diante de si todas as legiões da força, o direito ficando só e desnudo. Vós, que representais o direito, aceitastes o combate.

Durou cinco anos a batalha de um contra todos. Supristes a falta de gente com os projectéis que a natureza vos ministrou. O clima terrível vos prestou mão poderosa. Tivestes por auxiliar o sol. Tivestes por defensores lagos intransitáveis, as torrentes povoadas de crocodilos, os pauis impregnados de febres, as vegetações mórbidas; o vômito negro das Terras Quentes, as soledades do solo, os vastos areais sem água e sem erva, onde os cavalos morrem de sede e de fome; a grande e majestosa serra de Anahuac; as planícies semeadas de abismos, albaladas sem cessar pelos vulcões, desde o Colima até ao Nevado de Toluca. Chamastes em vosso auxílio obstáculos naturais como as cordilheiras, as alcantiladas fragas basálticas, os colossais rochedos de pórfiro.

Empreendestes uma guerra de gigantes, tendo por auxiliares as montanhas.

E um dia, após cinco anos de fumaçada, de poeira e de obcecção, a nuvem dissipou-se e viram-se os dois impérios por terra; tinham desaparecido a monarquia e o exército, ficando apenas visível a enormidade da usurpação desmantelada, e sobre essas ruínas um homem de pé, Juárez, e ao lado desse homem, a liberdade!

Isso que fizestes, Juárez, é grande e sublime. O que vos resta é mais sublime ainda.

Ouvi, cidadão presidente da república mexicana:

Acabais de patentear a força da democracia; mostrai agora as belezas que nela se encerram!

Depois da porcela, fazei com que surja a bonança. Ensinai aos bárbaros a civilização, aos déspotas os princípios.

Diante do povo, deslumbrai e abatei o orgulho dos reis. Matai-os por meio da comiserção.

É sobretudo pela protecção do nosso inimigo que os princípios se fortalecem. A grandeza dos princípios consiste em ignorar. Diante dos princípios, os homens não têm nome.

Os princípios conhecem tão-somente a si próprios. Na sua augusta estupidez, sabem apenas isto: *A vida humana é invio-*

lável. Ó venerável imparcialidade da verdade! Como é belo ver o direito, sem discernimento, ocupar-se exclusivamente de ser direito!

É diante daqueles que teriam legalmente merecido a morte que importa abjurar este acto violento. Diante do criminoso é que deve ser derrubado o cadafalso.

O violador dos princípios deve passar pela vergonha de ser salvo por um princípio! Seja o inimigo do direito escudado pelo direito! Arrancando-lhe o manto da sua falsa inviolabilidade, a inviolabilidade régia, pondo a descoberto a verdadeira, a inviolabilidade humana.

Fique ele estupefacto ao ver que o considerais sagrado, hoje que já não é o imperador! Saiba esse príncipe que não se julgava mortal, que encerra em si a miséria do príncipe e a majestade do homem!

Jamais se proporcionou um ensejo mais favorável...

Juárez, fazei com que a civilização dê este passo descomunal. Juárez, aboli no vosso país a pena de morte. Fazei ver ao mundo inteiro este quadro cheio de majestade: a nação, no momento em que vai esmagar o seu algoz vencido, conhece que é um homem, larga-o e diz-lhe: vai-te! Também tu fazes parte do povo!

Será esta, Juárez, a vossa segunda vitória. A primeira vitória, em que vencestes a usurpação, foi soberba; será sublime a segunda, poupando a vida ao usurpador.

... Sim, fazei ver como se poupa uma cabeça de imperador a esses príncipes obedecidos pelos juizes, a esses juizes obedecidos pelos carrascos, a esses carrascos obedecidos pela morte!

Acima de todos os códigos monárquicos que gotejam sangue, colocai o livro das luzes, e no meio da mais santa página dessa lei suprema, vejam todos o dedo da república apontando para esta ordem divina:

Não matarás.

Estas duas palavras encerram o dever.

Esse dever cumpri-lo-eis.

O usurpador será salvo, e o libertador, ai de mim! Não pode sê-lo!

Há oito anos, no dia 2 de Dezembro de 1856, com o direito que a todo homem assiste, tomei a palavra em nome da democracia e pedi aos Estados Unidos o perdão de John Brown. Não o obtive. Hoje peço ao México a vida de Maximiliano. Obtê-la-ei?

Sim. Talvez a estas horas esteja satisfeito o meu pedido... Maximiliano deverá a vida a Juárez.

Hauteville-House, 20 de Junho de 1867.

Victor Hugo

Toda a imprensa da Europa se tem ultimamente occupado de um livro de Luís Veuillot, *Os Cheiros de Paris*, de Veuillot, o áspero defensor do catholicismo.

Vendo a corrupção de Paris, o abaixamento dos espíritos, a degradação das consciências, a immoralidade, o ateísmo brutal, a podridão dos costumes, a consagração de todas as infâmias, escreveu um livro terrível, em que fulmina a vida presente de Paris, os theatros, a imprensa, a literatura, tudo o que ele encontrou cheio de podridão moral, de esterilidade, de morte. Segundo Veuillot, Paris é o grande sintoma da decadência moderna; como no Baixo Império, tudo findou: moral, virtude, religião, pureza, consciência, pudor, honra, e todos os vícios. Todas as degradações se entrechocam na lama e na noite.

Deste livro, que espantou a França, daremos — aos que lêem — os principais capítulos, os que fulminam vícios gerais, os que não especializam Paris, mas dão a maldição profética de toda a corrupção moderna.

Hoje damos alguns parágrafos do principio do livro.

PARIS — ROMA

Paris é um sítio célebre em que se vai formando uma cidade por acabar ainda.

Diz-se que esta cidade será a maravilha do mundo, o

triumfo da ciência moderna, materialmente e moralmente. Ora é preciso que os habitantes se respeitem e tenham liberdade inteira. Para resolver este problema de excelente política, pretendeu-se favorecer por um lado a circulação das ideias, e por outro ter a circulação das porcarias. Para estes dois fins fez-se um sábio sistema de canalização.

As ideias que encontram embaraços nos caminhos ordinários, têm os jornais, os teatros, os cafés e outros meios de desvio.

Ora as porcarias, se o caminho porventura está obstruído, circulam por debaixo da terra. Vantagem. Porque as ideias deste tempo não nasceram para serem muito superiores em força às porcarias, se as encontrarem.

Todavia, como há também muitas ideias nos canos, onde são levadas por uma natural inclinação, e como nada há perfeito no mundo, não será impossível, apesar da abundância dos candeeiros, que um dia tenha lugar um encontro. E ver-se-á então a vitória infecta sair de um escoadouro.

Os canos de Paris merecem que lá se passe alguma coisa ilustre.

Pessoas que têm visto tudo, dizem que nada é mais formoso no mundo. Lá resplandece a luz, a lama conserva uma temperatura doce, dão-se passeios em barco, há caçadas aos ratos, combinam-se lá entrevistas, e já lá se arranjou mais de um dote.

As ruas de Paris são compridas e largas, orladas de casas imensas. Aquelas ruas compridas crescem todos os dias em comprimento. Quanto mais largas são, menos se pode passar nelas. As carruagens enchem a vasta calçada, os que vão a pé enchem os vastos passeios da rua. O ver uma daquelas ruas, do alto de uma daquelas casas, é como ver um rio transbordado que arrastasse os destroços de um mundo.

Na verdade, Paris é uma inundação que submergiu a civilização francesa, e que a vai levando toda, aos pedaços.

E onde a leva, assim esmigalhada? Eu crei que a leva à prefeitura da polícia, uma vitória saída dos canos.

Se de todos aqueles restos a prefeitura da polícia: saberia fazer uma outra civilização, isso não o sei eu. Mas quem quiser saber o que essa outra civilização há-de ser, basta-lhe ler Tácito e Petrónio.

As construções do novo Paris têm todos os estilos; o todo tem uma certa unidade porque todos aqueles estilos são do género fastidioso, e do género fastidioso mais fastidioso, que é o enfático e o alinhado. *Em Linha!*

Parece que o Anfião desta cidade é sargento.

É um prodígio do século XIX, e que nenhum outro século talvez viu, o ter-se reedificado Paris sem se ter revelado um só arquitecto. Até ao século de Luís XVI havia quase uma architectura em cada reinado.

Nascem muitas coisas faustosas, pomposas, colossais; são fastidiosas; nascem muitas coisas feíssimas, são fastidiosas também.

Estas grandes ruas, estes grandes cais, estes grandes edifícios, estes grandes canos, a sua fisionomia, mal copiada ou mal cismada, conservam não sei o quê, que se ressentem de fortuna rápida e irregular. Exalam o tédio.

Está-se dentro daquilo como nas casas daqueles homens que nos fazem comer bem, beber bem, estar bem sentados, que nos aquecem bem, que nos acendem uma boa luz, mas que não têm nada que nos dizer, mal acabam de recitar os períodos do seu jornal. Que chova, que neve, temos vontade de sair. É o que faz a vitória do *vaudeville*, de *Teresa* e do cachimbo.

Os habitantes de Paris aborrecer-se-ão como nunca ninguém se aborreceu no mundo. Não há nada que se não possa temer de um povo que se aborrece. Ora, o povo de Paris será no mundo como foi o povo de Roma, povo que se aborrecia.

O Paris novo nunca terá história, e perderá a história do Paris antigo. E já os vestígios do que foi estão apagados para os homens de trinta anos. Os velhos monumentos mesmo, que ainda estão de pé, não dizem nada, porque tudo mudou em volta deles. Nossa Senhora e a Torre de Saint-Jacques estão tanto no seu lugar como o obelisco, e parecem ter sido trazidas de outras partes, como curiosidades vãs.

Onde serão os lugares históricos, as moradas ilustres, os grandes túmulos?

Os homens da Revolução tiveram a mania ruinosa de fazer passar ruas sobre os santuários que tinham demolido. Incomodaram-se para fazer aquela tarefa, e sacrificaram mesmo a sua bem amada linha recta.

As coisas continuam. No Paris novo não haverá morada, nem túmulo, nem cemitério. Cada casa é uma alcova desta formidável estalagem, onde todo o mundo tem ficado e onde ninguém se lembra de ter visto alguém.

Quem habitará a casa paterna? Quem orará na igreja em que foi baptizado? Quem conhecerá ainda o quarto onde ouviu um primeiro grito, onde recebeu um último suspiro?

Quem poderá poisar a sua testa no apoio de uma janela, onde, quando novo, teve aqueles sonhos acordados que são a delicadeza da aurora no dia longo e sombrio da vida? Oh raízes de alegria, arrancadas da alma humana! O tempo caminhou, o túmulo abriu-se, e o coração que batera com o meu coração, adormeceu até ao despertar eterno. Todavia, alguma coisa das minhas felicidades mortas habitava ainda aqueles tectos pobres, cantava ainda àquela janela. Fui expulso de lá, outro foi-se lá instalar; depois a minha casa foi lançada por terra, e a terra engoliu tudo, e o lajedo ignóbil cobriu tudo. Cidade sem passado, cheia de espíritos sem lembranças, de corações sem lágrimas, de almas sem amor!

Cidade das multidões desenraizadas, montão movediço de

poeira humana; tu poderás engrandecer-te e tornar-te a capital do mundo, tu nunca terás cidadãos!

Rousseau tinha achado esta bela palavra: *deserto de homens*, para pintar Paris, quando Paris, povoado somente de seiscentas mil almas, era uma cidade de província, dividida numa certa quantidade de paróquias, onde todo o mundo se conhecia, onde todos faziam parte de uma corporação, viviam nos seus bairros, tinham amigos, parentes. E daqui a pouco, quem é que em Paris terá um só vizinho? Que homem poderá contar com outro homem para um auxílio qualquer, ou para uma resistência a qualquer coisa injusta e odiosa? Há a polícia — eis tudo. A polícia conhece todo o mundo, protege todo o mundo, apanha todo o mundo. Mas que direitos que este único protector tem sobre todo o mundo, e que regulamentos que os seus pupillos têm de observar!

A vil multidão, esse velho e medonho personagem histórico, não era em verdade na civilização cristã mais que um fantasma, uma figura de retórica, como os deuses, as graças, as musas e outros legados do grego e do latim. Agora existe: Paris criou-a e nós não pertencemos a ela, e não há outra coisa no recinto das fortificações. Quem se julga fora da multidão, engana-se. Procede dela, há-de voltar para ella, nunca dela saiu. É apenas a fracção mínima e fatalmente obediente de alguma multidão particular que está também sujeita, ella própria, ao movimento da multidão geral. Ora o vento é quem decide do movimento da multidão.

O destino da multidão é de se levantar como o vento, de se espalhar, de cegar, de sujar, de cair e de deixar que a sua força vá onde queira. Mas vá onde for, a força não encontra nunca senão poeira, e não pode dar a essa poeira uma aparência de constância senão regando-a com sangue.

Eu fiz um livro intitulado *O Perfume de Roma*. Foi elle que me deu a ideia destes *Cheiros de Paris*. Roma e Paris são as duas cabeças do mundo, uma espiritual, outra carnal. Paris,

a cabeça carnal, pensa que o mundo já não tem necessidade de Roma e que esta cabeça espiritual, já suplantada, deve ser abolida.

Há sem dúvida alguns que se opõem. Mas quando uma ideia desta natureza possui a maioria, ou o que faz as vezes dela, tudo o que a posição possa dizer é apenas risível.

Também se jura que não é Paris, mas Florença, que propõe que se abata Roma. Florença não é uma cabeça, nem mesmo um braço. É porventura o carrasco quem mata?

Enquanto que o perfume de Roma se exalava da minha alma abrasada de admiração, de reconhecimento e de amor, os cheiros de Paris perseguiram-me, insultavam-me. Eu vi a impudência do orgulho ignorante e triunfante, ouvia o escárnio da tolice, a ira mais estúpida da blasfêmia e as odiosas balbuciações da hipocrisia. Eu meditava pôr em presença a cidade do espírito, que vai morrer, e a cidade da carne, que a mata. Decidiram-me as circunstâncias. O ano de 1866 é solene para a Europa! Ele trouxe já o que não se esperava, se ainda traz o que está anunciado, verá uma coisa inaudita nos séculos cristãos, inaudita na série recomeçada dos séculos depois do Dilúvio. É em 1866, é de aqui a pouco que, pelo abandono de Roma às feras da Itália, *lupi rapaces*, a apostasia das nações, tacitamente operada, será oficialmente proclamada.

Um olhar sobre a capital da civilização carnal não será inútil em tal momento.

É apenas um olhar. Eu não pretendi escrever um retrato de Roma, missão acima das minhas forças; emprenderia muito menos fazer uma descrição de Paris, tarefa abaixo da minha dignidade. Demais, Paris tem os seus pintores oficiais em grande número e de grande audácia, que eu terei ocasião de citar algumas vezes. Eles dirão bastante.

Se deixo um véu sobre a chaga, sentir-se-á o cheiro acre ou insípido, sempre mórbido.

Ah! venho de fazer uma dura viagem!

Em Roma, na bela claridade do dia, íamos visitar as basilicas de mármore e de oiro, cheias de grandes obras, de nobres lembranças, de relíquias sagradas; venerávamos os túmulos augustos e fecundos, as ruínas majestosas em que a história está assentada e fala sempre. Que peregrinações, e que caminhos! E nesses caminhos encontrávamos a ciência, a piedade, a penitência, e todas tinham asas e sorrisos, e os seus olhos, banhados de clarões divinos, voltavam-se para o Céu. A amizade também lá estava, e as flores entre as ervas cobriam destroços cujo esplendor abatido só tinha mudado de beleza, e o silêncio, rei desses nobres espaços, deixava-nos por toda a parte ouvir as mais doces vozes da vida.

Em Paris, através da lama, através da multidão sombria, através da infecta noite, eu ia dos fumos do cachimbo aos vapores do gás dos cafés, aos teatros. É lá que o povo se diverte, é lá que se instrui.

Vi, ouvi, notei a voz dos histriões e os movimentos da multidão; senti o sopro e a mão da morte: *Erant in diebus ante diluvium comedentes, et bibentes et nubentes, usque ad eum diem quo intravit Noe in arcam, et non cognoverunt: donec venit diluvium et tulit omnes* *.

Falei como senti. Nem me acuso nem me absolvo da amargura das minhas palavras. Ainda que nada estime o tempo em que vivo, reconheço em mim mais de uma feição do seu carácter, e sobretudo aquela que mais condeno: desprezo. O ódio não entrou no meu coração, mas o desprezo não pode de lá sair. Colou-se e aparafusou-se a ele, que é vencedor a meu pesar, e cresce quando procuro afastá-lo, e ele desola-me a alma mostrando-se, como um esforço da perversidade hu-

* Dias antes do Dilúvio estavam bebendo e comendo e noivando até o dia em que Noé entrou na arca e não o conheceram, então veio o Dilúvio e levou-os todos.

mana, aquela conjuração universal contra o Cristo, onde a ignorância tem talvez maior parte que a perversidade. A minha razão, tão escandalizada como a minha fé, esmagava a esperança que eu queria conservar, e dita-me palavras afiadas que me parece que não queria escrever. E por isso começo a acreditar que é missão minha fazer ouvir aos perseguidores da verdade algum daquele indomável desprezo pelo qual se vingam a consciência e a inteligência, que eles esmagam, e mostrar-lhes num futuro próximo o azorrague inexorável que caiu sobre eles. Eu sou aquele homem que uma força superior à sua vontade fazia correr nas muralhas de Jerusalém, investida mas ainda orgulhosa, gritando: Desgraçada! Desgraçada! Desgraçada da cidade e do tempo! E no terceiro dia acrescentou: Desgraçado de mim! E caiu morto, ferido por mão inimiga.

N.º 6, 24 de Janeiro

Continuamos dando alguns capítulos do livro de L. Veuillot, os *Cheiros de Paris*.

O que hoje damos é uma alusão terrível à decadência, corrupção e embrutecimento da França: é uma alusão ainda a estes declamadores que andam todos os dias pregando a podridão dos costumes e que no entanto se calam ao primeiro afago oficial, e vão, se for necessário e útil à causa pública e à camarilha, envernizar as botas soberanias. Como estão fora do festim, fulminam os outros, que se fantam de carnes e de vinhos, e por vezes amaldiçoam a carne e o vinho.

Disto há muito pouco por cá.

Neste capítulo de Veuillot, o império e o sistema napoleónico, é tragicamente anatematizado — sistema horrível de embrutecimento, de corrupção, de tudo: tudo se faz de um povo corrupto, aborrecido e embrutecido.

Nada mais irreparável na história, a este mundo moderno pelo lado da corrupção, do que a decadência de Roma: o mesmo tédio, a mesma apatia, a mesma devassidão, a mesma pompa aparente, a mesma miséria, o mesmo amor pelos espectáculos, o mesmo gosto de extravagante, a mesma tendência para o descomunal, a mesma miséria, a mesma afeminação, o mesmo falso gosto, a mesma ausência do senso moral. É neste sentido — e dizendo Roma, mas querendo dizer Paris, dizendo César, e querendo dizer Napoleão — que falla D. Veuillot.

Não sei que pintor é Couture. Creio que a aceitação inteira o tem posto no número dos contestados.

Para mim ele é do pequeno número daqueles que tiveram ou que encontraram um pensamento. Artistas que encontram pensamentos, não os encontramos nós em todas as exposições.

O pensamento pelo qual eu louvo M. Couture está expresso pelo grupo dos homens que ele colocou de pé no seu quadro da *Orgia Romana*.

Eles não estão embriagados e olham com nobre tristeza a ignomínia dos convivas e a glória do festim.

Aqueles moços romanos vêem a decadência de Roma, e a sua alma verga a esse peso. O peso da pátria que se desmorona, desonrada por si mesma.

Era então a amarga e suprema dor: porque então para uma alma romana nada podia ser mais nobre, mais santo, mais caro do que a pátria. O cristianismo conservou este sentimento tão sobrenatural, e só quis amplificá-lo. Foi-nos abento o Céu, e nós dissemos que o Céu era a pátria.

As línguas humanas, iluminadas pelo espírito de Deus, não procuram nome mais doce para a morada eterna, reino de todo o bem.

Os romanos da decadência, ao menos aqueles que ainda não tinham ouvido falar de Cristo, ou que não ousavam ir a ele nas Catacumbas, não conheciam a pátria celeste e não aspiravam a ela. A pátria terrestre, a sua augusta Roma, o Deus verdadeiro, viam-na morrer, e de que monte!

Era esse corpo enodoado que eles ali contemplavam, farto, arreventado com os excessos da carne e do vinho.

E não havia remédio!

Que fazer daqueles romanos degenerados, daqueles últimos patrícios, mais vis que os histriões e as prostitutas com que viviam, mais vis que os escravos que os serviam?

Tais homens só podiam obedecer ignobilmente a César, viver ou morrer como César quisesse.

Mas no exílio, nos campos de batalha, ou no banho, a ignomínia acompanhava igualmente a vida e a morte: só se vivia por César, só se morria por ele. Um dia vem em que os homens perdem o direito de oferecer o seu sangue à causa pública, esse sangue não é bastante puro. A pátria, como o Céu, escolhe os seus mártires. É necessário ser digno. A primitiva Igreja era escrupulosa, e mais de um que parecia ter recebido a morte pelo Cristo, foi todavia riscado dos Dípticos, porque não havia a certeza que tivesse merecido morrer.

E depois uma hora soa, uma hora nefasta entre todas, a hora última das pátrias, em que a causa pública deixa de existir, em que já não há a defender nem leis, nem liberdade, nem justiça, nem lares, nem lembranças, nem futuro. De ora em diante só resta um amo: ninguém o escolheu e ele saqueia a pátria.

Tal é a hora que aqueles moços romanos sentem aproximar-se: ella começa, elles verão a pátria morrer; morrer na lama, no vômito das orgias; morrer sob os pés de um Dácio, de um liberto, de um histrião talvez, de um soldado revoltado que será César, porque assassinou o seu predecessor, e porque antigas rapinas o fizeram tão rico que pôde comprar os pretorianos. Eis o que aquellos romanos prevêem, o que não tardará, o que já está feito e é irreparável. Um esqueceu na cabeça a coroa de conviva, outro arrancou-a e amarrotou-a com tédio. Deixam o teatro magnífico da orgia, a sala forrada de estofos preciosos, ornada de estátuas, de vasos gregos e de flores. Esses esplendores são o veneno que mata Roma e a liberdade.

Desde que a mão ligeira de Augusto lançou sobre Roma essa rede de seda, as malhas cada vez se estreitaram mais de reinado em reinado, de dia em dia, e as almas cativas cada vez pareceram mais aviltadas. Todo o obstáculo seria imponente, toda a esperança vã.

Que podem fazer Trimalcião e os seus hóspedes?

Mais vale não empreender o fazê-los corar.

Qualquer daqueles devassos, que ainda não é senão covarde, tremendo por ser julgado digno de ouvir uma palavra viril, far-se-ia delatar.

Deixai-os à vergonha dos seus prazeres, homens melhores e mais felizes. Lavai a vossa cólera, guardai e nutri a vossa dor. Quando o mal triunfa, feliz quem pode honrar-se em o aborrecer; quando a pátria sucumbe, feliz quem a ama ainda e a sabe chorar.

Esta dor vale mais que o sorriso das dissolutas, vale mais que a amizade de César e que o favor dos pretorianos. Sai do banquete e da cidade, indo para os caminhos onde dormem os antepassados ao ar livre dos campos; os ardores do sol pesavos-ão menos que as coroas das rosas, e o espectáculo dos túmulos ser-vos-á mais doce que o som lascivo das flautas. Parando diante daqueles grandes restos dos que foram a força e a glória de Roma, dir-lhes-eis como o último cônsul: vede de que morte ignóbil nós estamos a morrer.

Entretanto, não vos enganeis, romanos! Os lábios dos homens não têm palavras que quebrem o sono do túmulo e os vossos antepassados não renascerão. E tomai cuidado com os feitiços de César! César mata, mas sobretudo gosta de corromper, e as suas vítimas queridas são as que ele pode desonrar. Ora, numerosos são os seus laços, numerosos são os caminhos que a ele levam. Ele ordena as voluptuosidades, como os espantos, o orgulho é um dos seus meios, como a luxúria, dá a glória como dá a morte. O tédio mesmo, o tédio horrível, é o grande recrutador de César. Muitas vezes o tédio de não ser nada, pode abater corações que não tenham podido amolecer nem o prazer nem o temor, e que as longas irrisões da fortuna pareciam dever deixar em pé.

Pois vós sacudireis sempre com mão indiferente o pó que vos atirarão os carros dos libertos e das prostitutas? Pois haveis de suportar as suas sátiras quando César quiser dar aos escárnios dos teatros a vossa virtude importuna?

Sustentareis sem fraquejar a provação permanente da guerra dos histriões de César, depois dele, deuses do povo, do império e do mundo!

Se não quereis ficar num covarde silêncio, se não quereis aquela fuga mais covarde ainda que consiste em se matar, em vão vos fechareis no túmulo dos antepassados, não encontrareis lá o sossego, e as vossas almas altivas não estarão lá em segurança.

O tédio expulsar-vos-á daqueles retiros preguiçosos, e sobre vós cairá a rede de César.

Roma e o mundo só têm um retiro, um único asilo em que a alma está em segurança contra César, contra o tédio e contra a estéril morte. Esse retiro é debaixo da terra, naquelas covas profundas mas alumadas por uma luz divina, em que os cristãos sepultam os seus mártires para serem os alicerces imutáveis de uma nova Roma, uma Roma verdadeiramente universal, cujos edifícios subirão aos Céus e cujo império não acabará nunca.

Se os romanos do pintor Couture terão a coragem e o espírito de ir para as catacumbas, ignoro e em verdade duvido. Eu creio que não foi a intenção do pintor fazê-los ir para lá.

Ele deu-lhe um não-sei-quê que me inclina a pensar que esses rapazes são quando muito estoicos, daqueles que falam em abrir as veias, mas no último momento, quando César estivesse para o ordenar, ou quando já não pudessem digerir; excelentes rapazes que leram Tito Lívio, Cícero, Séneca e Pérsio, e que se julgam republicanos. «Aos vinte anos», disse um autor, «todos são republicanos; é a idade da virtude.» Alguns vão até aos trinta, mas depois sossegam.

Muitas razões levam a não se ser virtuoso. Há algumas boas: quando se é virtuoso assemelha-se a gente a tantos tolos, a tantos biltres, e sobretudo a tantos velhacos! Há algumas plausíveis: pois há-de-se arrebenatar de fome? Há-de-se privar

o país das luzes que se lhe podiam derramar? Isto é muito capcioso. E depois, não faltam exemplos. E depois, se há os impulsos da virtude, há as inclinações da natureza! Sob Augusto quantos republicanos que teriam sido, no tempo de Cícero, do partido de Catilina! A natureza retoma os seus direitos.

Eu creio pois que os romanos de M. Couture não irão às Cattacumbas.

Invocando sempre a virtude dos antepassados, resolver-se-ão a não morrer de fome se são pobres, nem de virtude se têm fortuna, nem de tédio na sua riqueza e na sua virtude.

O aborrecimento da orgia deixou-lhes livres as pernas e as línguas: servir-se-ão das suas pernas para ir ao Palatino, e da sua língua para pedir uma província.

Oh! província feliz! Tu verás que com a razão, as pernas e a língua, aqueles estóicos também conservarão os dentes.

E vós, cristãos desse país, preparai-vos: vão-vos pedir o incenso e o sal.

O que me confirma nessa opinião sobre os virtuosos romanos do pintor Couture, é que eles fizeram escola.

Numas e noutras partes, mas antes, nas assembleias, no foro, nas letras, vejo diversas amostras de austeros que se levantam, que protestam contra a orgia, que invocam os antepassados, que dizem que se bebe de mais, que se canta de mais, que se paga caro de mais o governo e as cantoras, que se dão largas de mais à administração e às paixões. São romanos: há-os ainda! Mas depois de estarem à sua oração até *dixi*, raras vezes são vistos deixar a mesa, e é a coisa mais fácil do mundo decidi-los a estender o corpo e a pôr a mão no prato.

Muitos mesmos, contentam-se com um simples gesto de convite.

Os romanos de Couture manifestam-se sobretudo nos jornais. É lá que eles desdobram a sua virtude. E na verdade é algumas vezes bem áspera! Não põem dificuldade nenhuma em chamar *velhas* às meninas que presidem à orgia, e cha-

mam-nas pelo seu nome, ao mesmo tempo que pela sua qualidade. Não poupam mesmo as que estão munidas de muitos cavalos e de muitos fidalgos. Dizem que elas têm cabelos postiços, dentes consolidados, hálito hostil, esta a mão seca, aquela o pé chato.

Escarnecem amargamente os tolos que atiram àquela lama o seu nome, a sua fortuna, o que receberam do cérebro, ou o que lhes resta.

O ódio ao *gandin* é neles maior que o desprezo pela *moça*: fazem lúgubres e incisivas pinturas da sua imbecilidade, da sua baixeza, das suas desgraças, tonniam-se eloquentes contra os escândalos que dão aqueles vadios indecentes e estéreis, e se as circunstâncias os fazem sobressair — não deixam nunca de lhe esfregar gravemente as orelhas ao pobre *sire*: têm também belos amátemas contra os descaramentos do teatro, vão até requerer a folha de vinha e pôr diante o lenço... Mas sabem-se coisas tristes.

O severo *Guignol* tinha letras protestadas, e esta circunstância não pareceu estranha a uma certa execução que ele tinha feito com grandes fogueiras de virtude.

O severo *Larilla* e o severo *Matagru* protegeram cândidas comparsas, e *Lais*, que é dos primeiros papéis, atribui a interesses secretos do seu coração as reclamações pudibundas que eles não cessam de fazer contra os gestos com que ela acompanha todas as noites as suas perorações diante do Areópago.

Outros severos, que pagam os seus bilhetes e que não têm ingénuas, revelam-se uma boa noite pais de *vaudevilles*, tão arreagaçados como decotados. E logo que lhes é dado encher a cena, então já não pedem que se desçam as saias, e deixam às *Lais* perorar como quiserem.

Assim acabam os romanos de Couture.

E quando pela sua vez são mordidos por antigos confrades, ou por os vindos de novo, dizem que os antigos são ociosos, irritados de não ter podido chegar; e os novos, filhos perdidos da Boémia, que os querem *fazer pagar*.

N.º 2, 10 de Janeiro

Damos hoje umas páginas do livro de H. Taine, *VOYAGE EN ITALIE*. Este livro, de uma profundíssima crítica artística, de um forte colorido, de uma perfeita análise social, foi como que uma revelação da Itália, do génio das suas artes, da sua existência e luta política, do seu espírito sereno e plástico, do seu clima, da sua alma elevada e luminosa. Cremos que será lida com interesse a vida, a paisagem, a imagem desta Itália que tanto tem sofrido, tão bela e tão desolada, dilacerada pelas revoluções, angustiada pelas tiranias, que hoje, enfim, está na véspera da liberdade e da unidade.

Em Nápoles, 20 de Fevereiro.

Isto é outro clima, outro céu, quase outro mundo. Esta manhã, ao aproximarmo-nos do porto, quando o espaço se alargou e o horizonte se descobria, não vi de repente senão brancuras e esplendores.

Ao longe, sob a bruma que coloria o mar, as montanhas superpostas estendiam-se luminosas e acetinadas como nuvens. O mar adiantava-se com grandes ondas brancas, e o sol, derramando o seu rio de chamas, fazia até à praia como um rasto de metal derretido.

Passei metade de um dia na *VILLA-REALE*; é um passeio plantado de carvalhos e de arbustos sempre verdes, que vai ao

comprido da costa. Algumas árvores novas, trespassadas pela luz, abrem as suas folhas tenras e baloiçam já umas pequenas flores amarelas. Estátuas nuas inclinam os seus corpos de mármore branco entre o verde suave das plantas. Grandes claridades estendem-se sobre a relva, e as ervas trepadeiras entrelaçam-se em volta das colunas; aqui e acolá resplandece a viva cor vermelha das flores novas, e os cálices, delicados, aveludados, tremem à aragem tépida que vem dentre os troncos dos carvalhos. O ar e o mar são benéficos; que contraste se pensar-mos nas costas do oceano, nas praias da Normandia e Gasconha, batidas pelos ventos, flageladas pelas chuvas, onde as árvores inteiriçadas se escondem nos côncavos das rochas e onde os juncos e a relva se colam miseravelmente aos declives!

Aqui a vizinhança das ondas nutre as plantas; sente-se a frescura e doçura do sopro que as vem acariciar e que as abre. A gente esquece-se, escuta o ruído das folhas que murmuram, olha as sombras que se movem na areia.

E a seis passos, o mar rola com um ruído profundo, à medida que as toalhas de água se vêm adelgaçar e arredondar na areia; com o sol a bruma evapora-se entre as folhagens, vê-se então o Vesúvio e os seus vizinhos, toda a cadeia dos montes que se estende. Tem uma cor de violeta pálida e, à medida que o dia baixa, aquela cor de violeta torna-se mais suave. Por fim, o mais fino colorido da malva, uma corola de flor, tem menos encanto; o céu torna-se mais puro e o mar sossegado está todo azul.

É impossível descrever isto. Lorde Byron tem razão, não se podem comparar as belezas das artes e as da natureza. Um quadro fica sempre abaixo e uma paisagem bem acima da ideia que se forma. É belo isto, não sei dizer outra coisa, é grande e é doce, dá prazer ao coração e aos sentidos; não há nada mais voluptuoso e não há nada mais nobre. Como se hão-de os homens dar à fadiga de trabalhar, de produzir, quando têm aquelas coisas diante dos olhos? Não vale a pena

ter uma casa bem arranjada, construir laboriosamente aquelas vastas máquinas que se chamam uma constituição ou uma igreja, procurar gozos de vaidade ou de luxo; basta olhar, deixar-se viver; colhe-se toda a flor da vida com um olhar.

Eu estava sentado num banco, via vir a noite, as cores esmorecerem, e parecia-me que estava nos Campos Elísios dos antigos poetas. As formas elegantes das árvores desenhavam-se no azul-claro. Os plátanos despidos, os carvalhos nus, pareciam até sorrir. A serenidade deliciosa do céu, riscado pelo fino gradeado dos ramos, comunicara-lhes a sua doçura.

Aquelas árvores não pareciam mortas ou entorpecidas, como nos nossos países, mas adormecidas somente e prontas a entreabrir, ao contacto daquele ar tépido, os rebentões, e a confiar as primeiras folhas à Primavera vizinha.

Aqui e além acendia-se uma estrela, a Lua começava a derramar a sua luz branca. As estátuas, mais brancas ainda, pareciam vivas, naquela doce e última luz do dia, misteriosa e nocturna. Grupos de mulheres moças, cujos vestidos ondulavam levemente, andavam caminhando sem ruído, como sombras felizes.

Parecia-me que assistia à antiga vida grega, que compreendia a fina delicadeza das suas sensações; que eu devia ficar eternamente a ocupar-me daquelas formas delgadas, daquelas cores esmorecidas, sem ter necessidade de ver coloridos e esplendores. Parecia-me ouvir recitar versos de Aristófanes e ver o seu moço atleta, casto e belo, contentando-se por todo o prazer em passear, com uma coroa na cabeça, entre os choupos e os esmalces em flor com um sábio amigo da sua idade.

Nápoles é uma colónia grega, e quanto mais se vê mais se sente que o gosto e o espírito de um povo tomam a forma da sua paisagem e do seu clima.

Às 8 horas não havia um sopro de vento. O céu parecia de lápis-lazúli, a Lua como uma rainha imaculada luzia só no meio do azul; a sua luz tremia sobre a grande água e

parecia um rio de leite. Não há palavras que exprimam a beleza e a doçura das montanhas, envolvidas na sua última cor, na vaga cor violeta do seu vestido nocturno.

O cais, a floresta de mastros, pela sua negrura profunda, ainda as tornava mais lindas; Chiaia, para a direita, arredondando em volta do golfo o seu cinto de casas iluminadas, fazia-lhe uma grinalda de lumes.

De todas as partes brilham pequenos faróis; os homens, as mulheres ao ar livre, conversam alto, riem e comem. Este céu só por si é uma festa.

N.º 4, 17 de Janeiro

Continuamos dando páginas da *Viagem à Itália* de H. Taine.

As mais perfeitas do livro são decerto as que falam do clima, da vida, das sensações que nascem daquela doce natureza; Taine compreendeu admiravelmente a raça meridional nos seus instintos, as suas necessidades simples, o seu espírito contemplativo, o seu amor da forma e da voluptuosidade delicada.

Damos algumas páginas sobre o aspecto das ruas de Nápoles.

ATRAVÉS DE NÁPOLES, E AO ACASO PELAS RUAS

Que ruas se atravessam! Altas, estreitas, sujas, de restos de legumes, de destroços sem nome; andares, um formigueiro de lojas pequenas, de vendas ao ar livre, de homens e de mulheres que compram, vendem, palram, gesticulam, acotovelam-se, a maior parte enfezados e feios, as mulheres sobretudo pequenas e cheias, a face amarelada, os olhos resplandecentes, sujas, com farrapos de vestuários, com xales de ramagens e lenços vermelhos, cor de laranja e cor de violeta, sempre de cor ardente, e com falsas jóias de cobre; nos arredores

da Piazza del Mercato emaranha-se um labirinto de travessas, lajeadas de lama e de pó antigo, juncadas de cascas de laranjas, de restos de legumes, de destroços sem nome; a multidão amontoa-se, negra e barulhenta, na sombra palpável por baixo do claro do céu. Tudo aquilo remexe, come, bebe, cheira mal; é como uma amontoação nojenta de ratos numa ratoeira: é o ar espesso, a vida esfanrapada e desleixada das *lanes* de Londres; por felicidade aqui o clima é favorável à porcaria e à farrapagem.

Por vezes, no meio daqueles casebres, levanta-se à esquina, enorme, a porta monumental de um antigo palácio. Vêem-se por uma abertura largas escadarias que sobem e se entrecruzam, terraços interiores sustentados por uma colunata, os restos da vida murada e grandiosa, como apareceu sob a dominação espanhola.

Os senhores habitam ali com os seus fidalgos, os seus criados armados, os seus coches, arranjando pensões, dando festas, assistindo às cerimónias, únicos aparentes, únicos importantes, enquanto que nas ruas escuras a canalha dos mercadores e dos artífices, olhava aquelas paradas sumptuosas, tão desprezada e tão miserável como outrora o rebanho dos servos tolerados em redor da torre feudal.

Uma grande quantidade de frades trotavam na lama, com sandálias ou sapatos sem meias; muitos têm cabeça manhosa e grotesca como de um Sócrates cruzado de Polichinelo, a maior parte são verdadeiramente povo, baloiçam-se dentro do velho hábito russo e rapado, e caminham dando às costas, com modos de boqueiros. Um deles inclinava-se, encostado a uma varanda para nos ver melhor, cheio de carnes, pançudo, com bochechas, fradão manhoso, como os pinta Rabelais, repoltreado na sua importância e na sua gordura, como um porco curioso e desconfiado que olha. Por outro lado, nas ruas melhores, encontravam-se moços abades, elegantes, vestidos de preto, apurados, com uma expressão de finura e de reserva inteligente e diplomática.

Em cima e em baixo há-os para os salões e para as tabernas.

Encontramos cinco ou seis igrejas no caminho, as estátuas da Virgem estão pintadas como bonecas de cabeleira, e as mais vestidas como senhoras, uma com um grande vestido cor-de-rosa, largas fitas azuis, um penteado bem feito e seis espadas no peito. O Jesus pequeno, os santos, têm também vestuários modernos, alguns têm um hábito de frade, outros mostram a sua pele de cadáver e chagas ensanguentadas.

É impossível falar mais fisicamente aos olhos e aos sentidos. Uma velha de joelhos gemia diante da Virgem. Assim vestida e ensanguentada, a Madona é tão real como uma princesa viúva, falla-se-lhe com o mesmo tom e chora-se para a enternecer.

Vimos *Santa Maria de la Pietra*, *Santa Chiara*, *San Gennaro*. A primeira é brilhante: mostra-se uma estátua do pudor de baixo do seu véu; mas o véu é tão delgado, tão colado às formas, tão estirado pelas nudezas do corpo, que a estátua está mais que nua.

No fundo de uma cripta está um Cristo morto, envolto no seu lençol; o guarda acende uma vela, e naquele reflexo macilento, no ar húmido e frio, os olhos, os sentidos, todo o ser nervoso se perturba como ao contacto de um cadáver.

São aquelas as habilidades da superstição e da escultura; há ali meio de fazer brilhar o artista, divertir o epicurista, e fazer estremecer o devoto. Não falo do luxo, das pinturas, das ornamentações prodigalizadas, da decoração pretensiosa, isto torna-se ainda mais visível em *Santa Chiara*, nas enormes folhagens de prata que cobrem o altar, na quantidade de balaustradas de cobre doirado, nas bolinhas de ouro, velas engrinaldadas, altares carregados de rendas, como os que as crianças arranjam e alindam nas festas do ano.

Acontece o mesmo numa quantidade de igrejas cujo nome não me lembra. Aquele catolicismo pagão fere; descobre-se ali um fundo de sensualidade sob uma aparência de ascetismo.

As caveiras, os relógios de areia, as invocações místicas, fazem desarmonia com as douraduras, com as colunas de mármore precioso e os capitéis gregos. Não têm do cristianismo senão a superstição e o medo. Aqui, por exemplo, a grandeza falta e a afeição reina.

Fazem de uma igreja uma loja de coisas bonitas. Procurando bem o sentimento da gente para quem se edificou aquilo, só encontro o desejo de ir tomar fresco a uma loja de ourivesaria, ou então o pensamento de que, dando muito dinheiro a um santo, ele preservará das febres.

Os pintores e os architectos são declamadores que, pelas suas abóbadas enormes, as suas curvas estranhas, procuram despertar a atenção gasta. Tudo isto indica uma triste época, a extinção do verdadeiro sentimento, os artifícios de uma arte que se consome, os perniciosos efeitos de uma civilização gasta e da dominação estrangeira.

E todavia, no meio daquela decadência, há sempre uma ou outra coisa que se resente do antigo e poderoso génio: em S. Gennaro, por exemplo, vigorosos corpos pintados por Varasi no cimo das portas, tectos de Santa-Fede e de Forte, grupos amplos, personagens bem lançados e de attitude altiva, túmulos, uma grande nave, onde se estendem em fileira medalhões de arcebispo, e cuja alta curva monumental e o fundo dourado têm a majestade de uma decoração.

N.º 9, 7 de Fevereiro

Continuamos dando as melhores páginas sobre a paisagem de Nápoles do livro de Taine, *Voyage en Italie*.

PASSEIO A POUZZOLES E À BAÍA

No fim do subterrâneo de Posillipo começa o campo, como um pomar cheio de altos vinhedos casados às árvores.

Em baixo resplandece a rosácea harmoniosa dos verdes e umas plantas amarelas. Tudo aquilo dorme na bruma tépida, como uma jóia na sua renda.

Ao voltar da estrada aparece o mar, e daí o caminho segue até Pouzzoles.

A manhã estava enevoadá, e as grandes nuvens baças enchiam o horizonte. A bruma não evaporava; somente de longe a longe adelgaçava-se e deixava chegar uma pálida onda de sol, como um sorriso imperceptível.

Entretanto o mar estendia as suas longas toalhas brancas e serenas sobre a areia doce; depois ia-se com um rumor monótono.

Uma cor uniforme, de um azul pálido e como desbotado, ocupava o espaço imenso, todo o céu e todo o mar; o céu e mar confundem-se; parece que as pequenas barcas negras são aves que esvoaçam no ar. Não há barulho; apenas se ouve

o leve sussurro das águas. As meias cores doces da ardósia, que chora nas concavidades húmidas dão ideia daquela cor desbotada. A gente recita baixinho os versos de Virgílio, e pensa naquelas regiões silenciosas onde desce a Sibila, reinos onde flutuam sombras, não frias e lúgubres como o país cimério de Homero, mas onde a vida vaporizada e vaga está em descanso, à espera que a força do sol a concentre e a faça correr resplandecente na torrente do ser, ou também naquelas praias adormecidas onde estão as almas futuras, populações murmurosas e diáfanas que volteiam indistintas, como as abelhas em redor do cálice das flores.

Nísida, Isquia ao longe, o cabo Misene, não se assemelham a seres reais, mas a sombras nobres que estão próximas a chegar à vida. Mais longe, em toda a campina, os troncos brancos dos plátanos, as verduras adoçadas pelo Inverno e pela bruma, as hastes delgadas das canas, a água imóvel do lago Averno, os contornos duvidosos das montanhas, toda a paisagem, lânguida e muda, parece descansar de existir, dormir, não esmagada e entorpecida pela morte, mas envolvida docemente numa paz benéfica e monótona. É desta mansira que os antigos conceberam *o além*, a extinção da vida; os seus túmulos não são lúgubres; o morto descansa ali, não está aniquilado, nem sofrendo; trazem-lhe manjares, vinho, leite, vive ainda; somente da grande luz passou para o crepúsculo. As ideias cristãs e germânicas, Pascal e Shakespeare, não podem falar aqui.

Não há nada a dizer da Baía. É uma pobre aldeia, onde algumas barcas estão amarradas em volta de uma velha fortaleza. Veio a chuva e fez daquilo um lamaçal. Pouzzoules é ainda pior. Os porcos imundos andam soltos pelas ruas. Alguns, presos pela barriga com uma corda, mexem-se e grunhem.

As crianças esfarrapadas parecem irmãs dos porcos. Uma dúzia de mendigos, uma suja canalha parasita, dependurava-se da carruagem; mandavam-se embora, empurravam-se, de nada valia, eles queriam absolutamente servir de guias. Parece que há três anos era pior ainda. Em lugar de uma dúzia atrás de

nós, teríamos tido cinquenta; os porcos andavam pelas ruas de Nápoles como aqui. Este povo é ainda selvagem; quando viu chegar Victor Manuel ficou pasmadíssimo e imaginava que Victor Manuel tinha destronado Garibaldi. A maior parte tem um sapato só; outros andam descalços, com as pernas nuas na lama; os farrapos que trazem não podem ser descritos: só os há assim em Londres. Vêem-se pelas portas mulheres catando os filhos, enxergas, corpos meio deitados.

Nas praças, à entrada da cidade, um montão de vagabundos pequenos e grandes esperam uma presa, um estrangeiro, e atiram-se. Três mostraram-se mais teimosos que os outros, e o meu companheiro começou a gracejar com eles. E eles gostam de gracejar também e respondem com um misto de humildade e de descaramento. Até se escarnecem entre si; um, sobretudo, mostrando o seu camarada, acusava-o de ter uma amante disforme e descrevia com miudezas aquela disformidade. Qual será a desgraçada que tem por amante semelhante homem? Suponho que perdeu o olfacto. Em todo o subterrâneo de Possillipo, e em geral em todo o Nápoles, há vontade e necessidade de tapar o nariz; dizem que no Verão é bem pior ainda.

E aquilo é geral no sul, em Avignon, em Toulon, como na Itália; diz-se que os sentidos dos meridionais são mais delicados que os dos homens do norte; sim, os olhos e os ouvidos.

Fomos ver um templo de Serápis onde se conservam em pé três belas colunas; à entrada estão banhos antigos e nascentes sulfurosas; toda a costa está cheia de destroços humanos. As arcadas das quintas, os restos dos celeiros, as substruções marítimas, fazem uma cadeia quase contínua. A maior parte dos ricos de Roma tinham ali uma casa de campo; mas não estou hoje de veia arqueológica.

Faço mal, porque, pelo anfiteatro, valia a pena. As abóbadas recentemente tiradas da terra estão novas e parecem de ontem. Um enorme subterrâneo servia de morada aos gladiadores e às feras.

No circo podiam caber trinta mil espectadores. Não há

antiga cidade romana de Metz a Cartago, de Antioquia a Cádiz, que não tivesse o seu circo. Durante quatrocentos anos, que consumo de carne viva! Quanto mais se olha para os circos mais se vê que toda a vida antiga lá vai dar: a cidade era uma associação para a caça e exploração do homem, a cidade usou, depois abusou dos cativos, dos escravos; nos tempos de sobriedade vivia do seu trabalho; nas cidades de deboche divertia-se com a sua morte.

Naquelas vastas covas, naquela cidade subterrânea, jazem colunas precipitadas pelo tremor de terra, semelhante a enormes troncos de árvores.

As cabeleiras verdes das árvores pendem ao comprido das paredes, e escorre delas a água como uma fonte, que gota a gota caísse dos cabelos de uma náiade.

N.º 11, 14 de Fevereiro

Damos hoje, traduzidas do livro de Taine *A Viagem à Itália*, algumas páginas sobre o aspecto da paisagem e do clima de Marselha e em geral da fértil Provença; depois a viagem pelo mar e o desembarque em Civitavecchia.

São admiráveis como desonção e profundo sentimento da raça.

MARSELHA E A PROVENÇA

É aqui já o verdadeiro país meridional; começa nas Cévennes.

A terra do norte está sempre húmida e enegrecida; mesmo no Inverno os prados estão verdes. Aqui tudo é pardo e tépido; montanhas calvas, rochas esbranquiçadas, grandes planícies secas e pedregosas; quase que não há árvores, salvo nos declives suaves, nas concavidades cheias de seixos, onde pálidas oliveiras e as amendoeiras abrigam as suas fileiras doentias. Aqui não há cor e um simples desenho delicado, elegante como um fundo de Perugino.

O campo assemelha-se a um grande estofado de linho, apardentado, listrado, uniforme; mas o doce sol pálido luz amigavelmente no azul; uma aragem fraca chega às faces como uma carícia: não é o Inverno, é uma espera, a espera do Verão.

E de repente estendem-se as magnificências do sul, a lagoa de Berre, admirável toalha azul, imóvel na sua taça de montanhas brancas; depois o mar, aberto até ao infinito, a grande água resplandecente, pacífica, cuja cor listrada tem a delicadeza da mais encantadora violeta ou de uma dália aberta; e em redor grandes montanhas riscadas que parecem cobertas de uma glória angélica, tanto a luz ali habita, tanto aquela luz, aprisionada nas concavidades pelo ar e pela distância, parece o seu vestido.

Uma flor de estufa num vaso de mármore, as veias nacradas de uma *orkhis*, o veludo que lhe borda as pétalas, a poeira purpúrea que lhe dorme no cálix, não são nem mais esplêndidas nem mais doces.

De noite, no caminho que vai ao comprido do mar, vinha ao rosto uma aragem tépida; os cheiros das árvores verdes espalhavam-se de todas as partes como perfumes do Verão, a água transparente era semelhante a uma esmeralda líquida. As formas vagas das montanhas, meias perdidas na obscuridade, as grandes linhas das costas, eram sempre novas, e, na extremidade do céu, uma aberta de púrpura ardente deixava adivinhar a magnificência do sol.

EMBARQUE ÀS 10 HORAS

Aquele porto silencioso, aquela grande bacia negra luzidia, são estranhos. As cordagens, as mastreações, sulcaminas de riscas ainda mais negras. Três faróis luzem ao longe como estrelas, e o longo sulco de luz que treme sobre a água parece um colar de pérolas que se desfaz. O navio move-se lentamente, como um monstro antediluviano, roncando; nos dois flancos, no sulco, as corcovas e os abaixamentos da água fazem como uma horrível barbatana negra, parece a membrana de uma rã monstruosa. Por baixo sente-se o hélice que incessantemente esburaca

o mar. Os costados do navio tremem; até pela manhã sente-se aquela perfuração poderosa e monótona, como de um pleiossauro tornado escravo e empregado em substituir o trabalho humano.

NO MAR

De manhã o tempo está doce, nublado e sossegado. As cristas das ondas pequenas semeiam com as suas brancuras o nevoeiro; nuvens baças pendem e esgotam-se dos quatro cantos do céu.

Mas como aquelas vagas de veludo desbotado seriam belas, se o sol se lhes estendesse por cima! Eu vi este céu e este mar em pleno Verão, no seu esplendor. Não havia palavras para exprimir a beleza do azul infinito que de todos os lados se estendia a perder de vista. Que contraste com o perigoso e lúgubre oceano! Aquele mar assemelhava-se a uma bela rapariga feliz com o seu vestido de seda riscada, todo novo. Azul e ainda azul resplandecente até à beira, até ao fim do céu; e aqui e acolá franjas de prata sobre aquela seda móbil. Tornava-se o espírito pagão; sentia-se o penetrante olhar, a força viril, a serenidade do magnífico sol, do grande Deus do ar. Como ele triunfava lá em cima, como ele lançava à mão-cheia todas as suas flechas sobre a toalha imensa! Como as ondas estremeciam e faiscavam sob a chuva das chamas! Pensava-se em nereides, nas conchas sonoras dos tritões, em cabelos loiros desapertados, em corpos brancos lavados de espuma. A antiga religião da alegria e da beleza renascia no fundo do coração, ao contacto da paisagem e do clima que a nutriam...

Sempre o mesmo céu tépido e triste. O mar rola lentamente, meio avermelhado e meio azulado, com aquela cor de ardósia carregada que se vê nas concavidades profundas. Por vezes o sol aparece por entre nuvens, e vê-se reluzir ao longe um pedaço de mar.

Para a tarde apareceram picos nevados e uma longa orla de montanhas; depois, de mais perto, os ásperos flancos encovados, a costa trigueira da Córsega. Isto é grande à força de simplicidade, mas esta mudez é estéril. Recitam-se involuntariamente os versos de Homero sobre o «Oceano infecundo, indomável».

Aquela grande água selvagem não é boa para nada; não se pode amansar, submeter, acomodar aos usos humanos.

CIVITAVECCHIA

O barco parou. De repente, na claridade nublada da madrugada, vê-se uma linha de casas, tectos chatos e avermelhados nitidamente desenhados sobre a superfície tranquila da água. No mar largo, um belo navio de vela adiantava-se, meio inclinado como um pássaro que esvoaça. Nada mais: duas ou três linhas negras sobre um fundo claro, com a brancura e a frescura do mar e da aurora. Dir-se-ia uma marinha esboçada a lápis por um grande mestre.

Entra-se na cidade e a impressão muda: uma triste cidade, mistura de travessas infectas e de edifícios administrativos, que têm a correcção e a chateza do emprego. Algumas daquelas travessas têm cinco pés de largura, e as casas apoiam-se umas às outras por contrafortes postos de través. O sol nunca lá chega, a lama é esconregadia. Por vezes a entrada é por uma velha edificação da Meia Idade, com pórtico e semelhantes bastiões.

Entra-se naquele tubo com hesitação, e dos dois lados aparecem buracos negros onde estão crianças lamacentas, raparigas esguedelhadas, unindo os braços aos farrapos. Nunca passou naqueles vidros uma esponja, nem uma vassoura naquelas escadas: a porcaria impregnou-as, vem dali um acre cheiro podre. Muitas janelas parece que se vão esboroar; as

Escadarias disjuntas trepam em redor dos muros leprosos. Nas ruas transversais, entre a lama, os pedaços de couve e as cascas de laranja, alguns casebres, mais baixos que o lajedro, entreabrem o negro buraco, e vêem-se lá dentro sombras que se movem: um carnicheiro que estende carne ainda sangrando, e pedaços de vitela dependurados pelos muros; um finiteiro que tem aparências de um sicário feroz; um enorme frade sujo, descarado, que ri largamente, com as mãos cruzadas no ventre; um caldeireiro nobremente embuçado, sossegado e altivo como um príncipe; e em redor uma quantidade de figuras expressivas, algumas perfeitamente belas, quase todas enérgicas, com atitudes de actores muitas vezes, com uma espécie de alegria burlesca e uma extrema prontidão em tomar a expressão grotesca. Os nossos franceses do vapor, vinte soldados moços, tinham o ar bem mais doce e bem menos simpático: é uma raça mais forte e mais fina.

Foi aqui que o nosso pobre Stendhal viveu tanto tempo com os olhos voltados para Paris. «A minha desgraça é que nada há aqui que excite o pensamento; que distracção posso eu encontrar no meio dos cinco mil mercadores de Civitavecchia? A única coisa política que aqui há são os mil e duzentos forçados, mas não hei-de ir conviver com eles.

As mulheres só têm um pensamento, «o fazer com que os maridos lhe dêem um chapéu de França». Há ainda aqui um amigo de Stendhal, um arqueólogo: há vinte anos ainda não pôde obter a licença de ir passar três horas a Roma.

Aqui e além, pelas praças, mostra-se a vida meridional.

Garotos descalços, sujos, jogam às cartas, em cima de um carro.

Ao ângulo de uma travessa ignóbil, debaixo de uma lâmpada, uma madona rodeada de círios, de flores, de coroas, de corações coloridos, sorri sob a sua redoma, e os que passam benzem-se. Dois pescadores chegam à praça com três cestos: improvisa-se um mercado, vinte pessoas reúnem-se em redor com curiosidade, como diante de um espectáculo, gesticulando

e fumando; sujeitos bem vestidos levam o peixe no lenço. Uma quantidade de garotos esfarrapados, e rapazolãs embrulhados em capotes negros, vagueiam pelos cantos, respiram o cheiro das frituras e olham para o mar. Certamente que há dez anos eles dormem pelo chão, embrulhados nos capotes; os dedos saem-lhe pelos sapatos. As calças passaram cinco ou seis vezes através das cores claras e sombrias, do pardo ao negro, do negro ao escuro, do escuro ao amarelo; tudo esburacado e remendado: difficilmente se encontra uma coisa mais composta. Mas isso é-lhes indifferente: passeiam filosoficamente, como contemplativos e como epicuristas; deixam-se viver; recreiam os sentidos pelo espectáculo das belas coisas e pela conversação ociosa; deixam o trabalho aos mais pesados.

No embarcadiiro foram necessários cinco quartos de hora para despachar vinte e cinco malas. De seis homens empregados dois trabalhavam, os outros quatro deliberavam e olhavam, para os fazer caminhar era necessário encolenizar-se: Nenhuma ordem: uma mala passava tanto mais depressa quantas mais vezes o dono tinha gritado *bestia* com voz mais rude. Quanto melhor e mais bela é a natureza, menos o homem é obrigado a ser activo e cuidadoso.

O holandês e o paisano da Floresta Negra seriam desgraçadíssimos se o seu interior não fosse agradável e asseado. Aqui o trabalho e a disciplina são supérfluos, a natureza encanrega-se de fornecer o bem-estar e a beleza.

N.º 13, 21 Fevereiro

PASSEIO EM ROMA DE NOITE

As ruas estão quase desertas e o espectáculo é grandioso, trágico como os desenhos de Piranesi.

Poucas luzes; há apenas as necessárias para mostrar as grandes formas e fazer sentir a obscuridade. As porcarias, as degradações, os maus cheiros desapareceram. A luz num céu sem nuvens e o ar vivo, o silêncio, a sensação do desconhecido, tudo excita e sacode.

Isto é grande: é a ideia que lembra sempre. Nada de mesquinho, de comum e de chato. Não há rua, nem edifício, que não tenha o seu carácter destacado e forte. Nenhuma regra uniforme e compressora veio nivelar e disciplinar aquelas edificações. Cada uma cresceu à sua vontade, sem cuidar dos outros, e a sua confusão é bela como a desordem do *atelier* de um grande artista.

A calma Antonina ergue o seu fuste na noite clara, e em volta dela os sólidos palácios assentam fortemente, sem peso. O do fundo, com as suas vinte arcadas alumiadas e as suas duas largas aberturas reluzentes, parece um arabesco de luz, alguma *féerie* estranha flamejando na sombra.

A fonte da Piazza Navone escorre magnificamente no silêncio, e as suas águas espalham em cem mil reflexos as clari-

dades da Lua; sob aquela luz que vacila, no ondeamento incessante, as estátuas colossais parecem vivas; a aparência teatral desvanece-se, só se vêem gigantes que se torcem e que se erguem entre claridades.

As cornichas das janelas, os vastos balcões salientes, as beiras dos telhados esculpídos, riscam os muros de sombras poderosas.

A direita e à esquerda abrem-se vielas lúgubres, abertas como um antro; aqui e ali ergue-se o flanco negro de um convento que parece abandonado, alguma casa alta, carregada com uma torre que parece um resto da Meia Idade. As luzes distantes tremem miseravelmente, e as trevas, expressando-se, parecem devorar a vida.

Nada há tão formidável como aqueles enormes mosteiros, aqueles palácios quadrados, onde não brilha uma só luz, e que se levantam isolados na sua massa inatacável, como uma fortaleza numa cidade cercada.

Os tectos chatos, os terraços, os frontões, as ásperas formas emaranhadas, destacam fortemente sobre o céu claro, enquanto que aos seus pés; as portas indistintas, os lajedos, as encruzilhadas, rastejam na sombra.

Caminha-se, e todo o resto da vida se apaga. A gente julgar-se-ia numa cidade abandonada e morta, esqueleto de um grande corpo repentinamente aniquilado. Passa-se sob as arcadas do palácio Coluna, ao comprimento dos muros mudos dos seus jardins, e nada mais se ouve e nada mais se vê de humano; só de distância a distância, no fundo de uma rua tortuosa, na negrura vaga de um nicho que parece um respiradouro, uma lâmpada enegrecida vacila com o seu círculo de luz amarelada.

As casas fechadas, as altas muralhas, estendem a sua fileira inóspita como uma orla de rochedos no flanco de uma costa, e ao sair da sua sombra, abrem-se grandes espaços, de repente embranquecidos pela Lua, semelhantes a uma praia de areia deserta.

Depois é a basílica de Constantino e suas arcadas enormes

com uma cabeleira de plantas trepadeiras. O olhar detém-se diante da sua curva poderosa, depois, repentinamente, vê-se o azul-pálido, o estranho azul nocturno, como uma lâmina de cristal e encrustada de pontas de chamas.

Dão-se três passos e a divina cúpula de céu, a grande derramação de claridade, serena, as mil pedrarias cintilantes do firmamento, aparecem no Fórum vazio.

Caminha-se por entre colunas deitadas por terra, parecendo-lhes o tronco mais monstruoso.

Encostado a uma daquelas frestas, cuja espessura sobe até ao peito, olha-se para o Coliseu.

A parede que ficou inteira é toda negra e levanta-se de um só jacto colossal. Dir-se-ia que se inclina para fora e que vai cair. Sobre a porção arruinada, a Lua derrama uma luz tão viva que se distingue a cor avermelhada das pedras. No céu límpido a redondeza do circo torna-se sensível; forma uma espécie de ser completo e formidável. No meio daquele espantoso silêncio, dir-se-ia que ele existe só, e os homens e as plantas, toda a vida passageira, é apenas uma aparência; experimentei outrora essa sensação nas montanhas, elas também parecem os verdadeiros habitantes da Terra; esquece-se o formigueiro humano e sob o céu, que é a sua tenda, adivinha-se o diálogo mudo dos velhos monstros, possuidores imutáveis e dominadores eternos.

À volta, ao pé do Capitólio, as basílicas distantes, os arcos de triunfo, sobretudo as nobres e elegantes colunas dos templos arruinados, umas solitárias, as outras ainda reunidas em fileiras fraternais, parecem vivas. São também seres sossegados, mas além disso belos e simples como efegos gregos. A sua cabeça jónia tem um ornamento como uma cabeleira ondeda, e a Lua põe um reflexo sobre o polido do seu corpo de mármore.

Um longo aqueduto à direita; de distância a distância, no horizonte, uma ruína. Aqui e ali sobre a passagem, um arco isolado; a cair e a perder de vista, em redor, a planície azulada e esverdeada, ondulosa sobre um velho tapete de ervas murchas que a chuva lava e o vento esguedelha. As nuvens pardas e cor de violeta pesam pesadamente sobre o céu, e o fumo da máquina sobe em ondas brancas que se vão misturar às nuvens. De milha a milha o aqueduto monótono reaparece, como um dique de rochedos no mar de ervas movediças. Para as bandas do oriente eriçam-se montanhas enegrecidas, meio esbranquiçadas pelas neves; para o poente estende-se um campo cultivado, com as pequenas cabeças e as hastes finas das árvores de fruto; um regato amarelo abre por ali caminho, mordendo a terra.

Tudo isto é triste, e as estações são-no ainda mais. São miseráveis çabanas de pau onde se acende um fogo de lenha para aquecer os viajantes. Alguns mendigos, crianças, estão agrupados à entrada, implorando uma baiôca, uma meia baiôca pelo amor de Deus e da Madona, e de S. José, e de todos os Santos do Paraíso, com a insistência, a aspereza, e os gritinhos ternos e violentos de cães que vêem um osso e que não comeram há oito dias. Eu não sei o que eles trazem nos pés: não são sandálias e ainda menos sapatos; aquilo parece uma trouxa de farrapos e de trapos apanhados em enxurros, e que eles anastam cheios e pesados de lama. O chapéu de grandes abas, dobrado e furado, as calças, os capotes, são indescritíveis: nada que se assemelhe àquilo a não ser os panos de cozinha, trapos infectos que amontoam nos depósitos para fazer papel.

Olhei para muitas figuras e as que vi, depois que desembarquei em Itália, voltaram-me à memória. Tudo aquilo se agrupa em volta de três ou quatro tipos salientes.

É primeiramente a linda e fina cabeça do camafeu, perfeitamente regular, espirituosa, com ar vivo e desembaraçado,

capaz de compreender tudo no mesmo instante, feito para inspirar o amor e para falar bem de amor.

É também a cabeça quadrada, plantada sobre um corpo sólido, com fortes lábios sensuais e uma expressão de alegria forte, de veia satírica. É o animal magro, negro, queimado, cujo rosto não tem carne, todo de feições salientes de uma expressão incrível, com olhos de chama, cabelos encrespados, semelhante a um vulcão que vai fazer explosão. Há enfim o homem belo, vigoroso, de forte musculatura, com a tez quente e colorida, que olha fixamente de frente, inteiramente completo e forte, que parece esperar acção e a expansão, mas que enquanto espera não se prodigaliza, fica imóvel.

Todo aquele caminho e aquela paisagem até Nápoles, devem ser belos, mas por um céu claro e de Verão: montanhas nobres e variadas, não enormes e entretanto grandes, meio corcovadas; por vezes uma cidade branca e parda que cobre uma colina inteira, redonda como uma colmeia de abelhas... Mas a chuva e o nevoeiro confundem as formas, o Inverno suja tudo: não há verdura, as folhagens, secas, pendem das árvores como um velho vestido; as torrentes lamacentas escavam a terra. É um cadáver em lugar de uma bela rapariga saudável e florescente.

N.º 60, 4 de Agosto

Continuamos apresentando algumas páginas do belo livro de Taine, *Viagem à Itália*. A sociedade romana está de um dia para outro a transformar-se de todo; a revolução bate às portas de Roma e há-de invadi-la, expulsando de seus redutos todos os gérmes do mal: são curiosos estes estudos sobre a vida da cidade católica, como são repassados de verdade os admiráveis quadros descritivos da natureza meridional, de Provença, Nápoles e Roma, de que já demos alguns fragmentos.

A SOCIEDADE

Roma, 22 de Março

A BURGUESIA

Fiz-te uma descrição aproximada de tudo que por mim próprio pude observar, o exterior; quanto ao interior, quero dizer, costumes e caracteres, comprehendes muito bem que

pouco te poderei contar de minha lavra; mas tenho amigos de diversas classes e de opiniões diversas, muito condescendentes todos, bastante judiciosos muitos. Eis o resumo de cinquenta ou sessenta conversações e discussões tratadas a fundo e sem reticências.

Poucos artistas, nesta cidade cheia de obras de arte. Há trinta anos existia aqui M. Camuccini e alguns frios imitadores de David; hoje recai-se na insulsez graciosa; os escultores dão ao mármore um perfeito polimento para agradar aos opulentos transmontanos: é o seu forte e não vão mais longe. São pela maior parte operários que fazem cópias. A maioria do público chegou à igual decadência; os Romanos não sentem as obras-primas senão pela admiração do estrangeiro. É porque lhes está interdita a verdadeira cultura. É impossível viajar sem um passaporte do Papa e muitas vezes recusam dá-lo. Disseram-me de um artista italiano que não pôde conseguir ir a Paris: «Ide, se quizerdes, mas não tornareis a entrar cá.» Receiam que tragam de fora as máximas liberais.

Os médicos, no dizer dos estrangeiros, são dadores de mezinhas; e os advogados, práticos de chicana. Todos estão concentrados na sua especialidade. A polícia, que deixa fazer tudo quanto se quer, não consente que se ocupem de nenhuma das ciências que se avizinham da religião e da política.

Um homem que estuda e lê muito, ainda mesmo em sua casa e com a porta fechada, é vigiado de perto. Molestam-no, rodeiam-no de visitas domiciliárias para lhe apanharem livros proibidos; acusam-no de possuir gravuras obscenas. Fica sujeito ao *preetto*, isto é, à obrigação de recolher a casa às ave-marias, e de não sair dela mais depois de se pôr o Sol; se desobedece, prendem-no; um diplomata estrangeiro diz-me de um de seus amigos a quem isto aconteceu.

Cita-se em Roma um matemático e dois antiquários; mas em suma os sábios são ali desprezados ou inquietados. Se qual-

quer é erudito, ou trata de o occultar ou pede perdão da sua ciência, representa-a como uma mania. A ignorância é bem-vinda, ela torna-os dóceis.

Quanto aos professores, os principais, os da universidade, têm trezentos ou quatrocentos escudos romanos e dão cinco lições por semana: isto mostra a alta estima em que se tem a ciência. Para viverem uns fazem-se médicos, architectos, e outros empregados, bibliotecários; muitos, que são padres, têm o dinheiro de suas missas e todos vivem mais do que sobriamente; contei no almanaque quarenta e sete cadeiras; há quinhentos estudantes na universidade, uns dez para cada cadeira.

O Papa acaba de decretar um curso de geologia, que é frequentado por quatro ouvintes; não há curso de história profana. Em compensação, os cursos de teologia são numerosos. Isto mostra o espírito de instituição; as ciências da Idade Média florescem ali, as ciências modernas ficam à porta. Há apenas duas escolas públicas em Roma: o seminário romano, que está sob a direcção do cardeal-vigário e forma padres, e o colégio romano, que está nas mãos dos jesuítas; não se estuda aí mais que latim e grego; nem italiano, nem francês, nenhuma língua viva, nem história, excepto história romana até Constantino. Os estudos são tão acanhados que, quando o estudante quer entrar na sua congregação, deve, ainda que seja o melhor de todos, renovar os seus estudos desde os rudimentos.

Na faculdade de medicina não há clínica de partos: por todo o ensino têm quadros representando os órgãos, e estes quadros estão cobertos com cortinas: um tolo, célebre por sua ignorância, acaba de tomar ali assento por meio de uma intriga de mulheres. Tudo o mais à proporção. Os professores, diz-me um médico alemão, são barbeiros de aldeia, alguns somente se demoraram uma ou duas semanas em Paris, e praticam nos hospitais tratamentos que têm um século de atraso.

No hospício das moléstias cutâneas, fazem incisões nas cabeças dos tinhosos; cicatrizada a ferida, formam-nos em linha

e passam-lhes pela cabeça com um pincel molhado em certo misto; o mesmo pincel serve em todos, e tem já talvez anos de serviço.

Haverá algum recurso moral? A maior parte de meus amigos diz-me que não; o governo estragou o homem.

N.º 61, 8 de Agosto

A SOCIEDADE

Roma, 22 de Março

A BURGUESIA

.....
Aquela gente é extraordinariamente inteligente, calculadora, astuciosa, mas não menos egoísta; ninguém ou quase ninguém arriscará pela Itália a sua vida ou o seu dinheiro. Gritarão muito, deixarão os outros marchar na frente, mas não hão-de fazer o mais pequeno sacrifício. Acham que a dedicação é um logro; sorriem com finura ao verem o francês que se inflama, que, à palavra pátria ou glória, joga a vida.

Não se confiam, acomodam-se a nós; são infinitamente pacientes e urbanos; nem deixam escapar o mais leve sorriso no meio dos barbarismos e das faltas de pronúncia que o estrangeiro sempre comete. Ficam senhores de si, não querem comprometer-se, não pensam senão em retirar-se airoso de um negócio comprometedor, em aproveitar, em lograr outrem, em se lograrem mutuamente. A chamada delicadeza é-lhes desconhecida: tal antiquário ilustre recebe dos nego-

ciantes, com a melhor vontade, um prêmio de comissão pelos objectos que lhes fez venda, e existem em Roma inúmeros usurários entre os personagens mais ricos e illustres.

Ali cada um tem seu protector; é impossível subsistir de outra forma: é mister tê-lo para alcançar a mínima coisa, para obter justiça, para receber o seu ordenado, para conservar a sua propriedade. O favor reina. Tende às vossas ordens ou na vossa família uma linda mulher condescendente, saireis do pior passo branco como a neve.

Um de meus amigos compara este país ao oriente, onde ele viajou, com esta diferença: que aqui não é a força, mas a astúcia por meio de que tudo se consegue; o homem hábil e bem apoiado pode tudo empreender. A vida é uma liga e um combate, mas na escuridade. Sob um governo de padres tem-se horror à luz; nenhuma energia brutal, as manobras minam-se e contraminam-se com estrepes e sábias manobras preparadas dez anos de antemão.

Como a iniciativa e a acção são prejudiciais e mal olhados, está em honra a preguiça. Muita gente vive em Roma sem se saber como, sem ofício nem benefício. Outros ganham dez escudos por mês e gastam trinta; além de seu emprego visível, têm toda a casta de recursos e expedientes. Primeiramente o governo despense duzentos e trezentos mil escudos em esmolas, cada príncipe ou nobre julga-se obrigado à caridade pela classe e tradição; há tal que dá seis mil escudos por ano.

Contai ainda com a *buona mancia* que há por toda a parte; certos indivíduos entregam quinze petições por dia, e sobre quinze uma ou duas surtem efeito; o peticiário pode jantar à tarde, e eis inventado um offício.

Este mister tem seus impostos: para este fim encontram-se escritvães públicos em meio de ruas, ao vento, de chapéu na cabeça e guarda-chuva ao lado, com os papéis sustidos por pequenas pedras, a escreverem súplicas. Enfim, nesta miséria geral todos se assistem: um mendigo não é um ser excluído por classe nem um forçado tão pouco; são homens de bem

como os mais, somente lhes aconteceu desgraça: com esta reflexão os mais pobres dão alguns bajocos. Assim se mantém a mandriice.

Conheço um custódio que tem seis escudos por mês, além disto, de tempos a tempos, conserta um velho casaco mediante três ou quatro bajocos; a família morre de fome e algumas vezes pede dois paolos emprestados para acabar a semana. Todavia: o filho e a filha vão a passeio ao domingo, muito bem vestidos. Esta moça é honesta, porque ainda não casou; logo que apanhar um marido, será outra coisa: achar-se-á natural que ela proveja a sua *toilette* e ajude seu marido. Grande número de casas vivem assim pela beleza da mulher: o marido fecha os olhos e às vezes abre-os, neste caso é para melhor encher as algibeiras. A vergonha não o apoquenta: há tanta pobreza no *mezzo ceto*, e quando vêm os filhos, o homem é tão lamentável que sofre, sem se enfurecer, qualquer protector rico: «Minha mulher quer vestidos, ganhe-os ela.»

Demais, o efeito geral do governo é aviltante: o homem está afeito às baixezas, está habituado a tremer, a beijar a mão eclesiástica, a humilhar-se; de geração em geração a altivez, a força e a resistência viril, têm sido mondadas como ervas parasitas: aquele que as tem em si é pisado até lhes perder a semente.

Um tipo deste estado de espírito é o *cassandrino* dos antigos bonecos: é o leigo acabrunhado, abatido, em que a mole interior está quebrada, que tomou a resolução de rir de tudo a começar por si; que, agarrado por uns ladrões, se deixa despojar, gracejando e dizendo-lhe: «Vós sois caçadores!» Amarga chocarrice, arlequinada voluntária que ajuda a esquecer os males da vida.

Este carácter é frequente; o marido resignado, aviltado, submete-se à felicidade de sua mulher. Arranjada a sua parte, vai ele passear, tomar um café, olha o tempo que faz, e dá-se ao prazer de mostrar nas ruas o pano novo do seu casaco.

Um romano ou uma romana trazem em cima de si todo

o dinheiro que ganham ou que lhes dão; comem pouco e mal: apenas algumas massas, queijo, couve; não têm lume durante o Inverno, seus móveis são miseráveis, tudo é para aparência: Vêem-se nas ruas, no Pincio, grande número de mulheres com soberbos mantos de veludo, grande quantidade de lindos mantos frisados, de luvas novas: o exterior magnífico, reluzente, fresco; mas não repareis na roupa branca.

Ao lado da preguiça floresce a ignorância, como um cardo ao pé de uma ortiga. Um de nossos amigos viveu algum tempo nos arredores do lago Nemi; nunca de tarde pôde receber uma carta; o médico, o cura e o boticário escolhiam esta hora para passear, e só eles na terra sabiam ler. Dá-se quase o mesmo em Roma. Citam-me uma família de nobres que vivem em dois quartos e alugam os outros cinco: são todas as suas rendas. De quatro filhas uma só é capaz de escrever uma palavra, chamam-lhe *la dotta*, a sábia. O pai e os filhos vão ao café, bebem um copo de água bem límpida, lêem os jornais, e eis aqui a sua vida.

N.º 62, 11 de Agosto

A SOCIEDADE

Roma, 22 de Março

A BURGUESIA

.....

Nenhum futuro para um mancebo, já ele é muito feliz quando obtém na dataria ou noutra parte um emprego de seis escudos mensais; nem comércio, nem indústria, nem exercício; muitos fazem-se frades, padres, vivem de suas missas; não ousam tentar fortuna fora do país, a porta fechar-se-ia ao ferrolho sobre aqueles que saíssem.

O interior das casas é uma pocilga; as donzelas em questão ficam em roupas caseiras, sujas, enxovalhadas, como rodilhas, até quatro horas da tarde. Conheço uma casa onde por muito tempo tomei as mulheres por palmilhadeiras; encontrava-as engraxando botas: tudo era desordem ali: roupa suja, louça quebrada sobre a mesa e no chão; comiam todas em rancho na cozinha. Um domingo encontrei-as de chapéu, com ares de senhoras, e soube que o irmão era advogado: este irmão aparece na sociedade, tem o porte de um *gentleman*.

Pergunto em que ocupam o tempo estes mancebos. Em nada: o grande negócio neste país é obrar o menor possível. Pode-se comparar um jovem romano com um homem que dorme a sesta; é inerte, tem horror ao esforço, e agastar-se-ia imenso por o incomodarem, por o obrigarem a empreender o que fosse. Quando sai do seu escritório, veste-se o melhor que pode e vai estacionar debaixo de uma certa janela; isto dura tardes inteiras. De tempos a tempos a mulher ou a menina levanta uma ponta da cortina para lhe mostrar que sabe da sua presença. Não pensam em outra coisa; nem isto é para admirar, a sesta predispõe para o amor.

Passeiam continuamente no Corso, seguem as mulheres, sabem-lhes os nomes, apelidos, o seu amante, todo o passado e o presente de suas intrigas: vivem eles assim inteiramente ocupados com bagatelas de soalheiro. Enfim, neste emprego sempre o espírito se aviva e torna mais perspicaz. Uns com outros são polidos, risonhos, cumprimenteiros, mais dissimulados, sempre em cautela, ocupados a suplantarem-se, a pregarem-se ruínas peças.

Na classe média há *soirées*, mais singulares. Os amantes observam de uma a outra ponta da sala; é impossível falar com uma senhora porque lho proibiu seu amante. Tomam-se copos de água sem açúcar; cada qual se emprega em seguir seu pensamento ou em observar a outrem. Sai-se por vezes desta reflexão silenciosa para escutar um bocado de música.

Na burguesia não se serve absolutamente nada, nem mesmo um copo de água. Há um piano, as mais das vezes canita alguém. Não usam de lume no Inverno, as damas fazem roda conservando seus *regalos*.

Conservam as donzelas encenradas: por conseguinte esforçam-se estas por sair. Ultimamente, segundo me contam, uma delas, que se escapava de noite para ir a uma entrevista, tolheu-se de frio e morreu; as suas amigas fizeram-lhe uma es-

pécie de demonstração e vieram em grupos beijar-lhe o corpo; a seus olhos era uma mártir, morta pela causa do ideal. Sua vida consiste em dizer baixinho que têm um amante, isto é, um mancebo que pensa nelas, que as namora e passa por debaixo da janela, etc. Isto ocupa-lhes a imaginação e substitui-lhes o romance escrito; fazem o romance em lugar de o lerem. Por esta forma algumas chegam a ter cinco a seis paixões antes do seu casamento. No tocante a virtude têm uma tática particular: entregar os aproches, guardar a fortaleza e caçar habilmente, contínua e resolutamente, o marido.

Notei que esta gallantaria não é muito decente; pelo contrário, é singularmente simples e singularmente crua. Os mesmos mancebos que andam dezoito meses em redor de uma janela, avizinham-se com palavras de Rabelais de uma senhora que vai sozinha pelas ruas; até com a mulher que eles amam têm palavras equívocas, gentilezas indecentes.

Um de meus amigos encontrou-se num divertimento do campo com uma senhora e um mancebo que pareciam muito enamorados: a cada momento se esqueciam que estavam em público. Disse ele a um que estava próximo: «Eis aqui sem dúvida dois casados de fresco; mas eles julgam estar na sua alcova.» O vizinho não respondeu: ele é quem era o marido.

O nosso amigo pretende que a grande paixão italiana, tão gabada por Stendhal, a adoração perseverante, o culto absoluto, o amor capaz de preencher e durar a vida inteira, torna-se tão raro aqui como em França. Pelo menos falta-lhe a delicadeza; algumas mulheres cativam-se, mas das exterioridades; o que elas admiram é um belo moço, guapo e bem vestido, que usa roupa branca e cadeias de ouro. Nenhuma coisa doce nem feminina no seu carácter; elas seriam boas companheiras em ocasiões perigosas, onde fosse necessário desenvolver energia; mas nas circunstâncias ordinárias são tirânicas e, no que toca a felicidade, muito positivas. Os experimentados dizem que se entra em servidão desde que se toma por amante a uma

romana: ela exige de vós cuidados infinitos; toma-vos todo o tempo: deveis estar sempre no vosso posto, oferecer o braço, trazer os ramalhetes, estar atento ou em êxtase; à falta do que ela conclui que tendes outra amante, faz-vos entrar no vosso dever, exige imediatamente provas palpáveis.

N.º 63, 15 de Agosto

A SOCIEDADE

Roma, 22 de Março

A BURGUESIA

Desejam os Romanos fazer parte da Itália? Sim e não. Os meus amigos pretendem que eles odiariam os Piemonteses no fim de um mês. Estão habituados à licença, à impunidade, à preguiça, ao regímen do favor, e sentir-se-iam incomodados se os privassem de tal. Em suma, aqui cada qual está bem apoiado, bem aparentado, pode fazer quanto quizer, contanto que não se ocupe de política.

Os novos tribunais estabelecidos, nas románias, em Bolognia por exemplo, dissolveram e puniram as quadrilhas de ladrões que achavam receptores na melhor sociedade. Um camponês que matou um seu inimigo, mas que tem um primo doméstico de um cardeal, fica quite por dois anos de galés: é condenado a vinte anos, mas vão-lhe perdoando gradualmente e volta para a sua aldeia, onde não lhe ligam menos consideração do que antes. São selvagens, não se submeteriam facilmente à pressão da lei.

Demais, falta-lhes o sentimento moral, e não são os seus chefes os principais culpados de eles o não terem. Considerai nos maus governos dos Alemães no último século, tão absolutos e arbitrários como este. Os princípios severos, o temperamento dos indivíduos, atenuavam os vícios da constituição; em Roma agrava-os. O homem aqui não tem naturalmente a ideia de justiça; é muito forte, muito violento, imaginativo, para aceitar ou impor-se um freio: quando ele se julga em guerra não limita o seu direito de guerra. Há seis dias fez uma bomba explosão em casa do principal livreiro papal; o partido avançado quer assim dar provas de energia à Europa e pensa que atemoriza seus inimigos; eles admitem, como Orsini, a soberania do fim; é sabido como assassinaram Rossi. Os povos transmontanos têm a tal respeito sentimentos que faltam aos Romanos.

Roma, 23 de Março

A NOBREZA

Quanto à aristocracia apodam-na de estúpida. Examinam em minha presença as principais famílias: muitos têm viajado, são sofrivelmente instruídos, não são maus, mas por uma particularidade singular, proveniente sem dúvida do pequeno número de encruzamentos, à estagnação do sangue encerrado sempre nas mesmas veias, quase todos têm o espírito profundamente obtuso e limitado; podem ver-se os seus retratos na linda comédia do conde Giraud *L'Ajo nell Imbarazzo*; o príncipe Sello na *Tolla* de Edmond About é tomado do natural, e as suas cartas ridículas são autênticas.

Respondendo eu que conheço quatro ou cinco nobres ou altos senhores romanos, todos perfeitamente bem-educados

e amáveis, alguns eruditos ou cultos, um entre outros gracioso como um príncipe, espirituoso como um jornalista, sóbrio como um académico, além disto artista e filósofo, tão fino, tão fecundo em ditos agudos e em ideias de toda a espécie, que ele entreteria por si só a conversação da mais brilhante e da mais livre sala parisiense.

Replicam-me que não se deve julgar pelas excepções, e numa sociedade de tolos, por mais tolos que sejam, sempre se encontram homens de espírito. Três ou quatro, e nenhum mais, se distinguem do resto da turba. Uns são liberais, outros papistas, encerrados na sua educação e prejuízos como uma múmia em suas faixas. Encontra-se em cima da sua mesa livrinhos devotos ou canções livres; a isto se reduzem suas importações francesas. Os filhos servem na guarda nobre, apartam o cabelo ao meio da cabeça e perseguem as mulheres com o seu sorriso de cabeleireiro.

Muitos poucos salões: falta-lhes o espírito de sociedade, não se divertem nada. Todo o grande senhor fica em sua casa e recebe de tarde seus familiares, pessoas que, como a mobília, fazem parte da sua casa. Não se frequenta a sociedade como em Paris, por ambição, para consolidar as relações, para adquirir apoios: tais passos seriam inúteis. É em outras águas, em águas eclesiásticas, que lhes é mister pescar. Os cardeais são pela maior parte filhos de camponeses ou de pequenos burgueses, e cada um tem a sua corte íntima, que o segue há mais de vinte anos: o seu médico, o seu confessor, o seu criado particular sobem à custa dele e dispensam os seus favores. Um mancebo não avança senão ligando-se assim à fortuna de um prelado ou à da sua gente; esta fortuna é uma grande barca que o vento impelle e que arrasta atrás de si as mais barquinhas. Para se obter um favor ou um emprego não devem dirigirse a um cardeal ou a um chefe: ele responde muito officiosamente e nisso fica. Movei molas mais secretas, dirigivi-vos ao barbeiro, ao primeiro doméstico, ao homem que lhe veste a camisa. Uma manhã ele falará de vós e dirá com

insistência: «Oh! Eminentíssimo, fulano pensa tão bem, fala de vós tão respeitosaente!»

Uma outra circunstância mortal para o espírito de sociedade é a falta de confiança. Desconfiam uns dos outros, medem as suas palavras, não desabafam jamais. Um estrangeiro, que há vinte anos tem um salão importante, me dizia que, se ele saísse de Roma, em seis meses não teria duas cartas a escrever; neste país não há amigos. E todavia é o amor a única ocupação; as mulheres passam a vida à janela, ou, se são ricas, vão à missa e daí ao Corso, depois ainda ao Corso.

A sensibilidade, não tendo como noutra parte a sua extracção diária, produz, quando não acha em que empregar-se, paixões violentas e às vezes explosões estranhas, por exemplo o desespero da jovem marquesa Vittoria Savorelli morta de amor, porque seu noivo, um Doria, a havia abandonado; ou o casamento de tal dama aristocrata com um subalterno francês que selava um cavalo no pátio do seu palácio, e outros desenlaces romanescos ou trágicos.

A SOCIEDADE

Roma, 22 de Março

A BURGUESIA

A grande infelicidade para os homens é não terem em que ocupar-se; consomem-se ou adormecem onde estão; à falta de outra ocupação usam de ardis uns contra os outros, espiam e intrigam-se, como frades ociosos e encerrados no seu convento. É principalmente à tarde que o peso da inacção se torna acabrunhador: vêem-se nas suas imensas salas, diante das filas de quadros, a bocejar, a remexer-se, a esperar. Chegam dois ou três habituados, sempre os mesmos, trazendo notícias comadrescas: Roma a este respeito é exactamente como uma cidade de província.

Informam-se de um oriado despedido, de um móvel quebrado, de uma visita feita muito cedo ou muito tarde: continuamente as coisas caseiras e as da vida íntima são patenteadas; ninguém goza do grande incógnito de Londres ou Paris.

Alguns tomaram interesse pela música ou pela arqueologia; fala-se de escavações recentes e a imaginação e as asserções entram em marcha; é o único estudo semivivo, o mais é desa-

nimado ou morto; os jornais e as revistas estrangeiras não chegam, ou são retiradas uma vez sobre duas, e os livros modernos faltam.

Não podem conversar sobre a sua carreira porque a não têm: a diplomacia e os altos cargos estão nas mãos dos padres, e o exército nas dos estrangeiros. Resta a agricultura, muitos entregam-se a ela, mas indirectamente: arrendam seus bens aos camponeses por intervenção dos *mercanti di campagna*; estes ordinariamente fazem trespassse aos donos de gado napolitanos, que vêm aqui passar o Inverno e a Primavera; a terra é muito boa e a erva muito abundante. Tal *mercante* trespasssa por 25 escudos cada seis meses o que arrendou por 11 cada ano.

Ganha mais 5 escudos, pouco mais ou menos, com os fenos, e interessa assim 3 por cada 1: assim juntam eles grandes fortunas.

Alguns arruinam-se por empreenderem muito; compram e engordam gados, e a epidemia se lhes lança de permeio; mas os outros, enriquecidos, são os chefes da burguesia, vestem-se bem, começam a raciocinar, são liberais, desejam uma revolução que os ponha à testa dos negócios, principalmente dos negócios municipais. Alguns, tendo alcançado uma riqueza enorme, compram terras e depois um título; um deles é duque.

Um nobre de Roma não pode passar sem eles; não conhece os camponeses, não vive entre eles: se quisesse fazer-lhes rendas directamente, encontraria uma liga. Não há nada comum entre eles, não é amado; aos olhos destes representa o nobre o papel de parasita.

Por outra parte está mal com o *mercante*, pelo qual se sente desfrutado. Pela sua vez o *mercante* passa aos olhos dos camponeses por uma espécie de usurário necessário. As três classes estão separadas, não existe pois governo natural.

Não acontece o mesmo na România italiana, onde os fidalgos são camponeses; mas à excepção de dois ou três cantões, os nobres de Roma que quisessem viver nas suas propriedades, explorá-las por si mesmos, tomar o governo

moral e económico do país, encontrariam hoje mais dificuldades que nunca.

Em primeiro lugar faltam os braços: as conscições de Victor Manuel compreenderam muita gente dos Abruzzi, que vinha fazer os trabalhos campestres; os caminhos-de-ferro romanos ocupam um grande número de pessoas, e o campo romano está quase despovoado.

Além disto, os negócios estão sujeitos ao regímen do arbitrário: a saída dos cereais não é livre; é preciso uma licença especial para qualquer operação ou empresa, e não se obtém licença senão conforme a certo grau de favor. O governo intervém até em negócios particulares.

Por exemplo, um locatário ou rendeiro não vos paga, concede-lhes três meses, no fim desses outros três e sempre assim; afinal, enfadado, decidis-vos a despedi-lo; mas seu sobrinho é cónego, e o governador do distrito vos faz pedir uma nova espera para o pobre homem. Passa-se um ano e enviais o official de justiça; este suspende-se ao saber que um cardeal se interessa pelo negócio. E encontrais o cardeal na sociedade; roga-vos em nome do Papa que useis de misericórdia com um homem honrado que nunca faltou à obrigação pascal, e cujo sobrinho é notável pelas suas virtudes na dataria.

Em geral o processo é este: o locatário ou o camponês que citamos, pede e obtém muitas vezes consecutivos prazos de quinze dias. Alcança assim as *ferie*, a festa do Natal, do Carnaval, da Páscoa, de São Pedro, do Outono: há algumas que duram dois meses; por causa da santidade do momento, reclama então um prazo mais longo, e o juiz concede-lhe quatro meses.

Feito isto, trata de apelar e ganha ainda muito tempo. Ao depois dirige-se ao *uditore santissimo*, magistrado que fala em nome do Papa, sempre muito terno para com os pequenos e os pobres. Novo prazo. Alega então que sua mulher está grávida e próxima a parir: proibição de lhe mandarem os aguazis, deveis esperar os quarenta dias depois do parto. Vão

expirar os quarenta dias e o locatário subarrenda a casa a qualquer amigo insolúvel, sob a condição de o consentir em casa como hóspede.

Eis-vos forçado a começar de novo outro processo; e se porventura o novo locatário é tonsurado, sois obrigado a dirigir-vos ao tribunal do cardeal-vigário. Vosso partido mais razoável é o pagar todas as despesas e oferecer uma pequena gorjeta a vosso devedor, para que despeje e vá começar noutra parte.

Um fidalgo italiano que eu conheço, possui muitas casas em Roma: uma delas defronta com um jardim dependente de um convento de religiosos; notou a superiora que do terceiro andar se pode lobrigar um canto do jardim. Aparece ordem do cardeal-vigário para tapar, à sua custa, com pranchas, as janelas expostas a ser culpáveis. Podia citar inúmeras vexações assim: isto desgosta de ser proprietário.

O homem carece de uma ocupação forte que o empregue, e de uma justiça exacta que o contenha: é como a água, precisa de um declive e de uma represa, senão o rio límpido, útil, torna-se um charco estagnado e fétido. Aqui a repressão eclesiástica entope o leito do rio, e o regime arbitrário rompe incessantemente o dique, fez-se o charco, cujos por-menores vimos. Se aparecem tantas vilanias e misérias é porque falta a acção livre, bem como a justiça exacta.

Os meus amigos me previnem de não julgar esta nação pelo seu estado presente: o fundo vale mais que a aparência; cumpre distinguir o que ella é do que ella pode ser.

N.º 65, 22 de Agosto

A SOCIEDADE

Roma, 23 de Março

O POVO

.....

Primeiro que tudo, querendo julgar os camponeses romanos, é mister pôr, como principal feição do seu carácter e energia, a aptidão para as acções violentas e perigosas. Eis aqui algumas anedotas.

O nosso amigo N..., homem atlético, bravo, mora no campo a 5 ou 6 léguas daqui. Conta-nos que na sua aldeia são frequentes as facadas: de três irmãos do seu criado um é forçado, e outros dois morreram assassinados.

Nesta mesma aldeia dois camponeses gracejavam e divertiam-se um com o outro. O primeiro tinha uma flor, algum presente da sua amante. O segundo tirou-lha. «Dá-ma», disse o amante; o outro miu-se. «Dá-ma imediatamente!» Novo riso. O amante quer tirá-la por força e o outro escapa-se; persegue-o, apanha-o, crava-lhe a navalha nas costas, não só uma vez, mas vinte, como carniceiro e furioso. A cólera, com o sangue,

sobem-lhe aos olhos, e fazem-nos entrar instantaneamente na ferocidade primitiva.

Um oficial que está connosco, cita casos semelhantes. Dois soldados franceses iam pela margem do Tibre, vêem um homem do povo que quer afogar um cão; opõem-se a isso, e as bofetadas começam.

O homem grita por socorro, os moradores do bairro acodem, um aprendiz crava uma faca por detrás no corpo do primeiro soldado francês, que cai sem fazer o mínimo movimento. Este soldado tinha uma força e estatura hercúleas, mas o golpe tinha acertado tão bem que lhe atravessara o coração.

Outros dois soldados no campo entram em uma tapada, roubam figos e fogem; o proprietário, não podendo apanhá-los, atira-lhes dois tiros, mata um e quebra a perna do outro.

O nosso amigo N... tentou na sua aldeia abolir algumas práticas cruéis. Matam ali um boi ou uma vaca por semana, mas antes de despachar o desgraçado animal, entregam-no aos rapazes, que lhe tiram os olhos, chegam-lhe fogo à barriga, contam-lhe os beiços, golpeiam-no e martirizam-no: é para se entregarem ao gozo de o ver furioso; gostam das sensações fortes.

N... esforça-se por dissuadir, vai ter com o cura, dirige-se a todos. Para os convencer dava-lhes razões positivas: «A carne assim esquentada não há-de prestar.» «É o que nos importa isso? Somos muito pobres, não havemos de comê-la.»

Um dia encontrou um camponês que maltratava o seu burro com pancadas, disse-lhe: «Deixa em paz o pobre animal.» O camponês responde-lhe com o *cherzo*, a áspera e dura challaça romania: — «Não sabia que o meu burro tivesse parentes nesta aldeia.» É isto efeito do temperamento bilioso, de paixões acres excitadas pelo clima, da energia bárbara que não tem emprego.

A marquesa de C... diz-nos que não habita a sua terra por estar ali muito só, e porque lá os camponeses são muito

maus. Faça-lhe repetir esta palavra, ela insiste, e seu marido da mesma forma.

Tal sapateiro matou o seu camarada com uma facada pelas costas, e, depois de um ano nas galés, voltou à aldeia, onde prospera; muitas vezes durante o ano concede o Papa reduções de pena; se se tem um bom protector, fica-se quite de um assassinio por dois ou três anos de forçado. Não se está mal na prisão, aprende-se lá um officio, e quando voltam à aldeia não ficam desonrados; ficam até sendo temidos, o que sempre é útil.

Cito em paralelo dois casos que me contaram na fronteira de Espanha. Num combate de toiros, uma linda dama espanhola vê a seu lado uma francesa, que tapa os olhos com as mãos ao aspecto de um cavallo destripado que marchava por cima das entranhas. Aquella encolhe os ombros e diz: «Coração de manteiga!»

Um refugiado espanhol havia assassinado um negociante, e não tinha no seu fato uma única mancha de sangue. Disse-lhe o juiz: «Parece que sois hábil no assassinio?» O homem respondeu com altivez: «E vós, sujai-vos com a tinta de que vos servis?»

Três ou quatro factos como estes mostram uma camada de humanidade que nos é inteiramente desconhecida. Nestes homens incultos, cuja imaginação é intensa e cuja máquina está endurecida pelas penas, a força da mola interior é terrível e o disparar é súbito. As ideias modernas de humanidade, de moderação, de justiça, não estão insinuadas neles para lhes enfraquecer os choques ou dirigir os golpes. Conservam-se como estavam na Idade Média.

N.º 66, 25 de Agosto

A SOCIEDADE

Roma, 23 de Março

O POVO

.....

O governo jamais pensou em civilizar os camponeses, não lhes pede mais do que imposto e o bilhete de confissão; no mais, deixa-os entregues a si mesmos, e patenteia-lhes além disto com o exemplo o regime do favor. Como teriam eles a ideia de equidade quando estão vendo a protecção omnipotente contra o direito privado e o interesse público?

A propósito disto têm eles um provérbio suposto, que eu modifico: «A beleza de uma mulher tem mais força que cem bois.»

Havia perto da aldeia do nosso amigo N... uma floresta útil ao país, e que começavam a deitar abaixo; um *monsignor* tinha parte no negócio, todas as reclamações foram baldadas.

A vista dos criminosos perdoados e das velhacarias administrativas, mostra-lhes o governo como um ser forte, a que cumpre conciliar-se, e a sociedade como um combate, onde

cumprir defender-se. Por outra parte, em matéria de religião, sua imaginação italiana não compreende senão os ritos: os poderes celestes como os poderes civis são para eles personagens de temer-se, cuja cólera se evita por meio de genuflexões e ofertas, e nada mais.

Ao passarem por diante de um crucifixo, persignam-se e resmungam uma oração; a vinte passos dali, quando o Cristo já os não vê, continuam a blasfemar. Com uma tal educação, julgue-se se eles possuirão o sentimento da honra e se em matéria de juramento, por exemplo, eles se julgam ligados a algum dever.

Os índios da América fazem gala em usar de ardais, e em enganar o inimigo: igualmente estes acham natural o enganar o juiz. No estado de guerra a sinceridade é uma dóbrea: para que hei-de eu dar as armas àquele que está em guerra contra mim?

N... com a pistola em punho, tinha conseguido salvar a vaca, que, segundo dissemos, iam supliciar. Alguns dias depois, de noite, quando estava ao limiar de sua porta, sente uma grande pedra assobiar-lhe aos ouvidos. Corre, apanha um homem e bate-lhe; não era este. Vai mais longe, encontra dois irmãos; o mais velho, que tinha atirado a pedra, faz-se lívido, aperra a espingarda e aponta a N..., que agarra pelo meio do corpo o irmão mais novo e o apresenta como escudo: este, preso e manejado por braços de atleta, não podia bulir, mas rangia os dentes e gritava para o irmão: «Atira, anda, atira!» Chega o criado de N... com uma espingarda, e os dois velhacos retiram-se.

O nosso amigo dá querela; quatro testemunhas oculares, uma das quais era um padre, juram que não viram o homem que atremessara a pedrada. N..., exasperado com isto, e obrigado a fazer-se respeitar e temer para poder viver na aldeia, dá uma piastra a um vizinho que não tinha visto nada, e este designa sob juramento o velhaco que atirara a pedra.

Pela mesma forma, e ainda mais facilmente, se encor-

tram em Bengala vinte testemunhas falsas pró e contra o mesmo processo. Os vizinhos juram por condescendência de uns para com os outros, ou a tanto por juramento, e são as mesmas causas que entretêm nos dois países as mesmas mentiras. Desde tempos imemoriais, tendo o juiz deixado de ser justo, falam em sua presença, não como perante um juiz, mas como diante de um inimigo.

Por outro lado, estes homens mentirosos, cruéis e violentos como selvagens, são como eles estoicos. Quando estão doentes ou feridos, vêem-se, com a perna quebrada ou com uma facada no corpo, embrulhar-se na sua manta ou ficarem sentados sem nada dizerem, sem se queixarem, concentrados, imóveis, à maneira dos animais que sofrem; somente vos encaram com um olhar fixo e triste. É que a sua vida ordinária é dura e estão habituados às penas.

As aldeias estão disseminadas; vêem-se obrigados a andar muitas milhas para irem trabalhar nas suas terras. Mas tirai-os deste estado militante, desta tensão contínua; o interior generoso, o natural rico, abundantemente fornecido de faculdades bem equilibradas, aparecem sem esforço. Tornam-se affectuosos quando os tratam bem. Segundo N..., um estrangeiro que obra lealmente, encontra neles lealdade.

O duque G..., que formou e comandou durante trinta anos o corpo de bombeiros, não se cansa de os louvar. No tocante a paciência, força, coragem, dedicação militar, compara-os aos antigos romanos. Seus homens sentem-se honrados, equitativamente tratados, empregados numa obra varonil; é o porque eles se rendem de todo o coração.

Não há mais do que olhar na rua ou no campo para as cabeças dos paisanos e dos frades: a inteligência e a energia manifestam-se nelas; não se pode fugir à ideia de que aqui o cérebro é sólido e o homem completo.

Stendhal, antigo funcionário do império, conta que, quando Roma e Hamburgo eram prefeituras francesas, recebiam-se ali as tabelas administrativas com indicações em

branco muito minuciosas, muito complicadas, para o serviço das alfândegas do registro; era preciso seis semanas aos hamburgueses para as compreenderem e preencherem, e três dias aos romanos.

Os escultores pretendem que, despidos, têm a carne sã e firme, à antiga; enquanto que para além dos montes os músculos são flácidos e feios.

Na verdade, acaba-se por imaginar-se que estes homens são os romanos de Papírio Cursor, ou os cidadãos das terríveis repúblicas da Idade Média, os mais bem dotados dos homens, os mais capazes de inventar e de obrar, caídos agora sob a cogula, a libré ou os farrapos, empregando grandes faculdades em salmear, em intrigar, mendigar e estragar-se.

MUNICÍPIO MUNICIPAL DE EVORA
Biblioteca de Documentação

NOTA PRÉVIA	5
DO «DISTRITO DE ÉVORA» — 1867	7
Revista Crítica dos Jornais	9
CIÊNCIAS HISTÓRICO-SOCIAIS	15
Agricultura, Comércio, Indústria	15
Ciências Históricas	22
Ciências Sociais e Políticas	24
Administração	32
Sobre as Alfândegas	42
Orçamento	53
Sobre o Aqueduto	55
Sobre o Liceu de Évora	58
Agricultura, Comércio, Indústria	60
O Crédito Público	63
POLÍTICA NACIONAL (Correspondência do Reino — Do nosso correspondente político)	67
CRÓNICAS	107
POLÍTICA ESTRANGEIRA	170
A Espanha	186
As Últimas Liberdades da França	191
O México	224
LEITURAS MODERNAS	236
Crítica de Literatura e de Arte	242
As Cantigas	245
Brinde do <i>Diário de Notícias</i>	247

Sobre a Caricatura	248
Sobre Antero de Quental	251
A Feira de S. João	252

COMÉDIA MODERNA (Correspondência do Reino — Do nosso correspondente literário)	258
--	-----

TRADUÇÕES (Cartas de Victor Hugo):	317
A Rainha Victória	317
A Juárez	321
L. Veillot, <i>Os Cheiros de Paris</i> (fragmentos)	325
H. Taine, <i>Viagem à Itália</i> (fragmentos)	340
Passeio em Roma de Noite	358

CAMARA MUNICIPAL DE ÉVORA
 Gabinete de Documentação

INSTITUTO BRASILEIRO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
PARISIANA

OBRAS
PÓSTUMAS

DE

EÇA DE QUEIROZ

- A Ligeira
- Um Dia de
- Amor e
- Comunicação
- O Espírito (Mito de Vênus)
- Cartas Escritas em Portugal (1844)
- o Amor Eterna (1844)
- Uma Conversa (1844)
- O Mito de Vênus (1844)
- o Trágico de São João (1844)

ENTRE OUTRAS, SÃO AS SEGUINTEs AS OBRAS DE EÇA DE QUEIROZ
PUBLICADAS APÓS A SUA MORTE:

A Capital

O Conde d'Abranhos

Alves & C.^o

Correspondência

O Egipto (Notas de Viagem)

Cartas Inéditas de Fradique Mendes
e mais Páginas Esquecidas

Uma Campanha Alegre

O Mistério da Estrada de Sintra

A Tragédia da Rua das Flores

ENTRE OUTRAS SÃO AS SEGUINTE AS OBRAS DE BJA DE QUEIROZ
PUBLICADAS ATRÁS A BOM MOME

- 1. A Capital
- 2. O Conde d'Albuquerque
- 3. Amor & C.
- 4. Correspondências
- 5. O Signo (Folha de Viagem)
- 6. Cartas de D. João de Castro
- 7. O Conde d'Albuquerque
- 8. O Conde d'Albuquerque
- 9. O Conde d'Albuquerque
- 10. O Conde d'Albuquerque

ESTE LIVRO FOI COMPOSTO E IMPRESSO
NAS OFICINAS GRÁFICAS DE
«LIVROS DO BRASIL»
EM LISBOA
DESENHOU A CAPA O PINTOR
LIMA DE FREITAS

Da Colaboração no «Distrito de Évora»-I (1867)

Entre casos de menor relevância, só por verdadeiramente singulares se conhecem, na literatura portuguesa, os de dois escritores que — ambos na juventude — assumiram a responsabilidade de colaborarem, praticamente na íntegra, jornais que as circunstâncias colocaram ao seu dispor. Um deles foi Raul Brandão, como nos conta nas suas magníficas *Memórias*. Mas o outro, ainda mais expressivo, foi Eça de Queiroz que em 1867 alimentou das mais variadas prosas, «cartas», artigos, informação política e cultural e o mais que adiante se verá, as páginas, do *Distrito de Évora*. Trabalhos de juventude, disse-se, que nada acrescentavam à glória do escritor; esta precipitada rotulação foi responsável pelo seu esquecimento, durante décadas, até que a revista *Seara Nova* publicou alguns troços e Lopes de Oliveira reuniu, num volume de escassa circulação, o que lhe pareceu mais significativo. Finalmente, Alberto Machado da Rosa compilou a produção que Eça de Queiroz perdularizou nos números do *Distrito de Évora* e com ela, e outros escritos, organizou cinco volumes que correm independentemente da obra mais divulgada do escritor, como se não lhe pertencessem.

São esses textos de juventude e que bem documentam a preparação do escritor para a vida mais profunda dos trabalhos literários e culturais, que hoje começam a ingressar no convívio de uma colecção que deseja reunir, tanto quanto possível, as obras completas de Eça de Queiroz. A edição, com ligeírrimas variantes, segue a fixação do texto que ficou na revista *Seara Nova*, no volume organizado por Lopes de Oliveira e na compilação de Alberto Machado da Rosa.



Não escrevendo para o povo, Eça de Queiroz também não escrevia para a aristocracia ou para a burguesia do seu tempo, que se recusariam obstinadamente a aceitar tão fiel imagem de si própria, das suas misérias, dos seus ridículos, das suas fraquezas. A seu modo, procuraria na literatura, como é justo e condição fundamental do escritor, uma forma de realização pessoal — uma forma de conhecimento.

LUÍS FORJAZ TRIGUEIROS

